

GÊNERO

Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero - NUTEG
do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social



EDITORIAL

Seguindo a sua tradição pluritemática, esse novo número da revista *Gênero* traz artigos que abordam diferentes temas - violência, lesbianidade, preconceito no mercado de trabalho, performatividades de gênero, educação e diversidade sexual, gênero e neoconservadorismo, aborto e violência obstétrica, representações sociais de gênero, mulheres na política partidária, travestilidade e direito ao trabalho de minorias sexuais. Escritos a partir de diferentes tradições disciplinares, eles nos ajudam a compreender o estágio atual da desigualdade de gênero em nosso país e das lutas empreendidas para a sua superação.

Esperamos que os artigos publicados possam estimular debates e novas produções sobre essas e outras questões relativas ao campo temático da revista.

João Bôsco Hora Góis

Kamila Cristina da Silva Teixeira

Sidimara Cristina de Souza

Editores

VIOLÊNCIAS CONTRA MULHERES: INFORMAÇÕES EPIDEMIOLÓGICAS DE PROGRAMA DE REFERÊNCIA NO MUNICÍPIO DE CURITIBA*

Terezinha Maria Mafioletti¹

Aida Maris Peres²

Dora Yoko Nozaki Goto³

Liliana Muller Larocca⁴

Camila Mafioletti Dalto⁵

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar dados de notificação de um programa referência na atenção às mulheres que sofrem violências entre 2002 e 2015, por meio de estudo descritivo dos dados do Sinan e do Epi-info. Encontramos 13.015 casos de violências contra mulheres de 18 anos ou mais; 2.221 nos hospitais de referência para violência sexual; 152 gestações decorrentes de estupro; 83 interrupções legais da gravidez. Após a composição de um perfil epidemiológico, detectou-se 18 vezes mais casos notificados no período. Tal realidade pode estar relacionada a uma melhora na sensibilidade do sistema, porém, ainda é necessário pensar nas consequências do machismo em nossa sociedade.

Palavras-chave: Violência de gênero; Violência contra a mulher; Vigilância epidemiológica.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

*Agradecimentos: Vera Lúcia Alves de Oliveira do Centro de Epidemiologia da Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba. Aos colegas do grupo de Pesquisa GPPGPS.

O presente manuscrito não contou com fontes de financiamento externo.

Este trabalho constitui parte da Tese de Doutorado intitulada “Análise do Programa Mulher de Verdade na Rede de Atenção à Mulher em Situação de Violência”, defendida pela autora principal, Terezinha Maria Mafioletti, junto ao Programa de Pós-Graduação de Enfermagem da Universidade Federal do Paraná em janeiro de 2018.

1 Doutora em Enfermagem, Universidade Federal do Paraná, Brasil. E-mail: teremafe@gmail.com. Orcid: 0000-0002-6783-6027

2 Doutora em Enfermagem, Universidade Federal do Paraná, Brasil. E-mail: aidamaris.peres@gmail.com. Orcid: 0000-0003-2913-2851

3 Doutoranda em Enfermagem, Universidade Federal do Paraná, Brasil. E-mail: doragoto@gmail.com. Orcid: 0000-0001-5405-829X

4 Doutora em Educação, Universidade Federal do Paraná, Brasil. E-mail: lilianamlarocca@gmail.com. Orcid: 0000-0001-8650-3300

5 Mestre em estudos de gênero, Erasmus Mundus Master’s Degree in Women’s and Gender Studies in Europe, Central European University, Hungria e Universidad de Oviedo. E-mail: camilamafioletti@gmail.com. Orcid: 0000-0002-6842-266X

Abstract: Our article analyzes notification data from a reference program for women that suffered violence between 2002 and 2015. This is a descriptive study on notifications of violence against women using *Sinan* and *Epi-info* health system databases. We found 13,015 cases of violence against women aged 18 years or older; 2,221 cases of sexual violence in the reference hospitals; 152 pregnancies resulting from sexual assault; 83 authorized pregnancy interruptions. We conclude that, although these data reflect an improvement on the sensibility towards the topic, the exacerbated sexism in our society must be observed.

Keywords: Gender-based violence; Violence against women; Epidemiological surveillance.

Introdução

As violências contra mulheres constituem importante problema de saúde pública e de direitos humanos em todo mundo. Esses são fenômenos históricos e complexos que permeiam as relações desiguais entre homens e mulheres e que resultam da interação de fenômenos individuais, relacionais, comunitários e sociais, que deixam marcas profundas em suas vidas e requerem a implementação de políticas públicas e participação de toda a sociedade, visando atenção, combate, prevenção e promoção da cultura da paz (CEPAL, 2018; GARCÍA-MORENO et al., 2015; WHO, 2013;).

As violências impactam fortemente na morbimortalidade das mulheres, afetando a saúde e a qualidade de vida e levando ao aumento de anos potenciais de vida perdidos, além causarem doenças psicossomáticas e neurovegetativas e altas taxas de feminicídio. Assim, dados preocupantes da Organização das Nações Unidas (ONU), por meio da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), apontam que 12 mulheres são assassinadas a cada dia em razão de seu gênero apenas na América Latina. A região conta com 14 dos 25 países com os mais altos índices de feminicídios no mundo. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), 35% das mulheres em todo o mundo, ou seja, uma em cada três mulheres, sofrem violência física e/ou sexual perpetrada, em sua maioria, pelos próprios parceiros (CEPAL, 2018; WHO, 2013; WHO, 2014).

No Brasil, os dados do Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (Viva/Sinan), demonstram que a residência é o local onde ocorre a maioria dos casos de violências contra mulheres adultas e adolescentes, cometidas por alguém de sua relação próxima de convivência, com destaque para a violência física e sexual, e maior evidência nas mulheres negras e pardas (BRASIL, 2016a).

Uma das principais estratégias para subsidiar o planejamento e execução das políticas públicas integradas e intersetoriais em prol da redução da morbimortalidade por violências é a notificação obrigatória em todo território nacional, estabelecida por meio de diversos atos normativos. No ano de 2011, as violências doméstica, sexual e outras violências foram incluídas, de forma universalizada, no Sistema de Informações de Agravos de Notificação (Sinan), por meio da Portaria GM/MS nº 104 de 25 de janeiro de 2011. Além da notificação obrigatória, os serviços do SUS têm a atribuição de adotar medidas assistenciais, preventivas e de articulação intersetorial (BRASIL, 2016b). Tanto as notificações quanto as informações de mortalidade de mulheres por agressão (feminicídio), internações hospitalares e taxas de anos de vida perdidos devido às violências sofridas pelas mulheres caracterizam-se como importantes instrumentos para identificar o problema e, assim, promover a saúde, a cultura da paz, a igualdade de gênero, a qualidade de vida, bem como assegurar-las de seus direitos humanos (BRASIL, 2011; BRASIL, 2016a; BRASIL 2016b).

Para enfrentar as violências contra mulheres, se faz necessário conhecer a magnitude do problema, o perfil de morbidade, bem como as características dos eventos e do provável agressor. Nesse sentido, o município de Curitiba criou, em 2002, um programa de referência na atenção às mulheres em situação de violência para a assistência e notificações dos casos. O presente artigo tem por objetivo analisar os dados de notificação desse programa no período de 2002 a 2015, obtendo perfil epidemiológico das violências contra mulheres atendidas nos serviços de saúde de Curitiba.

Método

Trata-se de estudo epidemiológico descritivo, referente a um programa de atenção às mulheres em situação de violências, realizado no município de Curitiba, no qual foram analisadas as notificações de violências contra mulheres de 18 anos ou mais no período de 2002 a 2015.

Curitiba é a capital do estado do Paraná, região sul do Brasil, com população estimada de 1.868.522 habitantes, sendo 47,6% homens e 52,4% mulheres. A região metropolitana, composta por 29 municípios, é considerada uma das maiores do país com 3.492.958 habitantes (DATASUS, 2015). A Rede Municipal da Secretaria de Saúde de Curitiba (SMS) é composta, dentre outros equipamentos, por 107 Unidades Básicas de Saúde, localizadas em dez regionais administrativas (CURITIBA, 2017a). Os serviços de atenção à saúde da SMS estão estruturados em rede, tendo sempre as unidades de

saúde como ponto de partida e de acompanhamento (CURITIBA, 2017b). O programa analisado é referência no cuidado de vítimas da violência sexual em todos os 29 municípios da região metropolitana.

O programa Mulher de Verdade é um dos programas da rede de saúde do município, estabelecendo fluxos e protocolos de atendimento às mulheres em situação de violências desde a unidade de saúde até os demais serviços de referência componentes da rede. Estabelece ainda que a assistência dos casos de violência sexual seja prestada em até 72 horas após o ocorrido (CURITIBA, 2008). Para tanto, conta com dois hospitais de referência, que oferecem os tratamentos profiláticos para as infecções sexualmente transmissíveis, a prevenção da gestação e a interrupção legal, caso necessário e desejado. Nesses casos, as mulheres recebem o atendimento médico, junto à perícia, no mesmo espaço, evitando assim a “peregrinação” ou “rota crítica”, tão comum nesse tipo de atenção, visando a uma atenção integrada, resolutiva, humanizada e com garantia da realização dos procedimentos profiláticos necessários (CURITIBA, 2008).

Os dados do estudo foram obtidos na Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba por meio de duas bases de dados: no período 2002 a 2012, oriundos do programa EPI INFO, e de 2013 a 2015, do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan). No período 2002 a 2015, foi realizado um panorama das notificações a partir das seguintes variáveis: unidades notificadoras, ano, município de residência, faixa etária, taxa de notificação de Curitiba por 100 mil habitantes e frequência de violência sexual atendidas nos hospitais de referência e outras unidades.

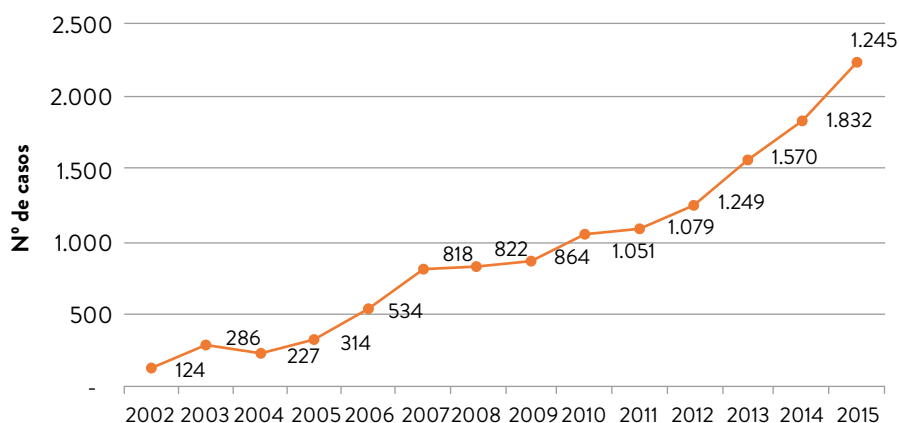
Na sequência, foi realizada análise detalhada das notificações do período de 2013 a 2015 nos dois hospitais de referência para a violência sexual do programa. A escolha desse período para a caracterização se deu devido à maior homogeneidade dos dados. As variáveis de identificação analisadas foram a faixa etária, escolaridade e raça-cor; as variáveis da agressão foram o local da ocorrência e meio pelo qual se deu; as variáveis relativas ao agressor foram a relação com a agredida: sexo, suspeita de uso abusivo de álcool. Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva, sendo apresentados números absolutos e relativos derivados das notificações.

O estudo obteve aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Paraná e da Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba (SMS) em 18 de março de 2016, sob o CAAE: 47647015000000102, cumprindo-se as normas estabelecidas pela Resolução 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde.

Resultados

No período de 2002 a 2015, foram notificados, no programa Mulher de Verdade, 13.015 casos suspeitos ou confirmados de violências contra mulheres com 18 anos ou mais. A série histórica das notificações/atendimentos ano a ano demonstrou que, no decorrer do tempo, as ações intersetoriais e integradas do município de Curitiba resultaram em progressivo aumento do número de notificações de violências contra mulheres, dando visibilidade ao agravo, representando um aumento de aproximadamente 18 vezes no período, passando de 124 casos notificados em 2002, para 2.245 em 2015 (Gráfico 1).

Gráfico 1: Série histórica do número de notificações de violência contra as mulheres. Curitiba, 2002 a 2015



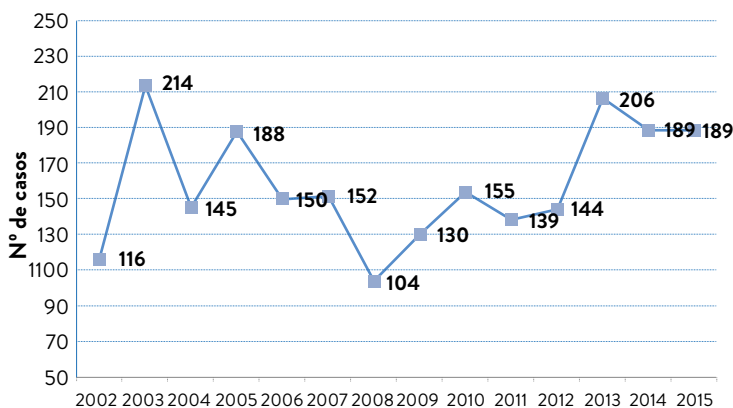
Fonte: CE/SMS Curitiba, 2017.

Quanto às notificações nos dois hospitais de referência, no mesmo período, de violência sexual contra mulheres residentes em Curitiba e Região Metropolitana, ocorreu uma tendência crescente, passando de 116 casos em 2002, para 189 em 2015, totalizando 2.221 casos (Gráfico 2).

No período de 2013 a 2015, foram notificados 5.647 casos de violência doméstica e 720 casos de violência sexual (residentes em Curitiba e Região Metropolitana), sendo que os casos de violência sexual foram notificados na sua grande maioria pelos hospitais de referência. No hospital público, foram atendidos 473 casos (65,7%) seguido do Hospital Filantrópico com 111 casos (15,4%) e outras unidades com 136 casos (18,9%).

Dos 29 municípios da região metropolitana, 27 apresentaram atendimentos pelo programa (93,1%). Desses, Curitiba apresentou (83,9%) do total de casos notificados no período, e os outros 26 municípios apresentaram (16,1%) do total de casos notificados no período (FIGURA 1).

Gráfico 2: Número de casos notificados de violência sexual contra mulheres de Curitiba e Região Metropolitana atendidos nos hospitais de referência de 2002 a 2015



Fonte: SMS/CE/EPI-INFO; Sinan-Net, Curitiba, 2017.

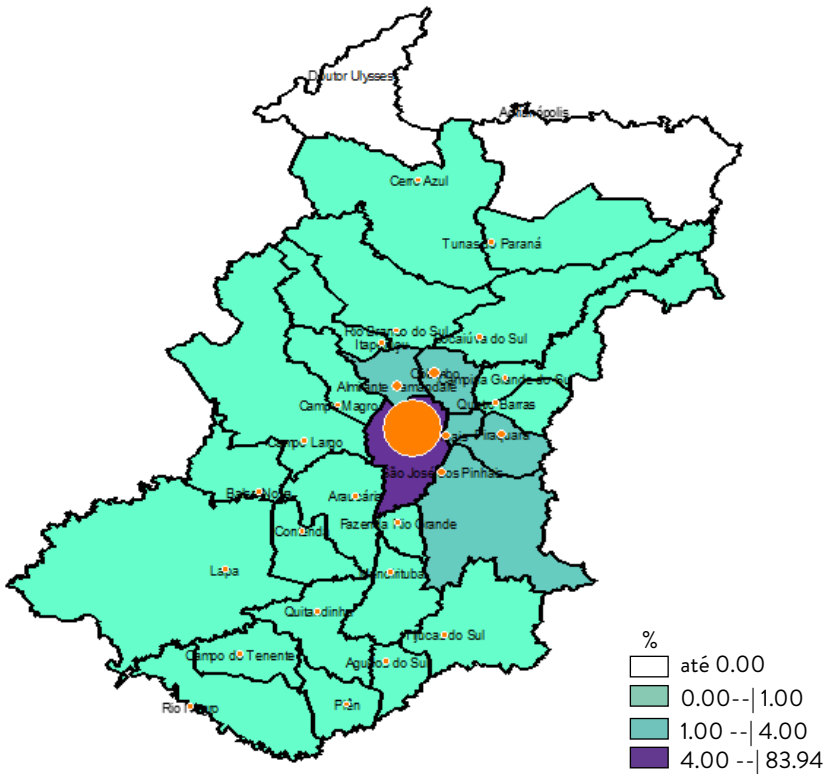
Foram 153 unidades notificantes em Curitiba no período, com destaque para o percentual de notificações (46,8%) de quatro hospitais de grande porte e da unidade municipal de saúde Mãe Curitibana (17,4%). A taxa de notificação de violências contra mulheres no município de Curitiba apresentou um aumento no período: de 182,3 casos/100 mil em 2013, para 266,6/100 mil em 2015, sendo que a grande maioria ocorreu na faixa etária de 20 a 49 anos (73,7%), seguida de 11% (60 anos ou mais); 7,7% (50 a 59 anos) e 7,3% (18 a 19 anos).

Em relação à raça/cor, 68,8% foram brancas, seguidas das pardas (18,9%) e pretas (6%). Quanto à escolaridade, 35% das mulheres tinham entre um e oito anos de estudo, 32% entre nove e 11 anos; 10,4% 12 anos ou mais e 1,8% eram analfabetas. Os locais das ocorrências das violências com maior proporção foram: residências (73,7%), vias públicas (17,1%) e outros lugares (5%). Na via pública, a faixa etária mais atingida foi entre 18 a 19 anos (28,5%) (TABELA 1).

Quanto à natureza das violências, tem-se: a física (69%) com a maior proporção de casos, seguida da psicológica/moral (53,6%), sexual na forma de estupro (12,8%), negligência/abandono (9,8%) e outras (tortura, intervenção legal, tráfico de seres humanos e tentativa de suicídio) com 13,1%. Considere que uma mesma mulher pode ter sofrido mais de um tipo de violência. Destaca-se

que a frequência da violência sexual foi maior entre mulheres com 18 a 19 anos (27,1%). O meio de agressão mais utilizado foi a força corporal (59,1%). Em 47,9% do total de casos, as violências eram recorrentes, sendo mais frequentes entre mulheres com 60 anos ou mais de idade (57%) (TABELA 1).

Figura 1: Percentual e frequência de notificações de violência em Curitiba e região metropolitana, 2013 a 2015



Fonte: Elaboração própria (2017).

Em relação ao provável autor das agressões, o próprio cônjuge ou o ex-cônjuge foi o principal causador (41,2%), seguido de: desconhecidos (15,1%), a própria pessoa (12,7%), filhos (8,3%), conhecidos (6,6%) e outros em menor proporção. Entre mulheres de 18 a 19 anos, predominou o agressor desconhecido (30,6%) e entre 20 a 59 anos, o cônjuge ou o ex-cônjuge foi o principal agressor, variando de 35,8% (50 a 59 anos) a 54,3% (30 a 39 anos). Nas mulheres idosas, filhos foram os maiores agressores (60,3%). A suspeita de uso abusivo de álcool esteve presente em 39,1% dos casos notificados, variando de 23,2% (60 anos ou mais) até 43% (30 a 49 anos) (TABELA 2).

Tabela 1: Distribuição dos casos notificados de violências segundo características sociodemográficas, da agressão e faixa etária. Curitiba e região metropolitana, 2013-2015

Variáveis	18 a 19		20 a 29		30 a 39		40 a 49		50 a 59		60 e +		Total	
	n = 428		n = 1.752		n = 1.508		n = 903		n = 433		n = 623		n = 5.647	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Raça/cor														
Branca	298	69,6	1.211	69,1	989	65,6	608	67,3	305	70,4	475	76,2	3.886	68,8
Preta	14	3,3	102	5,8	111	7,4	57	6,3	23	5,3	29	4,7	336	6
Amarela	2	0,5	18	1	5	0,3	1	0,1	3	0,7	4	0,6	33	0,6
Parda	95	22,2	333	19,0	309	20,5	185	20,5	80	18,5	64	10,3	1.066	18,9
Indígena	1	0,2	5	0,3	1	0,1	2	0,2	1	0,2	0	0	10	0,2
Ign/Branco	18	4,2	83	4,7	93	6,2	50	5,5	21	4,8	51	8,2	316	5,6
Escolaridade (anos de estudo)														
Analfabeto	2	3,3	3	1,1	10	0,7	9	1	18	4,2	58	9,3	100	1,8
1-8 anos	526	34,9	384	42,5	200	46,2	213	34,2	1.978	35
9-11 anos	499	33,1	237	26,2	80	18,5	49	7,9	1.806	32
≥ 12 anos	190	12,6	93	10,3	42	9,7	24	3,9	587	10,4
Ign/Branco	59	96,7	282	98,9	283	18,8	180	19,9	93	21,5	279	44,8	1.176	20,8
Local de ocorrência da violência														
Residência	252	58,9	1.189	67,9	1.109	73,5	697	77,2	352	81,3	563	90,4	4.162	73,7
Via pública	122	28,5	371	21,2	264	17,5	136	15,2	50	11,5	22	3,5	965	17,1
Ign/branco	8	1,9	41	2,3	22	1,5	6	0,7	5	1,2	3	0,5	85	1,5
Outros ¹	27	6,3	94	5,4	79	5,2	45	5	16	3,7	24	3,9	285	5

Continua...

Tabela 1: Continuação.

Variáveis	18 a 19		20 a 29		30 a 39		40 a 49		50 a 59		60 e +		Total	
	n = 428		n = 1.752		n = 1.508		n = 903		n = 433		n = 623		n = 5.647	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Natureza da violência*														
Física	295	68,9	1.284	73,3	1.134	75,2	641	71	286	66,1	257	41,3	3.897	69
Psicológica	219	51,2	966	55,1	849	56,3	507	56,1	210	48,5	274	44	3.025	53,6
Sexual	116	27,1	281	16	166	11	97	10,7	41	9,5	19	3	720	12,8
Neglig/Abandono	26	6,1	61	3,5	57	3,8	26	2,9	34	7,9	347	55,7	551	9,8
Outras ²	66	15,4	258	14,7	179	11,9	133	14,7	75	17,4	25	4	736	13,1
Meio de agressão														
Força corporal	251	59,3	1.100	63,6	939	63,1	551	61,8	235	55,4	201	33,8	3.277	45,2
Ameaça	140	32,9	622	35,8	582	38,9	344	38,3	126	29,4	147	24,3	1.961	27
Enven/intoxica	58	13,6	205	11,8	145	9,7	122	13,5	65	15	21	3,4	616	8,5
Obj perfurocortante	46	10,8	144	8,3	157	10,5	66	7,3	41	9,5	13	2,1	467	6,4
Arma de fogo	44	10,3	106	6,1	69	4,6	28	3,1	22	5,1	9	1,4	278	3,8
Enforcamento	15	3,5	88	5,1	71	4,7	33	3,7	11	2,6	3	0,5	221	3
Obj. Contund.	9	2,1	71	4,1	60	4	37	4,1	28	6,5	15	2,4	220	3
Subst./objeto quente	2	0,5	15	0,9	13	0,9	8	0,9	4	0,9	5	0,8	47	0,6
Outros	11	2,6	60	3,5	43	2,9	25	2,8	6	1,4	25	4	170	2,3
Violência de repetição														
Sim	151	35,3	745	42,5	781	51,8	479	53	194	44,8	355	57	2.705	47,9

Legenda: (...) dado numérico igual a zero.

Notas: ¹habitação coletiva, escola, local de prática esportiva, outros. ² Tortura, Intervenção legal, tráfico de seres humanos, tentativa de suicídio e outras.

*Não corresponde a 100%, pois se trata de uma questão de múltipla escolha

Fonte: SMS/CE/Sinan Net

Tabela 2: Distribuição dos casos de violência notificados pelo programa Mulher de Verdade, segundo características do provável autor da agressão. Curitiba e Região Metropolitana, 2013-2015

Relação da vítima com o provável autor da agressão	18 a 19 anos		20 a 29 anos		30 a 39 anos		40 a 49 anos		50 a 59 anos		60 anos e mais		Total	
	n = 428		n = 1.752		n = 1508		n = 903		n = 433		n = 623		n = 5.647	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Autor provável da agressão¹														
Cônjuge/Ex-cônjuge	108	24,4	765	43	811	53,3	474	51,9	158	35,7	73	10,5	2.389	41,2
Desconhecido	130	29,3	321	18	222	14,6	116	12,7	57	12,9	27	3,9	873	15,1
Própria pessoa	66	14,9	250	14	188	12,3	132	14,5	76	17,2	23	3,3	735	12,7
Namorado/Ex-namorado	23	5,2	89	5	58	3,8	25	2,7	9	2	1	0,1	205	3,5
Filho(a)	2	0,1	14	0,9	33	3,6	69	15,6	365	52,7	483	8,3
Conhecido	44	9,9	141	7,9	93	6,1	59	6,5	25	5,7	18	2,6	380	6,6
Outros	16	3,6	73	4,1	48	3,2	33	3,6	34	7,7	132	19,1	336	5,8
Irmão	12	2,7	36	2	32	2,1	24	2,6	9	2	25	3,6	138	2,4
Pai/padrasto	16	3,6	45	2,5	26	1,7	3	0,3	90	1,6
Mãe	20	4,5	36	2	22	1,4	3	0,3	2	0,5	83	1,4
Cuidador	1	0,1	21	3	22	0,4
Patrão	3	0,7	7	0,4	2	0,1	7	0,8	1	0,1	20	0,3
Pessoa c/ relaç. Institucional	2	0,5	9	0,5	1	0,1	1	0,1	2	0,5	5	0,7	20	0,3
Policial/agente da lei	3	0,7	6	0,3	6	0,4	2	0,2	1	0,2	1	0,1	19	0,3
Total ¹	443	100	1780	100	1523	100	913	100	442	100	692	100	5.793	100
Suspeita de uso abusivo de álcool														
Sim	166	38,8	708	40,5	648	43	388	43	152	35,1	144	23,2	2.206	39,1

Fonte: SinanNet/SMS Curitiba

Nota: Uma mesma mulher pode ter sido agredida por mais de um agressor.

Discussão

Em 2002, quando ainda não havia normas legais, a implantação de um programa com o objetivo de atender e registrar casos de violências contra mulheres foi considerada pioneira e importante avanço para a área da saúde no Brasil. As notificações deram visibilidade ao problema, reforçando a necessidade de implementação de políticas públicas para a vigilância e enfrentamento do fenômeno. As notificações de violências sofridas por mulheres têm apresentado tendência de crescimento, mostrando sua pertinência e relevância enquanto problema de intervenção na saúde coletiva (GARCÍA-MORENO et al., 2015; SILVA; OLIVEIRA, 2015).

A análise das bases de dados produzidas no período de 2002 a 2015 no município de Curitiba demonstrou um aumento de mais de 1800%: de 124 casos (2002) para 2.245 (2015), e um aumento percentual mediano de 21,6% a cada ano. Observa-se importante crescimento, especialmente no período de 2013-2015, quando foram notificados 5.647 casos, ou seja, 43,3% do total no período investigado. Os resultados refletem os avanços da implementação das políticas públicas e da rede de serviços intersetoriais como a Lei Maria da Penha, juizados, centros de referência, Casa da Mulher Brasileira, entre outros (BRASIL, 2016a).

Os resultados da pesquisa correspondem às propostas de construção das políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero a nível internacional, nacional e local, que sugerem uma maior efetividade quanto maior a compreensão do problema e envolvimento de diferentes órgãos na implementação da política. A criação de serviços de atenção especializada consiste em importante medida de prevenção à violência contra as mulheres (WALBY et al., 2015).

Estima-se que, para cada caso de violência que chega aos serviços de saúde e é notificado, existam outros oito que se tornam invisíveis por diversas razões (WALBY et al., 2015). Ainda que a análise reflita a realidade parcial dos dados que chegaram aos serviços analisados, autores apontam os desafios e potencialidades da avaliação de programas e serviços de enfrentamento à violência (BENNET et al., 2004; KIND et al.). Nesse sentido, o levantamento e a análise de programa, com mais de 16 anos de existência, representam importante experiência para a contínua construção da política estatal de enfrentamento à violência contra as mulheres.

As análises das bases de dados de notificação do Programa Mulher de Verdade mostram que os maiores percentuais de casos notificados incidem sobre o gênero feminino. O percentual de notificações de violência

doméstica e sexual, no período de 2013 a 2015, foi de 88,11% e, se forem consideradas as notificações de menores de 18 anos, o percentual do sexo feminino diminui para 60,44% (PERES et al., 2014). As notificações no Viva Sinan compreendem a violência doméstica (seja de natureza sexual, física, psicológica/moral e financeira/econômica) de mulheres, crianças e homens. Apenas nos casos de violência urbana não são incluídos os homens adultos com idades de 20 a 59 anos (BRASIL, 2011).

As análises dos dados do Sinan-PR entre 2009 e 2012 em relação às notificações da violência doméstica e sexual mostram que, desde o início da adolescência até o final da maturidade (10 a 59 anos), essas formas de violências destacam-se nas mulheres (PERES et al., 2014), sendo 60 a 70% no Brasil. No ano de 2015, foram notificados 162.575 casos de violências contra mulheres (67,1% do total), a maioria na faixa etária de 20 a 59 anos, e a violência física foi a que mais ocorreu (48,1%), seguida da psicológica/moral e sexual (WASELFISZ, 2015).

Já em relação às faixas etárias de maior incidência da violência no programa Mulher de Verdade, constata-se que 81,3% ocorreram na faixa etária de 18 a 49 anos, sendo que a faixa mais atingida foi a de 18 a 29 anos, com cerca de 41%. Em relação à categoria raça/cor, as análises apontaram que a maioria tem registro de cor branca (68,8%), quanto à raça/cor, pelas análises dos dados nacionais do Sinan de 2013, as brancas representaram 40,1% e as pardas e negras, 41,7% dos casos notificados nesse período. Em 2015, as mulheres negras e pardas eram 43,5% e as brancas 40,4%. Constata-se que os dados do programa Mulher de Verdade, no que diz respeito à raça/cor, diferenciam-se dos dados nacionais, com maior ocorrência de casos em mulheres brancas 68,8%, seguidas das pardas e pretas (24,9%) (BRASIL, 2016a; BRASIL, 2017; WASELFISZ, 2015). Saliente-se que a região Sul concentra 78,47% da população que se autodeclara branca, sendo que a média nacional é de 47,23% (IBGE, 2010).

Quanto à escolaridade, os dados mostram que 42% das mulheres com casos notificados tinham mais de nove anos de estudo e apenas 1,8% eram analfabetas. Tal realidade já é conhecida nas pesquisas acerca das violências contra mulheres, destacando que elas independem da escolaridade, bem como da renda e faixa etária. Em relação à escolaridade, chama a atenção o alto percentual de não preenchimento desse campo (20,8%), o que talvez possa refletir item pouco valorizado pelos profissionais de saúde, mas que é importante indicador de vulnerabilidade social.

As violências contra mulheres independem de classe social, nível educacional, renda e idade, atingindo de forma mais impactante as classes sociais mais baixas, considerando a sobreposição de vulnerabilidades. É certo que o gênero não está composto apenas pela construção social da diferença entre sexos, mas está marcado por determinantes de classe, raça, etnia, orientação sexual, idade etc.

Em relação ao local de ocorrência das violências, os dados mostraram que 73,7% aconteceram nas residências, o que corresponde ao padrão das notificações no país. Em 2011, 71,8% dos casos aconteceram na própria residência das mulheres e foram cometidos pelos seus companheiros ou maridos. Em 63% dos casos, ocorreram também na residência (BRASIL, 2016a; PERES et al., 2014; WASELFISZ, 2015). Assim, observamos que o espaço privado familiar, que poderia significar local de proteção junto a pessoas de confiança, é por excelência o espaço de maior vulnerabilidade para a violência doméstica e sexual (SCHRAIBER et al., 2009).

Existe um risco oito vezes maior das mulheres sofrerem violências em seus lares e espaços de convivência privada, perpetradas pelos maridos, companheiros, ou outros membros dessa convivência, do que na rua ou no espaço de convivência social (KRUG et al., 2002). Entre as idosas, os principais agressores identificados, neste estudo, foram os filhos (52,7%), o que corrobora estudo nacional, no qual a violência também foi recorrente e associada ao uso de álcool pelos agressores (MASCARENHAS et al., 2012).

Os resultados confirmam a lógica histórica das relações patriarcais com uma dicotomia marcada entre os âmbitos público e privado. O espaço privado é marcado pelas relações individualistas de posse e dominação masculina, que não se resumem à posse da propriedade, mas também da esposa e filhas e filhos do casal. O patriarcado pressupõe relações – formalmente – monogâmicas, nas quais se estabelece um regime patrimonial entre os cônjuges e confere ao homem o poder decisório sobre a família. Às mulheres, é esperado que ocupem os espaços privados e, enquanto propriedade de seus maridos, lhes prestem obediência (KOLLONTAI, 1977).

A teorização sobre o patriarcado e as relações de poder no âmbito das famílias contribui no entendimento de grande parte da violência de gênero e a lógica histórica de exclusão das mulheres dos espaços públicos. O dever de obediência da mulher ao homem/marido/proprietário/pai reflete a lógica de dominação do sexo masculino, que prevalece e se confirma nos dados levantados. Ressalta-se a crítica de autores que apontam a limitação

das teorias acerca da dominação patriarcal como explicação da violência cometida contra mulheres negras. Tais autores questionam algumas regras de proibição ao trabalho de mulheres brancas no contexto extrafamiliar, enquanto praticamente havia uma obrigação do trabalho das mulheres negras (CRENSHAW, 1989; DAVIS, 2016).

Quanto à natureza das violências, constatou-se a ocorrência da violência física, em maior proporção, seguida da psicológica e sexual. A violência física, com os maiores índices das notificações em Curitiba e no país, geralmente não é a primeira manifestação da violência doméstica intrafamiliar na relação entre parceiros, mas é a mais perceptível e também a mais denunciada. As instituições hospitalares foram as que mais denunciaram, resultado que pode indicar a gravidade da violência, ao ensejar algum tipo de atenção ao agravo (BRASIL, 2016a; BRASIL, 2017; SILVA; OLIVEIRA, 2016; WASELFISZ, 2015).

Muitas vezes, as violências psicológica e moral não ficam evidentes às mulheres ou à sociedade, estando implícitas na cultura de dominação masculina e subalternidade feminina. Geralmente, precedem à violência física e, frequentemente, acontecem associadas, sendo que a física é reconhecida de maneira mais clara pelas mulheres e pessoas próximas, uma vez que é vista como mais gravosa e deixa, usualmente, sinais ou marcas aparentes, necessitando de atendimento de saúde. A violência sexual é mais dificilmente identificada nas relações entre casais, por predominar uma lógica patriarcal do sexo enquanto obrigação da mulher dentro das relações conjugais (BRASIL, 2011; WHO, 2013).

No entanto, o elevado percentual de violência física e de notificações nos estabelecimentos hospitalares no período alertam para uma possível gravidade das ocorrências. A violência psicológica/moral, apesar de não deixar marcas visíveis, é motivo de grande sofrimento e causa de inúmeras doenças emocionais cujos sintomas muitas vezes passam despercebidos pelos profissionais de saúde, ou são interpretados como doenças psiquiátricas, sem que haja identificação do nexos causal com a violência de gênero. Tal realidade pode ser devida à falta de preparo dos profissionais para lidar com essas questões (GARCÍA-MORENO et al., 2015; WHO, 2013; WHO, 2014).

Conclusões

O presente artigo analisou os dados de notificação de casos suspeitos ou confirmados de violências contra mulheres atendidas no Programa Mulher de Verdade, período de 2002 a 2015. Desvelou-se um perfil epidemiológico

das violências, das agredidas e dos autores das agressões, demonstrando fluxos à consolidação do programa, num progressivo aumento de fontes notificadoras e de registro de casos. Tal aumento se relaciona a uma melhora na sensibilidade do sistema para tal agravo, porém, é possível que tal realidade também esteja associada à exacerbação do machismo em nossa sociedade. Essas informações, além de dar visibilidade ao fenômeno, subsidiam as ações dos gestores ao aproximar progressivamente o diagnóstico à realidade e, conseqüentemente, permitem melhor direcionamento da política pública e dos investimentos à realidade local. Apesar dos dados refletirem apenas os casos que chegaram aos serviços de saúde e foram notificados, acredita-se que conhecer o perfil das notificações de um programa com mais de 16 anos de implantação é de grande importância para o planejamento, organização e avaliação desta política de intervenção.

Referências

BENNETT, L.; RIGER S.; SCHEWE, P.; HOWARD, A.; WASCO, S. Effectiveness of hotline, advocacy, counseling, and shelter services for victims of domestic violence: a statewide evaluation. **Journal of Interpersonal Violence**, Thousand Oaks, v. 19, n. 7, p. 815-29, 2004.

BRASIL. **Viva**: instrutivo de notificação de violência doméstica, sexual e outras violências. 1. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL. **Resumo executivo saúde Brasil 2015/2016**: uma análise da situação de saúde e da epidemia pelo vírus Zika e por outras doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti*. 1. ed. Brasília. DF: Ministério da Saúde, 2016a.

BRASIL. **Viva**: instrutivo de notificação de violência Interpessoal e autoprovocada. 2. ed, Brasília, DF: Ministério da Saúde 2016b.

BRASIL. **Viva**: vigilância de violências e acidentes, 2013 e 2014. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017.

CEPAL. El feminicidio, la expresión más extrema de la violencia contra las mujeres. **Notas para la igualdad**, Santiago, n. 27, 2018.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, Chicago, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989.

CURITIBA. **Protocolo de atenção à mulher em situação de violência**. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 2008.

CURITIBA. Mulher de verdade. **Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba**, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3oCysQJ>. Acesso em: 5 out. 2016.

CURITIBA. Rede de Serviços do SUS Curitiba. **Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba**, 2017a. Disponível em: <https://bit.ly/3jdJ5Zc>. Acesso em: 10 nov. 2017.

CURITIBA. **Plano Municipal de Saúde: 2014-2017**. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 2017b.

DATASUS. População residente – estudo de estimativas populacionais por município, Idade e Sexo 2000-2020. **DATASUS**, Brasília, DF, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/31utZq1>. Acesso em: 26 mar. 2021.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

GARCÍA-MORENO C.; ZIMMERMAN C.; MORRIS-GEHRING A.; HEISE L.; AMIN A.; ABRAHAMS N. et al. Addressing violence against women: a call to action. **The Lancet**, Amsterdam, v. 385, n. 9978, p. 1685-1695, 2015.

IBGE. População residente, por cor ou raça, segundo a situação do domicílio, o sexo e a idade. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**, [20--]. Disponível em: <https://bit.ly/3j7eFYs>. Acesso em: 24 jul. 2019.

KIND, L.; ORSINI, M. L. P.; NEPOMUCENO, V.; GONÇALVES, L.; SOUZA, G. A.; FERREIRA, M. F. F. Subnotificação e (in)visibilidade da violência contra mulheres na atenção primária à saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 9, p. 1805-1815, 2013.

KOLLONTAI, A. sexual relations and the class struggle. *In*: KOLLONTAI, A. **Selected Writings**. New York: W W Norton, 1977.

KRUG, E. G.; DAHLBERG, L. L.; MERCY, J. A.; ZWI, A. B.; LOZAO, R. **World report on violence and health**. Geneva: World Health Organization, 2002.

MASCARENHAS, M. D. M.; ARAÚJO-ANDRADE, S. S. C.; NEVES, A. C. M.; PEDROSA, A. A. G.; SILVA, M. M. A.; MALTA, D. C.

Violência contra a pessoa idosa: análise das notificações realizadas no setor saúde – Brasil, 2010. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 9, p. 2331-2341, 2012.

PERES, E. L.; TISSERANT, A. E.; MAFIOLETTI, T. M.; FURTADO, M. S.; PELLANDA, V. S.; OLIVEIRA, C. A. Perfil Epidemiológico da Mortalidade por Causas Externas. In: MAFIOLETTI, T. M.; PERES, E. L. **Caderno temático de vigilância de violências e acidentes no Paraná**. Curitiba: SESA/SVS, 2014.

SCHRAIBER, L. B.; D'OLIVEIRA, A. F. P. L.; PORTELLA, A. P.; MENIUCCI, E. Violência de gênero no campo da Saúde Coletiva: conquistas e desafios. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1019-1027, 2009.

SILVA, L. E. L.; OLIVEIRA, M. L. C. Violence against women: systematic review of the Brazilian scientific literature within the period from 2009 to 2013. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 11, 2015.

SILVA, L. E. L.; OLIVEIRA, M. L. C. Características epidemiológicas da violência contra a mulher no Distrito Federal, 2009 a 2012. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, DF, v. 25, n. 2., p. 331-342, 2016.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil**. 1. ed. Brasília, DF: Flasco, 2015.

WALBY, S.; OLIVE, P.; TOWERS, J.; FRANCIS, B.; STRID, S.; KRIZSAN, A. et al. Strategic planning and coordination. In: WALBY, S.; OLIVE, P.; TOWERS, J.; FRANCIS, B.; STRID, S.; KRIZSAN, A. et al. **Stopping rape: towards a comprehensive policy**. Bristol: Policy Press. 2015.

WHO. **Global and regional estimates of violence against women: prevalence and health effects of intimate partner violence and non-partner sexual violence**. Geneva: World Health Organization, 2013.

WHO. **Global Status Report on Violence Prevention**. Geneva: World Health Organization, 2014.

Recebido em novembro de 2019.

Aprovado em setembro de 2020.

NARRATIVAS DE PROFESSORAS LÉSBICAS E BISSEXUAIS: EXPERIÊNCIAS, HISTÓRIAS E RESISTÊNCIAS

Hugo Santos¹

Ariane Celestino Meireles²

Resumo: Este artigo discute as possibilidades e impossibilidades de cidadania íntima e sexual para professoras lésbicas e bissexuais em Portugal em articulação com trabalhos sobre lesbofobia em educação no Brasil. Através das narrativas e vozes de 10 professoras autoidentificadas como lésbicas e bissexuais, procurou-se aceder a diversas histórias e experiências, focando, particularmente, na descoberta identitária da sexualidade, nas experiências de discriminação e no envolvimento político e comunitário. Os resultados dão conta de uma heterogeneidade que nos impossibilita falar destas mulheres em termos monolíticos e unilaterais, como, por vezes, se sugere no senso comum, mas destaca-se o peso da heteronormatividade.

Palavras-chave: Cidadania; Lesbofobia; Educação.

Abstract: Supported by studies on lesbophobia in education in Brazil, our article discusses the possibilities and impossibilities of intimate and sexual citizenship for lesbian and bisexual teachers in Portugal. From the narratives and voices of 10 self-identified teachers as lesbians and bisexuals, we sought to access different stories and experiences, focusing on the discovery of sexual identity, experiences of discrimination and political and community involvement. The results show a heterogeneity that makes it impossible to speak of these women in monolithic and unilateral terms, as sometimes suggested in common sense. However, the weight of heteronormativity in different contexts still stands out.

Keywords: Citizenship; Lesbophobia; Education.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Doutor em Ciências da Educação pela Universidade do Porto. Pesquisador na mesma instituição, Portugal. E-mail: hmiguel_s@hotmail.com. Orcid: 0000-0003-2808-9863

2 Doutoranda em Ciências da Educação na Universidade do Porto, Portugal. E-mail: arianemeireles@globlo.com. Orcid: 0000-0001-8143-0915

Introdução

Num dos mais antigos textos educacionais sobre como é crescer lésbica na escola – embalado possivelmente pelas certeiras críticas de Adrienne Rich (1980) ao patriarcado heterossexista – Marigold Rogers (1994) começava por dizer que as raparigas lésbicas sofrem uma “tripla invisibilidade”: como jovens, são invisíveis num mundo adulto; como mulheres, são invisíveis num mundo dominado pelos homens e, como lésbicas, são invisíveis numa cultura não heterossexual, ainda muito centrada na experiência de homens gays. As mulheres que entrevistadas neste artigo identificam-se como lésbicas ou bissexuais, mas não são propriamente jovens³: tratam-se de mulheres adultas, a maior parte com idades acima dos 40 anos e com uma vasta experiência e história de vida. O simples fato das mulheres aqui entrevistadas desempenharem o papel de professoras não as imuniza ao mesmo princípio da “tripla invisibilidade” de que nos falara Marigold, pelo contrário: ser mulher, professora e lésbica é preencher o mesmíssimo lugar de subalternidade e marginalização que Rogers atribui às raparigas. Isso acontece porque é suposto que as professoras não tenham uma sexualidade (ou pelo menos, não a expressem) e, se forem lésbicas, as pressões para essa ocultação tendem a ser muito maiores, como se a conjugação dessas três identificações, tomadas como internamente coerentes e diametralmente opostas, fosse um oximoro (MEIRELES, 2017).

Se a história das mulheres, como nos lembra Maria Joana Pedro (2005), é uma história de invisibilização constante, na história das mulheres lésbicas e bissexuais, essa abjeção se densifica ainda mais. Usa-se “lésbica” ou “bissexual” como uma categoria contingente dentro do espectro diverso e fluido da sexualidade humana, sempre mais vasto do que a sua colocação em rótulos.

Falamos de “identidades sexuais” entendendo-as como “construções culturais que inscrevem as distintas formas de experimentar prazeres e desejos corporais” (RIBEIRO; SOARES; FERNANDES, 2009, p. 184), sem negligenciar, do ponto de vista interseccional, que “os sujeitos são constituídos por múltiplas identidades – gênero, raça, etnia, geração, classe, nacionalidade, entre outras.” (RIBEIRO; SOARES; FERNANDES, 2009) e sem abdicar de algum “essencialismo estratégico” (SPIVAK, 1985) como

3 Ainda que a noção de “juventude” transcenda uma noção monolítica que a ancore a uma substância biológica, sendo, pois, sujeita a significados e objeto de percepções sociais, culturais e políticas, partilha-se aqui uma definição de *jovem* como todo(a) aquele(a) que possui entre 15 e 24 anos.

elementos de orientação cognitiva, social e política. Invocar identidades – termo francamente essencialista – ou identificações – termo mais dinâmico – é entrar num enredo intrincado onde diferentes processos e relações de poder e saber, no dizer de Michel Foucault (1987), são acionados. Ainda assim, porque são constituídas pela interpelação das estruturas de desigualdade (por exemplo, pelo insulto), as identificações são necessárias para reivindicar direitos e agir politicamente.

Num mundo de importantes vitórias legais face à igualdade de direitos para pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgênero e *queer* (LGBTQ), paredes meias, com ameaças conservadoras de retrocesso e desumanização, importa interrogar: e a experiência das professoras lésbicas? O que têm elas a dizer sobre preconceito e discriminação nos seus contextos e histórias de vida? Como descrevem e conjugam elas o seu papel como educadoras, com identificações que se sabe serem marginalizadas? Em uma sociedade como a nossa, em que uma maior afirmação convive lado a lado com o negacionismo da opressão, quais são as suas possibilidades de cidadania íntima e sexual? Os estudos sobre LGBTQfobia em educação tem-se centrado, sobretudo, nas experiências dos(as) jovens, sendo aqueles que focam os(as) professores(as) menos comuns. Mesmo em tais estudos, a juventude é produzida como um segmento excepcionalmente vulnerável ao *bullying* e suicídio (SANTOS; SILVA; MENEZES, 2017), e consequência disso é que se parte do pressuposto que as pessoas LGBTQ adultas não vivenciam dramas e dilemas graves e peculiares. E as professoras lésbicas? Partindo da pressuposição básica que é rara uma descrição da experiência lésbica que não passe pela menção à sua invisibilidade constante (RICH, 1980), queremos auscultar as suas vozes.

Como explicado por outras perspectivas (SANTOS, 2020; SANTOS et al., 2019), dentro do contexto lusófono, e por razões logísticas de tamanho territorial, populacional e de mobilização política e comunitária, uma parte significativa dos estudos LGBTQ em português, em várias áreas científicas e campos disciplinares, é geralmente produzido pelas ciências sociais e humanas no Brasil. Em Portugal, as experiências de professoras lésbicas permanecem um objeto de estudo profundamente subpesquisado, como, aliás, a realidade das lésbicas em geral (BRANDÃO, 2009; ESCOBAR; BAPTISTA, 2016; FERREIRA, 2015). Na busca pela quebra do silêncio, este artigo se centra nas histórias de vida e experiências de professoras portuguesas “assumidamente” lésbicas enquanto sujeitas genderizadas e sexualizadas. Com base em outros trabalhos nomeadamente

com origem no Brasil (MEIRELES, 2012; MEIRELES, HOFFMAN; MAMED, 2016; MEIRELES, 2017), mas desta vez, num outro contexto, queríamos conhecer como vivem as professoras lésbicas portuguesas numa era contemporânea de contrastes entre mudanças legais e prenúncios de recessão.

Contextualizando: a história dos direitos de mulheres lésbicas em Portugal e a lesbofobia na educação

Percurso cronológico

Mimetizando alguns aspetos das lógicas liberais e assimilacionistas do ativismo ocidental (sobretudo estadunidense), assumidamente centradas em apelos por direitos (FONSECA; ARAÚJO; SANTOS, 2012; PLUMMER, 2004; RICHARDSON, 2000; WEEKS, 1998) ao Estado e à lei, a luta pelos designados “direitos LGBTQ” em Portugal fez-se, sobretudo, através de um percurso *bottom up*, sendo os grupos informais e movimentos associativos dois dos vetores principais de reivindicação por mudança social e política (CARNEIRO; MENEZES, 2006; COLLING, 2015; FERREIRA, 2015; SANTOS, 2018; SANTOS, 2019). Isso só foi possível num contexto de liberdade democrática possibilitada pelo 25 de abril⁴, potencializado, posteriormente, “pela necessidade de Portugal dar uma “boa imagem” à EU como estado-membro” (SANTOS, 2019, p. 951), ainda que grupos de mulheres lésbicas, comprometidas com a ação e emancipação sociopolítica, sempre se tivessem mobilizado em diversos setores, mesmo nos coletivos feministas que, dado o peso de uma certa estereotipia de cariz flagrantemente misógino que interligara falaciosamente “feminista” e “lésbica” (cf. BRANDÃO, 2009; MAGALHÃES, 2010), algumas vezes se mostraram reticentes à integração das lésbicas ou ao reconhecimento delas como tal. Como relata Eduarda Ferreira (2015), a emergência de grupos organizados especificamente constituídos por lésbicas e para lésbicas, sensíveis à necessidade da criação de um espaço de diálogo, inicia-se timidamente na década de 1990, centrando as suas ações em publicações de revistas (*Organa, Lilás*) e comunidades de escrita como eixos norteadores

4 Como explica Hugo Santos, trata-se de uma revolução que se deu a 25 de abril de 1974 “onde, através de um golpe militar com a vasta adesão da população, se pôs fim à ditadura do Estado Novo, vigente desde 1933, de inspiração ultraconservadora e liderada por António Oliveira Salazar. Conta a história que, no dia 25, logo após a senha para a intervenção, uma florista (Celeste Caeiro), começou a distribuir cravos pelos soldados, colocando-os nas espingardas, num gesto de solidariedade que foi seguido pelos populares presentes. O cravo tornou-se, pois, um símbolo de uma revolução pacífica” (SANTOS, 2019, p. 958).

de apoio e partilha, algo que vai marcar distintamente o ativismo lésbico em Portugal. Contudo, um dos marcos mais categóricos para a visibilidade lésbica no país foi, sem dúvida, a Associação Clube Safo que, desde o início, se identificou “como um grupo assumidamente lésbico, na própria designação e na sua constituição” (FERREIRA, 2015, p. 40). Fundada na cidade de Aveiro, em 1996 (registada como “associação” a 15 de fevereiro de 2002), as suas ações vão passar a seguir um estilo mais comunitário e a envolver também atividades expressivas de convívio em espaço público e ao ar livre (debates, jogos, jantares, ateliês).

Durante toda a década 2000 até seu final em 2008⁵, a intervenção social e política vai adquirindo uma maior dimensão e expansão com a participação da associação em diferentes eventos de cariz sociopolítico, nomeadamente marchas (e.g., Marchas do Orgulho e Marchas Mundiais das Mulheres), assim como iniciativas académicas e mediáticas, verificando-se uma atitude dialógica (e, simultaneamente, tensional permanente), quer com o(s) movimento(s) feminista(s) (sobretudo na questão da descriminalização da interrupção voluntária da gravidez), quer com o ativismo LGBTQ *mainstream*, este que procurando assumir uma posição mais integrativa, nunca conseguiu esconder a sua predileção “masculinista”. Num trabalho baseado em entrevistas semidiretivas a ativistas lésbicas e gays portugueses(as), Ana Maria Brandão (2009) constata que estas formas de ativismo lésbico nutrem com o feminismo e o ativismo gay tensões na sua articulação, a que chama de “alianças difíceis”. Longe de serem impactantes, reconhece que uma militância assente numa “zona de fronteira” (BRANDÃO, 2009, p. 18) pode ser potencializadora para (re)pensar certas formas de ativismo e assim fortalecê-lo.

Ainda que estas tensões tenham sido bastante comuns no início da constituição e transposição desses grupos informais, com uma maior sensibilidade crítica, em organizações políticas formais, mais concentradas em ascensão e influência política, foram sendo não acabadas, ou resolvidas, mas mitigadas em nome de uma ação política integracionista centrada no fim da discriminação legal em função da orientação sexual, dizendo respeito tanto a homens gays e bissexuais, como a mulheres lésbicas e bissexuais (CARNEIRO; MENEZES, 2006). Das mais importantes alterações, pode-se referir, por exemplo, o acesso ao casamento civil ou

5 Apesar da inação da associação em 2008, uma notícia recente dava conta que regressou às atividades. Disponível em: <https://dezanove.pt/clube-safo-prepara-regresso-as-1298835>. Acesso em: 12 abr. 2021.

à adoção de crianças, as proibições constitucionais da discriminação e o agravamento dos crimes de ódio com base na orientação sexual, além da introdução de temas LGBTQ na lei da educação sexual (COLLING, 2015; FERREIRA, 2015; SANTOS, 2018; SANTOS, 2019). Contudo, certas discriminações salientam, de modo mais evidente, a especificidade lésbica como, por exemplo, o acesso a técnicas de procriação medicamente assistida que até 2016 estava reservada a pessoas heterossexualmente casadas e em situação de doença.

Em relação à educação, um dos grandes marcos foi a instauração do decreto-lei da educação sexual que, após um percurso de *avanços e recuos*, passou a tornar obrigatória a educação sexual nas escolas, sendo o primeiro dispositivo de política educativa a mencionar os conceitos de orientação sexual, embora falhando na menção à identidade de gênero. Em duas das suas finalidades, pode ler-se que os objetivos da educação sexual são promover o respeito com base na orientação sexual e prevenir a violência com base nessa categoria (cf. SANTOS, 2019). Apesar do sucesso, a lei está construída numa lógica implicitamente idadista em que são os(as) jovens (LGBTQ ou não) que se constituem como o objeto e público-alvo das intervenções, e poucas pesquisas procuram saber como estas finalidades estão ou não a ser cumpridas. Como já se referiu anteriormente, “tem sido pouca a reflexão no geral, na teoria educacional, quando o assunto é gênero e sexualidade” (SANTOS, 2019, p. 945), com a investigação especificamente educacional em Portugal a ser bastante omissa sobretudo sobre temas LGBTQ.

Estudos sobre discriminação

Apesar das alterações legais que hoje colocam Portugal num dos países mais avançados do mundo em matéria de direitos LGBTQ (SANTOS, 2019), o caminho por igualdade absoluta parece ainda ser uma miragem. No início da década, em vários questionários, Portugal tinha apresentado baixos níveis de aceitação de pessoas homossexuais dentro da Europa (COMISSÃO EUROPEIA, 2009; EUROPEAN SOCIAL SURVEY, 2006). Num estudo comparativo de Jorge Gato (2012) com estudantes universitários(as) brasileiros(as) e portugueses, verifica-se, de fato, que atitudes patologizantes sobre homossexualidade são relativamente raras, entretanto, atitudes heteronormativas são bastante comuns. Comenta o investigador que:

[...] embora discordem de que a homossexualidade seja uma perturbação psicológica, os participantes tendem a concordar mais com a apreciação desta orientação sexual como substancialmente diferente da heterossexualidade, com consequências nos papéis familiares, nomeadamente no que diz respeito ao casamento e à parentalidade. (GATO, 2012, p. 116).

Este padrão se repete em outros estudos sobre homofobia em contexto escolar onde discursos e atitudes profundamente preconceituosas e discriminatórias tendem a ser comuns (SANTOS; SILVA; MENEZES, 2017, 2018). Enquanto a homofobia tende a ser gradualmente desafiada – e não se pode esquecer como a “desejabilidade social” tem um efeito dissuasor na expressão de atitudes agressivamente preconceituosas –, a heteronormatividade tende a ser reproduzida de forma incontestada, uma realidade aliás partilhada com o Brasil, onde os crimes de ódio contra pessoas LGBTQ são um dos seus maiores problemas (CNDC, 2004; MOTT; PAULINHO, 2018; RIBEIRO; SOARES; FERNANDES, 2009). Relativamente à educação em Portugal, os Observatórios da Associação rede *Ex aequo*, que registram as queixas de discriminação de jovens LGBTQ e simpatizantes, vão revelando que a escola possui um dos contextos discriminatórios mais referenciados (PAULOS, 2014). Pesquisas mais focadas nos discursos destes(as) profissionais indicam que tendem a manter posturas bastante problemáticas, caracterizadas pela heteronormatividade constante e remitência de identificações homossexuais para o mundo do privado (SANTOS et al., 2019).

Por exemplo, um estudo qualitativo focado nos discursos de 24 professores(as) de escolas do ensino médio e secundário, especificamente sobre lésbicas, revela que a lesbofobia é reconhecida como sendo frequente e bastante comum no espaço escolar, caracterizada por estereótipos de género e invisibilização de identidades e tópicos LGBTQ. Refere-se que “a maioria das escolas não aborda a temática da homossexualidade, nem os preconceitos encontrados no corpo docente” (RODRIGUES; OLIVEIRA; NOGUEIRA, 2015, p. 60). No Brasil, os trabalhos de Ariane Meireles (2012, 2017) centrados nas narrativas de professoras lésbicas na educação pública de Vitória-ES, ilustra relatos que demonstram um quotidiano escolar permeado de preconceitos e estereótipos sobre identificações heterodiscordantes. A autora enfatiza como esse clima obriga professoras lésbicas e bissexuais a uma ocultação da sua orientação sexual como espécie de “blindagem” para garantir o respeito profissional. Formas de violência e assédio antilésbico assentes em pressões para esconder as suas

identificações sexuais no trabalho tendem a ser padrões comuns detetados em estudos internacionais (CONNELL, 2014; FERFOLJA, 2008).

Apesar de estudos em discurso direto sobre as experiências de pessoas LGBTQ em Portugal serem raros, sobretudo aqueles acerca das experiências de professoras lésbicas, tem crescido o interesse pelos temas de gênero e sexualidade (FERREIRA, 2015; RODRIGUES; OLIVEIRA; NOGUEIRA, 2015; SANTOS, 2019). Muito dessa investigação tem-se alicerçado nos conceitos de “cidadania íntima” e de “cidadania sexual”, que aparecem muitas vezes conjuntamente interligados (FONSECA; ARAÚJO; SANTOS, 2012; PLUMMER, 2004; RICHARDSON, 2000; WEEKS, 1998). Como um modo de debater aspetos de uma cidadania determinada pela questão da sexualidade, o conceito emerge visando combater noções monolíticas de uma – como denomina Nuno Carneiro, “heterocidadania” (2012, p. 169) –, servindo assim como um parâmetro para a definição e redefinição de políticas públicas. Por “cidadania íntima e sexual” entende-se o conjunto de direitos (e deveres) relacionados com as esferas da intimidade e sexualidade humana (RICHARDSON, 2000).

As pessoas LGBTQ não estão excluídas de muitos direitos face a uma diversidade de outras identidades e identificações. Como seres humanos, lhes são imputados e reconhecidos diversos direitos (e.g., à vida), mas as suas orientações, identidades e relações íntimas e sexuais, frequentemente e em diferentes contextos, invariavelmente lhes coloca fora de uma conceptualização social enquanto seres humanos (CARNEIRO, 2012). Nos últimos anos, aspetos do conceito têm sido expandidos, mas também questionados (OLIVEIRA, 2014), mas continua a ser um interessante ponto de partida conceptual para interpelar as possibilidades de acesso a formas de vivenciar e experienciar a afetividade em pleno. É com base nos debates sobre cidadania íntima e sexual, e procurando colmatar lacunas na pesquisa educacional, que esta pesquisa se vai edificando. A partir das narrativas de 10 professoras portuguesas autoidentificadas como lésbicas e bissexuais, foca-se e discute-se, sobretudo, as possibilidades e impossibilidade de cidadania para sujeitos LGBTQ que são educadores.

Tendências e escolhas metodológicas

Esta pesquisa se iniciou como parte de uma pesquisa realizada nos contextos brasileiro e português cujo objetivo incidia na exploração de experiências de discriminação em contexto escolar. Pesquisas sobre a realidade cotidiana das professoras lésbicas no Brasil (MEIRELES, 2012; MEIRELES,

HOFFMAN; MAMED, 2016; MEIRELES, 2017) revelaram formas de microagressões e discriminação sutis que tornam as possibilidades de uma vida cidadã digna de professoras lésbicas mais rarefeitas. A proposta foi compreender a experiência das professoras lésbicas portuguesas, procurando discutir pontos em comum e pontos distintivos entre elas, sabendo que se trata de realidades diferentes e evitando comparações ortodoxas e descontextualizadas. Interessados(as) nas suas vidas profissionais, no entrecruzamento com diversas identificações, fomos focando diversos temas e tópicos, e uma vez interessados(as) em querer tornar mais audíveis vozes e experiências triplamente marginalizadas, o método biográfico apresentou-se como uma escolha incontornável. Como explicam João Amado e Sónia Ferreira:

Os estudos (auto)biográficos consistem num tipo de investigação que visa captar, através de um relato ou narrativa, a interpretação que determinada pessoa faz do seu percurso de vida, com a respetiva diversidade de experiências e sentimentos pessoais que tiverem lugar ao longo do tempo e por fases, nas mais diversas circunstâncias ou contextos e em ligação com uma multiplicidade de sujeitos (e.g., pais, irmãos, colegas, patrões) e de sistemas (e.g., família, escola, emprego). (AMADO; FERREIRA, 2014, p. 169).

Seguindo uma linha investigativa que privilegia o professor como pessoa e a sua subjetividade (ARAÚJO, 2000; 2004), a escolha metodológica pelas narrativas foi orientada precisamente por uma intenção dupla: por um lado, visibilizar vozes mais invisíveis e marginalizadas, quer na sociedade, quer dentro dos contextos comunitários LGBTQ, por outro lado, pela intenção de dar aos(as) participantes a oportunidade de refletirem sobre suas próprias trajetórias e alcançar novos entendimentos sobre si enquanto sujeitos genderizados e sexualizados. Como meios para comunicar e dar sentido à experiência, a narrativa apresenta-se como um método ideal de auscultação, não apenas para reviver eventos passados, mas sobretudo para entender acontecimentos, fatos e ações observáveis presentes através do relato a outrem. Como refere Laura Fonseca:

[...] voz pode ser um conceito heurístico para pensar e visibilizar a realidade educacional feminina. Implica, além da pronúncia, o silêncio e o ruído que está a facilitar ou a impedir a relação educacional. As vozes relacionam-se com os procedimentos que asseguram e defendem que os grupos sejam incluídos com voz por direito próprio, o que implica falar e ser escutado, estar e falar por si próprio, uma política de representação e de participação. (FONSECA, 2008, p. 57).

Franco Ferrarotti (1989) defende que, através das histórias de vida, podemos não só aceder à subjetividade (pessoal e interpessoal), mas também às dimensões culturais e sociais em que a experiência dos indivíduos se constrói, fornecendo a narrativa informações importantes sobre contextos históricos e eventos políticos. É importante salientar que, dentro de uma panóplia tão diversa de perspetivas sobre a narrativa, procuramos nos desviar de um paradigma positivista e abraçar um paradigma construtivista. Como grelha de leitura e compreensão, invoca-se referenciais epistemológicos e teóricos múltiplos que atravessam diferentes áreas, abordagens e correntes, mas uma vez que se trata de uma pesquisa em Ciências da Educação campo disciplinar marcado pelo hibridismo teórico e metodológico, sem pudor em beber e socorrer-se de perspetivas hereges, compactua especialmente com as perspetivas feministas e LGBTQ, necessariamente comprometidas com a igualdade e justiça social na educação.

Quanto ao recrutamento, o acesso a participantes LGBTQ, sobretudo para uma pesquisa qualitativa, de natureza intrinsecamente intrusiva e na qual a empatia e o acompanhamento são cruciais, é uma das conhecidas dificuldades dos estudos sobre estas populações (SANTOS, SILVA; MENEZES, 2018). Como tal, recorremos à técnica de *snowball sampling* (SANTOS, 2020, p. 79) em que, uma vez identificadas algumas professoras lésbicas, estas convidariam outras para participar e por assim adiante. Explicitamente, procuramos diversificar as participantes em termos de orientação sexual (lésbica, bissexual) e identidade de género (trans, cis), etnia (brancas, negras, etc.), classe social e idade, possibilitando assim uma “trama polifônica” (RIBEIRO; SOARES; FERNANDES, 2009, p. 197), mas nem sempre isso foi possível dadas as condições circundantes. Teorizemos sobre este facto posteriormente. Findo o processo, tínhamos 10 professoras partilhando, quer caraterísticas comuns (as mais evidentes: o género, a identificação sexual, a nacionalidade, etnia, a região em que moram), quer caraterísticas distintas (o grau de ensino que lecionam e o contexto, o grau de assunção sobre a sua homossexualidade, entre outros)⁶.

Acerca do processo, decidimos elaborar entrevistas individuais e abertas com professoras lésbicas e bissexuais que lecionam em escolas com o ensino secundário (ensino médio no Brasil) do litoral Norte de Portugal. Entrevistamos

⁶ É importante realçar que a menção a muitas destas características como “género”, “etnia” ou “orientação sexual” resultam da auto-identificação dos sujeitos e dependem da forma como cada um(a) fala de si. Ainda que problemático, defende-se aqui o ‘princípio da autodeterminação’: o direito próprio que cada um(a) tem de se afirmar como quiser.

professoras nas áreas do Português, Biologia, Filosofia, Educação Física e Química. As suas idades variavam entre 39 e 67. Foram entrevistadas a Ana (56), Raquel (50), Isabel (62), Sofia (52), Laura (61), Helena (54), Débora (39), Susana (54), Bia (47) e Leila (41). A Helena foi a única professora autoidentificada como negra, a Sofia e a Isabel identificaram-se como bissexuais e cisgêneras. Para cada uma das mulheres, o processo de construção narrativa envolveu três encontros biográficos, realizados em dias distintos, centrados em tópicos como infância, adolescência, relação com a família e grupo de pares, mundo do trabalho, relações íntimas e sexuais, entre outros.

Antes de participar nesta pesquisa, a todas as professoras foi solicitado assinar um termo de consentimento informado e o anonimato foi garantido através do uso de nomes fictícios. O anonimato, independentemente da assunção da homossexualidade de cada uma, adquire especial relevância para evitar constrangimentos institucionais e possibilitar respostas mais abertas e genuínas. Nesse sentido, é importante sublinhar o caráter autobiográfico deste estudo, reconhecendo que a sua pesquisadora principal é lésbica e professora, o que acaba por ter um efeito gerador de entendimento mútuo, como “ativista-investigadora” (MEIRELES; HOFFMAN; MAMED, 2014).

Depois de transcritas e analisadas, procedemos à sua análise com recurso à análise temática, identificando diferentes temas e subtemas (BRAUN; CLARKE, 2012). Neste artigo, por questões de espaço e foco, debruçamo-nos sobre dois temas em particular: (1) “Entre elas isso não acontece!”: histórias e experiências de cidadania silenciada; (2) “Os hétéros podem, nós não!”: Blindagens profissionais entre afirmação e orgulho. O primeiro reporta-se à história das professoras na descoberta da sua sexualidade e posterior (não)envolvimento comunitário e político. O segundo se refere, sobretudo, às experiências de discriminação em vários contextos, nomeadamente na escola e na sociedade. O objetivo deste artigo não é produzir resultados generalizáveis para outras populações de mulheres lésbicas, docentes ou não, mas sim transferir a realidade para outros contextos, desafiando as generalizações existentes⁷.

7 O conceito de “transferibilidade” é aqui importante, referindo-se a generalizações moderadas tendo em conta as especificidades de cada situação (AMADO; FERREIRA, 2014). Transferibilidade refere-se ao processo de fazer alguma transferência entre contextos como consequência de certas semelhanças entre eles. Como refere Pedro Rodrigues, a transferibilidade procede pelo “reconhecimento da semelhança entre objetos e questões dentro e fora do contexto, permanecendo sensível à variação natural dos fenómenos e reconhecendo que a verdade se encontra tanto no geral e no típico, como no particular e no atípico. Nesta perspetiva, a generalização procede antes caso a caso, correspondendo a uma transferência para um caso semelhante e não para uma população, raramente assumindo a forma de previsões, mas frequentemente ou geralmente conduzindo a expectativas” (RODRIGUES, 1992, p. 39).

Discussão: “Entre elas isso não acontece!”: histórias e experiências de uma cidadania silenciada

Muito das experiências destas mulheres, assim como os sentidos que atribuem a elas, devem ser compreendidas na sua diversidade, desempenhando os modos como se vêem enquanto sujeitas quer genderizadas (i.e., marcadas por um sexo atribuído à nascença e por uma expressão de gênero que tanto pode ser masculina/*butch*, feminina/*femme* ou intermutável/*queer*) e sexualizadas (aceitando ou recusando a categoria identitária “lésbica” ou “bissexual” como centro definidor do *self*) um papel significativo na sua interpretação. Tal consideração é perceptível quando se procura compreender os sentimentos que acompanharam a percepção sobre a (homos/bis)sexualidade delas próprias. Para algumas destas mulheres, a “descoberta” da homossexualidade é marcada por angústia, sofrimento, incerteza, ou por algum tipo de dificuldade ou viragem que, apesar de tudo, se vai aceitando, digerindo, aprendendo a viver.

Descobrir-me como mulher homossexual durante muito tempo trouxe-me muito sofrimento. ‘Porquê eu?’. Com o tempo fui compreendendo que o problema não estava em mim, mas sim nos outros! (Isabel);

Ao princípio, foi muito difícil, mas depois fui aceitando... (Ana);

Foi um processo e pêras! (Laura).

Esta ideia de uma percepção de si enquanto sujeita sexualizada, acompanhada por alguma dor e incerteza, tende a ser um aspeto observado em outros estudos (CARNEIRO; MENEZES, 2006). Em três dos casos (Ana, Isabel e Laura) a “descoberta” da orientação sexual se dá de modo muito tardio, tendo estas mulheres tido, inclusive, relacionamentos com homens, com os quais tiveram as suas primeiras experiências íntimas e sexuais, depois do casamento, uma tendência observada em muitas lésbicas maduras (CONNELL, 2014). Contudo, também se revela que muito dessa ambiguidade se deve não à sexualidade em si, mas ao peso do estigma e da discriminação social envolvente, sobretudo num contexto marcado pela ditadura salazarista. Vale lembrar que neste período da história de Portugal, a ideologia salazarista, assente num paradigma católico de policiamento da sexualidade, perseguia e violentava pessoas LGBTQ (ALMEIDA, 2010), o que não admira que para muitas um dos marcos incontornáveis na sua história seja o 25 de abril de 1974 que veio a possibilitar algumas liberdades, inclusive sexual.

Para estas mulheres mais velhas, a descoberta foi acompanhada de solidão e de medo que alguém descubra, mas nem todas estas mulheres viveram a sua descoberta a partir do prisma da dor e do martírio. É o caso da Leila, curiosamente uma das professoras mais novas e para a qual a descoberta da sua sexualidade foi vivida com alegria e prazer, sempre sendo óbvio que era/é lésbica:

Eu sempre soube que eu era e o que eu queria. Há muita gente que diz 'Eu só a partir dos 40, eu só a partir dos [x], eu fui casada', enfim, para mim sempre foi óbvio. Nunca gostei de homens, nunca me senti atraída, e sempre amei mulheres. AMO mulheres! [risos]. E é isso, lésbica e proud! (Leila).

Leila já viveu num tempo diferente marcado por alguma liberdade e por isso, talvez, os seus discursos tendem a ser mais otimistas. Embora não taxativamente, esta oposição entre as meninas novas e as cotas tende a ser visível em muitos discursos, o que parece ser um divisor de águas entre elas. Essa divisão tanto pode alimentar fraturas internas e idadismos (com as mulheres mais velhas a serem penalizadas), mas também se constituir como um marcador erótico dentro da homossexualidade feminina, como vão afirmando algumas que preferem se relacionar com mulheres mais velhas (MEIRELES, 2017). A diversidade estende-se às famílias. As vivências de infância e as relações com a família são demasiado diversas para que se possa traçar com exatidão um perfil ou padrão singular. Em nenhum caso estas mulheres tiveram problemas, conflitos ou traumas que marcasse o seu percurso ou história de vida, como geralmente se julga num certo imaginário LGBTfóbico:

Eu tive uma infância supernormal. Há muita aquela coisa de 'Ah, as lésbicas tiveram uma má experiência com homens ou algum trauma de infância, e isto ou aquilo', e não; sou uma mulher absolutamente normal, com uma infância normal [...]. Durante muito tempo, culpava-me pois pensava que era o que era por causa de, sei lá, a minha educação, a minha família, a relação com os pais, enfim, e nada, sempre fui uma pessoa normalíssima (Laura).

A dimensão da classe social ou da condição socioeconômica parece funcionar aqui mais como um elemento distintivo nos modos de viver a infância do que a experiência de ser lésbica ou bissexual. Neste ponto, o recontar das suas experiências parece fazer emergir dois tipos de mulheres: as de classe média, que muitas vezes sentiam que o seu destino de se tornarem docentes seria mesmo esse, e as mulheres de classe trabalhadora, uma minoria que,

por terem passado a ter acesso à escola e a níveis de ensino mais alargados, passaram a ter novas oportunidades. Falamos de mulheres da década de 1960, época em que ir à escola estava implicitamente vedado aos contextos mais pobres da sociedade (ARAÚJO, 2000, 2004). Ainda assim, nas suas histórias, a descoberta da (homos)sexualidade é um ponto marcante de viragem para muitas destas mulheres e assume um papel crucial no modo como elas se interligam com o mundo social envolvente, da família ao grupo de pares. Este é talvez o aspecto que parece unir estas mulheres em torno de um cerne comum: a sua sexualidade. Esta descoberta – fala-se aqui de “descoberta” como sinónimo de um processo de reconhecimento e intangibilidade sobre os desejos íntimos e sexuais, assumindo que não existe um ponto concreto no tempo para esse reconhecimento, mas antes um período de reflexão e integração (CARNEIRO; MENEZES, 2006) – é acompanhada por muitos sentimentos e emoções, mas no final só resta a aceitação e a luta pela felicidade.

“Os héteros podem, nós não!”: Blindagens profissionais entre orgulho e vergonha

Como já se foi referindo, muitas das experiências de discriminação destas professoras dependem de dois factores essenciais: (1) a sua expressão de género, i.e., o quanto elas se distanciam das normas culturais hegemónicas que definem o que se entende como feminilidade idealizada (ESCOBAR; BAPTISTA, 2016); (2) o grau de assunção da sua (homos)sexualidade, o que significa que as mulheres que expressam a sua identidade como lésbicas ficam expostas a um nível maior de interpelação (FERFOLJA, 2008). É a partir deste princípio básico de que, para se compreender que estão a ser discriminadas, a sua identificação necessita ser expressa, que se pode fazer indagações. Como muitas reconhecem, tal discriminação, geralmente, fica reservado para as mais visíveis⁸:

Eu nunca sofri discriminação porque também ninguém sabia o que eu era ou deixava de ser. Penso que as meninas que são mais assumidas, mais “camionas” [faz aspas com os dedos], sofrem mais... Eu sempre fui uma bissexual feminina, vamos dizer assim, por isso ninguém desconfiava de mim. Isso tem muito a ver com se uma pessoa sabe ou não sabe. De mim ninguém sabia, logo eu passava. Outras colegas, calhar não... (Sofia)

⁸ É preciso salientar que se é verdade que os sujeitos de pesquisa podem ceder à tentação de corresponder às expectativas do(a) investigador(a), não é menos verdade que, por razões de estigma ou possível perda de *status*, podem mentir ou omitir, negando serem discriminados/as ou, pelo menos, acharem que não o são. Nesse sentido, uma das estratégias, às vezes, é assumir o papel de testemunhas ou falarem em nome de outrem.

Geanine Escobar realça sobretudo a violência que interpela a lésbica *butch* cuja lesbianidade é, pelo menos simbolicamente, mais visível e, portanto, mais atacável. Nesse sentido, explica a autora, existem “especificidades que agravam ainda mais as discriminações já enfrentadas pela condição social dessas mulheres, que ora são confundidas com homens, ora são humilhadas publicamente por serem ‘masculinas’” (ESCOBAR; BAPTISTA, 2016, p. 294). A lógica do *passing* (OLIVEIRA, 2014) é muitas vezes usada para justificar a não discriminação ou violência. Dentro de um entendimento estereotipado que interliga expressão de gênero e orientação sexual, as lésbicas mais masculinas tendem a ser mais identificadas como tal e, conseqüentemente, ficam mais sujeitas a interpelações homofóbicas, que podem ir desde do insulto indireto até a agressões (ESCOBAR; BAPTISTA, 2016). Contudo, pelo menos no espaço escolar, nenhuma delas confessa ter sofrido ou assistido a discriminações diretas e ofensivas contra si ou contra outras, comparando-se frequentemente com a violência contra homens *gays* e ou pessoas *trans* que confessam ser mais frequentes e comuns (SANTOS; SILVA; MENEZES, 2017). Todavia, isso não significa que não sejam contados episódios em que se constituíram como objeto de desconsideração:

Muita gente fala que nós, lésbicas, somos menos discriminadas, mas mesmo aí, somos muito invisíveis porque a discriminação não se vê. Por exemplo, há sempre estudos sobre homossexualidade que é masculina. Nunca pensamos na feminina! Na televisão, no cinema, enfim... Isso também é uma forma de violência. Tratar com desprezo um assunto que para mim é íntimo e sério! (LEILA).

É frequente que algumas mulheres denunciem a invisibilidade das mulheres lésbicas e a sua remissão para o universo do privado e do indizível (ALMEIDA, 2010). A indignação de Leila é reveladora de uma cidadania íntima e sexual que é constantemente silenciada, mesmo em meios ou ambientes francamente, mais “G” do que “L” e “BT” –, ao mesmo tempo que deixa bem claro como essa invisibilização, longe de ser inofensiva, afeta a sua intimidade. Isso acontece na sociedade em geral, mas também no seu trabalho enquanto professoras com a heteronormatividade social a ser apontada como um problema (MEIRELES, 2017). Nesse sentido, a discriminação mais frequente é de ordem do sutil das microagressões, do heterossexismo subconsciente:

São pequenos “nadas” que, se calhar, magoam os outros... O heterossexismo é um problema, de fato. Vamos imaginar a professora hétero pode falar do marido, dos filhos. Ela não diz

que é heterossexual, mas se diz que tem marido e filhos, parte-se desse pressuposto, né? As lésbicas já é mais complicado. Os héteros podem, nós não. Porque somos isto, somos aquilo, predadoras, masculinas, isto e aquilo (DÉBORA).

“Pequenos nada” é um ótimo descritivo das microagressões como formas mais evidentes de homofobia sutil. Pode-se incluir nessas microagressões, por exemplo, a propagação de estereótipos sobre mulheres lésbicas ou bissexuais que tantas vezes existe no espaço escolar, como mostram diversas pesquisas (RODRIGUES; OLIVEIRA; NOGUEIRA, 2015) e como também algumas mulheres vão denunciando (“predadoras”, “masculinas”, entre outros). Outras vezes diz respeito às blindagens de que nos fala Ariane Meireles, como uma expressão de efeito das pressões para esconder a sua sexualidade e desempenhar uma “boa imagem hétero e feminina”:

Tenho um certo cuidado naquilo que publico no Facebook. Conheço histórias de mulheres que só por colocarem um ‘gosto’ numa publicação, descobriram que era lésbica, ou bi, e começaram a comentar. Há sempre rumores, burburinhos, por isso evito certas coisas. Eu não tenho problemas, vivo a minha vida normalmente, gosto muito de ser quem sou, mas tenho consciência que há muitas coisas que não faço, que não publico, que isto ou aquilo, com receio de perceberem que sou [lésbica]. Geralmente, na escola sou mais comedida. Não escondo, mas evito falar (RAQUEL).

O discurso de Raquel sugere conflito e ambivalência sobre expressar a sua identidade e identidades profissionais. O fato de receber o rótulo de “professora lésbica” ou “professora bissexual” tanto a deixa orgulhosa como desconfortável. Por um lado, ela se vê como um modelo positivo (*role model*) para estudantes LGBTQs e como desconstrutora de estereótipos, por outro lado, na escola, ela procura distanciar-se desse rótulo, insistindo que a sua identidade profissional está separada da sua identidade sexual.

Num estudo de Catherine Connell (2014) sobre professoras lésbicas, a autora argumenta que a tensão experimentada por muitas é a incompatibilidade fundamental das demandas contemporâneas políticas LGBTQ, entre, por um lado, a manifestação de um orgulho afirmativo e, por outro, a garantia da aparência e das normas de profissionalismo respeitável que exige a professoras(as) LGBTQs serem cautelosos(as) e autodisciplinados(as) sobre as suas vidas pessoais e sexuais. É também o “estatuto epistêmico” (SANTOS, 2020, p. 86) das professoras que está em causa: o medo de enquanto lésbicas não serem capazes, ou menos inteligentes que os/as colegas heterossexuais.

Outras críticas se estendem à sociedade em geral com as professoras a revelar como certas atitudes e práticas são altamente preconceituosas, usando-se mesmo termos como “hipocrisia” e “cinismo social”. Uma dessas atitudes diz respeito ao modo altamente preconceituoso de como as sexualidades lésbicas/bissexuais são abordadas pelas pessoas. Um dos pontos falados e criticados foi a hiper-objetificação do corpo e da sexualidade entre mulheres para puro deleite do patriarcado heteronormativo (“a lésbica só existe para satisfazer o macho hétero, é o que parece no pornô!” [Débora]). A forma como o imaginário erótico e o mundo da pornografia integra as sexualidades lésbicas/bissexuais e o duplo padrão sexual de tratamento foram um ponto de menção nas narrativas. As lógicas discriminatórias entrecruzam-se obrigatoriamente com outras identificações dentro do espectro ou prisma da multiplicidade de identidades. Ainda que a expectativa tenha sido que os discursos da discriminação se circunscrevam ao fato de serem “professoras lésbicas”, as denúncias vão abarcar outras falas. É o caso de Helena que faz referência à invisibilidade das mulheres especificamente negras:

Todas nós sofremos com a discriminação. Todas... Mas quando se trata das mulheres negras, ainda é pior. Sofremos por ser lésbicas e negras. Ou melhor, não é por sermos lésbicas ou negras, mas sim pelo preconceito. E as lésbicas masculinas, “as camionas”, ainda é pior, muito pior. São confundidas com homens, e humilhadas publicamente por serem “masculinas” (HELENA).

Em toda a narrativa de Helena, descendente de cabo-verdianos, a sua identidade negra é um marcador distintivo que a interpela muito mais do que ser lésbica, mesmo que não queira, pois não se considera uma “ativista”, uma “militante”. A hegemonia da branquidade e o racismo estrutural e sistêmico da sociedade portuguesa não lhe dão alternativa além de criticar os alicerces culturais que impossibilitam a vivência plena da sua cidadania. Várias autoras têm chamado a atenção para a invisibilidade constante das mulheres negras, em particular lésbicas, como, por exemplo, Geanine Escobar, com considerações específicas sobre o contexto lusófono:

Grande parte da comunidade negra portuguesa é explorada em empregos precários, desvalorizados, estigmatizados e o não reconhecimento da existência dessas pessoas enquanto cidadãs com direitos iguais é considerado algo normal. Com isso, o racismo institucional torna-se cotidiano. (ESCOBAR; BAPTISTA, 2016, p. 294).

Também os trabalhos de Ariane Meireles (2012; 2017), mais centrados no trabalho docente e no ambiente escolar no Brasil, destacam o quanto a desigualdade afeta as professoras lésbicas negras, no contexto de um país que é herdeiro direto da colonização e escravatura. O racismo sistêmico de Portugal é aqui particularmente atacado, quando refere a “benevolência” e a muita da incapacidade de Portugal (fala-se aqui de Portugal como um construto simbólico, mais do que o país atualmente) em olhar criticamente para o seu passado colonial e escravagista. Apesar das experiências de discriminação e críticas à sociedade, também existem muitas experiências positivas que impossibilitam aceitar somente um paradigma vitimista que se fixe apenas na dor e martírio. Reconhece-se que as narrativas centradas apenas no *script* mártir/alvo/vítima, adquirem dividendos com a própria autocomiseração e, em muitos casos, gera mais solidariedades vazias do que reais empenhamentos em mudança. Quer ao nível da ‘saída do armário’ (*coming out*) à família e amigos/as, quer ao nível da constatação de uma nova realidade escolar (com a percepção de que os(as) jovens estão se a assumirem mais cedo e existe hoje uma maior visibilidade mediática *quasi-global*). Nesse sentido, estas professoras referem que estão lançadas as sementes para a mudança e transformação social, apesar de umas acreditarem mais nisso do que outras.

Já ao nível do envolvimento e participação política (em organizações ou coletivos) ou comunitária – com “meios” ou “ambientes” LGBTQ (ou especificamente lésbicos) –, diferentes visões e investimentos são mobilizados. Enquanto existem professoras lésbicas – assumidas ou não – que tem um entendimento mais político e engajado sobre a sua identidade, se envolvem em coletivos/associações (ou como pessoas independentes) de diferentes naturezas, e acreditam e se debatem por mudança e transformação social, ou seja, se reveem na “indissolubilidade entre os significados subjectivos e o sentido de pertença a um grupo onde comunalmente se vivencia a discriminação social” (CARNEIRO; MENEZES, 2006, p. 81), também existem aquelas – assumidas ou não – que não veem essa necessidade de afirmação política e envolvimento político ou comunitário, podendo ou não se hierarquizar implícita ou explicitamente (BRANDÃO, 2009). As primeiras tendem a ver-se como um elemento decisivo dentro de um quadro dinâmico de emancipação sociopolítica. Já as segundas não sentem a necessidade de se envolver em ativismos e militâncias nem frequentar espaços parcial ou exclusivamente para pessoas LGBTQ, ainda que não abduquem, em muitos casos, de se solidarizar com “a causa”, deixando bem claro que “não são contra”:

[...] Eu não vejo necessidade de me cingir a isso [ativismo]. Sou muito mais do que isso. Se querem fazer uma marcha tudo bem, mas eu não me identifico [...] Eu sabia que havia bares lésbicos, até em Lisboa, na altura havia um [tenta recordar-se], não sei o nome, mas havia. Tinha umas amigas que iam. Elas gostavam muito, mas nunca senti essa necessidade. Conheci a minha companheira sem ir a esses sítios, mas pronto. Cada um faz o que quiser! (Sofia).

Há uma clara ênfase na “descrição” e “comodismo” e também uma divisão demarcada entre opções ou escolhas individuais, e uns “outros” e “outras” mais coletivistas e politizados. Muito deste discurso é acionado com uma preocupação manifesta em não desejar hierarquizar, ainda que, geralmente o façam pelo não dito (MEIRELES, 2017). Com preocupações evidentes com apropriações homonormativas do conceito de cidadania sexual e a partir de uma entrevista a Rita, uma professora lésbica participante num estudo sobre pessoas LGBTQ, João Manuel Oliveira (2014) discute como muitos sujeitos incorrem num discurso que mimetiza lógicas assimilacionistas, hierarquizadoras e excludentes como quando optam pela estratégia desnecessária de ‘se passar’ por heterossexual ou quando procuram aceitação (ou tolerância) pela aquisição real ou aparente de capital e consumo. Também no discurso de algumas professoras se pode referir que há “uma dinâmica de compensação, que poderíamos também analisar como marcas de uma cidadania sexual que só inclui aqueles/as que podem ser incluídos/as, dado que ela mesma é marcada por diferentes matrizes de opressão e privilégio” (OLIVEIRA, 2014, p. 75). Isto significava que, mesmo na diversidade, há um pluralismo que é preciso entender como um desafio às teorias da representação e ação política.

Conclusão

Comprometidos com a diversidade LGBTQ em educação, procuramos neste artigo trazer um pouco das histórias da vida de professoras lésbicas e bissexuais, focando os tópicos das identificações sexuais, e as movimentações em dois espaços e contextos: na escola enquanto professora e na comunidade LGBTQ como (não) agentes políticos. Um aspeto que salta à vista é a heterogeneidade de modos como estas mulheres se percebem e se orientam revelando um feixe de identificações e desidentificações que complexificam o olhar linear de quem as olha. Esperamos que estas narrativas e todo o processo de envolvimento nesta pesquisa possam criar oportunidades de reflexão e transformação para estas mulheres rumo a um empoderamento político claro e assertivo.

Em vez de apenas coletar dados, sentimos a necessidade de estimular a reflexividade e construir significado através da interação. Quando os indivíduos falam de suas experiências, eles também utilizam a memória autobiográfica (AMADO; FERREIRA, 2014). Através da reprodução espaçada de eventos, reconstroem-se sentidos que permitem uma compreensão mais atual e nítida sobre o presente e sobre nós próprios, com impacto nas formas múltiplas como se gera expectativas sobre o futuro.

Mais uma vez se repete que não se pode generalizar sobre pessoas LGBTQ e, em particular, professoras lésbicas ou bissexuais a partir deste artigo, muito menos partir de discursos individuais para a criação e reificação de estereótipos. Pelo contrário: a intenção se prestou a analisar as narrativas com pluralismo, entrecruzando olhares e mostrando divisões e fraturas internas, produtivas do ponto de vista da complexificação intelectual. Há que esclarecer que se trata de uma pesquisa exploratória que rejeita generalizações ou apropriações ideológicas, mas que, através da indagação crítica, procurou evidenciar a polifonia lésbica. Sem pretensões de uma reinscrição no papel francamente cínico de “heróis(as)” ou “salvadores(as)”, a novidade (e intenção) assenta no ato de facilitar a emergência da voz a sujeitos-objeto de tripla invisibilidade e, assim, permitir contribuir para a teoria e política em expansão.

Também se reconhece alguma falta de diversidade no acesso à população participante, nomeadamente racial, não obstante a presença de Helena bastante crítica do racismo estrutural do país. Aqui a técnica de amostragem tem alguma responsabilidade, mas mais uma vez se demonstra como os circuitos de capital social são ainda tendencialmente regidos pelo privilégio branco (ESCOBAR; BAPTISTA, 2016; MEIRELES, 2017). Numa era global, têm sido cada vez mais frequentes os diálogos entre a investigação educacional feita no Brasil e em Portugal, sobretudo no que concerne às desigualdades de género e sexuais (SANTOS, 2020; SANTOS; SILVA; MACEDO; MENEZES, 2019). Sabendo da desvalorização dos contextos ibero-americanos face à hegemonia global da cultura anglo-saxônica, essas alianças se revelam essenciais. Mostra-se nesta pesquisa que muitos aspetos são ligeiramente diferentes como conquistas legais, clima social e envolvimento comunitário, sendo essas diferenças possivelmente explicadas por questões culturais (SANTOS, 2020). Contudo, noutros aspetos, é comum a experiência de discriminação vivida por professoras brasileiras, nomeadamente a invisibilidade heteronormalizadora, centro gravitacional da experiência universal de mulheres que gostam de mulheres (PLUMMER, 1992). Que esta pesquisa sirva para questionar também essa universalidade.

Referências

AMADO, J.; FERREIRA, S. Estudos (auto)biográficos: histórias de vida. *In: AMADO, J. (coord.). Manual de investigação qualitativa em educação.* Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014. p. 169-185.

ARAÚJO, H. C. **As pioneiras na educação:** as professoras primárias na viragem do século contextos, percursos e experiências, 1870-1933. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 2000.

ARAÚJO, H. C. Em torno de subjectividades e de Verstehen em histórias de vida de professoras primárias nas primeiras décadas do século XX. *In: ABRAHÃO, M. H. (ed.). A aventura (auto)biográfica: teoria & empiria.* Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 311-327.

BRANDÃO, A. M. Lesbianismo, feminismo e activismo gay: alianças difíceis. **LES Online**, Braga, v. 1, n. 1, p. 12-20, 2009.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Thematic analysis. *In: COOPER, H. (ed.). APA Handbook of Research Methods in Psychology.* Washington: American Psychological Association, 2012. v. 2.

CARNEIRO, N. S. Violências íntimas multimarginalizadas: pensar e agir contra a normatividade. *In: NEVES, S. (org.). Intervenção psicológica e social com vítimas.* Coimbra: Almedina, 2012. p. 167-192. v. 2.

COLLING, L. **Que os outros sejam o normal:** tensões entre o movimento LGBT e o ativismo queer. Salvador: EDUFBA, 2015.

COMISSÃO EUROPEIA. **Discriminação na EU, 2009.** Lisboa: Eurobarómetro, 2009.

CNCD. **Brasil sem homofobia:** programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004.

CONNELL, C. **School's out:** gay and lesbian teachers in the classroom. Berkeley: California University Press, 2014.

ESCOBAR, G. V.; BAPTISTA, M. M. R. T. O pensamento das mulheres negras e a lesbianidade negra em contexto lusófono. *In: CONGRESSO*

INTERNACIONAL EM ESTUDOS CULTURAIS, 5., Coimbra, 2016.
Atas [...]. Coimbra: Universidade de Aveiro, 2016.

EUROPEAN SOCIAL SURVEY. **Exploring public attitudes, informing public policy**: selected findings from the first three rounds. London: European Social Survey, 2006.

FERFOLJA, T. Discourses that silence: teachers and anti-lesbian harassment. **Discourse: Studies in the Cultural Politics of Education**, Oxfordshire, v. 29, n. 1, p. 107-119, 2008.

FERRAROTTI, F. **Histoire et histoire de vie** : la méthode biographique dans les sciences sociales. Paris: Librairie des Méridiens, 1983.

FERREIRA, E. Movimento lésbico em Portugal: percursos e desafios. **Faces de Eva: Estudos Sobre a Mulher**, Lisboa, n. 34, p. 35-50, 2015.

FONSECA, L.; ARAÚJO, H.; SANTOS, S. Sexualities, teenage pregnancy and educational life histories in Portugal: experiencing sexual citizenship? **Gender and Education**, Oxfordshire, v. 24, n. 6, p. 647-664, 2012.

FONSECA, L. Transições à entrada do século XXI: vozes, percursos e biografias escolares de jovens ciganas e payas. **Educação, Sociedade & Culturas**, Porto, n. 27, p. 51-72, 2008.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1987. v. 1.

GATO, J. Homofobia dos dois lados do Atlântico: atitudes negativas face a lésbicas e a gays em Portugal e no Brasil. **Passages de Paris**, Paris, v. 7, p. 105-121, 2012.

MAGALHÃES, M. J. Feminismos e lesbianismo: derrubando o mito da Lavender Menace. **LES Online**, Braga, v. 2, n. 1, p. 33-46, 2010.

MEIRELES, A. C. **Políticas públicas sobre diversidade sexual na educação e vivências pedagógicas de professoras lésbicas na escola**: notas sobre a cidade de Vitória. 2012. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

MEIRELES, A. C. Lésbicas, bissexuais, cis, professoras: notas sobre cotidianos escolares. In: GIVIGI, A. C.; DORNELLES, P. (org.). **Babado acadêmico no recôncavo baiano**: universidade, gênero e sexualidade. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 113-131.

MEIRELES, A. C.; HOFFMAN, L.; MAMED, M. S. Lésbicas, bissexuais, cis, professoras: notas sobre cotidianos escolares. **E-Revista de Estudos Interculturais**, Porto, Portugal, n. 4, p. 1-17, 2016.

MOTT, L.; PAULINHO, E. M. **Mortes violentas de LGBT no Brasil**: relatório 2017. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2018.

OLIVEIRA, J. M. Cidadania sexual sob suspeita: uma meditação sobre as fundações homonormativas e neoliberais de uma cidadania de “consolação”. **Psicologia & Sociedade**, Recife, v. 25, n. 1, p. 68-78, 2014.

PAULOS, R. **Observatório de educação LGBT 2014**: relatório sobre homofobia e transfobia. Lisboa: Associação de jovens LGBTI e simpatizantes, 2014.

PEDRO, J. M. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

PLUMMER, K. **Modern homosexualities**: fragments of lesbian and gay experiences. London: Routledge, 1992.

PLUMMER, K. **Intimate citizenship**: private decisions and public dialogues. Seattle: University of Washington Press, 2004.

RIBEIRO, P.; SOARES, G.; FERNANDES, F. Ambientalização de professores e professoras no espaço escolar. In: JUNQUEIRA, R. D. (org.). **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília, DF: MEC/SECAD, 2009. p. 183-211.

RICH, A. Compulsory heterosexuality and lesbian existence. **Signs**, Chicago, v. 5, n. 4, p. 631-660, 1980.

RICHARDSON, D. Constructing sexual citizenship. Theorizing sexual rights. **Critical Social Policy**, Thousand Oaks, v. 20, n. 1, p. 105-135, 2000.

RODRIGUES, L.; OLIVEIRA, J. M.; NOGUEIRA, C. Discriminação contra jovens lésbicas em contexto escolar. **Latitude**, Maceió, v. 9, n. 1, p. 55-71, 2015.

RODRIGUES, P. Avaliação curricular. In: ESTRELA, A.; NÓVOA, A. (org.). **Avaliações em educação**: novas perspectivas. Lisboa: Educa, 1992. p. 15-72.

ROGERS, M. Growing up lesbian: the role of the school. In: EPSTEIN, D. (ed.). **Challenging gay and lesbian inequalities in Education**. London: Open University Press, 1994. p. 44-61.

SANTOS, A. C. Luta LGBTQ em Portugal: duas décadas de histórias, memórias e resistências. **Revista TransVersos**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 36-51, 2018.

SANTOS, H. A evolução da “diversidade sexual” no currículo escolar português: da revolução dos cravos ao neoconservadorismo. **Currículo Sem Fronteiras**, Porto Alegre, v. 19, n. 3, p. 944-962, 2019.

SANTOS, H. “Ainda somos olhados de lado...”: experiências de integração e discriminação de estudantes brasileiros/as em Portugal. **LaPlage em Revista**, São Carlos, v. 6, n. 1, p. 75-90, 2020.

SANTOS, H.; SILVA, S. M.; MACEDO, E.; MENEZES, I. Diversidade sexual no discurso de professores: os perigos liberais da hiper-humanização, privatização e heteronormalização. In: MACEDO, E.; MENEZES, I. (org.). **Currículo, política e cultura: conversas entre Brasil e Portugal**. Curitiba: Editora CRV, 2019. p. 269-288.

SANTOS, H.; SILVA, S. M.; MENEZES, I. Para uma visão complexa do bullying homofóbico: desocultando o cotidiano da homofobia nas escolas. **Ex aequo**, Lisboa, n. 36, p. 117-132, 2017.

SANTOS, H.; SILVA, S. M.; MENEZES, I. From liberal acceptance to intolerance: discourses on sexual diversity in schools by Portuguese young people. **Journal of Social Science Education**, Bielefeld, v. 17, n. 1, p. 55-65, 2018.

SPIVAK, G. Interview with Angela McRobbie. **Block**, [S. l.], n. 10, p. 5-9, 1985.

WEEKS, J. The sexual citizen. **Theory, Culture & Society**, Thousand Oaks, v. 15, n. 3-4, p. 35-52, 1998.

Recebido em janeiro de 2020.

Aprovado em agosto de 2020.

A EXISTÊNCIA DE PRECONCEITO DE SEXO NO TRABALHO: UMA ABORDAGEM COM TRABALHADORAS NO AGRONEGÓCIO

Gustavo da Rosa Borges¹

Thiago Antonio Beuron²

Marcio Bonini Notari³

Graziela Vargas Rezena⁴

Resumo: Este artigo tem por objetivo verificar se mulheres que trabalham no agronegócio sentem preconceito em relação a seu gênero. O estudo ocorreu por meio de uma análise de dados primários de modo quantitativo, contando com uma amostra de 40 trabalhadoras do agronegócio da cidade de Dom Pedrito, Rio Grande do Sul. Pôde-se constatar que pouco menos da metade das mulheres sofreu preconceito de gênero, por outro lado, verificou-se que, quando o sofrem, metade sente-se apoiada e amparada pelos colegas homens. Por fim, constatou-se que o preconceito pode ocorrer com todas as mulheres, independentemente de cargo ou escolaridade.

Palavras-Chave: Trabalho; Gênero; Preconceito.

Abstract: Our article addresses the prejudice that women suffer in the labor market. The objective of our study was to verify if women working in agribusiness face prejudice. The study was conducted by a quantitative analysis of primary data with a sample of 40 female Agribusiness workers in Dom Pedrito city of the state of Rio Grande do Sul. Approximately half of women suffered from gender bias. On the other hand, we found that half of women feel supported by male colleagues when prejudice occurs. Finally, we concluded that prejudice could occur with all women, regardless of position or education.

Keywords: Job; Gender; Preconception.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Doutor em Ciências Contábeis e Administração pela Universidade Regional de Blumenau (Furb), Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Brasil. E-mail: gustavodarosaborges@gmail.com. Orcid: 0000-0002-9869-376X

2 Doutor em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Brasil. E-mail: tbeuron@gmail.com. Orcid: 0000-0002-7254-9145

3 Mestre em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc). E-mail: marciobnotari@gmail.com. Orcid: 0000-0003-1458-7386

4 Tecnóloga em Agronegócio pela Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Brasil. E-mail: grazivrezena@gmail.com. Orcid: 0000-0001-9984-2520

Introdução

No século XIX, com a Revolução Industrial, a sociedade passa por uma grande transformação. As fábricas passam a utilizar a mão de obra feminina, que, por sua vez, necessitam de instrução escolar intermediária que antes lhe era negada. Por meio do acesso à educação, as mulheres foram tomando consciência do seu papel na sociedade (RAMALHO; FIGUEIREDO, 2013). A participação das mulheres no mercado de trabalho, também teve uma impulsão na Primeira e Segunda Guerra Mundial; nesse período; os homens eram obrigados a partir para as frentes de batalha, restando às mulheres o cuidado da casa, dos filhos e dos negócios da família; sendo que, muitas ainda, trabalhavam em alguns períodos fora de casa (PROBST, 2003).

A partir do momento em que as mulheres começam a entrar no mercado de trabalho, as relações com a família e a carreira se tornam mais complexas, já que precisam conciliar as responsabilidades familiares com as profissionais (BARBOSA et al., 2010). Entretanto, a inserção das mulheres no mercado de trabalho ainda é um tabu, haja vista que ainda se observa uma cobrança social para que mulheres desempenhem papel doméstico na família. Por outro lado, tem-se observado um movimento cada vez mais ascendente de divisão de tarefas caseiras entre mulheres e homens (MARTINS-SUAREZ; FARIAS, 2017).

As mulheres também encontram algumas barreiras no mercado de trabalho, como salários inferiores aos dos homens e pouca oportunidade para ocupar cargos de maior destaque (BARBOSA et al., 2010). Nos últimos anos, a diferença salarial vem se minimizando, mas, ainda, homens possuem remunerações médias maiores que as das mulheres (LEONE; BALTAR, 2006; MEIRELES; SILVA, 2019). Aos poucos, as práticas organizacionais de gestão das empresas estão mudando e fazendo esforços no sentido de valorizar a diversidade contribuindo para que as mulheres qualificadas consigam alcançar as posições de lideranças e encontrar seu espaço de realização nas organizações, gerindo as expectativas ligadas ao gênero. As mudanças dos valores e das normas que regem as condutas dos indivíduos e da sociedade estão favorecendo e contribuindo com o progresso no desenvolvimento da diversidade nas organizações (BARBOSA, 2013).

Percebe-se que as mulheres buscam cada vez mais se aperfeiçoar e investir em conhecimento para obter uma melhor colocação no mercado de trabalho e, com isso, vêm aos poucos conseguindo superar as barreiras e preconceitos do mercado de trabalho (BARBOSA, 2013). Butler (2003)

reforça que a igualdade de sexo não deve ocorrer só em forma de lei, mas estar presente na sociedade, além disso, a autora destaca que as mulheres vêm reivindicando seu espaço social, incluindo maiores e melhores oportunidades de trabalho. No agronegócio, o crescimento da participação feminina é visível, mesmo que ainda as mulheres enfrentem preconceito e desigualdade de gênero por estarem inseridas em um ambiente em que a maior parte da mão de obra ainda é masculina. A presença da mão de obra feminina é constante em várias atividades como: nas plantações, nas salas de ordenha, sobre as máquinas agrícolas, em rodadas de negócios, e ainda, em frente ao computador para acompanhar as condições climáticas ou as cotações do dia. Isso comprova que, assim como em outros segmentos da sociedade, o setor agropecuário também tem possibilitado a inserção do gênero feminino. Seja na agricultura, indústria, comércio, ou no setor de serviços, o trabalho feminino contribui para a prosperidade das famílias, desenvolvimento das pessoas e para o crescimento econômico (CIELO; WENNINGKAMP; SCHMIDT, 2014).

Mesmo havendo evoluções de espaço das mulheres no mercado de trabalho, elas ainda não estão em uma condição de vantagem em relação aos homens, já que se observa certo preconceito, discriminação e, principalmente, desigualdade salarial entre homens e mulheres (PROBST, 2003). Isto também ocorre com mulheres que atuam na gestão em empresas do agronegócio, pois algumas relatam que ainda há resistência à sua participação em cargos de liderança, além de serem percebidas dificuldades quanto à confiabilidade, como a falta de políticas públicas de incentivo à mulher no agronegócio (DIAS, 2016). Cabe ressaltar que, em empresas do agronegócio, está havendo uma crescente participação de mão de obra feminina, entretanto, esta participação ainda é inferior à masculina (PEREIRA; MACHADO; BOAS, 2011).

Com isso, busca-se saber se, de fato, o preconceito em relação às mulheres é uma ação ainda presente no agronegócio. Por este motivo, o presente trabalho tem como problema de pesquisa a seguinte questão: as mulheres que trabalham no agronegócio de uma pequena cidade sentem preconceito?

Como objetivo, pretendemos: (1) constatar se as mulheres possuem apoio dos colegas de trabalho que são homens; (2) analisar se as mulheres que possuem maior nível de escolaridade sentem-se menos discriminadas; e (3) descobrir se as mulheres que possuem cargos mais elevados na empresa sentem-se menos discriminadas.

Referencial teórico

O referencial teórico do presente trabalho será dividido em duas seções: participação da mulher no mercado de trabalho e a participação da mulher no agronegócio.

Participação da mulher no mercado de trabalho

A inclusão das mulheres no mercado de trabalho iniciou-se com a Primeira e Segunda Guerra Mundial, quando elas tiveram que assumir o papel dos homens no mercado de trabalho, pois seus maridos e filhos iam para as frentes de batalha, restando a elas controlar e gerir os negócios da família e o lugar antes ocupado por seus maridos (PROBST, 2003). A participação das mulheres no mercado de trabalho ganhou força a partir da década de 1970, com a expansão da economia e o acelerado processo de urbanização e industrialização, passando por um período desfavorável nas décadas de 1980 e 1990, com a estagnação da atividade econômica e pelo processo de reestruturação (LEONE; TEIXEIRA, 2016).

Pode-se destacar que as mulheres vêm conseguindo ganhar espaço em vários setores do mercado de trabalho, mas ainda é bastante acentuada a diferença de rendimentos entre homens e mulheres em todos os setores de emprego formal e informal e até mesmo nos cargos de nível superior de escolaridade, justamente naqueles em que as mulheres têm maior participação (LEONE; BALTAR, 2006). O aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho com mão de obra qualificada fortaleceu a demanda interna e permitiu a expansão de setores ligados ao consumo familiar, como o de serviços. Isso fortaleceu o argumento de que incentivar a igualdade de gênero no mercado de trabalho é um elemento de “economia inteligente”, pois as mulheres se beneficiam e a economia também (SOUZA, 2015).

Martins-Suarez e Farias (2017) destacam que ainda há uma pressão social por parte de alguns que acham que as mulheres devem dar prioridade a cuidar de suas famílias em casa para, posteriormente, pensar em trabalhar fora. Os autores ainda destacam que estes tabus tendem a diminuir, haja vista que cada vez mais tem ocorrido uma divisão de tarefas caseiras entre mulheres e homens, fazendo com que, cada vez mais, se tenha mulheres trabalhando fora de casa.

Metz (2015) menciona que as mulheres têm buscado uma melhor colocação no mercado de trabalho, mas ainda enfrentam barreiras internas

e externas. Essas barreiras podem ter causas dentro do próprio ambiente de trabalho, por isso, é importante que a mulher tenha o apoio dos colegas, líderes e superiores para conseguir chegar a um cargo mais elevado dentro da empresa. Ainda para Metz (2015), as empresas devem ser mais flexíveis para conseguir aproveitar os benefícios de uma liderança feminina, como o relacionamento colaborativo, a tendência à inovação e a cooperação, que são características apontadas como perfil ideal de uma líder. É importante destacar que os grupos ocupacionais de trabalho formal que mais empregam mulheres são das ciências e das artes, dos trabalhadores dos serviços administrativos e dos vendedores e prestadores de serviços do comércio (LEONE; TEIXEIRA, 2010).

Seja no setor administrativo ou operacional, percebe-se que as mulheres têm menos apoio social dos colegas de trabalho em relação aos homens quanto ao conflito trabalho-família (OLIVEIRA; LUCAS; CASADO, 2017). A percepção de desigualdade de sexo impacta na satisfação da mulher no seu emprego e na identificação com a empresa onde trabalha, causando efeito sobre suas atitudes, pois quando mulheres percebem que há discriminação por sexo em seu meio de trabalho, costumam se desmotivar e tendem a trocar de emprego (CAVAZOTTE; OLIVEIRA; MIRANDA, 2010).

As mulheres possuem características de comprometimento, sensibilidade, olhar amplo, e conseguem atender a várias demandas ao mesmo tempo, fatores diferenciais no mercado de trabalho. Por isso, a atuação da mulher em vários setores é uma realidade e tende a ser cada vez mais constante. Além disso, elas vêm aos poucos conseguindo quebrar as barreiras e os preconceitos do mercado de trabalho, mas ainda precisam de mais apoio até mesmo em sua casa, pois conciliar estudo, trabalho e cuidados com o lar tem sido uma tarefa árdua para elas que relatam que são as únicas a cuidarem da casa e dos filhos sem uma maior divisão dos trabalhos domésticos com seus companheiros (BARBOSA, 2013).

Um dos desafios das mulheres que trabalham é conseguir reverter antigos valores sociais que as consideram como única ou principal responsável pelo trabalho doméstico. Para isso acontecer, é preciso que seu companheiro(a) assuma algumas responsabilidades do lar com naturalidade, pois os padrões familiares e o mercado de trabalho estão mudando e a mulher está cada vez mais independente (RAMALHO; FIGUEIREDO, 2013). A atuação de mulheres como minoria no trabalho ocorre em diversos contextos, como é

o caso de cargos políticos em que são percebidas desigualdades de gênero em todos os cargos eletivos do país. O Brasil é um dos países que possuem as menores taxas de participação de mulheres na política, mesmo após a implementação da lei de cotas em 1966, que não foi suficiente para mudar este cenário (SABINO; LIMA, 2015).

De acordo com Araújo (2006), as cotas para competição legislativa foram um dos dados mais importantes nos últimos anos, pois contribuem para ampliar o debate sobre democracia representativa e para uma maior participação de mulheres nos poderes legislativos. A primeira lei de cotas aprovada foi a de 1995 – ainda que tenha sido aplicada somente em 1996 –, estipulando que partidos políticos tinham um mínimo de 20% de cargos no Poder Legislativo reservados a candidaturas de mulheres (ARAÚJO, 2006).

Outro aspecto a considerar é a remuneração: mesmo que a diferença salarial seja cada vez menor, desde o início deste século tem-se observado que em média, no Brasil, homens possuem rendimentos médios maiores que de mulheres (LEONE; BALTAR, 2006; MEIRELES; SILVA, 2019). Mediante as evidências até aqui ilustradas, será destacada a seguir a participação das mulheres no agronegócio.

A participação da mulher no agronegócio

A contribuição da mulher no agronegócio nacional ainda é pouco estudada no âmbito acadêmico e pouco percebida pelos agentes econômicos e políticos do país, o que ocorre mesmo com a maior participação de mulheres para o aumento da competitividade do setor (CIELO; WENNINGKAMP; SCHMIDT, 2014). Um estudo de caso realizado em sites de duas importantes empresas agroindústrias do Brasil, utilizando dados disponibilizados pelas empresas sobre o balanço social, leva à presunção de que há uma política de inclusão das mulheres por parte destas empresas, mas ainda inicial, pois, mesmo mostrando um aumento na participação das mulheres nas empresas, ainda é alta a taxa de atividade dos homens em comparação às mulheres, principalmente nos cargos de chefia. Isso mostra que ainda não há equilíbrio entre os gêneros no ramo do agronegócio (PEREIRA; MACHADO; BOAS, 2011).

O baixo número de mulheres ocupando cargos importantes nas organizações não ocorre pela falta de competência por parte delas, pois mulheres são capazes e estão preparadas para assumir um cargo de liderança; o impedimento aqui é a falta de oportunidade, porque ainda prevalece a

ideia de que a mulher deve se dedicar à família e ao trabalho doméstico, e não ao mercado de trabalho. Existe também a inserção da mulher em funções de apoio e não de decisão (BARBOSA et al., 2010).

Em um estudo realizado na cidade de Cascavel, no oeste do Paraná, em uma empresa agroindustrial, percebeu-se que há uma crescente evolução na participação da mulher no mercado de trabalho, e a importância da inserção da mulher em todos os setores da economia reais é um fato. Assim, destaca-se a importância de ações que são desenvolvidas pela empresa para proporcionar condições necessárias para inserção feminina no agronegócio e para diminuir as barreiras enfrentadas pela mulher no mercado de trabalho. A participação das mulheres no agronegócio é uma tendência, e os ganhos em termos de competitividade e produtividade tendem a aumentar com a maior participação e engajamento das mulheres nas distintas atividades agrícolas, tanto na produção quanto no gerenciamento (CIELO; WENNINGKAMP; SCHMIDT, 2014).

Cielo et al. (2017) realizaram um estudo sobre a participação das mulheres como produtoras de aves na Mesorregião de Oeste Paranaense. Os resultados indicam que o cenário tende a ser positivo no que diz respeito à participação de mulheres, já que 22,55% dos produtores entrevistados foram do sexo feminino e este número tende a crescer. Os autores justificam que, possivelmente, as novas tecnologias empregadas nos aviários tenham facilitado o trabalho, o que gerou a necessidade mercadológica de pessoas preparadas intelectualmente, e não mais somente aquelas com força física. Este estudo também destaca que há poucas mulheres jovens presentes na atividade agropecuária, maior grau de instrução das mulheres em relação aos homens e maior interesse das mulheres em buscar conhecimento sobre a atividade com a leitura de contratos e participação de reuniões com as agroindústrias. Também revela uma melhor satisfação das mulheres com a atividade; assim, elas obtêm melhores resultados na produção.

A crescente participação da mulher nas empresas como gerente de tecnologia da informação eleva seu empoderamento. Ela mesma percebe suas habilidades e competências para criar, produzir, gerir e transformar o meio em que vive, o que faz com que a mulher se sinta mais confiante e se fortaleça tanto no âmbito pessoal quanto no social (SOUSA; MELO, 2009).

Segundo Dias (2016), as mulheres gestoras no agronegócio têm consciência da resistência à sua participação em cargos de liderança e relatam também dificuldades quanto à confiabilidade como a falta de políticas

públicas de incentivo à mulher no agronegócio e a falta de crédito concedido a elas, o que é vital para o fluxo de negócios.

Cirolini e De Bem Noro (2008) verificaram em um estudo de caso realizado em uma cooperativa agrícola na cidade de São Sepé, região central do Rio Grande do Sul, que a inclusão das mulheres na gestão cooperativa faz parte de um pensamento estratégico que se dá por meio de cursos, treinamento, encontros para que se desperte o cooperativismo, que se incentive a participação das mulheres no agronegócio e que se desenvolva sua capacidade de liderança, situação que está ainda em movimento recente e pouco expressivo.

Ainda segundo Cirolini e De Bem Noro (2008), as ações desenvolvidas pela cooperativa não são suficientes, pois é necessário que a mulher exerça a gestão cooperativa não somente como associada, mas ocupando cargos eletivos na busca de uma sociedade cooperativa, solidária, democrática e igualitária. Também é necessário que sejam ofertados cursos para prepará-las para cargos de liderança e que haja igualdade de gênero na administração da cooperativa.

Nas grandes empresas do Brasil em que as mulheres ocupam altos cargos como executivas, elas enfrentam batalhas diárias, pois precisam trabalhar muito para mostrar que são competentes como os homens para alcançar os cargos de liderança. Em muitos casos, também é necessário que as mulheres adotem um modelo masculino de desempenho para poder se manter nesses cargos. Além disso, as mulheres passam a sofrer pressão social por conta das responsabilidades como mãe, esposa e principal responsável pelos cuidados do lar. Mesmo assim, elas se sentem orgulhosas pelo sucesso que conseguiram alcançar (TANURE; CARVALHO-NETO; MOTA-SANTOS, 2014).

Em um estudo de caso realizado em uma empresa de citricultura no interior de São Paulo com mulheres tratoristas, ficou evidenciada a importância das mulheres no setor e a satisfação delas por seu trabalho. O número de mulheres tratoristas ainda é baixo em relação ao número de homens nesta função, mesmo assim, elas relatam que não há preconceito com o trabalho feminino, pois elas conquistaram seu espaço e respeito de todos e executam o mesmo trabalho com a mesma competência que os homens. Nesta empresa prevalecem o trabalho em equipe e o companheirismo, e sempre que elas precisam de uma ajuda, como em casos que é necessária uma maior força física, sempre há um homem ou outra mulher pronta para ajudar.

Na empresa estudada, as colaboradoras são reconhecidas pela dedicação e resultados positivos no exercício da profissão (SCOPELLI et al., 2018).

Metodologia

A metodologia utilizada neste trabalho consiste na aplicação de um questionário estruturado para as mulheres que trabalham em empresas ligadas ao agronegócio em uma cidade do interior do estado do Rio Grande do Sul. A presente pesquisa caracteriza-se por ser quantitativa e descritiva, por meio de dados primários, visando descobrir se as mulheres que trabalham no agronegócio enfrentam preconceito, como foi abordado pelos autores no referencial teórico.

O questionário foi disponibilizado por meio da plataforma Google Forms para que as entrevistadas tenham fácil acesso para responder. Foram convidadas a participar da pesquisa mulheres que fazem parte da rede de contatos dos pesquisadores, por meio de redes sociais e aplicativos de conversas como o WhatsApp. A coleta dos dados ocorreu entre os dias 29/04/2019 e 28/05/2019. No dia 28/05 foi encerrada a coleta dos dados, considerando-se uma amostra final de 82 participantes. Foram excluídas da amostra pessoas que assinalaram ser homens e residentes de outras cidades.

O instrumento de coleta teve como base as questões apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1: Questões abordadas na coleta dos dados

1) Qual cidade você reside?
2) Sexo?
3) Você trabalha na área do agronegócio?
4) Qual área de atuação da empresa onde trabalha?
5) O cargo que exerce na empresa é de qual nível institucional?
6) Você sente apoio/amparo dos colegas de trabalho homens?
7) Você sente ou já sentiu preconceito por parte dos colegas homens pelo fato de ser mulher na empresa onde trabalha?
8) Com relação a pergunta anterior se SIM, você já sentiu preconceito pelo fato de ser mulher onde trabalha, convido você agora descrever qual tipo de preconceito ou em qual situação.
9) Idade.
10) Estado civil.
11) Escolaridade.
12) Relate o tipo de preconceito que recebeu (caso tenha recebido).

Fonte: Elaboração própria (2019).

Os dados foram importados da plataforma Google Forms e analisados por meio de estatística descritiva e Qui-Quadrado. O teste de Qui-Quadrado foi importante para verificar se as mulheres que possuem maior nível de escolaridade ou cargos mais elevados na empresa sentem-se menos discriminadas. Cabe ressaltar que o Teste Qui-Quadrado, para Hair Junior et al. (2009), é uma medida padronizada de frequências reais de cédulas comparadas com frequência esperada de cédulas. Os dados foram analisados no SPSS, v. 20, os quais são apresentados e discutidos a seguir.

Apresentação e discussão dos resultados

A seguir serão apresentados os resultados da pesquisa de campo. Inicialmente será demonstrado o perfil das participantes.

Tabela 1: Idade das respondentes

Idade	Frequência	Percentual
18 a 25 anos	17	42,5
26 a 33 anos	12	30,0
34 a 41 anos	07	17,5
42 a 49 anos	04	10,0
Total	40	100

Fonte: Elaboração própria (2019).

A Tabela 1 demonstra os resultados quanto à idade das respondentes da pesquisa. Pode-se verificar que a maior parte das respondentes está na faixa etária de 18 a 25 anos de idade, logo em seguida, a faixa etária de 26 a 33 anos de idade. As demais respondentes ficaram nas faixas entre 34 e 49.

Tabela 2: Estado civil das respondentes

Estado civil	Frequência	Percentual
Solteira	24	60
Casada/união estável	10	25
Divorciada	04	10
Viúva	02	05
Total	40	100

Fonte: Elaboração própria (2019).

A Tabela 2 aborda os resultados a respeito do estado civil das respondentes. Pode-se verificar que grande parte das participantes do estudo é solteira, seguidas por casadas/união estável divorciadas e viúvas.

Tabela 3: Escolaridade das respondentes

Escolaridade	Frequência	Percentual
Ens. superior incompleto	12	30
Ens. médio completo	10	25
Pós-graduação completa	06	15
Ens. superior completo	05	12,5
Pós-graduação incompleta	03	7,5
Ens. médio incompleto	02	5,0
Ens. fundamental incompleto	02	5,0
Total	40	100

Fonte: Elaboração própria (2019).

A Tabela 3 ilustra os resultados da pesquisa quanto à escolaridade das respondentes. Pode-se verificar que a maior parte das entrevistadas tem ensino superior incompleto, seguidas por ensino médio incompleto e, após, varia entre pós-graduação completa, ensino superior completo, pós-graduação incompleta, ensino médio incompleto, ensino fundamental incompleto.

Tabela 4: Área de atuação da empresa em que trabalha

Área	Frequência	Percentual
Propriedade rural privada	15	37,5
Outra área de atuação	09	22,5
Empresas de insumos	06	15
Escritórios administrativos	04	10
Empresas de implementos	04	10
Agroindústrias (engenhos)	02	5,0
Total	40	100

Fonte: Elaboração própria (2019).

A Tabela 4 mostra os resultados quanto à área de atuação das empresas em que as entrevistadas trabalham. Pode-se perceber que a maior parte das entrevistadas trabalha em propriedades rurais privadas, outras áreas de atuação ocupam o segundo lugar, seguidas por empresas de insumos, escritórios

administrativos e empresa de implementos tiveram mesmo número de participantes, e agroindústrias foi área de atuação com menor participação.

Tabela 5: Cargo que exerce na empresa é de qual nível institucional

Cargo	Frequência	Percentual
Operacional	31	77,5
Gerencial	07	17,5
Estratégico	02	5,0
Total	40	100

Fonte: Elaboração própria (2019).

A Tabela 5 demonstra os resultados quanto ao cargo que as entrevistadas ocupam nas empresas onde trabalham. Percebe-se que a maior parte das participantes do estudo ocupa cargos de níveis operacionais, chegando a um percentual de 77,5%; as que têm cargo gerencial são 17,5% da amostra e, de nível estratégico, são 5%. Este resultado revela que a maior parte das mulheres ainda não ocupa um cargo de destaque nas empresas onde trabalham. Este resultado vai ao encontro ao que diz Barbosa et al. (2010), que relata que o baixo número de mulheres ocupando cargos importantes nas organizações não se dá pela falta de competência, pois elas são capazes e estão preparadas para esse tipo de cargo, mas o que falta é oportunidade, porque ainda prevalece a ideia de que a mulher tem função de apoio e não de decisão.

Segundo Metz (2015), as empresas devem ser mais flexíveis para conseguir aproveitar os benefícios de uma liderança feminina como o relacionamento colaborativo, a tendência à inovação, a cooperação, que são características apontadas como perfil ideal de uma líder.

Espera-se que, aos poucos, a sociedade reconheça o potencial da mulher no mercado de trabalho e que, cada vez mais, a mulher consiga ocupar cargos de poder nas empresas, pois são capazes de estar em qualquer cargo inclusive de gestão.

Tabela 6: Existência de preconceito por parte dos colegas homens pelo fato de ser mulher

Resposta	Frequência	Percentual
Não	22	55
Sim	18	45
Total	40	100

Fonte: Elaboração própria (2019).

A Tabela 6 destaca que pouco mais da metade das mulheres (55%) não sentem preconceito de gênero no ambiente de trabalho, por outro lado, deve-se desconsiderar que quase a metade (45%) das participantes do estudo já sofreu preconceito. Barbosa (2013) relata que as mulheres vêm se aperfeiçoando e investindo em conhecimento para uma melhor colocação no mercado de trabalho e, aos poucos, conseguindo superar as barreiras e preconceitos.

Scopelli et al. (2018) mostram, em um estudo de caso feito em uma empresa de citricultura com mulheres tratoristas que, mesmo o número de homens nessa função seja maior em relação ao de mulheres, elas relatam que não há preconceito com o trabalho feminino, pois elas conquistaram seu espaço e respeito de todos na empresa e mostram que são competentes tanto quanto os homens. Percebe-se que, mesmo ainda havendo relatos de preconceitos, a sociedade está se moldando e reconhecendo a mão de obra feminina, e espera-se que este tipo de relato vire apenas parte do passado.

Tabela 7: Tipo de preconceito já sofrido

Resposta	Frequência	Percentual
Por ser mulher	11	73,33
Falta de conhecimento e força	03	20,00
Nenhum tipo de preconceito	01	6,66
Total	15	100

Fonte: Elaboração própria (2019).

A Tabela 7 demonstra o tipo de preconceito sofrido. O preconceito mais presente foi o fato de a pessoa ser mulher, destacando a existência de discriminação por gênero, algo que também ocorria corriqueiramente na sociedade no passado, conforme destacado por Ramalho e Figueiredo (2013), e que segue presente. Também se observou, em menor proporção, preconceito relativo ao conhecimento e força física. Este resultado vai ao encontro ao que foi descrito por Tanure, Carvalho Neto e Mota-Santos (2014), autores que relatam que as mulheres enfrentam batalhas diárias pois precisam trabalhar muito para mostrar que são tão competentes quanto os homens.

A percepção de desigualdade de gênero impacta na satisfação da mulher no seu emprego e na identificação com a empresa onde trabalha, causando efeito sobre suas atitudes pois, quando as mulheres percebem que em seu meio de trabalho há discriminação por gênero, elas costumam se desmotivar e tendem a trocar de emprego (CAVAZOTTE; OLIVEIRA;

MIRANDA, 2010). Mesmo com tantas evoluções na sociedade, ainda há relatos de mulheres, mesmo que seja a minoria, como visto em resultados anteriores, que sofrem preconceito pelo simples fato de ser mulher em pleno século XXI. A seguir, seguem as tabelas que demonstram os resultados dos testes Qui-Quadrado, analisando o preconceito seguido de acordo com a escolaridade e cargo.

Tabela 8: Resultado do teste Qui-Quadrado (preconceito vs. escolaridade)

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-Quadrado de Pearson	8,081 ^a	6	0,232
Razão de verossimilhança	9,737	6	0,136
Nº de Casos Válidos	40	-	-

a. 11 células (78,6%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 0,90.

Fonte: Elaboração própria (2019).

Observou-se que não há diferença de preconceito quanto à escolaridade, porque a significância do teste de Qui-Quadrado (em negrito) é acima de 0,05. Percebe-se que houve relato de preconceito independente da escolaridade, assim, o preconceito pode ocorrer em tese, por qualquer pessoa. Na sequência, observa-se a relação entre preconceito e cargo.

Tabela 9: Resultado do teste Qui-Quadrado (preconceito vs. cargo)

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-Quadrado de Pearson	3,208 ^a	2	0,201
Razão de verossimilhança	3,991	2	0,136
N de Casos Válidos	40	-	-

a. 4 células (66,7%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 0,90.

Fonte: Elaboração própria (2019).

Pode-se observar que não há diferença de preconceito quanto ao cargo, porque a significância do teste de Qui-Quadrado (em negrito) é acima de 0,05. Percebe-se que houve relato de preconceito independente do cargo ocupado na empresa, assim, o preconceito pode ocorrer, em tese, por qualquer pessoa em qualquer que seja o cargo.

Por fim, foi analisada a existência de amparo masculino (TABELA 10).

Tabela 10: Apoio/amparo dos colegas de trabalho homens

Resposta	Frequência	Percentual
Sim	31	77,5
Não	09	22,5
Total	40	100

Fonte: Elaboração própria (2019).

A Tabela 10 ilustra os resultados a respeito da percepção das pesquisadas quanto ao apoio/amparo dos colegas homens. Ficou constatado que a maior parte das respondentes sente apoio/amparo dos colegas de trabalho homens, e que apenas 22,5%, relataram que não. Tendo em vista que 45% sofrem preconceito e 22% não recebem amparo, pode-se inferir que praticamente metade das mulheres que sofrem preconceito é amparada por colegas homens. Os resultados apoiam as evidências de Scopelli et al. (2018), ao relatarem que mulheres que sofrem preconceito recebem o amparo de homens.

Este apoio dos colegas homens de trabalho, que segundo elas é muito importante, vai contra o que foi descrito por Oliveira, Lucas e Casado (2017) em relação às mulheres terem menos apoio dos colegas de trabalho que são homens nos setores administrativos e operacionais. O apoio dos colegas de trabalho se torna muito importante para que o ambiente de trabalho seja harmonioso e agradável.

A percepção de desigualdade de gênero impacta na satisfação da mulher no seu emprego e na identificação com a empresa onde trabalha, causando efeito sobre suas atitudes, pois quando as mulheres percebem que em seu meio de trabalho há discriminação por gênero, elas costumam se desmotivar e tendem a trocar de emprego (CAVAZOTTE; OLIVEIRA; MIRANDA, 2010).

Considerações finais

Este artigo teve por objetivo verificar se as mulheres que trabalham no agronegócio em uma pequena cidade sentem preconceito. A maioria delas relatou que não sentiu preconceito, entretanto, o preconceito ainda ocorre neste contexto. Constatou-se, também, que a maior parte das entrevistadas ocupa cargos de nível operacional. Percebe-se que o número de mulheres em cargos de gerência é baixo, o que vai ao encontro das evidências de

Barbosa et al. (2010) ao analisar que ainda é raro ver mulheres ocupando altos escalões hierárquicos.

O primeiro objetivo específico foi verificar se as mulheres possuíam apoio dos colegas de trabalho que são homens. Descobriu-se que sim, a maior parte das mulheres sente apoio dos colegas de trabalho homens.

O segundo objetivo específico foi verificar se as mulheres que possuíam maior escolaridade sentiam-se menos discriminadas. Percebeu-se que não há relação quanto à escolaridade e o preconceito.

O terceiro e último objetivo específico foi verificar se as mulheres que possuíam cargos mais elevados nas empresas sentiam-se menos discriminadas. Percebeu-se que não há relação quanto ao cargo e preconceito.

Por fim, evidenciou-se que a metade das mulheres que sentem preconceito de gênero são amparadas por homens, apoiando as evidências de Scopelli et al. (2018). Isto demonstra que o preconceito de gênero é algo que acontece por alguns homens, não sendo uma regra. O amparo masculino pode ajudar a minimizar a existência de preconceitos de gênero no ambiente de trabalho.

Com isto, conclui-se que as mulheres vêm conseguindo aos poucos quebrar barreiras existentes no mercado de trabalho. Mesmo que ainda existam relatos de preconceito, elas estão cada vez mais dispostas a enfrentar este tipo de situação para mostrar seu valor e potencial no mercado de trabalho. As mulheres estão presentes em todas as áreas de atuação e merecem ter seu esforço e desempenho reconhecidos em qualquer que seja sua área ou profissão.

A principal limitação do trabalho é a baixa amostra. Isto ocorreu porque o assunto ainda é um tabu, e muitas convidadas não se sentiram à vontade para participar do estudo. Como sugestão, recomenda-se a realização de trabalhos futuros no sentido de verificar a existência de preconceito de sexo em outros contextos e, até mesmo, comparar os resultados com este trabalho. Também, torna-se relevante analisar quais as consequências que o preconceito de sexo pode ocasionar a uma pessoa. Por fim, sugere-se pesquisar aspectos relacionados ao gênero.

Referências

ARAÚJO, C. Condicionantes institucionais das políticas de cotas. *In*: SOARES, G.; RENNÓ, L. (org.). **Reforma política**: lições da história recente. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 111.

BARBOSA, M. B.; PEIXOTO, N. E. S.; MEDEIROS, C. R. S.; VALADÃO JÚNIOR, V. M. Carreira, vida familiar e vida profissional das executivas: tensão e conciliação. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 12., 2010, Resende. **Anais** [...]. Resende: Associação Educacional Dom Bosco, 2010.

BARBOSA, R. P. Relações de gênero e a lógica da competência no mercado de trabalho. **Revista de Carreiras e Pessoas**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 36-52, 2013.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAVAZOTTE, F. S. C. N.; OLIVEIRA, L. B.; MIRANDA, L. C.. Desigualdade de gênero no trabalho: reflexos nas atitudes das mulheres e em sua intenção de deixar a empresa. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 70-83, 2010.

CIELO, I. D.; SANCHES, F. C.; WENNINGKAMP, K. R.; SCHMIDT, C. M. A participação feminina no agronegócio: o caso das produtoras de aves da Mesorregião Oeste Paranaense. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 20., 2017, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2017.

CIELO, I. D.; WENNINGKAMP, K. R.; SCHMIDT, C. M. A participação feminina no agronegócio: o caso da Coopavel – Cooperativa Agroindustrial de Cascavel. **Revista Capital Científico –Eletrônica**, Guarapuava, v. 12, n. 1, p. 59-77, 2014.

CIROLINI, V.; DE BEM NORO, G. A participação da mulher na gestão das cooperativas: um estudo realizado na Cotrisel. **Disciplinarum Scientia**, Santa Maria, v. 4, n. 1, p. 29-43, 2008.

DIAS, L. G. **Liderança feminina no agronegócio: principais desafios enfrentados pelas mulheres gestoras**. 2016. Trabalho (Bacharelado em Administração) – Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF, 2016.

HAIR JUNIOR, J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. **Análise Multivariada de Dados**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

LEONE, E. T.; BALTAR, P. Diferenças de rendimento do trabalho de homens e mulheres com educação superior nas metrópoles. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 355-367, 2006.

LEONE, E. T.; TEIXEIRA, M. O. As mulheres no mercado de trabalho e na organização sindical. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 17., Caxambu, 2010. **Anais [...]**. Caxambu: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2010.

MARTINS-SUAREZ, F. C.; FARIAS, R. C. P. Construções de gênero na década de 1950: conformismo e subversividade. **Revista Gênero**, Niterói, v. 17, n. 2, p. 151-167, 2017.

MEIRELES, D. C.; SILVA, J. L. M. Diferenciais de rendimentos por gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. **Revista Gênero**, Niterói, v. 20, n. 1, p. 73-95, 2019.

METZ, E. S. Gestão feminina: a presença das mulheres na liderança de empresas. **Ágora**, Mafra, v. 19, n. 2, p. 169-178, 2015.

OLIVEIRA, É. C.; LUCAS, A. C.; CASADO, T. Sessão especial – Fast Track SEMEAD: Antecedentes do conflito trabalho-família: diferenças entre a percepção de homens e mulheres nas melhores empresas para você trabalhar. **Revista de Gestão**, São Paulo, v. 24, n. 4, p. 293-303, 2017.

PEREIRA, A. N.; MACHADO, V. L.; BOAS, A. A. V. A inserção feminina no mercado de trabalho do agronegócio: um estudo comparativo da Sadia e da Perdigão. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 10, n. 1, p. 23-34, 2011.

PROBST, E. R.; RAMOS, P. **A evolução da mulher no mercado de trabalho**. Joinville: Instituto Catarinense de Pós-Graduação, 2003.

RAMALHO, A. A.; FIGUEIREDO, I. D. Mulheres multifuncionais: mercado de trabalho e dilemas familiares. **Revista Foco**, Vila Velha, v. 6, n. 1, p. 18-30, 2013.

SABINO, M. J. C.; LIMA, P. V. P. S. Igualdade de gênero no exercício do poder. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 713-734, 2015.

SCOPELLI, R. C.; GALLI, L. C. L.; LOUZADA, R.; TERENCE, A. C.; CASSIA, M. T. A influência da cultura feminina no comportamento organizacional: um estudo de caso em uma organização do agronegócio. **FACEF Pesquisa**, Franca, v. 20, n. 1, p. 89-101, 2018.

SOUSA, R. M. B. C.; MELO, M. C. O. L. Mulheres na gerência em tecnologia da informação: análise de expressões de empoderamento. **Revista de Gestão**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 1-16, 2009.

SOUZA, K. B. **Impactos econômicos da participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro**: uma análise de equilíbrio geral. 2015. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

TANURE, B.; CARVALHO NETO, A.; MOTA-SANTOS, C. Pride and prejudice beyond the glass ceiling: Brazilian female executives psychological type. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, v. 16, n. 39, p. 210-223, 2014.

Recebido em janeiro de 2020.

Aprovado em outubro de 2020.

DRAG QUEENS: PARA ALÉM DA DICOTOMIA MASCULINO/FEMININO

Luiz Davi Mazzei¹
Anderson Ferrari²

Resumo: Este artigo analisa a problematização das dicotomias tidas como naturais, principalmente masculino/feminino e heterossexualidade/homossexualidade. Até que ponto são posições realmente opostas? Assim, buscamos discutir como as fronteiras do masculino e feminino tornam-se difusas na construção da *drag*, acionando algumas entrevistas de *drag queens* disponíveis nos canais do *YouTube*, entendendo essa divulgação como processo educativo e constituidor de sujeitos. Adotamos como perspectiva teórico-metodológica os estudos de Judith Butler, principalmente os que discutem a performatividade de gênero e as dicotomias que marcam nossa sociedade como heteronormativa: uma sociedade que toma a heterossexualidade como norma, classificando as demais formas de expressão como antinorma.

Palavras-chaves: *Drag queens*; Masculino; Feminino; Performatividade.

Abstract: Our article analyzes the discussions on dichotomies considered as natural, especially male/female, heterosexuality/homosexuality. To what extent are these positions opposite? Thus, we seek to discuss how the boundaries of male and female become diffuse in the construction of the *Drag*, based on interviews of *Drag Queens* available on YouTube channels, understanding this disclosure as a process of educational nature and as constituent of subjects. The theoretical-methodological perspective that will guide us are the studies by Judith Butler, mainly those on gender performativity and dichotomies that designs our heteronormative society, that is, a society that takes heterosexuality as the norm, classifying other forms of expression as the anti-norm.

Keywords: *Drag queens*; Male; Female; Performativity.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição- NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Doutor em Filosofia pela Unisinos. Professor do Colégio Universitário Geraldo Reis – UFF, Brasil. E-mail: Idmazzei@gmail.com. Orcid: 000-0002-8656-715X

2 Doutor em Educação pela Unicamp. Tem pós-doutorado pela Universidade de Barcelona/Espanha, professor da Faculdade de Educação da UFJF, Brasil. E-mail: aferrari13@globo.com. Orcid: 000-0002-5681-0753

Introdução

“De dia, Marcelo Souza; de noite, Suzy Brasil”. Foi com essa frase que Jô Soares apresentou a *drag queen* Suzy Brasil no Programa do Jô³. Utilizando as dicotomias dia/noite, Marcelo e Suzy, homem e mulher, Jô Soares deu lugar à curiosidade do que é ser *drag queen*, uma tônica que permaneceu durante toda a entrevista com questões que giravam em torno de como lidar com duas personalidades, com o ocultamento e a revelação e com o gênero masculino e o feminino no trabalho, na família e no grupo social. Marcelo foi mostrando como esse processo foi se constituindo gradualmente e como a dicotomia masculino/feminino é mais fluida e mais tranquila do que se possa imaginar, causando certo espanto e surpresa no entrevistador.

Em outros programas de entrevista, não foi o professor Marcelo Souza o convidado, mas a própria *drag queen* Suzy Brasil, como, por exemplo, em *Ferdinando Show*⁴ e em *Quintas com Quintaes*⁵. Nessas ocasiões, a questão não era mais um homem falando de uma personagem *drag*, tampouco eram as dúvidas e as curiosidades da transformação em *drag* o centro de interesse, mas era a própria Suzy Brasil falando de Suzy Brasil, dando existência à *drag* como se ela tivesse uma vida própria, independentemente de um corpo que a antecede, excluindo o masculino.

Mesmo com essas diferenças de tratamento, o que esses eventos midiáticos reforçaram é um entendimento da *drag queen* como um trabalho, como uma produção artística e como a construção de uma personagem feminina, inicialmente limitada aos espaços de socialização LGBTT e que vem ampliando a atuação para performances nos mais diferentes e diversos contextos sociais. Na tentativa de definir uma *drag*, Maria Teresa Vargas Chidiac e Leandro Castro Ultramari (2004, p. 471) apontam que a “elaboração caricata e luxuosa de um corpo feminino é expressa através de artes performáticas como a dança, a dublagem e a encenação de pequenas peças”.

Tomar as *drag queens* como foco de análise em seus processos de construção e de embaralhamento do que é tido como masculino e feminino é,

3 O “Programa do Jô”, da Rede Globo de Televisão, foi veiculado entre 2000 e 2016. A entrevista com Marcelo Souza, professor de Biologia e performer que dá vida à Drag Queen Suzy Brasil, foi ao ar em 24/5/2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OQI3h0-bM14>. Acesso em: 7 jun. 2020.

4 *Ferdinando Show* é um programa de entrevistas do canal Multishow, muito voltado para o público LGBTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dJ7xKBmBOxM>. Acesso em: 7 jun. 2020.

5 *Quintas com Quintaes* é um programa veiculado em canal do YouTube, destinado a entrevistar personalidades do Carnaval. A entrevista com Suzy Brasil ocorreu no dia 18/8/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UcliOqM7lvk>. Acesso em: 7 jun. 2020.

sobretudo, um convite para colocarmos sob suspeita os enquadramentos de gênero como algo fixo e imutável. Assim, queremos defender que os gêneros, embora entendidos como separados, permitem diálogo, circulação e transgressão entre eles, sendo as *drag queens* um exemplo dessas possibilidades de subversão à ideia de uma essência e de uma natureza que mantêm a separação entre masculino e feminino como uma fronteira intransponível. Para Joan Scott (2019), o gênero é um organizador social, de maneira que olhamos o mundo de forma generificada. Isso porque somos uma sociedade do enquadramento, resultado das molduras pelas quais apreendemos, classificamos, enquadrados os outros e a nós mesmos como pertencentes a determinadas identidades. Os enquadramentos também nos servem para que consideremos algumas vidas como passíveis de serem vividas e outras entendidas como perdidas ou lesadas (BUTLER, 2018). Para Judith Butler (2019a), os gêneros são as primeiras identidades que nos são atribuídas, antes mesmo de nascermos, sendo os primeiros enquadramentos que fornecem materialidade ao nosso corpo.

Na elaboração do conceito de gênero, as feministas vão combater seu entendimento como algo dado, natural, definido pelo biológico, defendendo que as diferenças entre homens e mulheres se dão no campo social, de maneira que são construções sociais, históricas e culturais. Homens e mulheres vão variar de cultura para cultura, em momentos históricos distintos, assim como vão variar dentro de uma própria cultura. Além desse avanço em entender os sujeitos e seus gêneros como construção, outro ponto de inovação advindo das teóricas feministas é a necessidade de se entenderem os gêneros como relacionais, ou seja, não é possível falar de homens separados de mulheres e vice-versa, sendo a diferença a constituidora da identidade de gênero.

As travestis, as transexuais e as *drag queens* parecem demonstrar como a divisão do mundo em dois gêneros como opostos, como definidos por uma fronteira que não se pode ultrapassar, cabendo aos sujeitos ocuparem um dos extremos, é algo autoritário. As pessoas não são obrigadas a “escolher” pertencer a um ou outro lado da fronteira. Elas podem ultrapassar essas barreiras, ocupar o lado tido como oposto e podem até mesmo não assumir um lado ou outro, mas estar na fronteira, constituindo-se como não binários. Não queremos dizer que travestis, transexuais e *drag queens* são as mesmas identidades. Há diferenças importantes que não podem ser negligenciadas sob pena de um desserviço às pautas políticas de cada um desses grupos, mas também há pontos de aproximação, sendo um deles o aspecto de construção que passa por um investimento no corpo.

Sônia Weidner Maluf (2002, p. 145-146), ao analisar a construção da travesti Agrado, no filme *Tudo sobre minha mãe*, chama atenção para o fato de que, comumente, filmes que se dedicam a personagens que questionam nossas oposições entre os gêneros trabalham com uma certa “tensão entre ocultamento e descoberta (e que se fundamentam em outra tensão: ou se é homem ou se é mulher, e a prova dos nove é o corpo anatômico, substantivo, objetificado)”. Na contramão dessa tendência de ocultamento, a travesti Agrado:

[...] não faz de conta que é mulher e que sempre foi. Sua afirmação pública é feita pela exibição de seu corpo exatamente pelo que ele é: um corpo transformado, fabricado, que aparece e se afirma como corpo fabricado, não um corpo substantivo, objetificado, mas corporalidade, veículo e sentido da experiência. (MALUF, 2002, p. 145-146).

É o caráter fabricado do corpo, num processo lento e gradual que parece marcar o poder em se transformar, o poder do sujeito em construir um corpo e identidade de gênero diferentes daqueles que lhe foram atribuídos. A análise de Sônia Maluf (2002) nos interessa porque a construção da *drag queen* também se dá por um processo de transformação do corpo num processo lento. Anna Paula Vencato (2005), a partir de suas pesquisas com *drag queens* de Florianópolis em seus processos de se montar, também vai trazer para o debate a transformação pelo corpo, estabelecendo uma distinção fundamental entre travestis e transformistas.

Também não me parece que as *Drags* se montem “de mulher”. O fato de não quererem ficar parecidas com mulheres, inclusive, é apontado por elas como um aspecto que as distingue das travestis e dos transformistas. Não são todas as *Drags* que se transformam em sua personagem: a transformação se dá em escalas com grande grau de variação entre uma *Drag* e outra e, mesmo, entre um momento e outro em que se montam. (VENCATO, 2005, p. 232).

É por meio do processo de se “montar” que as *drags* vão dando vida a sua personagem, algo que passa por um investimento de transformação no corpo, de maneira que “é através de uma corporalidade *Drag* que essa personagem pode ser representada e apresentada para o público” (VENCATO, 2005, p. 232). Nosso foco de reflexão, neste texto, vai no sentido de problematizar essa dicotomia que nos é dada como algo pronto e naturalizado. Queremos problematizar até que ponto essas posições são realmente opostas e, principalmente, se esses dois polos cobrem todo o

campo do real que pretendem. Nesse investimento de análise, é o corpo que é entendido como lugar de leitura, de informação, de maneira que a montagem ocorre na transformação de um corpo e seus efeitos nos sujeitos, como aponta Jayme (2001, p. 168):

Travestis, transformistas, *Drag queens* e transexuais são emblemáticos para refletir sobre essa questão já que apesar de desejarem demonstrar que são diferentes entre si, também se aproximam no que se refere à intervenção corporal e aos efeitos dessa intervenção na redefinição de gênero. Essa ação redefinidora de masculinidade e de feminilidade enfatiza uma interpretação de gênero como cultural e processual.

Assim, neste texto, buscamos discutir como as fronteiras do masculino e feminino tornam-se difusas na construção da *drag*, acionando algumas entrevistas de *drag queens* que estão disponíveis nos canais do YouTube, entendendo essa divulgação como processo educativo e constituidor de sujeitos. A perspectiva teórico-metodológica que nos orientará são os estudos de Judith Butler, principalmente aqueles que discutem a performatividade de gênero e as dicotomias que marcam nossa sociedade como heteronormativa, ou seja, uma sociedade que toma a heterossexualidade como norma, classificando as demais formas de expressão como a anti-norma (BRITZMAN, 1996). A performatividade de gênero não é resultado de um ato singular ou deliberado como algo consciente, mas diz de um processo sutil de práticas que são reiteradas fazendo com que o discurso produza efeitos sobre os sujeitos, criando aquilo que nomeia.

Binarismo de gênero e as possibilidades drags

Segundo Vencato (2005), a inquietude e a curiosidade em torno das *drags* se situam na transformação corporal, um momento que envolvia ocultamento e revelação nos espaços das boates. Atualmente, com o fortalecimento da internet como espaço de interesse, divulgação e renda, as *drags* se reinventaram e passaram a utilizar esse espaço como uma forma de ensinar e construir o que é ser *drag*, reforçando o interesse pela transformação, pelos caminhos de intervenção no corpo e na ultrapassagem da fronteira entre o masculino e o feminino. Nessa vontade de descortinar o mistério em torno da transformação, as *drag queens* viraram objeto de investigação, não somente das Ciências Sociais e Humanas, mas também da mídia e do grande público, fazendo que elas estejam em diversos veículos

mediáticos em que a questão parece ser como conciliar ou “misturar” dois gêneros em um mesmo corpo. Há um certo encantamento e reconhecimento do poder das *drags* em ultrapassar as fronteiras dos gêneros, indo e vindo entre o masculino e o feminino.

Se, por um lado, nós temos o interesse dos programas em entrevistar as *drags*, por outro lado, também há o envolvimento delas em criar seus próprios canais na internet, que se caracterizam pelo entendimento da construção da *drag* como resultado de um processo educativo, algo que se ensina e se aprende, reproduzindo um processo que elas já vivenciaram em outros espaços educativos como nas boates, por exemplo. Os canais das *drags* na internet transformam-se em “escolas *drags*”. Nos dois casos, é a transformação de um corpo masculino em feminino que se ensina e se aprende, ou seja, o que as *drags* estão exercendo é o rompimento com o entendimento de gênero como algo fixo, brincando com a fronteira, explorando as possibilidades de passagens e diálogo entre o masculino e o feminino, potencializando a curiosidade, a exuberância, o encantamento em torno de si. Ser *drag queen* é uma possibilidade de existência.

Nesse jogo de criar, divulgar e ensinar a ser *drag*, Lorelay Fox⁶ vai produzindo conhecimento sobre si mesma e sobre o que é ser *drag*, acumulando sucesso na internet, principalmente porque utiliza uma forma didática para ensinar a se montar/desmontar e a conviver com a dualidade dos gêneros, tanto no que se refere à *drag* quanto à homossexualidade. Essa dualidade, que parece marcar as *drags*, volta a aparecer em uma outra entrevista, em que Marília Gabriela⁷ apresenta: “Danilo Dabague é paulista do interior, publicitário, professor de design e Photoshop. Ele também é uma celebridade na internet e no YouTube com milhares de seguidores e milhões de visualizações. Não ele, exatamente, mas sim Lorelay Fox”. Uma apresentação que se inicia com Danilo Dabague, mesmo tendo à sua frente um corpo feminino, não Danilo, mas sim Lorelay Fox, no entanto, parece que Danilo é o corpo “originário”, a base para o surgimento de Lorelay. Esse corpo originário é o domínio do biológico, como se o corpo masculino fosse seu “verdadeiro” corpo, num entendimento de gênero como aquele que é instituído no nascimento e do qual não se pode fugir. Não por acaso, a primeira

6 Lorelay Fox é uma *drag* de São Paulo, responsável por um canal no YouTube com 785 mil inscritos, em que posta vídeos nos quais ensina a se maquiar, a se desmontar, a lidar com a relação com a família, enfim, vídeos que vão desde técnicas para dar vida à *drag* até conversas com a finalidade de acolhimento em que a homossexualidade é a tônica.

7 A entrevista, ocorrida no dia 23/5/16, tem, até o momento do nosso acesso, 253.851 visualizações. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=x9zGunMD8DA>. Acesso em: 8 jun. 2020.

pergunta, logo após a apresentação, se organiza por essa lógica binária dos gêneros. Pergunta Marília: “Lorelay, se eu te chamo, curiosidade legítima, de Danilo, isso te causa um desconforto? Uma *drag queen* tem que ter convicção de que é mulher?”; ou seja, o masculino elimina o feminino? Não há possibilidade de convivência entre os dois gêneros no mesmo corpo?

Essa pergunta feita para a *drag* é sobre os domínios do corpo, sobre os controles dos gêneros, sobre nossas relações entre corpo, gênero e performatividade. Uma pergunta que nos remete a outra questão elaborada por Donna Haraway (2019, p. 197), também interessada pelos limites do corpo: “por que nossos corpos devem terminar na pele?”. São os limites do corpo e do que podemos fazer com ele ou a partir dele que as *drags* colocam em circulação. É nessas relações possíveis entre corpo, gênero e performatividade que Judith Butler (2019a, p. 15) nos convida a pensar, quando afirma que a “diferença sexual é muitas vezes invocada como uma questão de diferenças materiais”. A diferença de gênero na *drag* é entendida como a produção das diferenças materiais do gênero, algo que é construído discursivamente no corpo, tomando-o como local de informação. Assim, é na medida em que vai substituindo roupas, objetos, acessórios e formas masculinas pelas femininas, que a *drag* vai surgindo.

A montagem é um exemplo de performatividade, “um movimento que foi considerado, por alguns, o *protótipo* da performatividade. Se a montagem é performativa, não significa que toda performatividade deve ser entendida como *drag*” (BUTLER, 2019a, p. 381-382). Dessa forma, *drag* só existe quando incorporamos essas diferenças que são marcadas e formadas por práticas discursivas dos gêneros, uma forma de conhecer que nos constitui e que serve para que possamos ler, classificar e enquadrar as pessoas em um ou outro gênero. O que Butler (2019a) vai defender é que as diferenças são produções discursivas.

Na nossa organização como uma sociedade do enquadramento, há um certo embaralhamento entre gênero e sexualidade, de maneira que ser homem passa pela necessidade da afirmação da heterossexualidade. Quando um menino se afasta do que é masculino e se aproxima do feminino, outro enquadramento entra em ação, o da homossexualidade, que se dá como uma forma de expulsar o menino do gênero masculino, como se o homossexual não fosse homem. Como a *drag* é uma aproximação do feminino, a homossexualidade é acionada. Ao lembrar e justificar a origem da *drag* Suzy Brasil, na entrevista a Jô Soares, Marcelo narra:

acho que eu tinha uns seis anos... quem começou a me colocar nesta vida foi meu avô. Aquele vô babão, meu avô era detetive. Eu tinha uma vitrolinha vermelha e só colocava Gretchen... Gretchen... Gretchen... ficava ali dançando piri piri... e ele ali, assistindo àquilo e minha mãe gritando “esse garoto vai virar viado...” (Marcelo)

O que define a classificação do “viado” é o fato de o menino se aproximar de algo marcado como próprio do feminino. A aproximação ao gênero feminino, desde muito cedo, sob a vigilância, o controle e a classificação da transgressão como “viado”, conduziu Marcelo para justificar o surgimento da *drag* Suzy Brasil.

O receio da homossexualidade passa pela expulsão do gênero masculino, num embaralhamento entre gênero e sexualidade. Segundo Butler (2019a), o gênero tem a origem na categoria “sexo”, que é entendido como normativo, seguindo a linha de construção de Michel Foucault (1988), que vai dizer que nossa sociedade é organizada por um “ideal regulatório”. Por esse ideal regulatório, o sexo, mais do que ser entendido como uma norma, é também parte de uma prática regulatória que controla, governa e produz nossos corpos. Algo que é atravessado por relações de poder, visto que é resultado de conhecimento e da ação dos outros sobre nós mesmos, um processo que precisa ser repetido e reiterado constantemente.

Que essa reiteração seja necessária é um sinal de que a materialização nunca está completa, de que os corpos nunca estão suficientemente completos, de que os corpos nunca cumprem completamente as normas pelas quais se impõe sua materialização. De fato, são as instabilidades, as possibilidades para rematerialização abertas por esse processo, que marcam um domínio em que a força da lei regulatória pode voltar-se contra si própria, gerando rearticulações que ponham em causa sua força hegemônica. (BUTLER, 2019a, p. 15-16).

O que estamos defendendo é que o processo de ser *drag* ou o “*devenir drag*”, como prefere demarcar Vencato (2005), está inscrito nessas possibilidades de rematerialização dos processos de normatização, sendo uma força que se volta contra si mesma. Com isso, não queremos dizer que haja um corpo masculino originário que, primeiramente, se apropria do feminino para, depois, subverter tanto o gênero masculino quanto o feminino, mas, sim, que a *drag* é, ao mesmo tempo, apropriação e subversão. Segundo Butler (2019a, p. 220), a prática *drag* diz de uma desestabilização do próprio gênero, “desestabilização essa que é desnaturalizada e que põe

em causa as pretensões de normatividade e originalidade por meio das quais às vezes operam gênero e opressão sexual”.

Ao mesmo tempo que a *drag* subverte a norma e circula entre os gêneros, ela é a incorporação da norma, só existe como demonstração da leitura e da constituição dos sujeitos pela norma. Quanto mais incorporada é a norma, maior garantia de passibilidade para a *drag*, passibilidade que diz respeito à capacidade de construir uma personagem “autêntica”, capaz de produzir efeitos de “naturalização” do que é ser mulher naqueles que participam da montagem como expectadores. Essa passibilidade autêntica e naturalizada só parece possível na medida em que a norma seja incorporada tanto por aquele que dá vida à *drag* quanto para os que estão participando da montagem e para quem a montagem é direcionada. Essa talvez seja a origem da admiração como efeito no outro, naquele que vê e participa da transformação, ou seja, a admiração está na transformação de um corpo que não é limitado, que, mesmo sabendo que é biologicamente masculino, não traz indícios dessa masculinidade, que embaralha os limites entre os gêneros. O binarismo de gênero parece sustentar o binarismo da sexualidade, afinal, em uma sociedade heteronormativa, ser homem ou ser mulher é ser heterossexual, de uma forma que a homossexualidade vai se constituindo como fora da norma. Quando o homem se aproxima ou vivencia o espaço feminino à perfeição, com uma passibilidade que convence, ele parece revelar um desejo de ser mulher, fazendo com que esse homem seja classificado como homossexual. São esses dois binarismos que mantêm nossa sociedade como heteronormativa.

A heteronormatividade dicotômica

As *drags*, quando ultrapassam a fronteira do gênero e se aventuram na montagem de um corpo feminino, também acionam outro enquadramento: a homossexualidade. Os discursos de homossexualidades se ligam à manutenção da nossa sociedade como heteronormativa, na medida em que são transformados em algo excêntrico, “estilo de vida”, diferente, enfim, adjetivos que não visam à exclusão da homossexualidade, mas sua colocação como margem, mantendo e reafirmando a heterossexualidade como norma. A sociedade heteronormativa tal como a vivenciamos hoje é pausada por essa lógica binária e excludente, em sua essência: a heterossexualidade como norma e a homossexualidade como antinorma. Nessa lógica

dicotômica, o entendimento do senso comum é de que tudo passa por escolhas, trabalhando com a lógica do “ou”, afastando-se da lógica do “e”.

Em cada escolha que fazemos, há uma não escolha que delimita o campo de nossa escolha, circunscrevendo os seus domínios. Essas escolhas entre opostos (ou pseudo-opostos) podem ser observadas nos mais diferentes aspectos de nossa vida social, por exemplo: direita ou esquerda, no campo político; público ou privado, no campo econômico; homem ou mulher, nas relações de gênero; heterossexualidade ou homossexualidade, na sexualidade. A possibilidade de ser ou estar homem “e” mulher não está posta. Tais posições se apresentam, são ensinadas e aprendidas (ou nos são impostas) como mutuamente excludentes, de forma que sua existência e complementaridade representem todo o espectro do real. Assim, somos convocados a fazer uma escolha, como no caso da política, ou mesmo a nos entender a partir dos discursos desses binarismos que nos constituem antes mesmo de nascermos, como no alinhamento entre gênero e sexualidade.

Chamou nossa atenção, quando iniciamos estas reflexões, um ritual que vem ganhando força nos últimos tempos: o chá de revelação. Nesses eventos, a família e amigos se reúnem para saber se o bebê que está por nascer será menino ou menina. Se for menino, ao longo do evento, será revelado um balão azul (já vimos casos em que sai uma fumaça azul, em que o interior de um bolo é azul) e, se for menina, o balão será rosa. Cria-se um anticlímax que precede tal revelação, como se essa característica fosse determinante e definitiva para o indivíduo que ainda está por nascer. Essa cerimônia, rodeada de pompa e circunstância, “revela” o gênero ao qual o bebê pertencerá, ou seja, há uma atribuição da identidade de gênero, antes mesmo do nascimento (BUTLER, 2019a). O fato de ser menina implica, além do acesso a um universo de cores, roupas e decorações associadas ao feminino, a impossibilidade de acesso ao universo associado ao masculino.

Na construção dos sujeitos generificados, não basta esse anúncio preceder o nascimento, há necessidade de um investimento sutil e repetitivo ao longo da vida para que esses corpos assumam os papéis atribuídos como masculinos ou femininos. É esse jogo de saber-poder em torno da construção dos gêneros que Judith Butler (2019a) vai explorar para afirmar que os gêneros são resultados de atos performativos. A necessidade de saber ou de revelar o gênero como algo definidor do corpo e do sujeito tomou tanta dimensão na nossa sociedade que foi transformada em espetáculo, em festa, em momento de disputa, dando origem, por exemplo, ao “chá de revelação”.

Ao saber, no chá de revelação, que a criança que nascerá “é” um menino, os pais já preparam toda a situação para que o bebê assuma as características relacionadas ao masculino e “seja” um menino “de fato”. Se o bebê for menina, o processo é idêntico na construção de um ambiente no qual o bebê assuma as características femininas. As coisas (cores, roupas, brinquedos, decoração) que servem para uma menina são “proibidas” caso o bebê seja menino, ou seja, estabelecem-se a dicotomia e a lógica binária, as quais pautam o modelo heterossexual, mas, sobretudo, práticas e discursos pautados em conhecimento que nos educam e que vamos colocando em circulação, reafirmando, reproduzindo, de forma sutil, mas nem sempre eficiente. Há sempre a possibilidade de reelaboração dessa trajetória de construção do corpo, sexo, gênero e sexualidade como algo dado.

O discurso heterossexual adota, assim, uma postura dicotomizadora. O filósofo Marcelo Dascal, ao analisar os discursos no campo da ciência, destaca que pode haver uma postura que busque a dicotomização ou a desdicotomização. Dascal (2009, p. 95) define dicotomizar como “radicalizar uma polaridade enfatizando a incompatibilidade dos polos e a inexistência de alternativas intermediárias, enfatizando o caráter óbvio da dicotomia e do polo a que se deveria dar preferência”.

O discurso binário trabalha com a inclusão a partir da exclusão: o fato de ser homem implica não ser mulher (e não ser mulher implica negar todos os atributos e qualidades que são historicamente identificadas com o feminino). Butler (2019a, p. 18) diz que “a matriz excludente pela qual os sujeitos são formados requer a produção simultânea de seres abjetos, aqueles que ainda não são ‘sujeitos’, mas que formam o exterior constitutivo do domínio do sujeito”. A existência de dois polos opostos faz que, nessa prática dicotomizadora, o sujeito de um deles não seja aceito como sujeito no outro – existir em um dos polos é ter sua existência negada no outro. Entretanto, a negação desses sujeitos pelo polo oposto é essencial para que os indivíduos se constituam enquanto sujeitos e estabeleçam os limites de seus domínios. A dicotomização fortalece a ideia da inexistência de alternativas intermediárias entre os polos, enfatizando a complementaridade entre eles. Ainda que o feminino não se enquadre no masculino, sua presença enquanto polo complementar é essencial para estabelecer os limites e domínios de cada uma dentro das práticas discursivas heterossexuais. Toda essa problemática está na constituição da *drag*, despertando curiosidade, encantamento, mas também repulsa, negação.

Na entrevista de Suzy Brasil ao programa do Jô, Marcelo Souza, ao falar sobre sua infância, deixa-nos entrever a lógica binária e excludente quando relata que sua mãe dizia que ele “iria virar viado”, ao vê-lo ouvindo as músicas da Gretchen e dançando. Se o menino Marcelo não ficasse restrito aos limites do domínio aceito como masculino, ele deixaria de “ser homem”. O campo de domínio do masculino não permite, nessa lógica, qualquer flexibilização de seus limites. A homossexualidade também aparece na entrevista de Lorelay Fox a Lilian Pacce, intitulada “Lorelay Fox já nasceu *drag*? ”⁸, como um certo “medo” ou receio dos familiares quando descobrem que o filho se montava como *drag queen*: “quando eu comecei a me montar, eu já tinha contado para minha mãe que eu era gay. Até aí tudo bem, minha mãe aceitou de boa. Mas aí, quando você conta que você é gay, seus pais falam assim: ‘você pode ser gay, mas você só não pode ser uma bichona’. O povo tem aquele medo, ou que vai sofrer preconceito, que todo mundo vai ficar comentando. O povo não quer que você seja o máximo do estereótipo gay e a *drag* é o máximo do estereótipo gay”.

O receio e o medo da homossexualidade são dos outros. A homossexualidade não é um problema para a *drag*, muito pelo contrário, ela é entendida como parte da sua construção e origem. Continuando a entrevista, Lilian Pacce pergunta: “você nasceu *drag*? Você acha?”. Buscando responder sobre a origem da *drag*, Lorelay responde: “eu acho que sim. Com a *drag* eu encontrei o ponto de convergência de tudo que eu sempre gostei na minha vida. Eu acho que a *drag* tem essa potência. Desde criancinha, desde os três anos de idade, eu já gostava de desenhar e pra mim a *drag* é um desenho no meu rosto. A gente sempre gosta de moda, a gente que já nasce gay assim, né? Sempre gostei de moda e acho que a *drag* também tem um ponto de convergência dentro disso. E sempre gostei de me comunicar muito. E aí sendo *drag* e dentro do YouTube eu consegui juntar tudo isso que eu sempre gostei”. Para Lorelay, ela nasceu *drag* porque ela nasceu gay. A justificativa da origem da *drag* está na homossexualidade, mas também na construção de um entendimento de homossexualidade como essa aproximação ao feminino em meio à dicotomia masculino e feminino; heterossexualidade e homossexualidade.

Essa prática dicotomizadora é adotada ao tratar da polarização masculino/feminino, na qual pertencer ao sexo masculino implica não apenas adotar o código implícito e historicamente construído sobre o que é ser

8 A entrevista na íntegra está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ght3-tOJvel>. Acesso em: 25 jun. 2020.

homem, mas, simultaneamente, negar sua identificação com tudo aquilo que remeta ao feminino, enfatizando, assim, não somente o caráter polarizado dessa dicotomia, mas, sobretudo, a incompatibilidade entre os polos. De acordo com Dascal (2009), essa estratégia dicotomizadora não é recente, tem origem platônica.

O método platônico da divisão (diáresis), que colocou o uso de dicotomias em um lugar central como ferramenta epistêmica e metafísica, continua sendo, até hoje, um instrumento que é parte integrante do pensamento e da argumentação filosófica. (DASCAL, 2009, p. 87).

O discurso dominante assume para si um dos polos da dicotomia, enfatizando as diferenças e buscando salientar as qualidades do polo assumido. Na entrevista a Lilian Pacce, essa dicotomia entre os gêneros aparece quando a pauta é a montagem da *drag*. Diz a entrevistadora: “Vou fazer um parêntese, na vida real, você é muito básico”. A afirmação é confirmada por Lorelay, ao falar dessa separação entre o básico e o exuberante, entre o masculino e o feminino, entre Danilo e Lorelay: “eu sou. Eu sou muito básica. Eu acho que a *drag* tem todo o exagero que eu não levo na minha vida, sabe?”. Podemos observar os efeitos dessa estratégia de salientar as qualidades do gênero oposto quando nos debruçamos sobre a feminização dos comportamentos homossexuais. Com frequência, ouvimos frases como “nada contra ser gay, mas precisa usar roupas femininas?” ou “não precisa dar pinta para ser gay, pode ser gay e manter postura de homem”.

O polo a partir do qual a heterossexualidade se impõe (ou tenta se impor) é o masculino, o que implica, além de reforçar as supostas diferenças existentes e tratar de reforçar a (pseudo) incompatibilidade entre masculino e feminino, exacerbar a superioridade do masculino sobre o feminino. Tal como a gíria “poc” identifica os homossexuais masculinos que adotam posturas, vestimentas e acessórios femininos, também há uma expressão que designa os homossexuais masculinos que atendem ao estereótipo masculino heteronormativo: são “moleques posturados”. Essa expressão chamou nossa atenção quando observamos o Twitter: há um grande número de homens que se identificam como heterossexuais buscando uma relação com outro homem. Essa relação, chamada de “brotheragem”⁹, pode ser

9 A palavra “brotheragem” é uma criação a partir da mistura entre duas palavras: brother e sacanagem, servindo para definir que são homens que estão procurando sexo com outros homens dentro do estereótipo masculino. “Brother” é uma gíria muito utilizada entre homens heterossexuais ao se referirem uns aos outros. Assim, “brotheragem” seria uma sacanagem entre irmãos, entre iguais.

somente uma masturbação mútua (“mão amiga”), ou envolver sexo oral e sexo com penetração. Esses homens se identificam como “posturados”, isso é, têm a postura usualmente associada a homens heterossexuais. Esses posturados, muitas vezes com namoradas ou esposas, dizem, em seus posts, que querem sexo com outros homens heterossexuais, posturados, no sigilo¹⁰. Quanto mais posturado, mais fácil a sua aceitação pela sociedade heteroimpositiva cujas regras parecem estar reproduzidas nessas relações.

A montagem des-dicotomizante das *drag queens*

Fora do campo e dos domínios da heterossexualidade, habitam indivíduos para os quais as dicotomias assumidas como essenciais são subvertidas, expondo, assim, a fragilidade dessa polarização. Dascal (2009, p. 95) define des-dicotomizar como “mostrar que a oposição entre os polos pode ser construída como uma oposição menos vinculante em termos lógicos do que uma contradição, admitindo, assim, alternativas intermediárias; desenvolver ou exemplificar efetivamente tais alternativas”. Nessa perspectiva, des-dicotomizar significa admitir que os limites entre os polos não são tão definidos e, principalmente, que os dois polos não cobrem toda a realidade, tal como a postura dicotomizadora assume.

A existência de indivíduos masculinos que assumem papéis femininos por si só não é suficiente para expor a fragilidade da dicotomia masculino/feminino. O “simples” fato de homens se vestirem de mulher pode até mesmo ser visto como uma forma de reforçar a dicotomia, pois ainda mantém a lógica dual, entretanto, sujeitos que transitam entre os polos, ora assumindo personalidade masculina, ora assumindo o feminino, sem necessariamente se filiar permanentemente a um dos polos da (suposta) dicotomia, colocam em xeque a polarização. Para Stuart Hall (2019, p. 10), a identidade não é singular e “é definida historicamente, e não biologicamente”, essa construção histórica da(s) identidade(s) guarda relação com a fragmentação estrutural da sociedade moderna, mais evidente no final do século XX.

Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Essas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. (HALL, 2019, p. 10).

10 Um exemplo é o perfil identificado como Lucas: “RJ- 20 anos, curto Brotheragem, Sigilo, Posturado (não curto afeminado nem assumido, nada contra). Brota na DM.”

Essa fragmentação fica evidente quando a *drag* Suzy Brasil, por exemplo, refere-se ao Marcelo. Há dois indivíduos, masculino e feminino, dividindo o mesmo corpo. A identidade da pessoa Marcelo coabita o corpo com a identidade de Suzy.

Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações vão sendo continuamente deslocadas. [...] A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis com as quais poderíamos nos identificar a cada uma delas – ao menos temporariamente. (HALL, 2019, p. 12).

Se, tal como a estratégia heteronormativa dicotômica preconiza, assumir o polo masculino exclui a possibilidade de identificação com o feminino, o trânsito entre os polos não seria possível. A montagem *drag queen* explicita, assim, o fato de tal polarização ser uma criação que serve aos interesses do polo “dominante”. Deixa claro, também, que há alternativas intermediárias entre o masculino e o feminino a serem exploradas. Reconhecer que as situações que se apresentam como dicotomias (ou que nos são apresentadas como tais) na maioria das vezes não o são, não implica negar a oposição entre elas. Significa que os polos apresentados não são excludentes e que tampouco cobrem todas as possibilidades, permitindo a exploração de alternativas intermediárias. De acordo com Juliana Gonzaga Jayme (2001, p. 168), “por meio de uma atuação que denominam *montagem*, travestis, transformistas, *drag queens* e transexuais reconstroem gêneros, revelando que essa categoria não possui uma categoria binária, antes, refere-se a multiplicidades”.

As *drag queens* transitam de um polo ao outro, explorando, nesse transitar, as alternativas intermediárias. Para Jayme (2001, p183),

transformistas e *drag queens* brincam com essa construção e, simultaneamente, com o tempo. De dia constrói-se um corpo masculino que pode ter barba, camisas largas, sapatos baixos. A noite é momento da elaboração do feminino [...] grandes e altos sapatos equilibrados por pernas que não exibem mais pelos, mas meias.

Esse brincar com o gênero e com o tempo, esse movimento de ir do masculino de dia ao feminino à noite, o livre transitar entre os gêneros

expõe o caráter construído da dicotomia masculino/feminino e, portanto, suas possibilidades de desconstrução e reelaboração. A pretensa incompatibilidade entre os polos, assim como sua complementaridade, que sustenta essa estratégia dicotômica adotada, indica que essa é uma construção histórica e social, não uma incompatibilidade natural, como no discurso heteronormativo vigente. Butler (2019b) afirma que o gênero é performativo, uma representação. Ainda que essa representação se dê no âmbito de uma lógica binária, dicotômica, essa performatividade tanto reproduz e constrói quanto subverte e reconstrói essa lógica.

O gênero é induzido por normas obrigatórias que exigem que nos tornemos um gênero ou outro (geralmente dentro de um enquadramento estritamente binário); a reprodução do gênero é, portanto, sempre uma negociação com o poder; e, por fim, não existe gênero sem essa reprodução das normas que no curso de suas repetidas representações corre o risco de desfazer ou refazer as normas de maneiras inesperadas, abrindo a possibilidade de reconstruir a realidade de gênero de acordo com novas orientações. (BUTLER, 2019b, p. 39).

Nesse sentido, a montagem das *drags* subverte algumas normas vigentes, especialmente em relação à lógica binária de adoção de uma identidade única. Por exemplo, quando Lorelay Fox se refere à sua performance enquanto Danilo, ela compara os guarda-roupas: Danilo usa roupas em escala do branco ao preto, passando pelo cinza. “Eu adoro organizar minhas camisetas em ordem de cor: é do branco, cinza, preto”. Parece evidente que Danilo, a quem Lorelay se refere como sua “vida real”, tem gostos, preferências e estilos muito diversos de Lorelay. Por exemplo, Danilo adora usar barba, coisa que, para Lorelay, não serve (ainda que haja um grande número de *drags* com barba). A montagem assume, assim, a incorporação de uma nova identidade, que vai muito além das roupas e maquiagens: o trânsito entre o masculino e o feminino se dá de maneira “incorporada”, ou seja, o corpo evidente é o reflexo da persona que o habita. Embora no vídeo tanto Lorelay quanto Lilian Pacce, a apresentadora, refiram-se à vida diurna – Danilo – como a vida real, isso não torna a vida noturna – Lorelay – menos real: tanto que é Lorelay quem concede a entrevista.

Assim, o transitar permanente das *drags* entre o masculino e o feminino, o viver em trânsito, expõe as limitações que o discurso heteronormativo procura esconder. Elas deixam claro, com suas performances, que a adoção de uma posição (masculina ou feminina) não é necessariamente uma

opção permanente. Essa ideia de “montar” o corpo associada à construção de sua identidade pode ser encontrada no refrão da música “Born Naked”, de RuPaul¹¹, em que ela diz: “*who you think you are? Who you think you are? I’m telling the truth now. We’re all born naked and the rest is drag*”¹². Na música, RuPaul não pergunta quem a pessoa é, mas qual ideia ela tem de si, tratando da identidade como uma construção, não como algo que nos é dado. Ao perguntar qual a ideia que a pessoa tem de si, podemos supor que está implícita a ideia de que somos aquilo que pensamos de nós mesmos. Nossa identidade não nasce conosco, nascemos “nus”, sem rótulos, sem identificações. Vamos nos fazendo sujeitos à medida que vamos nos pensando, vamos nos criando.

Além disso, ao referir que todos nascemos nus e o resto é *drag*, podemos entrever a ideia de que todos temos um corpo e o resto nós montamos – como as *drags*. Nossa corporeidade é nua, e vamos nos montando conforme a ideia que temos de nós mesmos e o que queremos ser/fazer/representar. De uma maneira similar, Lorelay faz referência a isso quando ela diz: “A montagem começa pela idealização de qual que é o meu destino. Eu sempre me monto com um propósito”. O gênero, assim como as demais características de nossa personalidade, pode, nessa perspectiva, ser “montado” ou, como diz Butler (2018), uma performance, excluindo, assim, a necessidade de aceitarmos a lógica dual e dicotômica que nos é imposta como ‘normal’ ou ‘natural’.

Considerações finais

Ao longo deste texto, buscamos trazer ao debate a naturalização da dicotomia masculino/feminino que nos é dada como natural desde o nascimento. Apoiados nos estudos de Judith Butler, voltamos nosso olhar ao universo das *drag queens*, especialmente as que fazem uso dos recursos de mídia – televisão, YouTube, *blogs* – para se comunicar e interagir com o grande público. A partir de entrevistas e postagens, fomos percebendo a construção, o incorporamento de duas personalidades distintas em um mesmo corpo. A possibilidade de homem e mulher habitarem um mesmo corpo é um ponto que chama atenção nas entrevistas e nos programas utilizados como objeto de análise. Esse foi um dos principais pontos de surpresa

11 Born Naked é o sétimo álbum de RuPaul – ator, cantor, produtor, considerado a drag queen mais bem-sucedida comercialmente dos Estados Unidos –, lançado em fevereiro de 2014 e disponível nos aplicativos de música, tais como Spotify, Google Play música, YouTube Music e outros.

12 Em tradução livre: “Quem você pensa que é? Quem você pensa que é? Estou lhe dizendo a verdade agora. Nós todos nascemos nus e o resto é drag”.

dos entrevistadores e foi uma questão quando a entrevista era feita por um ou uma profissional reconhecidamente heterossexual, sendo que o mesmo não ocorria quando a entrevista ou a participação da *drag* acontecia em um programa voltado para o público LGBT. Nesse último caso, a transformação e o trânsito que ocorrem do masculino ao feminino na montagem *drag* não eram uma questão, sendo o mais importante a *drag* em si, sua performance no palco. Nosso investimento, então, se deu no sentido de provocar a reflexão tanto sobre a naturalização da “obrigação” que nos é imposta pela filiação a um dos gêneros quanto sobre a perenidade dessa filiação. O universo *drag* embaralha, desconstrói, subverte os limites entre esses polos da dicotomia. A partir de sua montagem, as *drags* mostram que as fronteiras entre os gêneros não só estão indefinidas, como também são fronteiras “abertas”, que permitem o livre trânsito entre o masculino e o feminino.

A lógica dual heteronormativa imposta como norma a ser seguida (e, portanto, tida como o normal) é subvertida, não consegue se sustentar frente à fluidez de gênero e à construção de novas identidades em um mesmo corpo. O feminino e o masculino, tomados como base para o discurso dicotômico, apresentam-se, assim, como não excludentes, o que expõe a falácia da dicotomia apresentada.

A presença de *drags* na mídia, ocupando espaços de comunicação e divulgação (além das boates e clubes) nos quais falam sobre seu universo, sobre o processo de construção de si enquanto sujeitos, do livre transitar entre o masculino e feminino, constitui um espaço de resistência e enfrentamento do discurso excludente, dual e dicotômico, principalmente em um país como o nosso no qual de acordo com Wanderlei Preite Sobrinho (2019) “dados tabulados pelo ex-coordenador da Diretoria de Promoção dos Direitos LGBT do Ministério dos Direitos Humanos, Júlio Pinheiro Cardia, entregues à Advocacia Geral da União no final de 2018 mostram que ocorre, no Brasil, uma morte por homofobia a cada 16 horas”.

Referências

BRITZMAN, D. P. O que é essa coisa chamada amor, identidade homossexual, educação e currículo. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 21, n.1, p. 71-96, 1996.

BUTLER, J. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, J. **Corpos que importam**: os limites discursivos do “sexo”. São Paulo: n-1 edições, 2019a.

BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019b.

CHIDIAC, M. T. V.; OLTRAMARI, L. C. Ser *Drag Queen*: um estudo sobre a configuração da identidade queer. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 9, n. 3, p. 471-478, 2004.

DASCAL, M. O método platônico da divisão: vantagens e perigos. In: AZAMBUJA, C. et al. (org.) **Os gregos e nós**: homenagem a José Nedel. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2009.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.

HARAWAY, D. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HOLLANDA, H. B. **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

JAYME, J. G. **Travestis, transformistas, drag queens, transexuais**: personagens e máscaras no cotidiano de Belo Horizonte e Lisboa. 2001. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

MALUF, S. W. Corporalidade e desejo: Tudo sobre minha mãe e o gênero nas margens. **Revistas de Estudos Feministas**, Florianópolis, v.10, n. 1, p. 143-153, 2002.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: HOLLANDA, H. B. **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

SOBRINHO, W. P. Brasil registra uma morte por homofobia a cada 16 horas, aponta relatório. **UOL**, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3pTKQx8>. Acesso em: 8 out. 2020.

VENCATO, A. P. Fora do armário, dentro do closet: o camarim como espaço de transformação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 24, p. 227-247, 2005.

Recebido em junho de 2020.

Aprovado em outubro de 2020.

DIVERSIDADE SEXUAL E EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS DA NATUREZA: CONTRIBUIÇÕES DO ENPEC NAS ÚLTIMAS DUAS DÉCADAS

João Ricardo Jortieke¹

Anselmo Calzolari²

Resumo: Este artigo tem como objetivo verificar o teor das pesquisas publicadas nas Atas do Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC) sobre diversidade sexual. Utilizou-se pesquisa bibliográfica como modalidade de composição do *corpus* e Análise Textual Discursiva. Foram categorizados 38 artigos de forma emergente e pode-se constatar o reconhecimento da violência contra pessoas dissidentes das normas de gênero. Entre os 19 artigos categorizados *a priori*, pode-se constatar uma predominância da inserção dessas pessoas nas propostas de ensino apenas no plano conceitual, prevalência da racionalidade construtivista e do modelo mediador de prevenção de conflitos.

Palavras-chave: Igualdade de diferenças; Racionalidade comunicativa; Modelo dialógico de prevenção de conflitos.

Abstract: The objective of this investigation is to identify the content of the studies published in the Proceedings of *Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências* (ENPEC) on the theme “Sexual Diversity”. For such purpose, we used Bibliographic Research and Textual Discursive Analysis. In total, 38 articles were categorized in an *emergent* way and it is possible to verify the recognition of violence against people that disagree with gender norms. Among 19 articles categorized *a priori*, we can see a predominance of the insertion of these people in teaching proposals only at the conceptual level, the prevalence of both constructivist rationality and the conflict prevention mediator model.

Keywords: Equality of Differences; Communicative Rationality; Conflict Prevention Dialogic Model.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática (UFSCar), Brasil. E-mail: ricardojrj@gmail.com. Orcid: 0000-0002-6893-0533

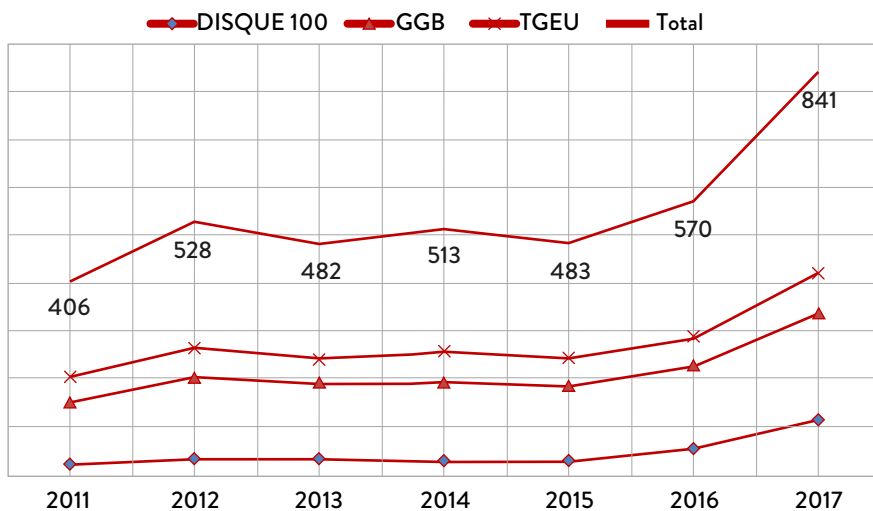
2 Doutor em Educação, professor do Departamento de Ciências da Natureza, Matemática e Educação da Universidade Federal de São Carlos, Brasil. E-mail: anselmo@ufscar.br. Orcid: 0000-0002-6703-9079

Introdução

O Atlas da Violência relata que houve aproximadamente 65 mil homicídios no Brasil em 2017, um número recorde. Em relação à comunidade LGBT, o atlas constata a dificuldade em coletar dados sobre a violência contra essas pessoas devido à falta de legislação e políticas públicas adequadas (IPEA; FBSP, 2019). No entanto, existem fontes não governamentais que podem auxiliar no processo de reconhecimento estatístico dessas violências. O Mapa da Violência de Gênero (MAPA, 2019) traz a incidência de 225 casos por dia de violência contra essa comunidade também no ano de 2017. Tais violências envolvem desde violência simbólica até a física e sexual.

Ainda, existem fontes de dados que se preocupam em monitorar especificamente a morte de pessoas dessa comunidade, sendo assim, uma sistematização dos dados encontrados permite inferir que, entre 2011 e 2017, houve ao menos 3.823 casos que envolvessem a morte de indivíduos LGBTI. O mais preocupante nesses dados é sua tendência crescente, conforme explícito na Figura 1.

Figura 1: Registro de ocorrências que envolvem a morte* da população LGBTI, conforme fonte de dados, no período entre 2011 e 2017



* Inclui homicídios, tentativa de homicídios e suicídios.

Fonte: BRASIL, 2017; MICHELS; MOTT; PAULINHO, 2019; TGEU, 2019.

Em relação às pessoas que desviam das normas de gênero, chamam atenção os dados provenientes da Transgender Europe (TGEU, 2019),

que monitora o assassinato de pessoas trans. Conforme essa fonte de dados, o Brasil é o país que mais mata trans e travestis no mundo. Mudando o foco da violência física para a exclusão social, é importante ressaltar que essas pessoas são constantemente marginalizadas durante o processo educativo formal.

A marginalização de indivíduos trans ocorre, principalmente, devido à estigmatização de seus corpos e, conseqüentemente, são discriminadas e impedidas de assumir controle efetivo sobre seus futuros profissionais e pessoais. Nesse sentido, o processo educativo formal é, muitas vezes, excludente para com pessoas que divergem da norma social hegemônica. Atos de violência acontecem no ambiente escolar e são diretamente responsáveis pelo fracasso e evasão escolar dessas pessoas.

Segundo o relatório *Out in the Open* (2016), elaborado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a comunidade LGBT entrevistada afirma já ter sofrido alguma forma de violência na escola (61%), no ambiente familiar (51%), na comunidade onde vivem (38%) e até mesmo dentro do próprio grupo de amizades (30%). Indo além da coleta de dados, o relatório se preocupa também em fazer uma comparação entre os índices de *bullying* entre indivíduos que seguem ou desviam das normas: 48% dos homens gays, 24% dos homens bissexuais e 15% de mulheres lésbicas retratam serem alvos constantes de *bullying*, contra apenas 7% de pessoas heterossexuais (UNESCO, 2016). Dessa forma, evidencia-se que os marcadores de gênero são importantes estigmas que influenciam a convivência na escola.

Dadas as circunstâncias, o que tem feito a escola para se opor à violência crescente contra a comunidade LGBT? Mergulhando no campo de estudos desta pesquisa, o que a educação em Ciências da Natureza tem feito e pode fazer para melhorar as condições de convivência dessas pessoas na escola?

Ao utilizar os descritores “Diversidade Sexual” e “Ensino de Ciências” na *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e realizar uma leitura flutuante dos primeiros trabalhos que resultam desta busca, pode-se constatar uma evidência, considerando a preocupação latente pela prevenção de conflitos: a predominância de referenciais teóricos que seguem a tendência subjetivista da pós-modernidade (BORGES; BORGES, 2018; COUTO JUNIOR; OSWALD; POCAHY, 2018; HINCAPIÉ; QUINTERO, 2012; QUIRINO; ROCHA, 2012; SOARES; MONTEIRO, 2019; TONATTO; SAPIRO, 2002). Segundo Vargas e Flecha (2000):

As perspectivas pós-moderna e/ou pós-estruturalista e/ou desconstrutivista se baseiam na negação da validade do diálogo, na negação das pretensões de validade e na afirmação de que todas as relações sociais estão baseadas em pretensões de poder. [...] Negam, portanto, que a paz, o diálogo e o consenso sejam melhores que a guerra, as lutas e os conflitos. (VARGAS; FLECHA, 2000, p. 84-85, tradução nossa³).

Todos os trabalhos citados fazem uso de uma ou mais autorias de abordagem subjetivista enquanto referencial teórico principal, tal como parte da obra de Judith Butler, Michel Foucault, Guacira Lopes Louro etc. Nesse sentido, Vargas e Flecha (2000) constatam que “uma grande confusão e falta de seriedade intelectual fazem com que essas concepções sejam utilizadas excessivamente frequente como as mais adequadas para abordar a análise e resolução de conflitos” (p. 84, tradução dos autores⁴) quando, na realidade, é imersa em limitações e contradições.

Indo além da crítica à pós-modernidade, tais autores orientam um caminho a seguir para, de fato, desenvolver uma escola mais transformadora acerca da questão da violência:

Para conquistar relações pacíficas nas escolas devemos nos pronunciar claramente pela substituição da violência pelo diálogo e nos basear em teorias que orientem como fazê-lo. [...] A decisão da opção de substituir as pretensões de poder pelas pretensões de validade acarreta ao desenvolvimento de iniciativas que fomentam o diálogo igualitário entre todas as pessoas e coletivos envolvidos na tarefa educativa. (VARGAS; FLECHA, 2000, p. 85, tradução dos autores).

Nesta pesquisa, compreende-se um mundo permeado pelo globalismo, que altera as relações de trabalho e pessoais, com grande influência da “rede” de pouco acesso democrático na economia, caracterizando a “sociedade da informação”. Como consequência direta, temos movimentos de transculturação aumentando o multiculturalismo que, somando-se ao “giro dialógico” das relações, geram conflitos na sociedade e, principalmente, na escola. Tais conflitos necessitam de uma concepção dialógica de aprendizagem que considere a substituição das pretensões de poder pelas

³ *Las perspectivas postmoderna y/o postestructuralista y/o deconstruccionista se basan en la negación de la validez del diálogo, en la negación de las pretensiones de validez y en la afirmación de que todas las relaciones sociales están basadas en las pretensiones de poder. [...] Niegan por tanto, que la paz, el diálogo o el consenso sean mejores que la guerra, las peleas o los conflictos.*

⁴ *Una gran confusión y falta de seriedad intelectual llevan a que esas concepciones sean presentadas con excesiva frecuencia como las más adecuadas para abordar el análisis y resolución de conflictos.*

pretensões de validade, negando todo e qualquer ideal que invalide o caráter de validade do diálogo. (MELLO; BRAGA; GABASSA, 2014).

Em meio ao contexto sociocultural de falta de acesso e seleção de informações, relações que questionam as normas e acabam se tornando mais transculturais e, infelizmente, violentas. Na tendência teórica de pesquisas na educação em Ciências da Natureza sobre prevenção de conflitos no espaço escolar, destaca-se a “aprendizagem dialógica” como uma concepção da aprendizagem orientada pela racionalidade comunicativa e potencialmente transformadora (AUBERT et al., 2016).

Este artigo se preocupa com a diversidade sexual na educação em Ciências da Natureza e tem por objetivos verificar o teor das pesquisas publicadas nas Atas do Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (Enpec) sobre o tema. Cabe ressaltar que esta pesquisa contou com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

Fundamentação teórica

Nesta seção, serão discutidos brevemente três eixos de interesse para o alcance do objetivo proposto e que se desdobraram em categorias de análise para as publicações estudadas nesta pesquisa.

Gênero, Diversidade e Igualdade (GDI)

Os comportamentos ligados ao gênero estão vinculados a estruturas em nossa sociedade, no entanto, uma vez que se considera que “estrutura e mudança não são opostas, mas sim parte da mesma dinâmica de nossa vida social” (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 157), é interessante evidenciar suas concordâncias com as ideias de Anthony Giddens (2013) acerca da agência humana e a característica das estruturas em sua teoria da estruturação. Assim, considera-se a contribuição destas teorizações para a afirmação a seguir: além de evidentemente necessário, é possível alterar a ordem de gênero de modo a promover o desenvolvimento de relações e estruturas mais igualitárias.

Nesse sentido, Connell e Pearse (2015) definem quatro dimensões principais que caracterizam as estruturas das relações de gênero e pelas quais a via da transformação é possível: poder, produção, catexia e simbolismo. Por essas estruturas é que ocorre o “aprendizado corporificado” dos regimes de gênero específicos presentes nas diversas instituições frequentadas pelos indivíduos ao longo de suas vidas como: família, escola, igreja etc.

Contudo, tais regimes de gênero apresentam uma complexidade interna que garante uma diversidade de padrões de masculinidades e feminilidades que, não necessariamente, se encaixam ao padrão hegemônico esperado.

Nesse sentido, cabe questionar o modelo posto como hegemônico de masculinidade, identificado pelas autoras como uma forma de “aprendizado corporificado” que preza pela força física, habilidades esportivas, retenção sentimental, heterossexualidade e outras características que corroboram uma ordem de gênero permeada pela violência contra homens desviantes e, principalmente, mulheres.

Para essa problematização, serão utilizadas as proposições de Flecha, Puigvert e Rios (2013) que identificam dois modelos interdependentes de masculinidades: a Masculinidade Tradicional Dominante (MTD), baseada na linguagem do desejo e a Masculinidade Tradicional Oprimida (MTO), baseada na linguagem da ética. É importante ressaltar que ambos compõem as duas faces de uma mesma moeda: a Masculinidade Tradicional.

Sendo assim, torna-se evidente a necessidade de união da linguagem da ética com uma transformada linguagem do desejo de modo a constituir uma nova masculinidade que venha a se tornar hegemônica. Neste sentido, propõem-se as Novas Masculinidades Alternativas (NMA). Assim, esse modelo de masculinidade reúne características que colaboram para aliar a linguagem da ética à do desejo (FLECHA; PUIGVERT; RIOS, 2013):

- a. Autoconfiança: são igualitários e veem sentido e valor nisso, de forma a gerar uma autoestima positiva e posicionamentos atrativos;
- b. Força e Coragem: utilizadas estrategicamente no sentido de combater o sexismo e outras posturas negativas advindas do MTD publicamente.

É, portanto, nesta perspectiva que se defende a necessidade de medidas que colaborem para que as NMA sejam estabelecidas enquanto forma hegemônica de masculinidade.

Em relação ao ambiente escolar, cabe ressaltar sua importância enquanto instituição social com regime de gênero próprio e, portanto, dinâmico e potencialmente transformável. Tendo em vista o potencial transformador da escola, é fundamental compreender de que forma os sujeitos que desviam da norma e promovem uma “mistura de gênero” estão inseridos (ou não) no ambiente escolar.

Assim, evidencia-se o princípio de igualdade de diferenças da Aprendizagem Dialógica como eixo norteador para a discussão anunciada. O princípio mencionado defende que devemos ir:

[...] além de uma igualdade homogeneizadora e de uma defesa da diversidade sem contemplar a equidade entre as pessoas, a igualdade de diferenças direciona-se a uma igualdade real, na qual todas as pessoas têm o mesmo direito de ser e viver de forma diferente e, ao mesmo tempo, ser tratadas com o mesmo respeito e dignidade. (AUBERT et al., 2016, p. 192).

Para alcançar esse objetivo, faz-se necessário transformar o ambiente escolar e, especificamente, a sala de aula em um lugar que promova igualdade de diferenças, no caso deste trabalho, de gênero. Isso significa reestruturar o regime de gênero escolar de forma a incluir performances e identidades de gênero às normas e ao padrão hegemônico de masculinidade.

Racionalidades e Concepções Teóricas (RCT)

Aqui, pretende-se utilizar as ideias de Gómez, Latorre e Sánchez (2006) para apresentar as racionalidades tomadas para o desenvolvimento analítico deste trabalho. São elas: a racionalidade objetivista, construtivista, sócio-crítica e comunicativa. Serão brevemente exploradas suas compreensões ontológicas (natureza da realidade), epistemológicas (compreensão de estudo da realidade) e metodológicas (métodos para o estudo da realidade).

Com relação à concepção objetivista, a compreensão da realidade segue de maneira independente aos sujeitos que habitam e atuam sobre o mundo. Sendo assim, a forma como a realidade é estudada tem o objetivo de explicá-la e descrevê-la. Portanto, a concepção objetivista utiliza abordagem quantitativa contendo amostras e variáveis, análises numéricas e estatísticas (GÓMEZ; LATORRE; SÁNCHEZ, 2006). Algumas limitações da racionalidade objetivista são evidenciadas pelos autores, como o fato de considerar a realidade como algo que não sofre influência do processo investigativo, que acaba por ser orientado da mesma maneira para estudos da realidade natural e social e, devido a isso, chega a desconsiderar a complexidade dos processos sociais em seus estudos.

A concepção construtivista considera a realidade de maneira subjetiva, compreendendo que ela é uma construção social e, portanto, dependente dos significados atribuídos a ela. Então, a epistemologia

construtivista considera que a ciência é construída e tem como objetivo conhecer os diferentes significados atribuídos a uma determinada realidade (GÓMEZ; LATORRE; SÁNCHEZ, 2006), contudo, existem correntes radicais, tal como a pós-modernidade, que consideram a realidade objetiva inexistente. Dessa maneira, a realidade é reduzida à linguagem. Com relação à epistemologia, são consideradas tantas maneiras de conhecer e interpretar o mundo que a ciência acaba por se resumir a um discurso a mais acerca da realidade, portanto, é necessário ir além (GÓMEZ; LATORRE; SÁNCHEZ, 2006).

A racionalidade sócio-crítica assume que a realidade é entendida através de estruturas históricas e cristalizadas perante a ausência de compreensões transformadoras. Pensando nesta perspectiva, a realidade é estudada tendo em mente a dialética das relações, de uma maneira que os valores e convicções da pessoa investigadora inevitavelmente interferem nas pesquisas realizadas por ela (GÓMEZ; LATORRE; SÁNCHEZ, 2006).

A natureza do conhecimento é transpassada por ideais históricos que se transformam com o decorrer do tempo e, portanto, é isenta de neutralidade. A metodologia utilizada para conhecer a realidade é de natureza, também, dialética, democrática e participativa. A relação entre pessoa investigadora e pessoa investigada é mediada pelo diálogo e pela negociação, com a pretensão de possibilitar autoconsciência acerca da realidade e, assim, transformá-la (GÓMEZ; LATORRE; SÁNCHEZ, 2006).

Contudo, é interessante ressaltar que a participação dos sujeitos investigados nesta perspectiva é entendida enquanto foco de intervenção. Nesse sentido, a atuação do indivíduo pesquisador, como já evidenciado anteriormente, em “posição de confrontar a ignorância e a falsa compreensão” (GÓMEZ; LATORRE; SÁNCHEZ, 2006, p. 31, tradução dos autores). É nessa perspectiva que cabe problematizar a compreensão da validade dos conhecimentos que as pessoas investigadas possuem. Uma vez que o investigador assume o papel de “confrontar a ignorância”, pode-se aferir a existência de uma hierarquização dos conhecimentos.

Opondo-se diretamente a ideais construtivistas e pós-modernos, a natureza comunicativa da realidade social pressupõe que esta é estruturada a partir das interpretações pessoais e relações entre os sujeitos que coexistem nessa estrutura. Conforme tal modalidade, o mundo tem seus significados originados do consenso entre tais indivíduos, considerando interações mediadas por pretensões de validade (GÓMEZ; LATORRE; SÁNCHEZ, 2006).

Nessa racionalidade, a ciência social é entendida enquanto um conjunto de afirmações sobre a realidade, aceitas de forma provisória com base no consenso estabelecido entre os sujeitos envolvidos. Nesse sentido, a ciência adquire um caráter político e, portanto, não neutro, ao se considerar a influência das pretensões de poder (em contraponto às pretensões de validez) em seu desenvolvimento. Dada sua característica consensual, um ponto importante deste eixo epistemológico é a interpretação conjunta dos fenômenos na relação investigadora-investigada ao se considerar estudos envolvendo pessoas.

De forma sintética, tem-se: uma realidade baseada em uma natureza objetiva com significados atribuídos de forma consensual, explorada com o objetivo de se alcançar o consenso sobre o objeto que estuda, com apoio de todas as pessoas envolvidas no processo de investigação, de caráter não neutro e, portanto, transformador (GÓMEZ; LATORRE; SÁNCHEZ, 2006).

Prevenção e Superação de Violência (PSV)

Para atingir os objetivos de uma escola pacífica, é necessário, como ressaltam Vargas e Flecha (2000), substituir a violência pelo diálogo e, neste sentido, basear as práticas em teorias que são capazes de subsidiá-las. De forma conceitual, pretende-se a substituição das pretensões de poder pelas pretensões de validez no ambiente escolar. Assim, torna-se evidente a necessidade do consenso para as práticas escolares entendidas em um modelo que previne a violência. Porém, quais são as formas frequentemente utilizadas para lidar com os conflitos ou preveni-los de ocorrerem? Para responder a esta pergunta, pode-se considerar as ideias de Aubert et al. (2006), assim como de Melgar, Pulido-Rodríguez e Valverde (2018), que dividem as formas de lidar e prevenir conflitos em três modelos: disciplinar, mediador e comunitário/dialógico.

Em relação ao modelo disciplinar, destaque-se a hierarquia como ideia central e que determina todas as demais características, tal como a imposição de normas decididas de forma vertical e a resposta a conflitos relacionada com punições e programas, supostamente educativos (MELGAR; PULIDO-RODRÍGUEZ; VALVERDE, 2018).

De forma a avançar a este modelo baseado na autoridade das hierarquias, surge o modelo mediador. Pode-se dizer que suas três grandes características são: a exigência de uma pessoa especialista para a mediação do

conflito, sobreposição do diálogo sobre as normas, avançando com relação ao modelo disciplinar, e a possibilidade de apoio entre pessoas iguais para a superação da culpabilidade (MELGAR; PULIDO-RODRÍGUEZ; VALVERDE, 2018). Neste ponto, é importante sinalizar a função da pessoa mediadora e, portanto, especialista na situação. Apesar de avançar com relação ao modelo anterior, a necessidade de um especialista para lidar com os conflitos escolares faz com que tais indivíduos (envolvidos em conflitos) sejam tratados enquanto objetos de intervenção em vez de indivíduos ativos. Dessa maneira, colabora-se para a cultura da estigmatização de alunas e alunos (AUBERT et al., 2006). Nesse contexto, pode-se apontar o modelo dialógico como modelo de prevenção de conflitos derivado de uma atuação educativa de êxito (CREA, 2012).

De maneira geral, é um modelo que centraliza a necessidade de prevenir a ocorrência de violências para que, assim, seja cada vez menos necessário resolvê-las (como no modelo mediador) ou punir as pessoas envolvidas (como no modelo disciplinar). Pela participação de toda a comunidade envolvida com a escola, é estabelecido um clima colaborativo e desenvolvidas normas em meio ao consenso, considerando o diálogo igualitário como componente essencial (AUBERT et al., 2016).

Quanto ao estabelecimento de normas, é importante ressaltar que “quanto maior a diversidade que leva ao consenso da definição e das ações envolvidas na norma, maior sua capacidade de superar e prevenir qualquer conflito” (MELGAR; PULIDO-RODRÍGUEZ; VALVERDE, 2018, p. 34).

Aspectos metodológicos

Trata-se de uma pesquisa de teor quantitativo e qualitativo com caráter exploratório-descritivo, portanto, para realizar a coleta de dados procedeu-se com a modalidade de pesquisa bibliográfica (PB) e optou-se por utilizar a Análise Textual Discursiva (ATD) como forma qualitativa de análise textual dos dados obtidos.

A PB requer a adoção de parâmetros específicos para delimitar o universo de buscas, quanto ao objeto de estudo, e orientar na busca de dados e artigos (LIMA; MIOTO, 2007). Sendo assim, são exigidos quatro parâmetros, definidos conforme o Quadro 1.

Quadro 1: Parâmetros utilizados para a realização desta pesquisa

Parâmetro Temático	Parâmetro Cronológico	Parâmetro Linguístico	Fonte
Diversidade Sexual na Educação em Ciências da Natureza	Artigos publicados entre os anos de 1997 e 2019	Artigos em Português	Atas o ENPEC*

*Encontro Nacional de Pesquisas em Educação em Ciências.

Fonte: elaboração própria (2020).

Uma vez delimitados os parâmetros, justificam-se as escolhas tomadas. Com relação ao Parâmetro Temático, a justificativa foi explorada na introdução deste artigo. Já a escolha da fonte está intrinsecamente relacionada com os parâmetros linguístico e cronológico.

O Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC) é de um evento bienal que ocorre desde 1997 e é promovido pela Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências (ABRAPEC), fundada no mesmo ano de realização do I ENPEC. Atualmente o evento conta com doze edições e constitui um dos congressos, em âmbito nacional, mais tradicionais da área. Sendo assim, tomou-se a decisão de considerá-lo como fonte de dados. Por tratar-se de um evento brasileiro, o parâmetro linguístico elegido delimitou apenas artigos em português, apesar de existirem também em espanhol. Quanto à escolha do parâmetro cronológico, foi escolhido visando ao objetivo de cobrir todas as edições do evento.

Realizou-se a busca na fonte mencionada utilizando as palavras-chave e os títulos dos trabalhos (quando necessário, o resumo) como critério para selecionar aqueles que tratam amplamente de gênero e sexualidade. Objetivando um afinilamento do *corpus*, foi realizada a leitura do resumo dos trabalhos encontrados para identificar os artigos que tratam de diversidade sexual e, ainda, fez-se uso de uma ferramenta de busca por palavras-chave (utilizando descritores específicos da comunidade LGBT, tais como gay(s), lésbica(s), travesti(s) etc.) para identificar trabalhos que não se preocupam diretamente com a diversidade, mas reconhecem a existência de sujeitos desviantes da norma. Estes últimos trabalhos encontrados foram categorizados como “Trabalhos que Tangenciam ao Tema” e serviram, portanto, como fonte de análise.

O percurso metodológico de análise foi a ATD. Objetiva a produção de metatextos a partir do corpus de análise que permitem a sua reinterpretação a partir da desorganização sistemática de seu conteúdo. A ATD estabelece-se em três etapas cíclicas: a unitarização, a categorização e a captação do novo emergente (MORAES; GALIAZZI, 2016).

O processo de unitarização objetiva reunir fragmentos textuais do *corpus* sem, no entanto, retirar o sentido contextual presente no mesmo. Tais fragmentos são chamados de Unidades de Análise (UA) e são categorizadas conforme a semelhança semântica entre elas. Por conta disso, se faz importante a sistematização das UA de modo a permitir uma organização para facilitar a identificação de seu artigo fonte e seu contexto de origem. Neste artigo, o código que representa cada unidade de análise segue a seguinte estrutura: “UA. código do artigo conforme a base do ENPEC. Número da UA”⁵.

Quadro 2: Categorias e subcategorias utilizadas *a priori*, com base na fundamentação teórica desta pesquisa, para a análise dos dados presentes no *corpus*

Perspectiva	Questão Norteadora	Categorias
Gênero, Diversidade e Igualdade (GDI)	Qual a concepção de inserção dos indivíduos desviantes nas atividades e pesquisas propostas?	Plano Material
		Plano Conceitual
Racionalidades e Concepções Teóricas (RCT)	Qual a concepção ontológica, epistemológica e metodológica?	Objetivista
		Construtivista
		Dialética
		Comunicativa
Prevenção e Superação de Violência (PSV)	De qual a concepção de resolução de conflitos os trabalhos mais se aproximam?*	Modelo Disciplinar
		Modelo Mediador

*O modelo dialógico foi excluído das categorias por entender que tal modelo só é possível um contexto de Comunidade de Aprendizagem e ao identificar que nenhum trabalho se relaciona do *corpus* com tal contexto.

Fonte: Elaboração própria (2020).

A categorização dos artigos enquadrados enquanto “Tangentes ao Tema” foi realizada de forma emergente a fim de compreender de que forma tais trabalhos compreendem a diversidade na sala de aula. Quanto aos trabalhos que tratam diretamente de diversidade sexual, optou-se por utilizar categorias *a priori* com base nas três subseções presentes na fundamentação teórica. Sendo assim, as categorias e subcategorias foram definidas conforme o Quadro 2.

Resultados e discussão

Nesta seção serão apresentados os resultados obtidos, assim como as discussões pertinentes. Para isso, subdivide-se esta seção em três partes:

5 Por exemplo: UA. R0927-1.6 refere-se a sexta Unidade de Análise (UA) localizada no artigo de código R0927-1 conforme o ENPEC (vide TABELA 3).

(1) questões quantitativas da análise e, posteriormente, qualitativas com análises dos trabalhos que (2) reconhecem a existência de sujeitos desviantes da norma no ambiente escolar e (3) se preocupam diretamente com a diversidade sexual na sala de aula.

Um olhar quantitativo

Com relação ao número de publicações no ENPEC, a Tabela 1 reúne um comparativo entre as edições do evento e o total de trabalhos já publicados nas temáticas de interesse.

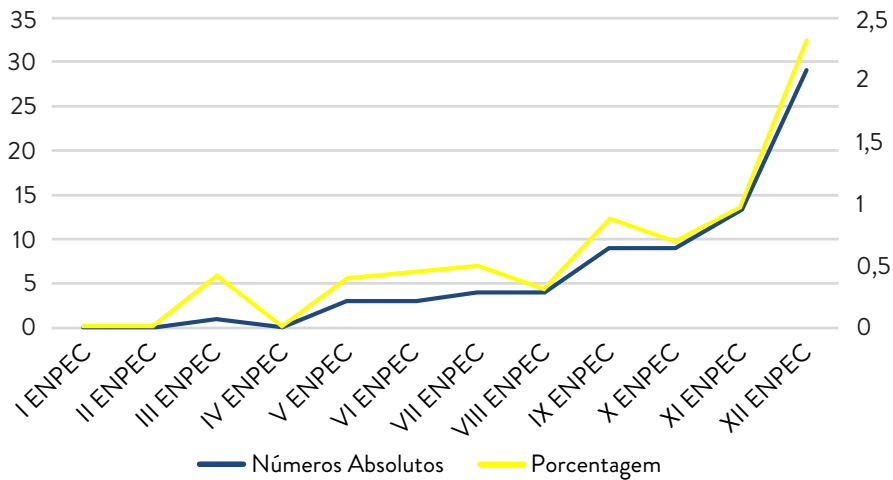
Tabela 1: Relação de trabalhos encontrados sob cada temática em comparação com o escopo de trabalhos totais e de interesse publicados na última e em todas as 12 edições

	Gênero/ Sexualidade	%	Diversidade Sexual	%	Gênero	%	Trabalhos Totais da Edição
I ENPEC	0	0	0	0	0	0	128
II ENPEC	0	0	0	0	0	0	163
III ENPEC	2	0,85	0	0	1	0,42	233
IV ENPEC	8	1,77	0	0	0	0	451
V ENPEC	12	1,62	1	0,13	3	0,40	738
VI ENPEC	7	1,04	0	0	3	0,44	669
VII ENPEC	16	2,00	4	0,5	4	0,50	799
VIII ENPEC	18	1,45	3	0,24	4	0,32	1235
IX ENPEC	20	1,96	2	0,19	9	0,88	1019
X ENPEC	15	1,17	1	0,07	9	0,70	1272
XI ENPEC	24	1,79	4	0,29	13	0,97	1335
XII ENPEC	42	3,34	5	0,39	29	2,31	1254
TOTAL	164	1,76	20	0,21	75	0,80	9296

Fonte: Elaboração própria (2020).

Entre 164 trabalhos que tratam de gênero e sexualidade, foram encontrados 20 que tratam diretamente da temática de diversidade sexual e 38 que tangenciam a este tema. É interessante notar que, na XII edição do evento, a temática de gênero teve uma porcentagem quase três vezes maior do que a média atribuída a todas as edições do evento. Apesar de não ser o foco desta pesquisa e entendendo as relações de gênero como basais para a diversidade sexual, cabe abrir um parêntese para destacar a tendência de publicações nesta temática no ENPEC.

Figura 2: Relação de trabalhos publicados em todas as edições do ENPEC (1997-2019) em porcentagem (eixo à direita) e número absolutos (eixo à esquerda) acerca da categoria de trabalhos sobre gênero (amplamente)

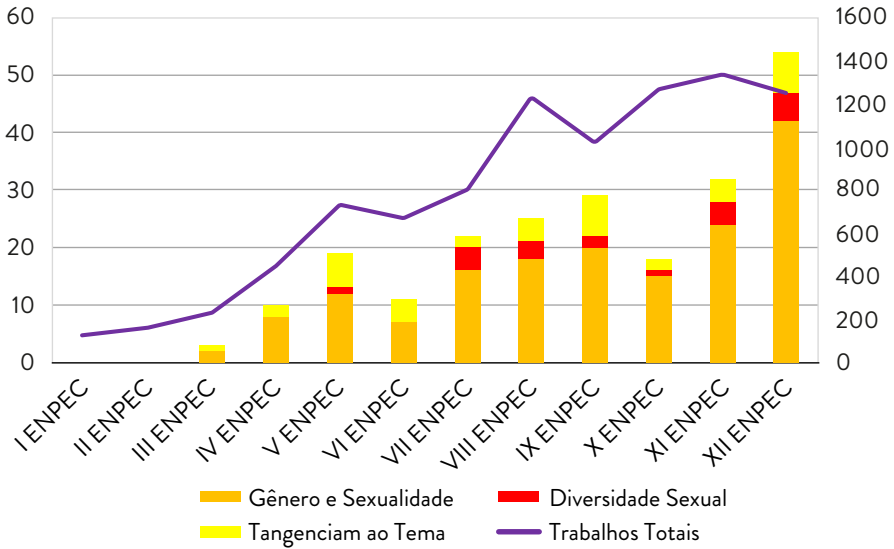


Fonte: Elaboração própria (2020).

O Figura 2 ilustra o crescimento quase exponencial dessas pesquisas dentro do campo de educação em Ciências da Natureza. Dado o contexto político atual de repressão e aumento de violências, é compreensível o aumento da preocupação pela temática. Tal aumento pode estar relacionado à emergência do movimento “Ele Não” iniciado pelo feminismo brasileiro ao final de 2018, possibilitando clareza acerca da influência das relações de gênero no contexto brasileiro e, provavelmente, causando algum impacto no número de publicações. Nesse sentido, é importante salientar a necessidade de compreender o teor de tais pesquisas.

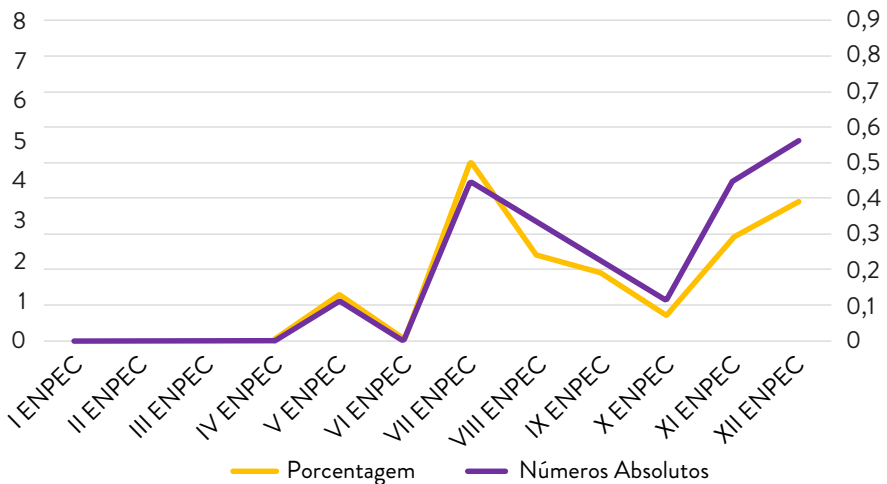
O Figura 3 reúne o número total de artigos publicados no ENPEC e a relação proporcional de trabalhos encontrados. Pode-se notar que pesquisas sobre a diversidade sexual seguem tendo uma baixa expressão quando falamos de publicações no ENPEC, ainda menor do que aquelas que reconhecem a existência de sujeitos desviantes da norma na escola. A seguir, seguem as representações gráficas e discussões acerca dos artigos de interesse para esta pesquisa, publicados no ENPEC.

Figura 3: Relação entre o total de trabalhos publicados (eixo à direita) e os específicos das temáticas de interesse (eixo à esquerda) em todas as edições do ENPEC (1997-2019)



Fonte: Elaboração dos autores (2020).

Figura 4: Relação de artigos publicados em todas as edições do ENPEC (1997-2019) em porcentagem (eixo à direita) e número absolutos (eixo à esquerda) acerca da categoria de trabalhos que tratam de Diversidade Sexual



Fonte: Elaboração dos autores (2020).

Com relação aos artigos que tratam diretamente de diversidade sexual, é importante notar uma leve tendência ao crescimento (ao considerar a influência das três últimas edições do evento) ou, ao menos, uma presença constante dessa temática nas publicações do ENPEC, uma vez que seguem presentes há dez anos (FIGURA 4).

Com relação à categoria de artigos que “Tangenciam ao Tema”, a Tabela 2 reúne as palavras-chaves encontradas nos artigos através da ferramenta de busca por palavras-chave.

Tabela 2: Palavras encontradas utilizadas para definir a categoria de artigos que tangenciam ao tema de interesse

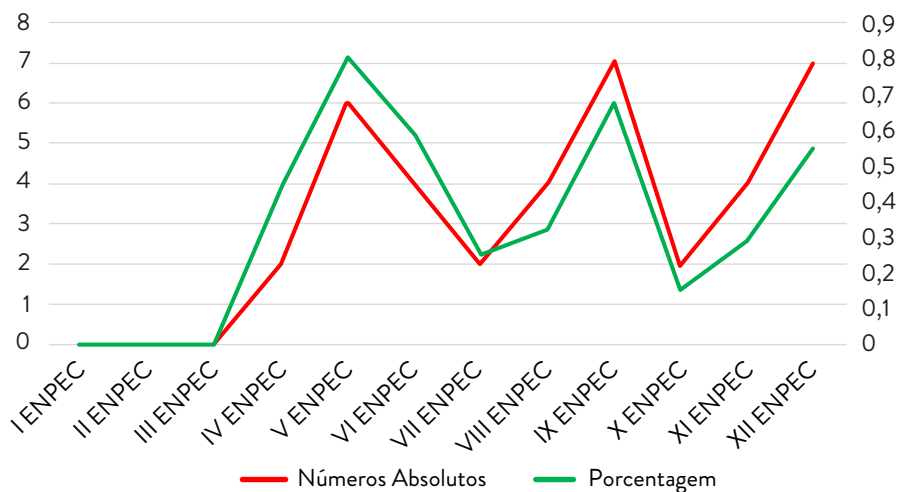
Termo	Número de citações	Termo	Número de citações
Homossexualidade	35	Travesti(s)	3
Homossexual(is)	33	Homoafetivas	2
Bissexual(is)	8	Bissexualidade	2
Homossexualismo	6	Sapatona	2
Gay(s)	6	Sapatão	2
Homofóbica/o(s)	5	Lésbica	1
Homofobia	5	LGBTQ's	1
Transexual	4	LGBTT	1
Heteronormativos(idade)	3	LGBT	1
Total		18 termos	120

Fonte: Elaboração própria (2020).

É importante notar na tabela acima a prevalência de aproximadamente 72% de descritores que remetem somente às identidades que se relacionam afetiva e sexualmente com pessoas do mesmo gênero. Ainda, é importante notar a inexistência de formas de se relacionar sexualmente que exigem a afetividade (tal como a demissexualidade) e até mesmo de identidades que não necessitam se relacionar sexualmente (como os assexuais). Assim, pode-se dizer que a compreensão de diversidade sexual, em geral, é fomentada pela crítica de Connell e Pearse (2015) acerca do modelo de socialização de gênero, especialmente ao mencionar a compreensão do gênero em apenas uma dimensão, se aproximando da norma (heterossexual) ou se distanciando dela (homossexual).

Um olhar para a representação gráfica dos números (absolutos e percentuais) que tais trabalhos representam nas publicações do ENPEC ajuda a evidenciar a presença de padrão de publicação oscilante com o passar do tempo (FIGURA 5).

Figura 5: Relação de artigos publicados em todas as edições do ENPEC (1997-2019) em porcentagem (eixo à direita) e número absolutos (eixo à esquerda) acerca da categoria de trabalhos que tangenciam ao tema de interesse



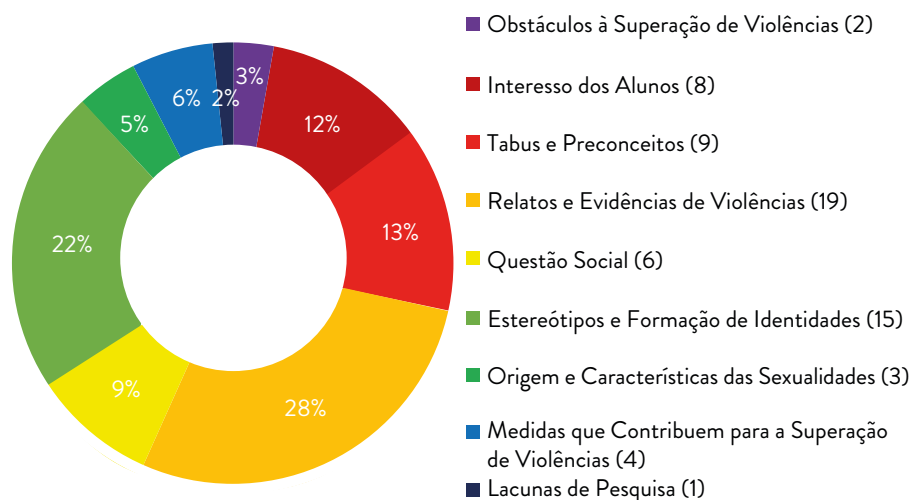
Fonte: Elaboração dos autores (2020).

Um olhar qualitativo: os trabalhos que reconhecem a existência de sujeitos desviantes no espaço escolar

Nesta subseção será dada atenção aos trabalhos classificados enquanto tangentes ao tema de modo a discutir a forma como as pesquisas em educação Sexual na Educação em Ciências da Natureza compreendem e reconhecem a existência de sujeitos fora da norma. A Figura 6 reúne as categorias utilizadas para classificar as UA encontradas. Neste *corpus*, as UA foram estabelecidas através da fragmentação de trechos que continham uma ou mais das palavras presentes na Tabela 2, apresentada na subseção anterior.

Em geral, a compreensão de diversidade sexual nos trabalhos que mencionam tal temática é centrada principalmente na homossexualidade e consistem em trechos específicos que trazem registro da presença desse tema na sala de aula. Ainda, as performances afetivo-sexuais desviantes à norma são retratadas como uma questão social presente na escola, que desperta o interesse do alunado e, principalmente, se manifesta em alguma forma de violência.

Figura 6: Relação numérica e percentual entre as categorias estabelecidas e o *corpus* que tangencia ao tema de análise. Categorias foram estabelecidas de maneira *emergente*



Fonte: Elaboração dos autores (2020).

O interesse de alunas e alunos é um fator que destaca a necessidade de abordar tais temáticas na sala de aula, uma vez que se faz presente na vida desses indivíduos e, devido a ser considerado um tabu na sociedade, possui pouco espaço para discussão na esfera familiar. O interesse é majoritariamente feminino, evidenciando a influência das normas de gênero na discussão do tema.

Trechos dos artigos ajudam a evidenciar essa questão. Ao tratar da formação de categorias de trabalho na sala de aula com base em dúvidas expostas pelos alunos em uma urna, os autores destacam que “as categorias estabelecidas para organizar as dúvidas foram: “Uso do Anticoncepcional”, “Preservativo”, “Emocional”, “Prazer”, “Saúde sexual”, “Gravidez”, “Primeira vez” e “Homossexualidade” - esta última presente apenas nas perguntas das meninas” (UA. R 0927-1.1/ UA. R 0927-1).

Em outro trabalho, que buscou compreender o interesse de pais e alunos sobre orientação sexual, temos que “os dados revelam que para os adolescentes do sexo masculino, preconceito/tabus (26,%) e homossexualidade (19,6%) foram os menos citados. Por outro lado, 38,7% das adolescentes citaram a homossexualidade e 32,3 % citaram preconceitos/tabus” (UA. R 0780-1.1/ UA. R 0780-1.2). Ainda, “as pesquisas de opinião

evidenciam, fortemente, uma rejeição alta da população brasileira, especialmente masculina, aos homossexuais [...]” (UA. P 373.1). Dessa forma, é evidente que o interesse de indivíduos masculinos por temas ligados à diversidade sexual se configura, mais intensamente, enquanto um tabu.

Justamente pelo tabu envolvido nessas temáticas, a questão da homossexualidade/bissexualidade enquanto formação de identidades que divergem da norma, entendida enquanto heteronormativa (isto é, que espera que os indivíduos se relacionem afetiva e sexualmente com o sexo e gênero opostos ao longo da vida). Tal questão é explorada na unidade de análise abaixo.

[...] importância significativa nas discussões com o objetivo de possibilitar e colaborar para uma educação clara e livre de preconceitos, sobre a perspectiva de a constituição da identidade sexual e de gênero está desde que se identifica o sexo do bebê, atrelada aos padrões heteronormativos. (UA. R 1284-1.2).

Ainda nesse sentido, as análises sinalizam para uma compreensão do professorado acerca destas questões de identidade. Compreender a existência da diversidade é um passo importante em direção à igualdade de diferenças e, portanto, pode ser entendido como um aspecto positivo encontrado neste *corpus* (AUBERT et al., 2016). A resposta de um licenciando a um questionário acerca da temática gênero sinaliza para uma melhor apropriação de alguns conceitos sobre a comunidade LGBT que podem refletir de forma positiva em sua prática: “Gênero seria a maneira como cada pessoa se identifica, o que cada um sente, podendo ser mulher, homem, travesti, gay, lésbica, transexual, etc. não importa o visual externo do indivíduo e sim como ele se sente” (UA. R 1763-1.2).

Saindo da esfera das identidades, o escopo de artigos encontrados retrata que a necessidade de abordar a diversidade sexual na escola é reconhecida, inclusive, pelo corpo docente. Um trabalho que buscou compreender os tópicos relevantes a serem ensinados ao longo dos ciclos de ensino constatou que “muitos professores apontaram outros temas ligados à sexualidade, entre eles: mudanças físicas e fisiológicas, contracepção, namoro e sexo, homossexualismo e temas mais gerais, como respeito” (UA. P 729.1). No entanto, tal necessidade é confrontada com diversas barreiras, entre as quais “[...] a falta de material didático específico e a incompreensão e desinformação por parte dos pais de alunos.” (UA. P 927.5). A falta de formação também é uma barreira citada por dois trabalhos, em que “a professora tem

consciência de que primeiramente deve ter formação compatível com as demandas sociais, do mesmo modo que outros professores comentaram ao se referirem sobre outros temas polêmicos da sexualidade: homossexualidade e relação sexual antes do casamento” (UA. PNL 025.1), além disso:

Relatos de posturas mostram que os professores/educadores não conseguem lidar com a sexualidade infantil, têm dificuldades com o homossexualismo e as relações de gênero, e tendem a ainda abordar a Educação Sexual de forma desigual para ambos os sexos perpetuando a discriminação e os estereótipos. (UA. P 703.1).

Tais barreiras acabam por colaborar para a formação de ambientes na escola que favorecem situações de violência.

Presente no *corpus* desta análise estão artigos que reconhecem situações de violência na escola. A falta de conhecimento do alunado sobre a diversidade sexual, além de causar interesse, leva a preconceitos que, por sua vez, podem se manifestar na forma de violência. Dois trechos evidenciam essa afirmação: Uma aluna reconhece a dificuldade de uma professora em abordar tais temáticas dentro das aulas de sexualidade e aponta que “[...] aqui na escola precisava ter mais atividades que falem para os homossexuais. Aqui na escola têm muitos que sofrem muito preconceito. Até os professores têm preconceito” (UA. R 0563-1.1); e as consequências de uma situação de ensino que considerou a diversidade sexual como um eixo essencial:

Questionados sobre o significado das palavras intersexual, heterossexual, homossexual, bissexual, transexual, encontrados na pesquisa bibliográfica, os alunos relataram um sentimento de surpresa, pois eles não sabiam da existência de tantas formas e maneiras dos seres humanos se relacionarem com os seus corpos e mentes. Neste momento, também surgiram visões preconceituosas e estereotipadas, com o uso de alguns termos pejorativos e discriminatórios, palavras como “Bicha”, “Sapatão”, vieram à tona como observamos na fala deste aluno ‘se eu tivesse um filho ‘bicha’ eu dava uma surra pra aprender a ser homem’, surgindo daí a necessidade de intensificar o trabalho de sensibilização e respeito entre às diferenças. (UA. R 0329-2.4-8).

Em números absolutos, aproximadamente 64% dos artigos que compõem o *corpus* desta pesquisa possuem trechos que reconhecem a presença de situações de violência e preconceito quanto ao Ensino de Ciências. Em contrapartida, apenas 13% se preocupam em explicitar medidas que podem ser tomadas para tentar reverter esse cenário.

Das medidas apontadas pelos trabalhos encontrados, destacam-se a possibilidade de abordar as perspectivas sociais da sexualidade a partir de dúvidas e questões levantadas pelos próprios alunos e, de maneira mais transversal, a participação de diferentes indivíduos em situações de ensino como colaboradores, como podemos observar no trecho a seguir.

Este Seminário Interativo, em 2005, aconteceu na Universidade contando com a participação de diferentes profissionais da comunidade que são incluídas no processo como convidados/colaboradores: professores que estão atuando como Educadores sexuais nas escolas, psicólogos que trabalham em instituições, especificamente com a Educação sexual de crianças, adolescentes e jovens que têm algum tipo de deficiência, (ex) prostitutas, travestis, drag queen etc. (UA. P 959.2).

Dessa forma, são evidenciados os fatos de que, em geral, os artigos que estudam sexualidade/educação sexual na educação em ciências e mencionam/tangenciam as questões da diversidade sexual retratam que a preocupação maior é com o reconhecimento da existência de outras identidades não normatizadas, direcionado especificamente à homossexualidade, deixando outras condições/identidades à margem, e um cenário caracterizado pela presença de violência, principalmente simbólica e psicológica. Além disso, reconhecem o tabu que permeia essas questões. Tal tabu parece ser responsável por suscitar um interesse na juventude pelas temáticas. Contudo, o interesse do alunado colide em barreiras que impedem uma abordagem ampla e inclusiva da sexualidade no ensino de ciências devido, principalmente, a alta de recursos e preparo do corpo docente. Por fim, poucos são os trabalhos que retratam medidas que podem auxiliar de alguma forma na superação dos preconceitos encontrados, evidenciando a necessidade de pesquisas nessa área. Dada a fundamentação teórica que embasa esta pesquisa, é importante destacar a baixa incidência de propostas de intervenção e a compreensão das diferenças enquanto problemáticas para o processo de formação e ensino.

Um olhar qualitativo: os trabalhos que estudam a presença da diversidade sexual no espaço escolar

Por fim, nesta última subseção, a atenção será voltada para os artigos que tratam exclusivamente da diversidade sexual na educação em Ciências da Natureza.

Tabela 3: Relação numérica entre as categorias estabelecidas e o *corpus principal* de análise. Categorias foram estabelecidas com base nas perspectivas: Gênero, Diversidade e Igualdade (GDI); Racionalidades e Concepções Teóricas (RCT); e Prevenção e Superação de Violência (PSV)

	GDI		RCT		PSV	TOTAL
	Plano Conceitual	Plano Concreto	Construtivista (Pós-moderno)	Dialética	Mediador (Ausente)	
Obra 1 (599)	7	0	0	3	1	11
Obra 2 (886)	0	0	11(5)	0	0	11
Obra 3 (1451)	7	4	2	0	2(1)	15
Obra 4 (p806)	0	0	6	0	0	6
Obra 5 (R0049-3)	0	0	17(16)	0	0	17
Obra 6 (R0293-1)	1	0	2	0	0	3
Obra 7 (R0321-1)	3	0	1	0	0	4
Obra 8 (R0500-1)	4	0	0	2	0	6
Obra 9 (R0831-1)	5	1	3(1)	0	0	9
Obra 10 (R1291-1)	0	1	4	3	2(1)	10
Obra 11 (R1299-1)	2	0	7(7)	0	0	9
Obra 12 (R1558-1)	2	2	8(8)	0	0	12
Obra 13 (R1652-1)	0	0	22(22)	0	0	22
Obra 14 (R1875-1)	2	0	3(1)	0	0	5
Obra 15 (R0059-1)	6	0	2(1)	0	1	9
Obra 16 (R0791-1)	0	3	11(11)	0	0	14
Obra 17 (R0797-1)	0	0	3	0	2	5
Obra 18 (R1354-1)	6	2	1	0	1	10
Obra 19 (R1839-1)	3	3	9(2)	0	2	17
TOTAL	48	16	112(74)	8	11(2)	195
	64		120		11	

Fonte: Elaboração dos autores (2020).

Primeiramente, é importante destacar que, anteriormente, obteve-se um corpus composto por 20 artigos e que, durante as análises, optou-se por descartar um devido à inadequação aos objetivos da pesquisa em questão.

O *corpus principal* de análise, como já evidenciado na metodologia, foi categorizado utilizando categorias *a priori* com base nas subseções da fundamentação teórica desta pesquisa (TABELA 3). Sendo assim, optou-se por apresentar a análise dos dados conforme a ordem em que estas fundamentações foram apresentadas.

Primeiramente, tratando de Gênero, Diversidade e Igualdade (GDI), foram eleitas duas categorias, de modo a representar os princípios de igualdade de diferenças (AUBERT et al., 2016). Considerando a necessidade de incluir a diversidade nas atividades escolares, de maneira a permitir o conflito entre diferenças para alcançar o consenso em meio à igualdade, estabeleceu-se como:

a) Plano Conceitual: UAs que evidenciam a necessidade de trabalhar sobre diversidade nas aulas e na escola, porém, através da formação de professores que tenham domínio conceitual a respeito das questões de gênero;

b) Plano Concreto: consiste em UAs que reconhecem a importância de os sujeitos desviantes serem identificados e incluídos no ambiente escolar, de modo a fomentar discussões e esclarecimentos acerca de preconceitos e estereótipos fundamentados em ideais discriminatórios.

Sendo assim, é importante notar primeiramente o fato de que existe o triplo de UA categorizadas na perspectiva de diversidade através do Plano Conceitual quando comparadas ao Plano Concreto. Isso reafirma a predominância de uma ordem de gênero excludente, que considera a necessidade de informar sobre a necessidade de conhecer, tal como demonstra a seguinte UA: “Por isso, entendemos que não haverá uma verdadeira inclusão da temática Diversidade Sexual na escola enquanto não houver uma valorização e respeito por esta diversidade que está presente no mundo e na escola” (UA. R 1291-1.1S).

A maioria das pesquisas mantém seu olhar para a necessidade de formar indivíduos (professores e alunos) que tenham uma mínima noção da existência da diversidade sexual enquanto conceitos de homossexualidade, transexualidade, entre tantos outros que se referem à diversidade sexual. No entanto, o reconhecimento da existência dessa diversidade no âmbito escolar se traduz enquanto necessidade de realizar ações que visem, majoritariamente, à disseminação de formação e conhecimento para o impedimento de violência:

Os alunos admitem ser um incômodo as confusões provocadas pelo aluno preconceituoso e pelo aluno que sofre com a discriminação, interferindo no bom andamento da escola e na aprendizagem. Percebe-se a falta de informações dos alunos quanto aos fatores determinantes para uma pessoa ser considerada homossexual. (UA. 599.4S).

Pensando na afirmação de Connell e Pearse (2015), a perspectiva de dar prioridade à questão conceitual que envolve os indivíduos que não seguem o padrão podem, facilmente, perpetuar visões estereotipadas que

continuam a sustentar diversos estigmas contra essas pessoas. Alguns trechos das UA destacam esse posicionamento dentro do Plano Conceitual:

Sexualidade e gênero precisam ser vistos como dimensões distintas que compõem a identidade de cada ser humano, visam organizar a vida pessoal e coletiva e, como categorias de análise, façam parte dos espaços públicos, onde as discussões favoreçam o conhecimento, reconhecimento e pautem o respeito à diversidade. (UA. R 0059-1.1S).

É nesse sentido que diversos artigos reafirmam tal necessidade, conforme as UA abaixo e explicitam formas de trabalhar com tais conceitos em sala de aula, como “o ensino sobre a variedade de orientações sexuais pode proporcionar aos alunos um maior conhecimento sobre o tema, podendo assim emitir opiniões mais fundamentadas sobre este, quando for necessário” (UA. 1451.7S) ou:

Na organização do conhecimento, apresentamos os conhecimentos científicos necessários para a compreensão do tema abordado, por meio de artigos científicos, a leitura de uma reportagem sobre a proibição da doação de sangue por homens gays, e da Portaria do Ministério da Saúde [...]. (UA. R 0500-1.1S).

Nesse contexto, chama atenção um trabalho que propõe a inclusão desses sujeitos no plano conceitual através de jogos que simulam a diversidade sexual e de gênero, conforme a descrição a seguir:

[...] no primeiro momento, a turma é dividida em grupos de cinco ou seis pessoas. Em seguida, professores apresentarão 4 (quatro) caixinhas que devem conter as seguintes características para sorteio: caixinha 1: Gênero (mulher Cis, mulher trans, mulher homossexual, mulher bi etc.); caixinha 2: Raça (negra, asiática, indígena, branca etc.); caixinha 3: Profissão (diarista, cuidadora de idosos, professora, médica, cobradora de ônibus, deputada, dona de casa etc.); [...] (UA. R 1345-1.8S).

Esta unidade de análise evidencia uma questão preocupante, à medida que supõe a necessidade de um jogo de incorporação de papéis para reconhecer a diversidade dentro da sala de aula. Diversos referenciais são unânimes em afirmar a existência de heterogeneidade dentro da escola e, especificamente, da classe (AUBERT et al., 2016; VIGOTSKI, 2007). Nesse sentido, cabe questionar a necessidade de tal estratégia de ensino e destacar novamente a forma excludente como tal concepção considera a inexistência dessas diversidades na sala de aula.

Assim, evidencia-se que a maior parte das práticas encontradas visa ao acesso de conhecimentos e informações que não necessariamente transformarão os estereótipos e os estigmas carregados pelas pessoas presentes naquela sala de aula. Dessa forma, a maneira de abordar a diversidade dentro do Plano Conceitual pode não ser tão eficaz para romper com a perpetuação das desigualdades como tais pesquisas sugerem.

Contudo, existem artigos que se enquadram na categoria de “Plano Concreto” ao assinalarem com convicção a importância e necessidade de ocupação de pessoas desviantes para a promoção de relações pessoais e educacionais mais adequadas. Tais ideias vão ao encontro do princípio de igualdade de diferenças e, portanto, podem ser consideradas um avanço no sentido de pensar Gênero, Diversidade e Igualdade.

[...] poucas vezes é permitida a participação ou são consideradas as sujeitxs de identidades marcadas como diferentes ou marginalizadas pelas relações coloniais de gênero e sexualidade (também raça, etnia, origem geográfica, classe social e deficiência). (UA. R 0791-1.1S).

A UA citada acima retrata um cenário de emergência para a inclusão dos indivíduos desviantes nos espaços institucionais, inclusive, na escola. As ideias basais da igualdade de diferenças podem ser notadas na UA a seguir, fonte do mesmo artigo do corpus: “A pouca disposição que temos para escutá-las. A sociedade constrói e reforça estereótipos e imaginários, geralmente negativos sobre as travestis, apesar de que as pessoas poucas vezes, ou nunca, se permitem conversar com uma delas” (UA. R 0791-1.2S).

Portanto, pode-se constatar uma tendência emergente de inserção destas pessoas no espaço como forma de combater as discriminações e os preconceitos. Apesar de incipiente, as pesquisas mostram potencial para informar a população da necessidade de novas perspectivas no que se refere a Gênero, Diversidade e Igualdade.

Para a próxima categoria, Racionalidade e Concepções Teóricas, é importante notar a prevalência de quase 90% dos trabalhos seguindo uma racionalidade construtivista e, mais especificamente, quase 57% numa tendência de levar a subjetividade ao extremo (a pós-modernidade) a ponto de considerarem as ciências, por exemplo, enquanto apenas mais um dos discursos que são responsáveis por controlar as relações sociais. Nesse sentido, a validade dos argumentos passa a ser desconsiderada e um argumento a favor da paz tem a mesma qualidade que um argumento a favor da guerra,

uma vez que se trata apenas de discursos diferentes. É necessário reconhecer que existem argumentos que têm sua fonte baseada em pretensões de poder e de validade para que seja possível efetivar a transformação social. Tal questão fica evidente na UA a seguir:

Discursos no âmbito da biologia, baseados em estudos genéticos e com hormônios, em pesquisas na área da neurociência e estudo científico entre gêmeos são alguns exemplos de “provas” para a causa da homossexualidade. Além disso, temos contribuições que caracterizam a identidade homossexual através de uma definição patologizante, homossexualidade como crime e pecado também foram atribuições recorrentes durante a suposta história da homossexualidade. (UA. 886.10C).

Nesse sentido, é importante lembrar que

A paz não pode ser alcançada desde uma inadequada modernidade tradicional na qual umas pessoas ou grupos elaboravam os valores que logo eram impostos ao resto por meio de pretensões de poder, de violência física ou simbólica. Ainda menos se pode conquistar a paz desde uma proposta de uma pós-modernidade na qual não existem valores superiores a outros e, portanto, não se consideram melhores a paz e o diálogo do que a guerra e a violência. (VARGAS; FLECHA, 2000, p. 85, tradução dos autores).

Pensando que, em geral, o objetivo dos trabalhos envolve o estudo de formas de evitar a propagação de violência ou fortalecer a abordagem comunicativa dos estudos de gênero dentro do ambiente escolar, faz-se necessário demonstrar que os referenciais teóricos utilizados pouco têm a contribuir para avançar efetivamente nessas questões. Como destacado por Gómez, Latorre e Sánchez (2006), Connell e Pearse (2015) e Aubert et al. (2006; 2016), a utilização de referenciais pós-modernos comprometem a compreensão da realidade ao considerar que as diversas visões de mundo possibilitadas pela subjetividade se elevam a uma máxima na qual a realidade não pode ser, de fato, concreta. Logo, tudo se torna um “discurso” e as ações dos sujeitos são enviesadas por tais discursos de modo a supor que estes indivíduos não possuem ação reflexiva sobre as atividades que realizam.

A racionalidade dialética embasa aproximadamente 10% dos artigos deste *corpus*. Uma questão importante de ser salientada é o avanço que a racionalidade dialética faz ao reconhecer que a ciência é permeada por posicionamentos políticos. Nesse sentido, a questão levantada pela UA acima é tratada não enquanto um discurso permeado pelo controle e busca pelo poder, mas sim enquanto um reflexo histórico-social da época em que tal conhecimento foi

desenvolvido: “[...] a instituição escolar, como qualquer outra instância social, é um espaço sexualizado e generificado. Estão presentes as concepções de gênero e sexo que socialmente e historicamente formam uma sociedade” (UA. 599. 1R). Assim, de forma sintética, a dialética busca “[...] questionar as consequências sociais, econômicas e políticas do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, evidenciando que esse processo não é neutro, pois sofre interferência de grupos dominantes” (UA. R 0500-1.1R).

Seguindo a análise deste *corpus*, dá-se foco para as questões de Prevenção e Superação de Violências (PSV). Primeiramente, chama a atenção por ser a categoria com menor frequência no *corpus*, isso é um indicativo de que pouco se tem pensado sobre ações para reverter os cenários apresentados com dados na introdução deste trabalho. Ainda, é importante salientar que uma pequena parte das UAs enquadradas nessa categoria envolvia o reconhecimento de violências no âmbito escolar sem a proposta ou anúncio de medidas a serem tomadas, o que levou esta pesquisa a considerar como “Ausente”.

A paz escolar só vai ser alcançada a partir de planejamentos congruentes com a modernidade dialógica em que nos encontramos, ou seja, desde valores estabelecidos e defendidos a partir do diálogo igualitário entre a pluralidade de vozes que compõe a comunidade educativa. (VARGAS; FLECHA, 2000, p. 85, tradução dos autores).

Tratando das subcategorias encontradas, todas UA podem ser colocadas em posição de aproximação com o modelo mediador, que exige a necessidade de um profissional para a mediação de situações de conflito. Como destacado, a problemática deste modelo envolve o distanciamento entre a escola e a comunidade, além de possuir características de mediação que são facilmente burláveis pelas pessoas envolvidas no conflito (AUBERT et al., 2006).

Quais são as UA que evidenciam as afirmações feitas anteriormente?

Quando questionada sobre situações de preconceito/discriminação vivenciadas no ambiente escolar, a professora indicou já ter presenciado situações de violência verbal entre alunos algumas vezes, quando isto ocorreu em suas aulas, sua atitude era: “Eu conversava com todo mundo. Nunca assim, tiro um aluno, dificilmente eu tiro um aluno de sala de aula para conversar só com ele. [...] se aconteceu dentro da minha aula, envolveu todo mundo, de uma certa maneira; então eu procuro sempre resolver dentro da minha sala com o diálogo. É o que é possível”. (R 1291.1-2C).

Contudo, também foram encontradas situações nas quais é necessária a interferência de uma pessoa alheia ao ambiente escolar: “A profissional foi

convidada para falar sobre os sentimentos da pessoa homossexual quando ela se descobre com esta orientação sexual, bem como da reação da família, amigos e escola” (UA. 599.1C).

Portanto, sobre os trabalhos que tratam diretamente de diversidade sexual na educação em Ciências da Natureza, pode-se afirmar que as características principais do *corpus* envolvem o reconhecimento ténue da necessidade de inserir a diversidade nos espaços para o confronto e esclarecimento de estigmas e preconceitos. Há predominância da compreensão conceitual das pessoas envolvidas nos processos formativos, visando a uma ingênua possibilidade de educação igualitária que prioriza as explicações conceituais das diferenças, que muitas vezes são permeadas por estereótipos sobre o desenvolvimento de um ambiente que permita a manifestação das mesmas. No que se refere às RCTs, é vigorosa a presença de ideais da pós-modernidade nas pesquisas que visam à superação de violência, com uma tímida incidência na concepção dialética. Falando em PSV, a existência de ideais semelhantes ao modelo mediador é predominante quando existe tal preocupação.

Considerações finais

Após percorrer um breve panorama social em que estamos inseridos, tornou-se evidente a necessidade de medidas para reverter os cenários de violência expostos. Considerando as diversas racionalidades para compreensão, estudo e natureza da ciência, destaca-se a importância e necessidade emergente de explorar perspectivas que vão além da mera interpretação de discursos e decidir por concepções que compreendam a realidade como uma consequência do consenso entre os sujeitos que a vivenciam. Apenas nessa perspectiva será possível tomar medidas que sejam eficientes em sua natureza e transformadoras em suas consequências.

Do ponto de vista quantitativo, este trabalho pôde evidenciar um aumento das pesquisas em temática de gênero e diversidade sexual no Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciência (ENPEC).

Assim sendo, é necessário: (1) desenvolver investigações acerca das pesquisas que tratam amplamente de gênero no ENPEC, de forma a buscar evidências que contribuam na compreensão do crescente número de publicações sobre esta temática; (2) realizar pesquisas que prezem pela compreensão da fundamentação epistemológica destes trabalhos, uma vez que tal compreensão interfere diretamente nos desdobramentos de possíveis ações voltadas à superação.

Partindo das análises qualitativas, é evidente o fato de a homossexualidade ser compreendida enquanto principal forma de identidade não normativa. Assim, constatou-se a invisibilidade das demais formas de ser nas pesquisas em educação em Ciências da Natureza, salientando um campo de estudo que precisa ser mais investigado e, de preferência, com participação de pessoas divergentes da norma. Ainda, a prevalência da racionalidade construtivista, especificamente pós-moderna, se mostra como obstáculo para a superação das violências, dados os limitantes explorados ao longo deste trabalho.

Então, recomenda-se: (1) que as pesquisas que tratam da diversidade, quanto ao gênero, considerem os indivíduos que fazem parte das demais expressões de gênero (tais como travestis, transgêneros, assexuais etc.); (2) a realização de pesquisas e atividades no campo de educação em Ciências da Natureza que compreendam a importância da presença concreta da diversidade no ambiente escolar e, principalmente, na sala de aula de modo a garantir o conflito entre estereótipos e realidade; (3) reconhecimento das limitações da racionalidade construtivista, de modo a avançar nas discussões metodológicas que visam à transformação social.

Por fim, sugere-se a realização de pesquisas que se fundamentem na Racionalidade Comunicativa de forma a incluir todas as pessoas envolvidas, buscando o consenso como forma de atingir a prevenção de conflitos em diversos âmbitos sociais. É necessário o desenvolvimento de investigações que permitam a produção de evidências capazes de embasar práticas e ações de transformação das realidades sociais desiguais. A utilização de evidências em detrimento das boas ideias é decisiva para uma atuação de êxito.

Referências

AUBERT, A.; DUQUE, E.; FISAS, M.; VALLS, R. **Dialogar y transformar: pedagogía crítica del siglo XXI**. 2. ed. Barcelona: GRAÓ, 2006.

AUBERT, A.; FLECHA, A.; GARCÍA, C.; FLECHA, R.; RACIONERO, S. S. **Aprendizagem dialógica na sociedade da informação**. São Carlos: EDUFSCar, 2016.

BORGES, R. O.; BORGES, Z. N. Pânico moral e ideologia de gênero articulados na supressão de diretrizes sobre questões de gênero e sexualidade nas escolas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 1-23, 2018.

BRASIL. Disque 100 e Ligue 180. **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3aB49Vo>. Acesso em: 9 set. 2019.

CREA. **Includ-ED**: Estratégias para a inclusão e coesão social na Europa a partir da educação. Barcelona: Universidade de Barcelona, 2012.

CONNELL, R.; PEARSE, R. **Gênero**: uma perspectiva global. São Paulo: nVersos, 2015.

COUTO JUNIOR, D. R.; OSWALD, M. L. M. B.; POCAHY, F. A. Gênero, sexualidade e juventude(s): problematizações sobre a heteronormatividade e cotidiano escolar. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 124-137, 2018.

FLECHA, R.; PUIGVERT, L. RIOS, O. The New Alternative Masculinities and the Overcoming of Gender Violence. **International and Multidisciplinary Journal of Social Sciences**, Barcelona, v. 2, n. 1, p. 88-113, 2016.

GIDDENS, A. **A Constituição da Sociedade**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

GÓMEZ, J.; LATORRE, A.; SÁNCHEZ, M.; FLECHA, R. **Metodología comunicativa crítica**. Barcelona: El Roure Editora, 2006.

HINCAPIÉ, A.; QUINTERO, S. Cuerpos sometidos, sujetos educados: puntes para una interpretación de las luchas discursivas por la construcción de la educación sexual en Colombia. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, Manizales, v. 10, n. 1, p. 93-105, 2012.

IPEA; FBSP. **Atlas da Violência**. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. spe, p. 37-45, 2007.

MAPA da violência de gênero. **Gênero e Número**, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3mb8vb8>. Acesso em: 9 set. 2019.

MELGAR, P.; PULIDO-RODRÍGUEZ, M. A.; VALVERDE, B. Modelo dialógico de prevención de conflictos. **Padres y Maestros**, Madrid, n. 387, p. 32-37, 2018.

MELLO, R. R.; BRAGA, F. M.; GABASSA, V. **Comunidades de aprendizagem**: outra escola é possível. São Carlos: EDUFScar, 2014.

MICHELS, E.; MOTT, L.; PAULINHO. **Mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil**: relatório 2018. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2018.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. **Análise textual discursiva**. 3. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2016.

UNESCO. **Out in the open**: education sector responses to violence based on sexual orientation and gender identity/expression. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 2016.

QUIRINO, G. S.; ROCHA, J. B. T. Sexualidade e educação sexual na percepção docente. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 43, p. 205-224, 2012.

SOARES, Z. P.; MONTEIRO, S. S. Formação de professores/as em gênero e sexualidade: possibilidades e desafios. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 35, n. 73, p. 287-305, 2019.

TGEU. **TMM absolute numbers**. Transgender Europe, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3jiWrmH>. Acesso em: 9 set. 2019.

TONATTO, S.; SAPIRO, C. M. Os novos parâmetros curriculares das escolas brasileiras e educação sexual: uma proposta de intervenção em ciências. **Psicologia Social**, Recife, v. 14, n. 2, p. 163-175, 2002.

VARGAS, J.; FLECHA, R. El Aprendizaje Dialógico como “experto” em Resolución de Conflictos. **Contextos Educativos**, Logroño, n. 3, p. 81-88, 2000.

VIGOTSKI, L. S. A formação social da mente. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Recebido em janeiro de 2020.

Aprovado em outubro de 2020.

MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA: POSICIONAMENTO E DOMÍNIO EPISTÊMICO NA FALA-EM-INTERAÇÃO

Marta Helena Facco Piovesan¹
Thainara de Sousa Maia²

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar uma análise do posicionamento e domínio epistêmico da fala-em-interação ocorrida entre uma mulher que passou por situação de violência e um profissional de uma instituição de enfrentamento à violência contra a mulher. A metodologia aplicada foi a Análise da Conversa de base Etnometodológica, que permitiu a investigação linguística das ações sociais por meio da linguagem. O posicionamento e o *status* epistêmico é a relação de conhecimento dentro de uma interação, sendo K- (menos conhecedor) ou K+ (mais conhecedor), havendo possibilidade de um mesmo locutor se mover dentro do gradiente epistêmico conforme evolução da interação.

Palavras-chave: Violência doméstica; Análise da Conversa Etnometodológica; Posicionamento e domínio epistêmico.

Abstract: Our article analyzes the positioning and epistemic domain of the speech-in-interaction that occurred between a woman that had experienced a situation of violence and a professional at an institution to confront violence against women. The methodology applied was the Ethnomethodological Conversation Analysis, which allowed the linguistic investigation of social actions through language. Epistemic positioning and status is the relationship of knowledge within an interaction, being K- (less knowledgeable) or K + (more knowledgeable), and the interlocutor may pass from one to another within an epistemic gradient.

Keywords: Domestic violence. Analysis of Ethnomethodological Conversation. Epistemic positioning and domain.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Doutorado em Linguística Aplicada pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Professora Titular do Departamento de Letras da Universidade Estadual do Maranhão (Uema), Brasil. E-mail: martahtpiovesan@hotmail.com. Orcid: 0000-0002-1136-5991

2 Graduada em Letras Português e Inglês e suas respectivas literaturas pela Universidade Estadual do Maranhão. Professora da rede municipal de ensino, Brasil. E-mail: thaimaia95@gmail.com. Orcid: 0000-0002-9017-906

Introdução

A característica central por meio da qual os seres humanos interagem entre si em suas práticas sociais diárias é a linguagem verbal falada, uma habilidade essencialmente humana. Por muito tempo o estudo da linguagem esteve sob a prerrogativa da Linguística, ciência inaugurada no começo do século XX (ORLANDI, 2000) e que surgiu como um meio científico de explicar os processos da linguagem verbal das várias línguas existentes (CUNHA; COSTA; MARTELOTTA, 2009). Com o passar dos anos, o interesse pela linguagem deixou de ser exclusivo do campo da Linguística para ter o seu lugar também nas ciências sociais.

Dentro das áreas que estudam a linguagem tem-se a Linguística Aplicada (posteriormente LA). A LA surgiu com o intuito de preencher lacunas de uso da linguagem no meio social, em contextos dos mais variados, lacunas estas que a ciência Linguística não pôde preencher. Lopes (2006) diz que o campo de estudos da LA está voltado para o âmbito das ciências sociais, para a linguagem em quaisquer contextos ou áreas do conhecimento, e tais contextos merecem um olhar investigativo, visto que a LA se propõe aos estudos do funcionamento real da língua, que é tido como prática social na vida do ser humano falante.

Nessa concepção de linguagem, a presente pesquisa é situada no campo de estudos da Análise da Conversa de base Etnometodológica que tem como foco a fala-em-interação. No arcabouço da Análise da Conversa está a metodologia de análise para os fins a que se propõe este trabalho. “Segundo a ótica da AC, não são analisadas as crenças, os pensamentos, as vontades dos interagentes, mas o turno a turno das interações” (BÖHN, 2018, p. 67) em que se estuda as interações verbais e se objetiva descrever os procedimentos utilizados por quem conversa para produzir o próprio comportamento e para entender e lidar com o comportamento dos outros, ou seja, o interesse inicial não está na linguagem em si, mas na articulação dos métodos de ação social humana, segundo a perspectiva dos participantes, o que se fala e como se fala.

O contexto de investigação é a fala-em-interação dentro de uma instituição Casa das Marias – Projeto Ação-Mulher Balsas, que dá suporte a mulheres em situação de violência doméstica na cidade de Balsas no Maranhão. O objetivo é analisar o posicionamento e domínio epistêmico (HERITAGE, 2012) na interação turno a turno ocorrida entre uma mulher que passou por situação de violência e um profissional da instituição em

questão, podendo, através da análise, melhor compreender a violência contra a mulher. A violência doméstica vivida pelas mulheres deve ser entendida como um fenômeno social e diante disso a pesquisa justifica-se pela importância do tema violência doméstica e familiar contra a mulher bem como pela aplicação de uma metodologia muito recente, ainda pouco difundida no Brasil, a Análise da Conversa de base Etnometodológica, que permite a investigação linguística das ações sociais por meio da linguagem.

O artigo está desenvolvido em cinco seções. A primeira seção trata da violência contra a mulher; a seção dois aborda a perspectiva teórico-metodológica, Análise da Conversa de base Etnometodológica, pontuando sobre a fala-em-interação institucional e os conceitos relativos à Epistêmica – domínio epistêmico, *status* epistêmico e posicionamento epistêmico. A terceira seção apresenta a metodologia, tratando da perspectiva teórico-metodológica que norteou o desenvolvimento do trabalho, bem como o tipo e abordagem de pesquisa, o contexto de pesquisa e seus participantes, e sobre a geração de dados, como estes foram coletados, transcritos e posteriormente analisados. Em seguida, seção quatro, propõe-se a análise e discussão de excertos para verificação do posicionamento e *status* epistêmicos na fala-em-interação institucional entre a mulher em situação de violência e a representante da instituição. Por fim, tem-se as considerações finais e a trajetória final da pesquisa.

Violência contra a mulher

A violência contra a mulher não é um tema novo e muito menos pouco debatido nos últimos anos, seja em estudos acadêmicos, seja por políticas públicas em favor dos direitos das mulheres, mas nem por isso o tema está perto de ter a sua riqueza esgotada. Neste artigo, a violência contra a mulher é vista pela ótica da violência doméstica, também conhecida como familiar ou intrafamiliar, e é tratada com base no gênero, sendo este entendido como uma construção social dos papéis do homem e da mulher, geralmente tendo o homem como o dominador sobre a mulher ou os demais de sua casa (AZAMBUJA, 2007).

A violência intrafamiliar tem o seu contexto entre família, seja por consanguinidade, seja por afinidade e convivência, e pode ser contra qualquer membro constituinte desse contexto, tanto o homem como a mulher, tanto crianças quanto adolescentes e idosos (BRASIL, 2001), todavia o foco deste trabalho é a violência intrafamiliar perpetrada contra a mulher, sendo essa, na maioria das vezes, a maior vítima de maus-tratos (SAGOT, 2007).

É sabido que as mulheres, de modo geral, passam por gravíssimas violações em seus direitos mais elementares, e uma das principais características da violência intrafamiliar é a invisibilidade (SAGOT, 2007), mas a luta contra a violência feminina tem conseguido avanços, ainda que haja muito a ser feito. No Brasil, surgiram concretas medidas na adoção de políticas públicas voltadas à prevenção, punição e erradicação da violência contra a mulher. Nestes últimos 30 anos houve grandes avanços com o surgimento da primeira Delegacia da Mulher (1985) e a Lei Maria da Penha (2006), que criaram mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica, além de serem criados serviços de assistência a essas mulheres, como juizado específico, Defensoria Pública, apoio psicossocial e delegacias especializadas.

Com a vigência da Lei Maria da Penha, a invisibilidade da violência tem sofrido mudanças. Segundo o Ministério dos Direitos Humanos (MDH), no primeiro semestre do ano de 2018 foram registradas quase 73 mil denúncias no Ligue 180, um número muito maior do que o apresentado em 2006 (12 mil), ano em que a Lei 11.340/06 entrou em vigor e ano de início da Central de Atendimento Ligue 180 (BRITO, 2018).

O Brasil ocupava a posição de 5º país mais violento contra as mulheres num ranking de 83 países (WASELFISZ, 2015) em 2015. Uma pesquisa com foco de mensurar em números a violência nos estados brasileiros, divulgada em 2018, apontou que o Maranhão não apresenta os maiores índices de violência contra a mulher dentre as UFs, mas teve grande aumento em um período de dez anos (2006 a 2016) mostrado no Atlas da Violência 2018, produzido pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) (CERQUEIRA, 2018). De acordo com Leitão (apud IBRAPP, 2014), dos 99 municípios brasileiros com os maiores índices de homicídios contra mulheres, três estão no Maranhão, sendo eles Açailândia, Balsas e Santa Luzia do Tide, acrescentando que, em 2012, foram identificadas 45 rotas de tráfico de mulheres nos municípios de São Luís e Caxias, sendo o Porto do Itaqui, na Capital do estado, uma delas.

Dados da Delegacia da 11ª Regional de Balsas informam os altos índices de agressão contra as mulheres balsenses nos quais se combinam diferentes manifestações de violência como física, psicológica, sexual e patrimonial. Mulheres são agredidas geralmente em seus próprios lares, no contexto das relações privadas, interpessoais e de afeto, em que essas ações são muitas vezes consideradas naturais e ignoradas, e as vítimas, para preservarem seus lares, calam-se, escondendo essa prática criminosa da sociedade e das autoridades.

Análise da Conversa Etnometodológica e a fala-em-interação institucional

Desenvolvida inicialmente pelos estudiosos Harvey Sacks, Emanuel Schegloff e Gail Jefferson no ano de 1960, a Análise da Conversa Etnometodológica (ACE) teve início na Sociologia quando se passou a observar a fala-em-interação dos seres humanos em momento de conversa, notando que esta é cheia de sentido e segue uma organização para acontecer, seja face a face, seja por telefone.

Em ACE entende-se conversa como “a forma básica de sistema de troca de fala” (GARCEZ, 2008, p. 20), mais reconhecidamente como tomada de turno. Essa noção de conversa é importante para a tradição dos estudos em ACE porque demarca a ação social humana por meio da linguagem dentro de um tempo e espaço localmente situado, ou seja, a fala-em-interação ocorrendo no “aqui e agora” com um falante posicionando-se na interação com base na ação feita (dita) pelo outro anteriormente e direcionando o que o outro falante fará depois. Entendida também a conversa como a forma básica de sistema de troca de fala tem-se que o objeto de estudo em ACE “não se restringe apenas à conversa cotidiana, mas se estende à fala-em-interação em geral” (GARCEZ, 2008, p. 19), ou seja, onde há pessoas interagindo e promovendo ação social por meio da linguagem em momentos interacionais reais há aí possibilidade de análise por meio da teoria ora apresentada.

Como dito acima, o objeto de estudo da ACE se volta para quaisquer contextos de produção de fala-em-interação, visto que a conversa é entendida como a organização sequencial de troca de turnos em uma interação. É importante fazer esse destaque porque em ACE há duas vias de estudo ou contexto para a fala-em-interação, são a interação cotidiana e a interação institucional. Em linhas gerais, para a ACE, a fala-em-interação é institucional quando “aspectos interacionais particulares associam-se a atividades particulares de determinadas instituições” (LODER; JUNG, 2009, p. 08). Essas instituições, conforme Watson e Gastaldo (2015, p. 129) são “os maiores complexos institucionais de qualquer sociedade: a medicina, a lei, a educação”, o direito, a polícia, a mídia de massa e assim por diante (HERITAGE, 2005).

Del Corona (2009, p. 16), baseada em Drew e Heritage (2012) resume a fala institucional em três características: “(1) orientação para o cumprimento do mandato institucional; (2) restrições às contribuições aceitas; e (3) inferência de enquadres e procedimentos”. A primeira característica

diz respeito ao objetivo de uma interação institucional, o que significa dizer que há uma meta específica e determinada a cumprir nessas interações e, nesse sentido, difere das chamadas conversas cotidianas, pois estas não têm necessariamente um objetivo prévio a ser cumprido. A segunda característica, restrições às contribuições aceitas, está diretamente ligada à primeira, pois, dado que a interação institucional tem um objetivo a ser cumprido, todas as ações sociais por meio da linguagem serão conduzidas de modo a que se cumpra o mandato institucional para o qual uma instituição se propõe. A última característica, inferência de enquadres e procedimentos, trata das conclusões feitas durante a interação e os métodos, ações sociais por meio da linguagem, de como se dá essas conclusões/ inferências.

A Etnometodologia e a contribuição da Epistêmica para as análises em ACE

A Etnometodologia (EM) é um ramo da Sociologia de abordagem naturalista criado pelo sociólogo Harold Garfinkel no final dos anos 1960, considerada “[...] a pesquisa empírica dos métodos que os indivíduos utilizam para dar sentido e ao mesmo tempo realizar as suas ações de todos os dias: comunicar-se, tomar decisões, raciocinar” (COULON, 1995, p. 30). O olhar analítico da EM está nos indivíduos e em suas ações ou etnométodos. Estabelecendo correlação entre a EM e a Análise da Conversa, são muitas as congruências, por isso surgiu a perspectiva de estudo de Análise da Conversa Etnometodológica, a ACE, como já tem sido abordada neste trabalho. Dado o objetivo da presente pesquisa, o foco será a pesquisa na fala-em-interação institucional, já explanada aqui, que na EM seriam os estudos etnometodológicos do trabalho, ou “estudos laborais”, de onde se tem a ideia de comunidades epistêmicas ou, simplesmente, epistêmica.

Epistêmica foi o nome dado ao interesse pela negociação dos saberes específicos ou do conhecimento dos participantes em uma interação laboral, área de grande destaque na EM. De acordo com Sidnell (2015, p. 12, apud BÖHM, 2018, p. 50) o termo Epistêmica (*epistemics*) “é derivado da palavra grega *episteme* que significa conhecimento, entendimento”. Em Epistêmica tem-se as comunidades epistêmicas, como já mencionado, que são grupos específicos interagindo e compartilhando de conhecimentos em comum dentro das situações que acontecem no grupo. Para interagir em uma comunidade epistêmica é necessário ter um “conhecimento-epistêmico-em-ação”, isto é, “para se estar por dentro da situação deve-se dominar os saberes internos envolvidos nela” (WATSON; GASTALDO, 2015, p. 82) e, quando não há domínio de uma das partes, ocorre a assimetria de conhecimento.

As noções de ‘domínio epistêmico’, ‘territórios de conhecimento’, ‘status epistêmico’ e ‘posicionamento epistêmico’ são cruciais em Epistêmica dentro de uma interação. A noção de domínio epistêmico foi aprimorada por Labov e Fanchel (HERITAGE, 2012a), que distinguiram eventos ou informações conhecidos por um falante A, mas não por B, e eventos ou informações conhecidos por um falante B, mas não por A, ou seja, o conhecimento que um falante possui, mas que é desconhecido por outro. Tal conhecimento seria particular de um indivíduo e estaria dentro do seu domínio o direito de possuir esse conhecimento, bem como o direito de articulá-lo e distribuí-lo como lhe aprouver, assim, o domínio epistêmico é o que uma pessoa sabe, como ela sabe e o direito e responsabilidade que ela tem de administrar e/ou externar esse saber ou conhecimento para outra pessoa (HERITAGE, 2012b).

Posto dentro de uma interação, o domínio remete ao *status* epistêmico, que é o conhecimento ou informação que cada pessoa tem sobre um assunto, podendo o conhecimento ou a informação ser restrito a uma única pessoa, ser compartilhado (as pessoas têm o mesmo nível ou equivalência de conhecimento/informação) ou haver uma variação no conhecimento, geralmente um aumento gradativo. O conhecimento é colocado num gradiente epistêmico que é representado desta forma: K+ (mais conhecimento) e K- (menos conhecimento). O aumento de K- para K+ no gradiente epistêmico dentro da interação só é possível quando um falante A permite outro falante B ter acesso ao domínio epistêmico de A, promovendo gradação no *status* epistêmico de B, posto que o falante dentro de seu domínio possui autoridade epistêmica para controlar o acesso ao seu território de conhecimento (ANDRADE, 2016).

O posicionamento epistêmico na interação é a maneira como o grau de conhecimento sobre algo ou alguém é explicitado por meio do formato do turno de fala, a posição epistêmica “é codificada, momento a momento, em turnos de fala” (HERITAGE, 2012b, p. 7). Conforme detalha Andrade (2016):

Por posicionamento epistêmico, entende-se a expressão social do domínio epistêmico por meio de desenhos de turnos que carregam conteúdos proposicionais (i.e., semânticos) formatados gramaticalmente de diferentes maneiras. [...] qualquer ação realizada por meio da fala-em-interação (e.g., assunção, pedido de informação, avaliação, pedido de confirmação etc.) pode ser expressa por diferentes formatos de turno de fala. (p. 114).

Esse posicionamento durante a interação não reflete necessariamente o *status* epistêmico dos participantes que, dentro da interação, podem posicionar-se epistemicamente menos conhecedor (K-) ou mais conhecedor (K+) em uma dada situação. A posição epistêmica está intrinsecamente atrelada ao domínio epistêmico.

Desenvolvimento e demonstração dos resultados

A pesquisa tem cunho exploratório e descritivo e se deu como estudo preliminar a fim de gerar familiarização quanto aos fenômenos que envolvem a investigação, proporcionando, assim, uma visão geral das teorias e conceituações necessárias para o desenvolvimento do trabalho. Além disso, também visou registrar e interpretar os fatos do mundo físico sem a interferência do pesquisador (GIL, 2008).

Quanto à abordagem, trata-se de pesquisa qualitativa, a qual proporciona uma investigação mais abrangente por possibilitar ao pesquisador o desenvolvimento de ideias, conceitos e entendimentos através de padrões encontrados nos dados, abrindo espaço para a interpretação. Tem o seu foco no contexto em que se dá a pesquisa e propõe olhar para a perspectiva dos participantes em um dado momento ocorrido.

A coleta de dados para a pesquisa ocorreu na Casa das Marias: Projeto Ação-Mulher Balsas. Foi realizado o total de uma gravação de momento interacional no qual houve duas participantes contribuintes para a obtenção do *corpus* para análise, que foram Rosângela (nome divulgado com permissão), coordenadora da instituição, e Ane (nome fictício), uma jovem mulher recém-chegada ao projeto para participar da escuta inicial a fim de receber os cuidados promovidos pela Casa das Marias às mulheres em situação de violência. Para a obtenção dos dados analisáveis, primeiramente fez-se o contato com o local da pesquisa para apresentação à direção do projeto, bem como conhecimento do espaço onde esta seria realizada. Com permissão da coordenadora, a estudante-pesquisadora pôde participar do momento de escuta e por meio de gravador fez-se a gravação da interação entre Ane e a coordenadora Rosângela.

Os pressupostos teórico-metodológicos para este trabalho foram a ACE, na qual se amparou o meio para a coleta de dados, a fala-em-interação e a análise. A fala-em-interação foi registrada com um gravador profissional colocado sob uma mesa próximo às duas participantes.

Depois de gravada a interação, passou-se à transcrição feita pela estudante-pesquisadora conforme o modelo Jefferson de Transcrição com o auxílio do aplicativo Lexis Audio Editor para marcação dos intervalos (lapsos) de tempo e percepção das minúcias da fala (para este trabalho foi utilizado o resumo das convenções de transcrição Jefferson adotadas por Loder e Jung, 2008). Faz-se necessário pontuar que “uma transcrição no modelo Jefferson procura registrar as elocuições dos participantes tais quais foram produzidas” (LODER, 2008, p. 133), por isso as marcações nesse tipo de transcrição são bem detalhadas. Quanto à natureza minuciosa da transcrição, a gravação tem sobre-excelência sobre a transcrição, de sorte que o transcritor/analista pode recorrer quantas vezes forem necessárias às gravações (BINET, 2013), pois, como afirmam Gastaldo e Watson (2015, p. 92, grifo do autor), “as transcrições da AC não são consideradas os dados. Os verdadeiros dados são as gravações de áudio e/ou vídeo das quais as transcrições são retiradas”. Deste modo, a cada vez que uma gravação é ouvida, pela mesma pessoa ou por pessoas diferentes, pode haver marcações a serem acrescentadas, retiradas ou corrigidas para conferir maior fidedignidade da transcrição para com o material gravado.

Feita a transcrição com as devidas marcações, o material foi analisado para que pudesse servir de base para as análises ora apresentadas.

O posicionamento e o domínio epistêmico em interação

O primeiro ponto a destacar na gravação colhida e transcrita conforme a Análise da Conversa e o modelo Jefferson de transcrição é demarcar que se trata de uma fala-em-interação institucional. Esta demarcação é importante porque, conforme será descrito, a conversa institucional tem especificidades que dirigem a interação e traz aspectos interessantes sobre o *status* e o posicionamento epistêmico de Rosângela para com Ane.

Excerto 1

1	ROSÂNGELA:	→	pra mim pode ↓r (0,5) lhe ajudar (0,3) viu, (0,5) não tenha
2		→	vergonha de nada (.) fale o bom o ruim mas jogue pra fora
3		→	[porque] >a maioria dessas mulheres=
4	ANE:		[^{oo} uhum ^{oo}]
5	ROSÂNGELA:	→	=quando desabafam elas têm problemas emocionais< (0,3)
6		→	elas ficam doentes e você não tá aqui pra ser culpada nem
7			apontada você (foi) uma vítima tá entendendo? você tem
8			filhos, [já vi]=
9	ANE:		[(tenho)]
10	ROSÂNGELA:		=que cê tem quatro filhos< (0,4) cê tem trinta e dois anos uma
11			menina no:va bonita
12			(0,6)
13	ROSÂNGELA:	→	>mas< (0,6) <tem enfrentado muita coisa né, minha
14			[filha>]=
15	ANE:		[^{oo} três anos ^{oo}]
16	ROSÂNGELA:		=e nós estamos aqui pra lhe ajudar CON:te sua história >se
17			você com-< quiser começar lá:::↑ do come:ço tô aqui pra
18			lhe pra lhe ouvir viu, quiser- (.) fale tudo jogue tudo
19			pra fora tá bom?=-

Note-se, primeiramente, que a conversa é iniciada e levada a cabo por Rosângela e a interação de Ane se dá apenas por falas intercaladas (fala entre colchetes). Esta observação evidencia uma fala institucional da interação entre um representante da instituição cujos primeiros turnos de fala são instruções ou conduções da conversa a que se pretende para esse momento. A marcação de Rosângela como representante da instituição é vista nas linhas 1 e 16 do Excerto 1, destacadas em negrito. O turno é iniciado com pronome que indica uma pessoa só, individual, que se pronuncia a ajudar Ane, porém, alguns turnos depois (linha 16) a referência passa do individual “mim” ao coletivo “nós”, visto que Rosângela tem esse poder de, em sua pessoa, mostrar que toda a instituição está ali diante de Ane para lhe oferecer ajuda.

Nas linhas sinalizadas pelas setas, pode-se ver logo de início o posicionamento epistêmico de Rosângela como sendo K⁺ em relação ao conhecimento que Ane tem a compartilhar, mas que não foi ainda manifesto na interação. Tal posicionamento é perceptível quando Rosângela encoraja Ane a falar “não tenha vergonha de nada” (linhas 1-2), todavia, não é simplesmente ação de encorajamento, mas também ciência de que o que será dito pode ser algo constrangedor que cause receio e vergonha. Em seguida

ao encorajamento, há uma ação explicativa de por que Ane não deve ter vergonha (linhas 3, 5-6), em que há fala acelerada (fala entre sinais de '>' e '<'). Rosângela retira Ane do âmbito pessoal para fazê-la participante de um grupo maior "> a maioria dessas mulheres =", ou seja, Ane é uma com as outras mulheres que já estiveram na instituição, por isso também a posição de K+, uma evidência do caráter institucional, visto que a instituição já tem conhecimentos prévios sobre aquilo que é o seu objetivo, socorrer mulheres em situação de violência. Na linha 13 Rosângela reafirma a sua posição K+, desta vez em fala desacelerada (fala entre '<' e '>'), indicando proximidade com a interagente, disposição para lhe ouvir.

Ainda no primeiro excerto, pode-se evidenciar o posicionamento K+ de Rosângela em congruência com um *status* epistêmico desconhecido, isto é, o conhecimento que é de domínio exclusivo de Ane, o seu domínio epistêmico da sua situação, e que não foi falado ainda. Veja-se as linhas 2, 18-19, destacadas em negrito no Excerto 1. Rosângela repete duas vezes a ação de solicitar informações de Ane, sendo a segunda elocução mais enfática "fale tudo jogue tudo pra fora tá bom?=", como é possível notar pela marcação de sublinha, mostrando o desejo de saber e saber muito. Isso denota que, ainda que Rosângela se posicione de modo a deixar claro que ela sabe o que se passa com a mulher diante de si, ela também se posiciona nos turnos citados como sendo K-, pois, embora a situação de Ane seja igual ou semelhante ">a maioria dessas mulheres=" (linha 3), os detalhes dessa situação são de total domínio epistêmico de Ane, que não tomou o turno ainda para dar a conhecer o seu caso em particular.

Excerto 2

132	ANE:	tem u:ns >trê↑s mê↑s< (0,3) que a gente separava e voltava
133		>eu sempre dav- sempre dava chance pra ele que (era) a
134		desculpa que todo homem diz que vai mudar né?<=
135	ROSÂNGELA: →	=o <ci:clo [que eu acabei de °falar°]
136		[TRÊ↑S anos ele ia embora] voltava e dizia que
137		>ia mudar que ia mudar e pedia desculpa e aí a gente ju:ra
138		que↑ quer acreditar naquela pessoa e quando entra pra
139		dentro de casa na hora que bota o pé dentro de casa< aí
140		vi:ra outra pessoa
141		(0,4)
142		aí (ele saiu de uma vez aí) eu °desacreditei° totalmente °porque°
143		[das juras]
144	ROSÂNGELA: →	[<mas↓ eu aca]bei de falar do ciclo da violência
145	→	né>=

O Excerto 2 mostra a ação de Rosângela chamando Ane a atentar para algo que ela já deveria saber. Na linha 135, antes mesmo de Ane terminar o seu turno, Rosângela inicia em fala colada e desacelerada e chama a atenção mostrando a Ane que isso já foi dito durante a interação, pois ela diz “eu acabei de °falar°”. A última palavra da fala de Rosângela é pronunciada em volume mais baixo (fala entre ‘°’), pois Ane ignora a chamada de atenção, toma o turno e continua a falar em fala acelerada (linhas 137-139, fala entre sinais de ‘>’ e ‘<’), o que indica pressa em “jogar para fora” o que ela quer dizer. Na linha 144, novamente Rosângela tenta tomar o turno reafirmando o que foi dito na linha 135, com a mesma fala desacelerada, desta feita, porém, com uso da adversativa “mas↓”, dito em som mais grave (↓) em fala sobreposta e finalizando com “né” como pedido de afirmação, antes mesmo de Ane terminar o seu turno, reforçando a ação de fazer Ane entender que ela já deveria saber disso e como quem diz “eu avisei que era assim”. Contudo Ane ignora mais uma vez e toma o turno seguinte, o que é percebido pela indicação de fala colada (=) ao fim do turno de Rosângela.

O Excerto abaixo traz mais uma vez a mesma formação de ação diante de novas contribuições de Ane.

Excerto 3

224	ROSÂNGELA:	→	=<é [<mais cê sa,be]=
225	ANE:		[(de jeito nenhum)]
226	ROSÂNGELA:	→	=(como) você já teve né?> ele já foi foi[voltou]=
227	ANE:		[uhum]
228	ROSÂNGELA:	→	=de novo <você sabe como é que é essas pes[soas]=
229	ANE:		[sei]
230	ROSÂNGELA:	→	=eles falam mas não cumprem> e às vezes eles voltam (já)
231		→	pra fazer coisa pior só que você <eu percebi que você já
232		→	tava no ciclo da violência>=
233	ANE:		=uhum °°já°°
234	ROSÂNGELA:	→	a primeira vez que ele saiu você não era pra ter
235		→	[aceitado] el-=
236	ANE:		[aceitado]
237	ROSÂNGELA:	→	=é, não era não então °Ana° o que eu posso te ajudar pra
238			você começar a se analisar dentro de você (0,4) porque não
239			vamos mexer >com nada agora de delegacia essas coisas
240			[não]<=
241	ANE:		[uhum]

A partir da linha 224, Rosângela toma o turno e em fala continuada novamente chama a atenção de Ane, reafirmando que isso deveria fazer parte do seu domínio epistêmico, rejeitando assim o seu *status* de desconhecimento de que aquilo poderia acontecer. Neste momento da interação, Ane já não ignora, antes consente com o que está sendo dito a ela. Seus turnos são curtos “[uhum], [sei], =uhum °°já°°, [aceitado]” em falas sobrepostas ([...]) e não impedem Rosângela de prosseguir a fala continuada (marcada por ‘=’ ao fim e início de cada turno de Rosângela). Perceba-se que a maior parte da fala de Rosângela é desacelerada (fala entre ‘<’ e ‘>’) trazendo Ane para aquilo que está reafirmando.

Os Excertos seguintes propõem a análise e discussão do domínio epistêmico de Ane no que concerne ao seu direito de possuí-lo e distribuí-lo a seu tempo.

Excerto 4

56	ROSÂNGELA:	°pois é°=
57	ANE:	=>a partir do momento que eu engravidei< (.) três anos
58	→	(1,2) até: essa semana foi só de sofrimento demonstrou <antes
59		se demonstrou uma pessoa boa né depois que eu
60		passei a morar com ele que eu engravidei> (0,8) foi out-
61		um monstro pode se dizer↓ que to:do dia eu sustentava coisa,
62		e era faca no meu pescoço, ciúme demais
63	→	(1,0)
64	ANE:	e: até↑ hoje eu tô °°vivendo isso°° AH não tô porque eu separei
65		dele essa semana passada porque ele me batia
66		demais >eu chegava roxa na casa da família< eu inventava
67		assim que era alguma coisa (0,3) >com vergonha< de dizer e
68		continuar com ele que não- >primeiro lugar a gente não tem
69		serviço não tem como↓ sustentar a casa a família mora de casa
70		alugada aí< ti↑nha que aguentar (.) (°então°) (.)
71		<°deu no que deu°> até >três anos<
72	→	(1,2)
73	ANE:	<aí eu resolvi separar dele>
74	→	(1,1)
75	ANE:	°e tá°↑ assim
76	→	(1,0)
77	ANE:	é: qua↓se >matava ele ou ele me matava< (né,) mas tive que
78		fazer isso
79	→	(1,8)
80	ROSÂNGELA:	<pode falar pode continuar se preocupe não>

Nesta fala-em-interação institucional, Ane toma, de fato, o turno de fala somente na linha 57 e nos turnos de Ane pode-se notar como ocorre a distribuição do conhecimento que somente ela tem acesso (a sua situação particular de ter sido vítima de violência). A primeira indicação de que Ane está controlando o acesso de Rosângela ao seu domínio epistêmico é a quantidade de pausas e pausas consideráveis. Veja-se no Excerto 2 nas linhas indicadas pelas setas que os intervalos de tempo entre as informações de Ane são iguais ou acima de dez décimos de segundo. Pausas demoradas podem indicar que o falante em questão manifesta ao outro falante que este pode tomar o turno e prosseguir, mas manifesta também uma escolha do que deve ser dito, no caso de uma narrativa, denotando controle da distribuição da informação em que ela “limitou o acesso” do que deveria ter sido “estendido de primeira mão” (HERITAGE, 2013, p. 374). Veem-se aqui as duas indicações dos longos intervalos de tempo.

Note-se, primeiramente, o controle da distribuição de informação. Após informar um breve relato de sua história, Ane diz duas vezes que separou do companheiro “AH não tô porque eu/ separei dele essa semana passada” (linhas 64-65) e “<aí eu resolvi separar dele>” (linhas 73), sendo este último turno uma reiteração pausada do que já foi dito e uma indicação de que acabou ali mesmo o que se tinha para dizer, pois antes e depois da linha 73 há um intervalo de mais de dez décimos de segundo. Após outro longo intervalo, Ane distribui mais um conhecimento ainda não revelado, que está nas linhas 77-78 “é: qua↓se >matava ele ou ele me matava< (né,) mas tive que/ fazer isso”. Em fala acelerada e início do turno em tom mais grave (↓) uma nova informação é dada, mas sem nenhum detalhe, o que virá a ser conhecimento distribuído somente turnos depois, como se pode ver no Excerto 5.

Excerto 5

185	ROSÂNGELA:	>como você procurou a Casa das Marias nós já temos esse
186		apoio< e essa proteção que nós já vamos te dar ^{oo} viu ^{oo} >vamos
187		te dar esse apoio e a proteção< você vai ficar despreocupada
188		fome você não vai passar:: >até nós resolver toda a sua
189		situação< mas a- o primordial aqui nosso é
190		cuidar aqui da sua cabecinha que não tá be:m (.) nenhuma
191		mulher que passa essa situação de violência > que se ele
192		saiu no domingo< então vocês tiveram atrito no domingo não
193		foi?=-
194	ANE:	= ^{oo} uhum ^{oo}
195	ROSÂNGELA:	e↓le te chegou a te- te agredir te bateu,
196		(0,6)
197	ANE:	→ < ^{oo} ba ^{oo} teu>
198	ROSÂNGELA:	tem como tu cont[ar?]
199	ANE:	→ [>foi] por isso que eu<
200		(0,9)
201	ROSÂNGELA:	como co[meçou] essa bri,ga por causa de que,
202	ANE:	[foi:-]
203	ANE:	→ <porque ele saiu dizendo que ia trabalhar né, ele
204		trabalha à noite> só que nesse dia ele estava de folga aí

Somente após solicitação de Rosângela com três desenhos de turno, indicando gradação no pedido de informação, com marcação em negrito no excerto, é que Ane dá continuidade ao que deveria ser dito de primeira mão nas linhas 77-78 do Excerto 4. À primeira solicitação, Ane responde com fala desacelerada e baixa “<^{oo}ba^{oo}teu>” (linha 197), mas ela continua retendo ou segurando a informação do fato ocorrido, note-se que esse fato ocorrido tem a ver com a separação, já falado por Ane no excerto anterior e posteriormente acrescentado que se deu num domingo em outro momento da interação.

Nas linhas 191-193 a formação de ação de Rosângela pede uma confirmação a Ane a respeito de a separação ter sido no domingo, ao que esta confirma no turno seguinte (linha 194). Após essa confirmação há as solicitações de como tudo aconteceu. Perceba-se que o desenho de turno de Ane na linha 199 “[>foi] por isso que eu<” não é ainda respondendo ao pedido de Rosângela na linha 198, antes é uma tentativa de explicar a causa de alguma coisa quando ela utiliza “por isso” e enuncia esse turno com fala acelerada. A causa que ela inicia na linha 199 está ligada ao seu turno

“<ººbaººteu>” (linha 197), ou seja, porque o companheiro bateu, alguma coisa aconteceu depois, mas há uma quebra na distribuição dessa informação, pois Rosângela continua a solicitar acesso ao domínio epistêmico ainda exclusivo de Ane, “como co[meçou] essa bri,ga por causa de que,” (linha 201). Após esta última solicitação, Ane permite Rosângela ter acesso ao domínio que lhe é exclusivo e, então, na linha 203, Ane toma o turno e inicia com uma explicação de por que houve saída do companheiro no domingo e a separação nesse mesmo dia.

A quantidade de pausas nos turnos de Ane, indicando manifestação de que o turno deve ser tomado pela sua interagente, evidencia também o controle de acesso ao seu domínio epistêmico, como se pode ver no Excerto 6.

Excerto 6

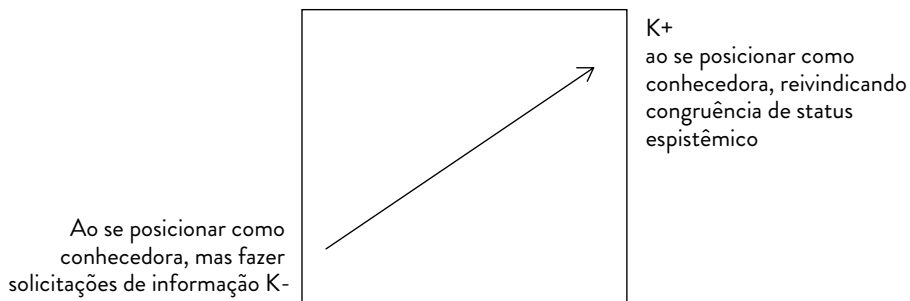
77	ANE:	é: qua↓se >matava ele ou ele me matava< (né,) mas tive que
78		fazer isso
79		(1,8)
80	ROSÂNGELA:	<pode falar pode continuar se preocupe não>
81		(0,7)
82	ANE:	<o pior é que ele sai e fica me ameaçando ainda ºnéº> diz que
83		eu não vou viver com ninguém se ele não continuar
84		comigo ele vai me matar (0,5) EU fico até com medo de sair
85		na rua (1,0) de ele uma hora me fazer né tragédia (0,9) eu
86		acho que coragem ele tem (0,7) >ele já fez muita coisa comigo
87		na frente da minha família< >(tirava) já tiraram
88		ele com facão-< minha família toda já tiraram ele de cima
89		de mim com um facão no meu pescoço
90		→ (4,7)
91	ANE:	eu tenho três fi- quatro filhos um mora com- e:sse (0,6)
92		é: do >segundo casamento< a foi do:is (0,5) só tenho u↑ma
93		filha com ele essa de um ano que é a mi- a pequeninha a outra
94		tem a minha menina tem treze anos já é uma mocinha e já
95		tenho um rapaz também de quinze anos e o outro tem dez que
96		mora com o pai dele
97		→ (1,0)
98	ANE:	aí esse último casamento é que (0,9) <acabou mesmo com
99		minha vida ººmesmo assimºº>

Este excerto traz novamente o turno em que Ane dá pistas da sua situação particular (linhas 77-78). Após esse turno, há um considerável intervalo de tempo e, em seguida, Rosângela toma o turno apenas para motivar Ane a continuar demonstrando interesse em ter acesso ao domínio epistêmico

de Ane “<pode falar pode continuar se preocupe não>” (linha 80). Quando Ane toma o turno na linha 82 as informações conferidas a Rosângela já fazem parte de seu domínio, visto que, como foi perceptível na análise focalizada em Rosângela, ela já tem conhecimento de muitas situações de mulheres que procuram a Casa das Marias e, por isso, pode deduzir que os casos são sempre iguais ou semelhantes. O controle de acesso ao domínio por parte de Ane fica evidente quando, após mais duas oportunidades de revelar a sua situação, ela disponibiliza informações que nada ou pouco acrescentam ao domínio epistêmico de Rosângela. Nas linhas 90 e 97 há longos intervalos de tempo, especialmente a primeira linha. Este longo intervalo mostra que Ane espera que sua interagente tome o turno, como isso não acontece, Ane retoma, mas fala de coisas já sabidas sem fazer menção de detalhes da sua separação ou da situação de quase ter sido morta pelo companheiro ou quase tê-lo matado.

Com base nas análises e discussões feitas neste capítulo, pode-se colocar o posicionamento de Rosângela num gradiente epistêmico de K+ e K- quase equivalentes em relação a Ane, como pode ser visualizado abaixo:

Figura 1: Posicionamento epistêmico de Rosângela



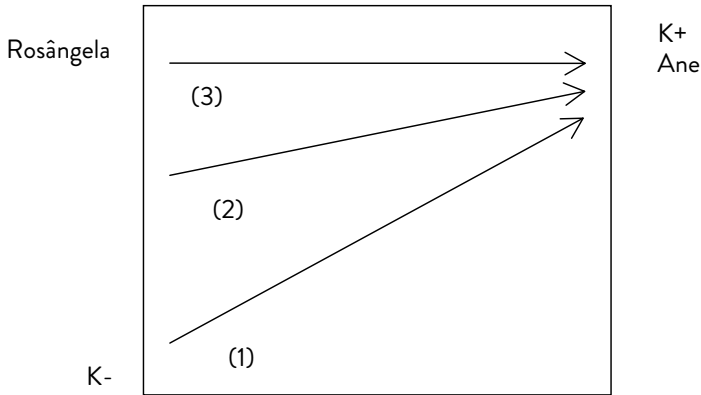
Fonte: Elaboração própria. (FIGURA mostrando a mudança do conhecimento de Rosângela de K- para K+ durante a interação).

Heritage (2013), discorrendo sobre o *status* epistêmico e o direito de sabê-lo, afirma que dois falantes podem ser conhecedores de uma mesma situação ou episteme sem que nada seja dito, mas não com a mesma equivalência, visto que nada se fez conhecer ainda. Isso explica o posicionamento de Rosângela ora K+ ora K- dentro de um mesmo domínio epistêmico, que é a situação de Ane.

Quanto ao acesso de Rosângela no domínio epistêmico de Ane, esta é completamente K+ de sua situação, pois foi com ela que aconteceu. Dentro

de um gradiente epistêmico, Ane é K+ a todo tempo, enquanto Rosângela passa gradativamente de K- para K+ conforme Ane distribui o conhecimento de seu domínio durante a interação. Veja-se a Figura 2 em concordância com o Excerto 5, parcialmente repetido:

Figura 2: Ane sempre K+ em relação a Rosângela, que passa de K- para K+ gradativamente



Fonte: Elaboração própria. (FIGURA mostrando que Ane é sempre K+ durante a interação, enquanto Rosângela passa gradativamente de K- para K+).

Excerto 5 (parcialmente repetido)

- 195 ROSÂNGELA: → e↓le te chegou a te- te agredir te bateu,
 196 (0,6)
 197 ANE: <°°ba°°teu>
 198 ROSÂNGELA: → tem como tu cont[ar?]
 199 ANE: [>foi] por isso que eu<
 200 (0,9)
 201 ROSÂNGELA: → como co[meçou] essa bri,ga por causa de que,

A gradação na Figura 2 é vista no Excerto 5 acima, sendo (1), linha 195, a primeira solicitação de total desconhecimento (K-) e o pedido de acesso ao domínio epistêmico de Ane; em (2), linha 198, Rosângela já tem algum conhecimento (K) relevado por Ane, mas não é tudo e então ela faz mais uma solicitação porque ainda é K- da situação. Em (3), linha 201, a última solicitação de Rosângela como continuidade da solicitação na linha 198 lhe permite ter acesso ao domínio exclusivo de Ane, sendo promovida a K+ nesse momento da interação.

Considerações finais

O objetivo inicial a que o trabalho se propôs consistiu em verificar o posicionamento e domínio epistêmico na fala-em-interação institucional entre uma mulher que passou por situação de violência e uma representante da instituição onde se fez a pesquisa, podendo, assim, se chegar a uma melhor compreensão da violência doméstica contra as mulheres. A gravação do momento interacional naturalístico e real possibilitou uma riqueza de descrição da formação de ação quanto ao posicionamento epistêmico da interagente Rosângela e do domínio epistêmico da interagente Ane.

Pôde-se verificar que a fala-em-interação institucional analisada neste trabalho revela que o posicionamento K⁺ de Rosângela, como instituição, pode provocar limitação ao acesso no domínio epistêmico de Ane, visto que a instituição se posiciona de imediato como sabedora do que se passa com mulheres em situação de violência. O posicionamento K⁺ pode inibir a participação quanto à contribuição com informações, pois o interagente que se posiciona como mais conhecedor reivindica o *status* absoluto de sabedor daquilo que outro interagente tem para partilhar, ainda que este não se tenha manifestado. Por outro lado, o direito epistêmico de Ane de revelar somente o que lhe é solicitado pode indicar tanto um fato de que Ane tenha conhecimento do senso comum de que a instituição, na pessoa de Rosângela, é K⁺ de sua situação e, portanto, nada precisa ser dito, como também pode indicar o receio de reviver novamente a situação que é de domínio exclusivo dela, situação que ela, Ane, mostra no turno a turno não ter a intenção de revelar, posto que o acesso a esse domínio epistêmico é dado gradativamente e somente com insistência nas solicitações por parte da sua interagente.

As análises nos permitiram depreender a dificuldade que a mulher encontra no enfrentamento à violência. Por um lado, a mulher vítima se vê diante de alguém (a instituição) que aparentemente já sabe de tudo o que ela passa e, por outro lado, a vergonha de se expor e o medo de reviver momentos indesejados. Esses dois fatores são perceptíveis durante as ações de fala analisadas nesta pesquisa. Pudemos notar que a mulher passa pelo julgamento de que já deveria saber o que fazer para se defender do agressor ou evitar a violência doméstica contra ela, ao mesmo tempo em que recebe a oferta de ajuda da instituição que ela, a mulher, buscou. Assim, o enfrentamento à violência perpassa os obstáculos da vergonha, do medo, do julgamento e da tomada de decisão do primeiro passo em direção à ajuda.

Os estudos aqui apresentados buscaram compreender a linguagem como prática social e investigar a construção de sentidos e conhecimento, episteme, na formação de ação turno a turno na interação face a face. O instrumento teórico-metodológico bastante adequado para esta investigação foi a ACE e os conceitos da Epistêmica, que proporcionaram observar as minúcias do que foi dito e como foi dito na fala-em-interação. Assim, a pesquisa preocupou-se com aspectos referentes à linguagem em contextos socioculturais nos quais os textos e falas estão inseridos, sendo reforçada a importância dos estudos linguísticos na compreensão dos problemas sociais até mesmo em circunstâncias de desigualdade e violência.

Referências

ANDRADE, D. N. P. **Recomendações e prescrições para cuidados de saúde no pós-alta**: a investigação de um programa educativo a pacientes cardiopatas sob uma perspectiva interacional. 2016. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Universidade Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016.

AZAMBUJA, M. R. F. de. Maria da Penha: da dor ao combate. *In*: MENEGHEL, S. N. (org.). **Rotas Críticas**: mulheres enfrentando a violência. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2007. p. 131-147.

BINET, M. G. J. Análise da Conversação etnometodológica e Investigação em Serviço Social: preliminares teórico-metodológicos. **Intervenção Social**, Lisboa, n. 41, 2013. p.71-91.

BÖHM, D. B. **Recomendações médico/a-paciente em consultas de aconselhamento genético e o processo de tomada de decisão**. 2018. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

BRASIL. **Violência intrafamiliar**: orientações para a prática em serviço. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2001.

BRITO, D. Denúncias de violência contra a mulher chegam a 73 mil em 2018. **Agência Brasil**, Brasília, DF, 7 ago. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2MWNN1o>. Acesso em: 8 ago. 2018.

CERQUEIRA, D (coord.). **Atlas da Violência 2018**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2018.

COULON, A. **Etnometodologia**. Petrópolis: Vozes, 1995.

CUNHA, A. F.; COSTA, M. A.; MARTELOTTA, M. E. Linguística. *In*: MARTELOTTA, M. E. (org.). **Manual de Linguística**. São Paulo: Contexto, 2009.

DEL CORONA, M. Fala-em-interação cotidiana e fala-em-interação institucional: uma análise de audiências criminais. *In*: LODER, L. L.; JUNG, N. M. (org.). **Análises de fala-em-interação institucional**: a perspectiva da Análise da Conversa Etnometodológica. Campinas: Mercado de Letras, 2009. p.13-44.

GARCEZ, P. M. A perspectiva da análise da conversa etnometodológica sobre o uso da linguagem em interação social. *In*: LODER, L. L.; JUNG, N. M. (org.). **Fala-em-interação social**: introdução à análise da conversa etnometodológica. Campinas: Mercado de Letras, 2008. p. 17-38.

HERITAGE, J. Conversation analysis and institutional talk. *In*: FITCH, K. L.; SANDERS, R. E. (ed.). **Handbook of language and social interaction**. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, 2005. p. 103-147.

HERITAGE, J. The epistemic engine: sequence organization and territories of knowledge. **Research on Language and Social Interaction**, Oxfordshire, v. 45, n. 1, p. 30-52, 2012a.

HERITAGE, J. Epistemics in action: action formation and territories of knowledge. **Research on Language and Social Interaction**, Oxfordshire, v. 45, n. 1, p. 1-29, 2012b.

HERITAGE, J. Epistemics in conversation. *In*: SIDNELL, J.; STIVERS, J. (ed.). **The handbook of conversation analysis**. Hoboken: Blackwell Publishing, 2013. p. 371-394.

IBRAPP. Instituto Brasileiro de Políticas Públicas. **A violência contra a mulher no Maranhão**. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/32bP88R>. Acesso em: 15 dez. 2016.

LODER, L. L. O modelo Jefferson de transcrição: convenções e debates. *In*: LODER, L. L.; JUNG, N. M. (org.). **Fala-em-interação social**: introdução à análise da conversa etnometodológica. Campinas: Mercado de Letras, 2008. p. 127-160.

LODER, L. L.; JUNG, M. N. **Análises de fala-em-interação institucional: a perspectiva da Análise da Conversa Etnometodológica.** Campinas: Mercado de Letras, 2009.

LOPES, L. P. M. Linguística aplicada e vida contemporânea: problematização dos construtos que têm orientado a pesquisa. *In*: LOPES, L. P. da M. (org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar.** São Paulo: Parábola, 2006.

ORLANDI, E. P. **O que é linguística?** São Paulo: Brasiliense, 1999.

SAGOT, M. A rota crítica da violência intrafamiliar em países latino-americanos. *In*: MENEGHEL, S. N. (org.). **Rotas Críticas: mulheres enfrentando a violência.** São Leopoldo: Editora Unisinos, 2007. p. 23-50.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil.** Brasília, DF: Flasco, 2015.

WATSON, R.; GASTALDO, É. **Etnometodologia & Análise da Conversa.** Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2015.

Recebido em fevereiro de 2020.

Aprovado em outubro de 2020.

NARRATIVAS DE SI: MEMÓRIAS DE EXPERIÊNCIAS FEMININAS NA FORMAÇÃO ACADÊMICA EM CONTEXTOS MASCULINOS

Neiva Furlin¹

Resumo: Este artigo analisa as relações de gênero e de poder nas memórias de experiências vividas por mulheres no processo de formação acadêmica em teologia, identificando as estratégias de resistência política na produção de uma “ética de si”, em um lugar marcado pela lógica de gênero da ordem social masculina. O estudo é baseado em narrativas de docentes de três instituições católicas de ensino superior. Na análise, usamos o conceito de capital simbólico de Bourdieu e as abordagens teóricas dos estudos de gênero nas definições que envolvem as relações de poder, seus efeitos e processos de resistência e de subjetivação ética.

Palavras-chave: Relações de gênero; Formação teológica; Subjetivação ética.

Abstract: This article analyzes the relations of gender and power in the memories of experiences lived by women in the process of academic formation in theology, by identifying the strategies of political resistance in the production of an “ethics of one self” in a place marked by the gender logic of the male social order. This study is based on the stories of teachers from three Catholic institutions of higher education. In the analysis, we used Bourdieu’s concept of symbolic capital and the theoretical approaches of gender studies in the definitions that involve power relations, their effects and processes of resistance and ethical subjectivation.

Keywords: Gender relations; Theological formation; Ethical subjectification.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

¹ Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná/Universidade Nacional Autónoma de México, tem pós-doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá, é professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Oeste de Santa Catarina, Brasil. E-mail: nfurlin@yahoo.com.br. Orcid: 0000-0002-5103-2104

Introdução

A entrada das mulheres nas universidades pode ser considerada uma conquista contemporânea, conectada ao seu ingresso nas diferentes carreiras modernas, sobretudo, a partir das décadas de 1870 e 1880, após as primeiras mobilizações femininas. Entretanto, a inserção de mulheres em áreas consideradas masculinas nem sempre ocorre de forma pacífica, o que pode ser evidenciado nas relações que se estabelecem durante a formação profissional, como é o caso da Teologia Católica, que se caracterizou, historicamente, como o “não lugar” para as mulheres.

No Brasil, as mulheres tiveram acesso ao curso superior de teologia, em números mais significativos a partir da década de 1970, período em que foram se inserindo, também, em outras áreas acadêmicas, novidade que foi resultado das intensas mudanças socioculturais provocadas pelo movimento feminista e pelas diversas mobilizações sociais das mulheres, que influenciaram também o ambiente religioso e eclesial. Apesar deste contexto favorável para as mulheres, na teologia ainda se verifica a predominância de alunos do sexo masculino, como os principais destinatários desse saber.

Em uma pesquisa quantitativa realizada em 2008, em que participaram 40 instituições católicas que possuíam a graduação em teologia, revelou-se uma diferença de 58,2 pontos percentuais entre estudantes do sexo masculino e feminino: enquanto os discentes masculinos chegavam a 79,1% do total, as mulheres eram apenas 20,9%². Em parte, isso se deve à influência de um discurso teológico tradicional permeado de representações simbólicas de gênero, que sempre favoreceu os interesses de uma ordem social masculina. Tal discurso gerou, ao longo da história, impactos na organização da estrutura e nas relações socioeclesiais, impedindo o exercício da liderança feminina em diferentes instâncias da instituição eclesial, incluso da participação no corpo dos especialistas do saber e da docência teológica.

Essa falta de perspectiva profissional é um dos fatores que tem desmotivado as mulheres a seguirem carreira na teologia. Portanto, neste trabalho buscamos evidenciar as relações de gênero e de poder nas memórias de experiências vividas por mulheres no processo de formação acadêmica em teologia, identificando as estratégias de resistência política na produção de uma “ética de si”, em um lugar marcado por discursos hegemônicos e por lógicas de gênero da ordem social masculina. Para isso, utilizamos as narrativas

2 Dados quantitativos de uma pesquisa de tese doutoral sobre a docência feminina no ensino superior em teologia católica. Para outros detalhes, consultar Furlin (2014).

de professoras docentes de três instituições católicas de ensino superior, localizadas nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, onde se concentram o maior número de instituições católicas de ensino teológico³.

Procuramos instituições em que estão inseridas professoras que têm produzido teologia por perspectivas feministas ou de gênero, ou que, durante a sua formação tiveram algum contato com esses temas. Isso porque se partiu da compreensão de que ao possuir certa consciência e sensibilidade em relação às questões de gênero, essas mulheres poderiam mais facilmente perceber as dinâmicas de poder e de gênero que se estabelecem em um universo de saber, ainda, masculino. Assim, selecionaram-se para este artigo as narrativas que são partes das memórias de experiências vividas durante a formação profissional, na relação com seus pares.

A interpretação analítica das narrativas tem como base o conceito de capital simbólico e as perspectivas teóricas dos estudos de gênero, segundo as definições que envolvem a sua epistemologia nas relações de poder, seus efeitos e processos de resistência e de subjetivação ética, presentes na teoria feminista e foucaultiana.

O capital simbólico, na visão de Bourdieu (2003), remete-se ao capital (econômico, cultural, escolar ou social) que é percebido e reconhecido por todos os agentes que constituem um determinado campo. Ele pode ser incorporado de diferentes maneiras⁴ e possui bases cognitivas porque se apoia sobre o conhecimento e o reconhecimento. É esse reconhecimento que confere posição de poder para um agente no interior do seu campo de atuação.

Neste estudo, tomamos as relações de gênero como categoria analítica na sua relação com o conteúdo das representações de gênero inscritas nos discursos e nas práticas presentes no universo teológico. Entre a diversidade de perspectivas teórico-existentes nesse campo de estudos, assumimos a noção de Joan Scott (1990) e de Teresa de Lauretis (1994), que incorporam a dimensão dos discursos, do poder e das representações culturais e simbólicas. Essas concepções permitem compreender o gênero na intersecção da linguagem com o social, ou seja, da semiótica com a realidade, possibilitando uma série de inter-relações entre as diferentes variáveis de opressão

3 Essa constatação foi possível baseada nos dados quantitativos coletados em pesquisa de campo para o estudo de tese.

4 O capital simbólico pode ser incorporado mediante um processo de investimento pessoal, constituindo-se parte integrante da pessoa; pode ser objetivado por meio de bases concretas que lhes são transferíveis, como condições culturais, econômicas, sociais, religiosas ou incorporadas por meio de um processo de apropriação material ou simbólica; pode ser institucionalizado, que se refere ao capital incorporado na forma de títulos reconhecidos legalmente pela instituição (BOURDIEU, 2003).

que possibilitam compreender a intersecção do sexo, raça, classe e idade, enquanto eixos fundamentais de diferenciação.

Compreendemos as relações de gênero de maneira ampla, que vai além das relações interativas que se estabelecem entre sujeitos em determinado espaço institucional. Isto é, consideramos que as relações de gênero incluem “todos os discursos e práticas sociais, nas quais se criam as hierarquias e se produzem uma subordinação entre os gêneros, ainda quando trate de uma subordinação simbólica ou da ausência de pessoas concretas, que estão sendo dominadas ou tratadas como subalternas” (LLANOS, 2006, p. 83).

Memórias de experiências vividas no contexto da formação teológica

No feminismo, as categorias de experiência⁵ e de gênero se traduziram em importantes aportes teóricos para pensar os processos de construção da subjetividade e da produção do conhecimento. Ao usarmos a noção de experiência na relação com a constituição da subjetividade, não estamos nos remetendo aos registros subjetivos, sensoriais e emocionais em relação aos acontecimentos, nem à aquisição de habilidades e competências que ocorrem pela acumulação de ações repetidas e, muito menos, em um sentido meramente individualista, como algo que pertence ao próprio indivíduo, mesmo quando outros podem ter experiências similares⁶. Utilizamos o conceito de experiência, particularmente, segundo a compreensão de Lauretis (1984), uma vez que, na sua visão, a produção dos significados sociais está relacionada com a construção da subjetividade.

Lauretis dá importância à linguagem e, de modo particular, aos signos e à semiótica⁷ ao se remeter à experiência das mulheres. Em sua teoria, a sexualidade tem um papel central porque determina, por meio da marca genérica, não somente a experiência social da subjetividade feminina, mas também a experiência pessoal da condição das mulheres. Ela consegue

5 Ana Bach (2010) menciona que a noção de experiência aparece desde as origens da cultura ocidental. Atualmente se apela a ela desde a antropologia, sociologia e história, ainda que não tenha sido valorizada positivamente nos processos de produção do conhecimento, sobretudo, pela perspectiva de uma epistemologia racional e universal. Entretanto, é no feminismo que ela passa a ser uma categoria importante, sendo definida também como uma categoria sexuada.

6 Convém lembrar que o termo etimológico de experiência tem suas raízes no verbo latino *experior* e possui distintos sentidos: experimentar, colocar a prova, medir forças, pleitear, litigar, tentar, fazer uso, arriscar, permitir-se, saber, conhecer por experiência. Experiência também tem o sentido de investigação, exame, conota um sentido de processo (BACH, 2010, p. 35).

7 Teoria que estuda os fenômenos culturais como sistemas de significação (ABBAGNANO, 2007).

“vincular temas fundamentais para o feminismo como a subjetividade, sexualidade, corpo e atividade política” (BACH, 2010, p. 35).

As experiências recordadas pelas mulheres em situação de entrevistas são contextuais porque estão inseridas no universo do saber teológico católico e, também, são diversas por serem vivenciadas em instituições diferentes, que possuem suas próprias lógicas na organização das atividades, nos critérios utilizados para a distribuição de disciplinas e de conteúdos, entre outros. Segundo Haraway (1993), uma experiência vivida em um contexto e em uma situação específica é dinâmica e histórica, uma vez que pode ser rearticulada e reconstruída em níveis diferentes de reflexão, que chega a se converter em outras experiências, por adquirir novos significados. Desse modo, neste estudo tomamos como base as narrativas das experiências vividas pelas docentes em um tempo passado, que agora são articuladas no presente e, certamente, ressignificadas no ato da enunciação, para perceber as dinâmicas que se estabelecem nas relações de gênero quando as mulheres se inserem nos cursos de teologia em instituições, em que a grande maioria dos alunos é do sexo masculino.

As docentes entrevistadas ingressaram na teologia com certa experiência de vida pessoal e profissional, pois muitas delas já possuíam outra graduação. Duas docentes relataram que se sentiram acolhidas pelos colegas e professores, os quais as valorizavam pela diferença de identidade, como se evidencia no fragmento da narrativa de Madalena (55 anos):

“Eu fui bem recebida e até como uma pessoa assim: ‘nossa, uma leiga, casada com filhos da nossa idade’, tanto pelos seminaristas como pelos professores. Eu não tive problemas até aí, porque me tratavam com igualdade de condições, até aí”.

Essa fala, de certa forma, parece mostrar que no imaginário desses homens há uma reessencialização da mãe e, assim, nessa representação, mulheres casadas mais velhas e mães precisam ser respeitadas. O acolhimento não ocorre em uma relação de igualdade, ou seja, no sentido de que elas são pessoas que têm direito a esse saber, em outras palavras, o fato de elas serem admiradas pelos seus pares por “ser mulher, casada com filhos” não lhes dava uma condição de mérito nem de igualdade nas relações, já que o sexo e a maternidade, como elementos diferenciadores, não desestabilizam as relações políticas de poder e de gênero que estavam postas nesse lugar.

Essa admiração, mais do que uma possibilidade de mudanças nas relações hierárquicas, parece operar na dimensão do simbólico do que isso poderia significar para a instituição, ou seja, essa diferença poderia trazer novos ares

ou certa visibilidade para o interior das instituições. Da parte dos sujeitos masculinos, pode-se entender que o elogio da diferença, dentro desse contexto, poderia mascarar as desigualdades ou os interesses androcêntricos. Rita Felski (1999) já havia mencionado que se centrar exclusivamente na categoria de diferença sexual, inevitavelmente, encobre as hierarquias entre homens e mulheres, sobretudo quando não se considera o discurso da política de identidade do pós-estruturalismo. Nesse caso, da parte de seus pares, a valorização da diferença não parece ser uma postura política, mas um reforço da alteridade pela alteridade como um símbolo exemplar, que acaba reforçando uma essência feminina, colocando as mulheres no lugar de sempre. Que vantagens ou que ganhos elas teriam mantendo o discurso de marcar o espaço pela alteridade se perderiam outras possibilidades de reconhecimento de si? Na verdade, as mulheres se inserem nesse campo de saber não para reforçar uma diferença sexual pejorativa, mas para afirmá-la a partir do desejo do vir a ser um sujeito, por ter o mesmo direito de apropriar-se de um saber que lhes foi negado.

Enquanto os seus pares valorizam o seu ingresso pela diferença identitária, para essas mulheres, o espaço da formação teológica parece se voltar para a construção de outra ordem, ou seja, o lugar de si, da busca de ferramentas necessárias para constituírem a própria existência, o fazer-se visível, o tornar-se sujeito feminino de um saber, em um lugar, até pouco tempo, reduto exclusivamente masculino. Elas parecem, de maneira ambígua, aproveitar da representação do imaginário dos pares como estratégia de busca por uma emancipação social, isto é, por acesso ao saber e ao poder, afirmando-se sujeitos pensantes. Desta forma, pode-se dizer que estar aí, afirmando-se como sujeito “mulher”, é uma posição política, quando se trata de um lugar de saber em que elas “não existiam”. Aqui, o que parece estar em questão não é a negação da diferença (que poderia confirmá-las na lógica de gênero da ordem simbólica masculina do ser o “outro”), mas “restabelecer o feminino dentro da diferença sexual e gerar um imaginário feminino autônomo e alternativo, para ir além dos estereótipos de mulher existentes” (FELSKI, 1999, p. 36).

Observa-se, em um primeiro momento, que algumas delas assumem o discurso de seus pares, ou seja, não reforçam a experiência profissional ou a formação acadêmica anterior, o que poderia ser fator de autoafirmação de uma posição de sujeito, mas justamente a experiência que lhes vem da diferença sexual, que historicamente tinha sido desqualificada para atividades intelectuais e produzia o feminino como negatividade. Essa ênfase pelos elementos diferenciadores da identidade feminina, em um lugar de

saber masculino, seria uma postura ética e política ou estaria simplesmente reforçando uma imagem essencializadora do feminino? Aparentemente, elas parecem lutar por uma positivação do feminino que ocorre dentro dessa contradição, ou seja, ao mesmo tempo que assumem uma posição política, também acabam reforçando os atributos que essencializam um feminino, produzido pelo sistema simbólico masculino. Segundo os argumentos de Lauretis (1994), é dentro desse paradoxo que se encontra a possibilidade da existência do sujeito feminino feminista.

Irigaray (2010) acredita ser possível uma ética da diferença sexual que não deriva de uma diferença sexual essencializadora, mas da questão que é colocada por essa diferença. Essa ética, em primeiro lugar, seria uma forma crítica ao *status quo* e à transformação das estruturas construídas sob a ideia de um sujeito único, da ordem discursivo-normativa masculina (BELTRAN; PEIRÓ, 2010), que é tão evidente dentro das estruturas teológicas. Para Irigaray, a ética como uma positivação do feminino tem o sentido de respeito, de fazer justiça, de deixar ao outro a sua liberdade e o seu sexo e, nesse caso, de deixar as mulheres serem aquilo que elas não puderam ser porque haviam sido condenadas ao silêncio e à não participação, na ordem religiosa, política e ética, justamente porque se considerava que elas tinham um “corpo inferior”, cuja função primeira era a maternidade. Agora, nesse lugar acadêmico, as docentes estão justamente reivindicando o direito do seu sexo, o direito de ser sujeito feminino, com igual capacidade de saber e de poder enunciativo.

No período de sua formação teológica, essas docentes deparavam-se com um universo majoritariamente masculino, o que para três delas não provocava nenhum estranhamento. Certamente isso tem a ver com o lugar de onde elas vieram, seja pela profissão de bancária, seja pelo ambiente acadêmico de sua primeira formação (medicina e economia), cujos espaços também eram masculinos e competitivos, nos quais as mulheres precisavam se mostrar capazes suficientemente para estar nesses cursos ou trabalho. Por evidente, essa trajetória, no momento de sua inserção na teologia, fazia a diferença sobre um capital simbólico que elas traziam, que era a sua experiência de vida e de inserção profissional, mas também a dimensão afetiva – mulheres, mães, esposas, com sua vida emocional resolvida. Parece que para elas, tal experiência dava-lhes autonomia em suas escolhas, ideias, bem como condições físicas, afetivas e financeiras para investir em um novo campo de formação, situação que, em geral, os seminaristas não tinham vivido e sequer os teólogos celibatários que, desde cedo, viveram muito mais do capital simbólico da Igreja do que da luta pela sua própria sobrevivência. Assim, esse

tipo de capital simbólico conferia para essas mulheres certa credibilidade, cuja experiência social de trajetória de vida e de profissão, agora compartilhada com os seminaristas, trazia proveito também para a instituição.

Embora esses conteúdos fossem trazidos para dentro do espaço teológico, as narrativas das docentes revelam que os sujeitos hegemônicos da teologia, em situações específicas, avaliavam a presença das mulheres com discursos pejorativos e sexistas, como se sua presença fosse um fator de desqualificação da capacidade reflexiva e intelectual, necessária ao acompanhamento da teologia. Nesses momentos, reativava-se o imaginário social em torno de um modelo de feminino, produzido pelos discursos teológicos tradicionais, fundados nos dualismos da filosofia de Aristóteles e nas tradições do judaísmo, cujas ideias e representações influenciaram a filosofia e a teologia moral de Agostinho e de Tomás de Aquino. Trata-se de um discurso que foi performatizando e naturalizando práticas sociais discriminatórias, que legitimavam a exclusão das mulheres dos espaços de liderança eclesial e de práticas que envolviam a racionalidade.

Com esse imaginário reativado, julgava-se que a presença das mulheres “baixava o nível” da teologia, contexto em que a racionalidade como capacidade intelectual de reflexão, era considerada, *a priori*, um atributo masculino e de onde as experiências das mulheres, vindas de outras dinâmicas da vida, traziam para o seio de uma instituição de jovens seminaristas o medo da perda do capital que eles poderiam vir a ter como espaço, inclusive, do exercício do poder.

Quando nós entramos aqui, os seminaristas, na época tiveram uma reação muito forte. Diziam que o nível iria abaixar, porque essas mulheres vêm pra cá estudar, então o nível vai abaixar. Os professores perceberam que nós estávamos aqui para estudar, não estávamos aqui para fazer brincadeira, para passar o tempo. Isso acirrou mais ainda a raiva de alguns seminaristas. Então, o primeiro ano foi bastante difícil, mas depois eles chegaram à conclusão de que o nível não abaixou. Muito pelo contrário, porque a gente já tinha outros cursos, sabia línguas e lia tudo. Então a gente conseguiu superar, mas no princípio foi duro. O primeiro ano foi mesmo porque a gente tinha muita vontade e se sentia chamada realmente. Era uma vocação mesmo, a gente buscar aprofundar para trabalhar melhor, mas foi difícil no início (RUTE, 67 anos).

Esse discurso de desqualificação das mulheres, que aparece no conteúdo da narrativa de Rute, evidentemente sustentava a imagem de uma suposta virtuosidade masculina, dada *a priori* pelo sexo. Trata-se de uma

violência simbólica, porque sutilmente tende a limitar o acesso ao saber teológico para as mulheres, legitimando a hegemonia de poder e uma suposta defesa da racionalidade teológica como virtude masculina. Na verdade, o que parece estar em jogo, e que não está dito nas narrativas dessas mulheres, é que a simples presença delas poderia ser uma ameaça à ordem de poder/saber, até então, privilégio do universo masculino. Nesse sentido, o argumento da desqualificação do feminino se torna um dispositivo de poder usado para ocultar essas tensões.

Na década de 1970, as mulheres começaram a ingressar na teologia e eram, ainda, uma minoria, questão hoje não tão evidente, apesar das “interdições” discursivas e simbólicas e da pouca perspectiva profissional para as mulheres. Ainda são evidentes processos de resistência e sexismo, cujo conteúdo também se observa na narrativa de outra docente, que estudou na mesma instituição. Essa professora relata que naquele ano haviam ingressado três mulheres leigas e uma religiosa. Na sua visão, a presença das mulheres contribuiu para ir desconstruindo a imagem de que a capacidade intelectual para produzir teologia seria exclusivamente atributo masculino. Entretanto, essa tentativa de desnaturalização não parece ocorrer de maneira passiva, por ser um universo de saber marcado por complexas relações de poder. O fato de elas relatarem que podiam contar com o apoio de professores, que eram seus amigos, não resolve as tensões que são geradas quando há uma luta simbólica pelo controle do campo do saber teológico, contudo, elas reforçam a experiência vivida e a capacidade intelectual como dispositivos de poder que permitem produzir um efeito de contramemória sobre o modelo de feminino presente no imaginário de seus colegas.

No conteúdo da narrativa de Priscila (60 anos), que estudou em outra instituição teológica, é possível constatar a existência de certo controle discursivo e sexista que vem dos representantes da hierarquia da Igreja, que propõem a segregação entre as turmas de leigos (mulheres e homens) e de seminaristas, na aparente intenção de garantir “certo nível” acadêmico.

Quando a gente estava fazendo o curso de teologia, teve um visitador do Vaticano que visitou todos os cursos e seminários de teologia naquela época. Depois disso veio uma deliberação, que nós só fomos saber depois, e que pedia que os leigos deveriam fazer o curso de cultura religiosa, isso para separar os seminaristas dos leigos. Mas o bispo da minha cidade que era o reitor do seminário, na época, achou que deviam questionar, porque considerava que a presença dos leigos aí não tinha problema, e foram perguntar o porquê dessa

deliberação e eles falaram que os leigos baixavam o nível do curso. Então o reitor mostrou os nossos históricos e disseram: ‘aqui os nossos leigos elevam o nível do curso, porque tinha um juiz de direito e todos estavam fazendo uma segunda graduação’. Então concordaram dizendo: ‘então esses leigos notáveis podem ficar’ (risos) e, os outros deveriam fazer um curso à parte, na época. Depois todo mundo ficava falando: ‘olha você é a notável’ e tal. Foi assim essa experiência de ter que enfrentar essas dificuldades para conseguir e estar lá junto estudando teologia. Mas foi uma experiência que deu certo. Por outro lado, tivemos o apoio da hierarquia. Tanto o reitor do seminário quanto o bispo apoiaram a presença nossa das mulheres dos leigos (PRISCILA, 60 anos).

O discurso infundado de que a presença das mulheres “baixaria” o nível da teologia, mesmo não compartilhado por todos os agentes do ensino e da hierarquia da Igreja, é um dispositivo de poder e de controle, que visa assegurar a ordem simbólica androcêntrica, em que se reproduz um imaginário de superioridade do masculino. Por outro lado, o acesso de mulheres a um conhecimento, que era privilégio dos homens clérigos, colocava em questão a lógica de gênero e de poder que parecia “estável”. Nesse sentido, pode-se considerar que a presença das mulheres em um lugar de saber, do qual elas estiveram ausentes por um longo período, por si só é um fator de “subversão crítica”, no sentido de Judith Butler (2009), porque essa presença desestabiliza uma ordem social que parecia ser intocável.

A segregação simbólica de cursos para leigos e mulheres que sobrevaloriza, *a priori*, a “racionalidade” dos seminaristas, aparece como um fenômeno que ocorria em diferentes instituições, no período de formação dessas mulheres. Isso porque esse mesmo conteúdo aparece na narrativa de uma docente de outra instituição, de modo que o sistema que classifica e separa pessoas é compartilhado no universo do saber teológico e visa assegurar determinado ordenamento social. Observa-se que a hierarquia masculina da Igreja, sutilmente, continua reproduzindo dispositivos de classificação, discriminação e desqualificação das mulheres. Em geral, a teologia seminarística é apresentada como a que tem um nível de maior excelência, o que nem sempre significa qualidade, mas retrata, de maneira implícita, dispositivos de poder de uma ordem simbólica de segregação do “sagrado/profano”, do “superior/inferior”. Tal classificação parece garantir o acesso a certas disciplinas que asseguram o poder simbólico àqueles que serão os “representantes do sagrado” e farão parte da hierarquia eclesial, como se pode ler na narrativa que segue.

Na minha turma, eu era a única mulher, tanto é que durante o estudo, no final o meu curso dos quatro anos, o Studiun se afiliou à Lateranense de Roma e, uma das condições para se filiar, era de que nem as mulheres e nem os leigos deveriam estudar com os seminaristas. Assim, foi criado um curso de teologia à noite para mulheres e leigos. A teologia seminarística continuou com seu ritmo normal e a teologia para os leigos(as) era de uma filosofia mais simplificada. É como se os leigos e as mulheres não precisassem de uma formação mais sólida. Como eu continuei na turma dos seminaristas por estar terminando o curso, foi muito difícil. Eu me dedicava muito, porque eu achava assim, que estava competindo um espaço com os homens (RAQUEL, 49 anos).

Raquel faz memória de sua experiência vivida como estudante e do desafio que enfrentava por estar em um espaço marcadamente masculino, um lugar “sagrado” e simbólico dos que viriam a ser os “representantes da divindade”. O fato de as mulheres serem consideradas “inferiores”, nessa ordem simbólica, parece impor sobre elas o dever de um empenho maior para devir sujeito de saber⁸. Nesse sentido, Raquel ainda falou sobre noites “passadas em claro” para estudar e aprofundar conceitos teológicos no intuito de poder estabelecer uma relação dialógica com os professores. É evidente, que Raquel havia internalizado determinado modelo de gênero e precisava lutar contra o mesmo poder que a subjetivou como um “ser inferior”. Isso, não somente para estabelecer uma relação dialógica com os professores, mas também para se constituir sujeito de saber teológico em um espaço que pouco escutava as mulheres. Assim, a exigência de uma eficiência intelectual superior para as mulheres e a segregação de alunos em cursos distintos de teologia opera como dispositivos de poder que tendem a limitar a democratização desse saber. Aparentemente, não se nega o acesso ao saber teológico, porque para isso se estruturam cursos de teologia “paralelos e simplificados” para mulheres e homens leigos. Por trás do “simplificado” pode estar o controle de conteúdos e de disciplinas que podem ser ensinados para essa outra demanda (mulheres e leigos), de modo que se assegure determinada estrutura de saber e de poder.

Tal segregação também parece reproduzir dinâmicas do sistema simbólico de gênero da tradição judaico-cristã, no qual se legitima o homem clérigo como “sagrado”, “puro”, “superior”, em contraposição ao “profano”, “impuro”, “inferior” que, nesse caso, seriam as mulheres e os homens não ordenados. Desse modo, a ordem social pautada no sistema binário, que demarca a diferença e desqualifica as mulheres para qualquer atividade intelectual (HÉRITIER, 1996),

⁸ Para detalhes sobre a exigência de maior empenho das mulheres nas atividades acadêmicas, consultar Furlin (2014).

parece continuar operando no imaginário e na percepção dos sujeitos e tende a se tornar autoevidente nas práticas de quem detém o poder hegemônico no universo das instituições de saber teológico.

É de nosso conhecimento que a cultura estabelece fronteiras e demarca a diferença dos seres humanos por meio de dinâmicas de gênero inscritas nos mandatos sociais (instituições, discursos, práticas) e o gênero internalizado marca a percepção dos sujeitos em todos os níveis, tanto no social, no político, no religioso quanto nas relações que se estabelecem no cotidiano (LAMAS, 2002). Pode-se dizer que essa ordem binária de gênero “naturalizada” e compartilhada pelos membros da hierarquia da Igreja parece se tornar a norma cultural que materializa as práticas para cada sexo. É uma lógica de poder e de dominação, de modo que se acaba tendo dificuldade de perceber as dinâmicas de gênero imersas na ordem social, já que, seguindo a lógica de Bourdieu e Wacquant (2005), trata-se de uma instituição que foi inscrita por muitos anos na objetividade das estruturas sociais e na subjetividade das estruturas mentais dos indivíduos, e essas categorias de percepção e do pensamento se constituem em instrumentos do conhecimento. A ordem social masculina, está tão profundamente arraigada que não requer nenhuma justificação, se impõe como autoevidente e passa a ser tomada como “natural”, graças ao acordo

“quase perfeito e imediato, que se obtém, por um lado, de estruturas sociais como a organização social do espaço e do tempo e a divisão sexual do trabalho, por outro, das estruturas cognitivas inscritas nos corpos e nas mentes, mediante o mecanismo básico e universal da oposição binária” (BOURDIEU; WACQUANT, 2005, p. 171).

Essa lógica de gênero da ordem social masculina parece se desestabilizar e gerar tensões nas relações, sobretudo, quando as mulheres se inserem em um lugar de saber/poder com característica seminarística, naturalizado como o lugar do sujeito masculino, como podemos notar na narrativa de Esther. Assim, quando as mulheres desejam pisar neste mundo do “sagrado e do simbólico”, que é a formação teológica, significa que elas precisam estar dispostas a enfrentar os desafios e preconceitos de gênero, já que a sua presença pode gerar ruídos na representação social daqueles que são considerados os “ícones” desse lugar. Situação que leva as mulheres a se submeterem a uma lógica desigual e de duplo esforço para manterem-se no curso, sobretudo quando elas ingressam na teologia em nível desigual, em termos de estudos com base filosófica.

A minha turma de primeiro ano de teologia era uma turma de 64 alunos, dos quais éramos apenas três mulheres e, dessas três mulheres, duas religiosas. Todas terminamos o curso com muita luta, porque a tendência não era deixar a gente permanecer no curso não. Já tinha tido outras mulheres que fizeram teologia, raras, raríssimas. Para nós foi um enfrentamento bem grande de permanecer no curso, pelo perfil do mesmo. Para começar, curso seminarístico, um modelo sistemático de teologia totalmente androcêntrica. Uma teologia acadêmica seminarística que tinha muito pouco espaço ainda pra uma discussão pastoral, dentro dos impulsos do momento, que era a Teologia da Libertação. [...] Então, essa coisa da construção da própria identidade também de mulher, nesse espaço, era uma coisa muito complicada e ao mesmo tempo a minha experiência foi de um constante encorajamento. Até os próprios desafios encorajavam a gente, a própria necessidade de estudar, fundamentar bem o pensamento, se equipar de ferramentas teóricas teológicas davam vigor pra gente, porque estávamos num espaço que não era considerado como nosso. Vinham os rapazes tendo feito curso de filosofia e a gente ficava meio que se encolhendo, com uma autoestima um pouco diminuída, porque não tínhamos essas possibilidades preparatórias para teologia. Depois de certo momento, me dei conta que isso não era defasagem não, porque a rapaziada que tinha filosofia, não tinha as vivências pastorais, vivências humanas que eu já tinha e outras de nós tínhamos. No caso, eu tinha as experiências de postulado e noviciado numa congregação que a gente fazia todo um estudo teológico próprio de vida religiosa, estando ligada ao engajamento pastoral, a engajamentos eclesiais, que essa menina toda aí não tinha. Enquanto eles estavam no seminário fazendo filosofia, nós estávamos lá nas periferias e nas pastorais. No momento em que me dei conta que isso também era processo preparatório para dar sentido pra teologia, aí deu pra abrir as asas, o que não significou ser dispensada do desafio de todo um estudo também filosófico, pra ter ferramentas teóricas para uma teologia que dialogava o tempo todo com a filosofia. Só que os meus estudos filosóficos, eu fiz mais frequentando como ouvinte, algumas aulas de introdução à filosofia, algumas aulas de antropologia filosófica e, de resto, bibliotecas e leituras para tentar suprir essa demanda de alguns embasamentos. Então, na medida em que a teologia ia apresentando alguns diálogos, alguns desafios teóricos que dependiam da filosofia, a gente corria pesquisar por conta própria. Então, esse esforço foi bem importante e deu ferramentas que ajudam, ainda hoje, a continuar esse processo de estudo. Eis algumas referências do primeiro enfrentamento com a teologia, entre as dificuldades de permanecer lá dentro, né. Muitos professores nos tratavam de igual para igual. Olhavam se a gente produzisse estudo, se produzisse resultados em termos de conhecimento teológico. Com alguns professores, não tinha problema, não. Tinha professores que favoreciam muito essa perspectiva de horizonte pastoral que a gente tinha, mas teve algumas dificuldades com aqueles professores, especialmente da área da sistemática, que não admitiam ver a gente em sala de aula. Só o fato de a gente abrir a boca pra levantar questões próprias, questões pastorais ou ocasionalmente algum diálogo sobre a Teologia Feminista, isso sempre gerava muita tensão, muita irritação. A gente caminhava, entre a timidez e a ousadia, tinha que ir achando formas de se manter e levar adiante o estudo (ESTER, 51 anos).

O relato de Ester traz em cena a própria experiência e a de suas colegas, mas também indica situações similares narradas por professoras que estudaram em outras instituições. Quase todas as docentes, quando estudantes, não tinham bolsa de estudos e precisavam trabalhar. Isso não somente durante o curso de graduação, mas, muitas delas, também quando estavam na pós-graduação em teologia. Elas assumiam atividades pastorais ou na sua área profissional, como na medicina, na educação básica, no jornalismo, na economia bancária e em empresa industrial. Em geral, os discentes masculinos que se preparavam para assumir a vida clerical estavam, praticamente, liberados durante todo o processo acadêmico. Isso revela que, também para dentro das instituições eclesiais, se reproduz a divisão sexual de papéis, numa clara hierarquia de poder. As mulheres, além de trabalharem em suas áreas profissionais, precisavam ter bons resultados acadêmicos e, às vezes, melhores do que os dos homens. Isso mostra que a presença feminina na teologia está em constante tensão com um universo que lhes fora negado por dispositivos de poder e de sexualidade, historicamente, reproduzidos pelos discursos teológicos tradicionais.

De maneira contraditória elas incorporam essas dinâmicas de poder, assumindo uma “ética” do dever ser eficiente em tudo o que fazem, cuja conduta constituiu-se uma estratégia política para o seu devir sujeito feminino de saber e ganhar legitimidade nesse lugar acadêmico, em que o normativo é o masculino. As exigências não são as mesmas para seus pares, porque o sexo parece garantir *a priori* a racionalidade, sem que estes necessitem de “bons resultados” para se legitimarem no espaço teológico.

Verifica-se, na narrativa de Ester, a estratégia da valorização das experiências que vêm das práticas pastorais, consideradas de menor valor diante da “superioridade” da racionalidade acadêmica. O que parece ser desqualificado no universo acadêmico se torna um lugar da possibilidade, da potência, de um vir a ser; um capital simbólico reconhecido por elas e que não aparece nas experiências daqueles que, supostamente, se pensam superiores por terem o curso de filosofia. Essas estratégias permitem que elas superem limites, produzindo uma subjetivação ética, no sentido de Foucault (2004, 2007), cujo devir é sempre incompleto, porque se lança como uma esperança imaginativa (BRAIDOTTI, 2004).

Ester parece não somente remeter a si, mas ao coletivo das experiências das mulheres, que pode ter relevância nos processos do conhecimento, como evidencia nesse enunciado: “Depois de certo momento,

me dei conta que isso não era defasagem não, porque a rapaziada que tinha filosofia, não tinha as vivências pastorais, *as vivências humanas que eu já tinha e outras de nós tínhamos*” (grifo da autora). Essa valorização das experiências das mulheres, nas práticas pastorais, pode exercer uma função política para um coletivo de mulheres, no sentido descrito por Braidotti (2004, p. 45):

A meta é por em prática, aqui e agora, um modo de representação onde o fato de ser mulher tenha a conotação de uma força política positiva e auto-afirmante. Trata-se de um ato de legitimação em virtude do qual o ‘si mesmo-mulher’ misture o seu desejo ontológico de se com o devir – consciente e desejado – de um movimento coletivo.

○ “não dito” na fala de Esther, mas que pode ser percebido de maneira sutil, é a memória de uma história em que o feminino era desqualificado para a intelectualidade. No desejo de vir a ser, apela-se para uma força imaginativa capaz de potencializar e positivar experiências e ações compartilhadas pelas mulheres como a possibilidade da autoafirmação do sujeito feminino. Braidotti (2004) já havia dito que a memória necessita da imaginação para que ocorra a potencialização e a atualização das positivities do sujeito, permitindo que ela se defina e, ao mesmo tempo, permaneça fiel a si mesmo e a sua história. Entretanto, essa luta pela positividade e ressignificação do feminino que, sutilmente, aparece na forma de um discurso coerente, também coloca em cena, mesmo que não bem expressa, a existência de dinâmicas que reproduzem desigualdades de gênero nas práticas das instituições católicas de teologia. O simples processo de positividade da diferença, pode afirmar politicamente o sujeito feminino, em termos de reconhecimento, mas não resolve problemas estruturais que geram desigualdade, sobretudo quando se consideram as dinâmicas culturalmente postas para os distintos gêneros e as possibilidades que disso se geram.

Em geral, para as mulheres a sobrecarga fica maior quando, além de trabalharem e estudarem, precisam se dedicar à família e aos filhos pequenos, como é evidente na fala de uma das interlocutoras: “*no meu doutorado foi difícil conciliar tudo, porque você é mulher, mãe, dona de casa, professora no mesmo local em que estuda, fazendo pastoral. Isso tudo misturado, torna-se muito difícil fazer uma tese, mas acabei conseguindo*” (Rute, 67 anos). Nessa memória da experiência vivida por Rute na fase de estudante, é possível notar que uma mulher, na posição de sujeito de saber teológico, agrega em si mesmo múltiplas identidades. Assim, estando na posição de estudante, sente que precisa ainda cumprir as funções sociais que cada posição

de sujeito lhe exige. Questão esta, que não pesa para os homens celibatários que, em geral, não acumulam uma grande diversidade de funções quando assumem a posição de estudantes. Ocorre que essas discentes não são apenas mulheres e estudantes, mas se encontram perpassadas por uma multiplicidade de posições identitárias que se intersectam. Ter que conciliar todas as funções, ao mesmo tempo, torna o cotidiano das mulheres mais difícil. Isso nos remete a Butler, pois, segundo a autora, uma mulher não é só marcada pela identidade de gênero.

[...] se alguém é mulher, isso não é tudo que tal sujeito é; [...], porque o gênero é intersectado por modalidades raciais, étnicas, sexuais, regionais e de classe e das identidades discursivamente constituídas. Como resultado, torna-se impossível separar o “gênero” das intersecções políticas e culturais, através das quais ele é invariavelmente produzido e mantido. (BUTLER, 2003, p. 3).

O conteúdo da narrativa de outras docentes assinala, ainda, os desafios vinculados à posição de sexo, que lhe são colocados na fase de estudante, ou seja, os que dizem respeito às razões reprodutivas e à maternidade, que as fazem estender a graduação, tardar a pós-graduação ou interromper o curso, como é o caso da narrativa que segue⁹.

Entre na teologia em 1976 e, em 1977, tranquei porque estava grávida da minha terceira filha. Tinha sono nas aulas, que eram as aulas com o Padre Garcia, inclusive eram as melhores. Todo mundo gostava e eu tinha um sono, aquele sono de começo de gravidez. Bom, tranquei por um ano e estava até meio desanimada de voltar. Quando as minhas colegas me disseram ‘volta que tem um professor maravilhoso de Cristologia [...]’, voltei e fui fazendo devagar, por causa das crianças, que eram pequenas. Uma criança recém-nascida, outro filho de cinco anos, outra filha de sete, então bom, eles eram pequenos. Eu morava com a minha mãe, ela morava com a gente e sempre ajudou muito. Se não fosse isso, eu acho que não teria conseguido, mas fui fazendo devagar e, em 1982, eu terminei a graduação. Em 1985, defendi o mestrado e, em 1989, o doutorado, com 40 anos eu era doutora (DÉBORA, 60 anos).

Certamente essas docentes somente conseguiram dar conta das exigências acadêmicas porque contavam com uma rede solidária de mulheres, que eram suas mães, irmãos ou empregadas domésticas. Essa

⁹ Essa constatação confirma os dados quantitativos levantados para a pesquisa, os quais evidenciam que as mulheres docentes aparecem em número consideravelmente maior a partir dos 40 anos de idade. Isso porque quase todas ingressaram na docência em torno dos 40 anos. Maiores detalhes, consultar Furlin (2014).

situação se repetiu quando elas assumiram a docência em tempo integral, nas universidades. Para uma delas, o desafio foi maior porque, além de ter filho pequeno, ainda necessitava se locomover até uma cidade de outro estado para fazer o mestrado, ou seja, tinha que conciliar funções de diferentes posições de sujeito: estudante, mãe e professora com quarenta horas-aula.

Assim que comecei a estudar o mestrado no Rio, o meu filho nasceu. Daí eu tirei licença-maternidade e continuei estudando. Depois do segundo semestre, eu ia e pousava lá, e minha irmã ficava com ele para que eu pudesse aproveitar bem o tempo lá. Se não, estaria ainda fazendo o mestrado. Foi uma dificuldade muito grande, mas eu acho que vale a pena porque quando você faz com dificuldade, parece que dá um gostinho, um prazer maior na hora que você termina, puxa vida, mas uma luta constante (ISABEL, 49 anos).

Observa-se que elas não querem se limitar à subjetividade de mãe e de esposa, o que as leva a criar estratégias para levar a cabo o desejo de ser uma profissional e de acessar níveis mais elevados de formação acadêmica, assumindo, ao mesmo tempo, as exigências próprias da fase da experiência reprodutiva. Em geral, as narrativas apontam que elas assumem desafios maiores que os homens, uma vez que as responsabilidades da reprodução, na sociedade atual, ainda se colocam com maior peso sobre a vida das mulheres. Essas mesmas dinâmicas têm sido apontadas por estudos de outras áreas de saber, tanto aqui como em outros casos, é somente a existência de uma rede de solidariedade entre mulheres que lhes permite estar na academia estudando ou atuando como profissionais.

Algumas considerações finais

Neste artigo procuramos, por meio da memória recordada pelas docentes entrevistadas, evidenciar as relações de gênero e de poder nos processos de formação teológica de mulheres e suas estratégias de resistência política na produção de uma “ética de si”, alimentadas pelo desejo de um devir sujeito “mulher”, em um lugar marcado por discursos hegemônicos e por lógicas de gênero da ordem social masculina.

Foi possível constatar que a experiência de se produzir profissional da teologia aparece impregnada de microrrelações de poder, no sentido foucaultiano, sobretudo no interior de um sistema acadêmico androcêntrico, que reproduziu culturalmente uma lógica de gênero que beneficiou o sujeito

masculino e clérigo e produziu o feminino como inferior e desqualificado para atividades intelectuais. Assim, a simples presença das mulheres num lugar de saber, em que por muito tempo estiveram ausentes, por si só, é um fator de “subversão crítica”, por desestabilizar uma ordem social que, até pouco tempo, parecia ser intocável.

A entrada das mulheres nos cursos de teologia, numa relativa submissão aos códigos normativos, coloca exigências maiores para as mulheres. Delas se requer um esforço duplo para obter bons resultados e legitimar a sua presença nesse espaço, numa relação direta com o masculino que, neste contexto, são os valores hierarquizados a partir da ordem simbólica androcêntrica¹⁰. Essa relativa submissão, contraditoriamente, também produz processos de desconstrução dos significados e dos conteúdos de gênero, que foram fundados em determinada leitura dos corpos e legitimados por discursos impregnados de representações de gênero que estruturaram práticas, definiram e determinaram os lugares para cada sexo.

Como já mencionava Lauretis (1994), a construção de outro modelo de gênero também se realiza por meio da desconstrução. Na teologia isso se evidencia quando as mulheres aproveitam oportunidades, entram em espaços culturalmente “proibidos” e, numa atitude de teimosia e ousadia, criam suas possibilidades para permanecer e desafiar a ordem social masculina. No desejo imaginativo de um devir sujeito, no sentido de Braidotti (2004), elas acabam superando os desafios e as dificuldades que se interpõem à sua presença no ambiente acadêmico teológico, assumindo, de forma ambígua, uma relativa submissão aos mandatos sociais. No sentido de Butler (2009), isso pode ser lido em termos de “agência ética”, em que as mulheres desafiam os códigos normativos de gênero que as constituíram em subjetividades inferiores e criam suas estratégias de positividade do feminino, como uma ética de si, para fazer valer o seu desejo de saber, de vir a ser profissional.

Um desejo que desperta a consciência reflexiva sobre as dinâmicas de poder do campo acadêmico e torna essas mulheres capazes de se “libertarem” das convenções sociais desse lugar institucional e, desde dentro, reiterarem novas possibilidades de subjetivação feminina.

¹⁰ Essa ordem simbólica androcêntrica, no espaço teológico, definiu historicamente, conteúdos, disciplinas e reproduziu um imaginário irônico e preconceituoso em relação às mulheres.

Referências

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. Tradução: Alfredo Bosi, Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- BACH, A. M. **Las voces de la experiencia: el viraje de la filosofía feminista**. Buenos Aires: Biblos, 2010.
- BELTRAN, F. B.; PEIRÓ, À. L. F. Prólogo. *In*: IRIGARAY, L. **Ética de la diferencia sexual**. Vilaboa: Ellago Ensayo, 2010. p. 13-28.
- BOURDIEU, P. **Razões práticas**. Campinas: Papyrus, 2003.
- BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. **Una invitación a la sociología reflexiva**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2005.
- BRAIDOTTI, R. **Feminismo, diferencia sexual y subjetividad nómada**. Barcelona: Gedisa, 2004.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, J. **Dar cuenta de si mesmo: violencia ética y responsabilidad**. Buenos Aires: Mutaciones, 2009.
- FELSKI, R. La doxa de la diferencia. **MORA**, Buenos Aires, v. 5, p. 33-52, 1999.
- FOUCAULT, M. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade: o cuidado de si**. 9. ed. São Paulo: Graal, 2007.
- FURLIN, N. **Relações de gênero, subjetividades e docência feminina: um estudo a partir do universo do ensino superior em teologia católica**. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.
- HARAWAY, D. J. Saberes situados: el problema de la ciencia en el feminismo y el privilegio de una perspectiva parcial. *In*: CANGIANO M. C.; BUBOIS, L. (org.). **De mujer a género: teoría y práctica feminista en las ciencias sociales**. Buenos Aires: Centro Editor América Latina, 1993.

HÉRITIER, F. **Masculino feminino**: o pensamento da diferença. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

IRIGARAY, L. *Ética de la diferencia sexual*. Vilaboia Espanha: Ellago Ensayo, 2010.

LAMAS, M. **Cuerpo**: diferencia y género. México: Taurus Pensamiento, 2002.

LAURETIS, T. **Alicia ya no**: feminismo, semiótica, cine. Madrid: Cátedra, 1984.

LAURETIS, T. A tecnologia de gênero. In: HOLANDA, E. B. (org.). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

LLANOS, G. C. **Sexo, género y feminismos**: tres categorías en Pugna. Cali: Universidad del Vale, 2006.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, 1990.

Recebido em janeiro de 2020.

Aprovado em agosto de 2020.

GÊNERO E MERCADO DE TRABALHO: A INSERÇÃO DA MULHER EM CARGOS DE CHEFIA NA INDÚSTRIA METALMECÂNICA DE ERECHIM-RS

Fabiula Cátia Capeletto¹

Ivone Maria Mendes Silva²

Luís Fernando Santos Corrêa da Silva³

Resumo: Este artigo tem como foco a análise do perfil, da trajetória profissional e das barreiras que algumas mulheres tiveram que superar para conseguir chegar a cargos de chefia dentro da indústria metalmeccânica na cidade de Erechim, norte do Rio Grande do Sul. Os procedimentos metodológicos adotados foram a técnica da pesquisa qualitativa, a utilização de entrevistas semiestruturadas e um roteiro de questões abertas. Para a obtenção da análise de conteúdo, a pesquisa se orientou em alguns pressupostos da autora Laurence Bardin. Entre os principais resultados, a confirmação da existência de discriminação de gênero e sua manifestação.

Palavras-chave: Gênero e mercado de trabalho; Indústria metalmeccânica de Erechim; Trajetória profissional da mulher.

Abstract: This article focuses on the analysis of the profile, the professional trajectory and the barriers that some women had to overcome in order to reach leadership positions within the metalworking industry in the city of Erechim, north of Rio Grande do Sul. The methodological procedures adopted were the technique of qualitative research, the use of semi-structured interviews and a script of open questions. To obtain the content analysis, the research was guided by some assumptions of the author Laurence Bardin. Among the main results, the confirmation of the existence of gender discrimination and its manifestation.

Keywords: Gender and job market; Metalworking industry of Erechim; Women's professional path.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição- NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Mestra em Ciências Humanas, Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil. E-mail: fabiulacatiacapeletto@gmail.com. Orcid: 0000-0001-8481-6354

2 Tem pós-doutorado em Educação, Universidade de São Paulo, Brasil. E-mail: ivonemmds@gmail.com. Orcid: 0000-0002-0058-091X

3 Doutor em Sociologia, Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil. E-mail: Ifscorrea@gmail.com. Orcid: 0000-0002-8023-2084

Introdução

Este artigo busca apresentar, de forma sucinta, os resultados da pesquisa que teve como objetivo trazer elementos que colaborem na identificação das diferenças existentes entre homens e mulheres no ambiente de trabalho no setor da indústria metalmeccânica em Erechim-RS. Os procedimentos metodológicos adotados foram a técnica da pesquisa qualitativa, a utilização de entrevistas semiestruturadas e um roteiro de questões abertas. Para a obtenção da análise de conteúdo, a pesquisa se orientou em alguns pressupostos da autora Laurence Bardin (1977) que consistem em três polos cronológicos: a pré-análise; a exploração do material; o tratamento dos resultados e a interpretação. Tais pressupostos foram utilizados visando analisar as barreiras existentes para a ascensão da mulher aos cargos de chefia ocorridos na indústria metalmeccânica de Erechim-RS.

Outros objetivos da pesquisa foram: identificar se existe e como se manifestou a discriminação de gênero para a composição dos cargos de chefia na indústria metalmeccânica de Erechim-RS, além de evidenciar elementos nas falas das entrevistadas que demonstrassem certos valores culturais transmitidos pelas gerações, observando se esses elementos poderiam impedir o crescimento profissional e até mesmo o acesso das mulheres aos cargos de chefia da indústria do setor metalmeccânico erechinense.

A justificativa para a realização desta pesquisa foi baseada em dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (2016) que evidenciaram a possibilidade da existência de discriminação de gênero, chamando a atenção não apenas pelo fato da pequena concentração de mulheres se comparado aos homens, mas, principalmente, por existir uma minoria delas ocupando cargos de chefia. Diante dessa informação, tornou-se relevante buscar compreender quais são os motivos que ocasionam essa disparidade, almejando, assim, contribuir teoricamente com elementos que colaboram na identificação dessa desigualdade.

Verificando os dados, no mês de janeiro de 2018 disponíveis na Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2018), encontrou-se disponibilizado o número total de empresas do município de Erechim divididos por setores e subsetores. O total de empresas em Erechim corresponde a 3.857 e, dessas, as que representam o setor da indústria correspondem a 14,41% (BRASIL, 2016).

Do setor das indústrias, o subsetor metalmeccânico totaliza 33,63% das indústrias, tendo sua formação por três subsetores: a indústria metalúrgica,

com um total de 95 indústrias; a indústria mecânica, com um total de 72; e a indústria de transporte, totalizando 20 (BRASIL, 2016). O subsetor é composto pelas seguintes indústrias: fabricação de caminhões e ônibus; fundição; fabricação de estruturas metálicas e obras de caldeiraria pesada; fabricação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras; forjaria; metalurgia do pó e serviços de tratamento de metais; fabricação de artigos de cutelaria, de serralheria e ferramentas; fabricação de produtos diversos; manutenção e reparação de máquinas e equipamentos, entre outras (BRASIL, 2016).

Referente aos cargos de gerência e direção, de acordo com a RAIS/MTE, existem 98 gerentes/diretores na indústria metalmeccânica de Erechim dos quais 85 são do sexo masculino e apenas 13 são do sexo feminino (menos de 15%). O quantitativo de pessoas gerentes/diretores divididos por sexo em cada subsetor é: na indústria metalúrgica, do total de 38 gerentes/diretores, 30 são homens e 8 são mulheres; na indústria mecânica, do total de 31 gerentes/diretores, 28 são homens e 3 são mulheres; na indústria de transporte, de 29 gerentes/diretores, 27 são homens e 2 são mulheres (BRASIL, 2016). Os dados evidenciam a existência de desigualdade de gênero na indústria de Erechim, chamando atenção por existir uma minoria delas ocupando cargos de chefia. Diante dessa informação, torna-se relevante tentar compreender quais são os motivos que ocasionam essa disparidade entre homens e mulheres em cargos de chefia.

Na pesquisa de campo, foram entrevistadas mulheres de empresas de porte pequeno, médio e grande, totalizando dez empresas. Para a definição do porte das empresas, foi adotado um dos padrões utilizados pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul (SEBRAE/RS), que utilizou critérios de faturamento e/ou do número total de funcionários da empresa. Do total das dez empresas que fizeram parte desta pesquisa, duas são de grande porte, cinco são de médio porte e três de pequeno porte. Para a obtenção do acesso das entrevistadas, foi adotada uma ferramenta conhecida como *snowball* (em tradução livre, bola de neve), sendo a amostragem construída a partir da entrevista de uma mulher (conhecida da pesquisadora) que indicou outras duas mulheres para serem entrevistadas e, a partir destas, surgiram mais indicações até que fosse construída a rede de contatos a qual atingiu o quantitativo de 16 mulheres entrevistadas (considerado como ponto de saturação). Destas, somente uma mulher não é reconhecida formalmente como chefe. A maioria das entrevistas foram realizadas fora da indústria metalmeccânica, a pedido das

próprias entrevistadas, sendo que apenas seis entrevistas foram realizadas dentro da empresa.

Os resultados e análises da pesquisa descreveram, de forma resumida, a trajetória de cada entrevistada até a sua inserção para trabalhar no setor metalmeccânico, abordando questões relacionadas com o tema trabalho, gênero e aspectos culturais que facilitaram/facilitam e dificultaram/dificultam as mulheres a chegarem e a se manterem nos em cargos de chefia.

As entrevistas foram realizadas individualmente e local acordado com a maioria das entrevistadas foi suas residências e, por vezes, a da pesquisadora (a grande maioria a pedido da própria entrevistada), tudo isso para que as trabalhadoras se sentissem mais à vontade durante o diálogo. Do total das 16 entrevistadas, seis entrevistas (37,5% do total) foram realizadas dentro da empresa, destacando que, destas seis, três eram donas ou sócias da empresa em que trabalham.

Para realizar o registro da entrevista, foi necessária a autorização da entrevistada, o que se deu por meio de um termo de consentimento. Os procedimentos metodológicos adotados foram submetidos e aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), com o intuito de que a pesquisa fosse realizada dentro dos padrões éticos.

Para a análise dos resultados, o referencial teórico utilizado na pesquisa empírica foi embasado em estudos de autores como Simone Beauvoir (2016), Judith Butler (2013), Joan Scott (1995), Guacira Lopes Louro (2013), Danièle Kergoat (2009), Elisabeth Souza-Lobo (2011), Kathryn Woodward (2000), Stuart Hall (2006), Pierre Bourdieu (2015), entre outros, bem como foram demonstrados alguns resultados de pesquisas que abordaram o tema desigualdade de gênero voltado para o setor da indústria.

A abordagem teórica

O conceito de gênero é amplo e muito polêmico, assim, foram escolhidos alguns autores para demonstrar que o conceito de gênero acaba se transformando histórica e culturalmente em distintas sociedades, o que o torna complexo, exigindo muita atenção para a forma como ocorrem as relações de poder. Nas diferentes concepções de gênero levantadas, das colocações apresentadas, as que contribuem para as análises deste trabalho foram as de Louro (2013), Bourdieu (2015) e Scott (1995). A historiadora

Joan Scott, que realizou uma análise histórica sobre a origem e utilização do termo gênero, no final da década de 1980, escreveu um artigo para a revista *American Historical Review*, que mais tarde foi traduzido para o português. Nesse artigo, a autora salientou que, inicialmente, o termo “gênero” era utilizado gramaticalmente apenas para distinguir o feminino do masculino e que somente passou a ser utilizado como categoria, ou seja, como uma visão voltada para questões sociais da diferenciação de sexos, com as feministas americanas que começaram a fazer analogias ligadas às questões de classes e raça (SCOTT, 1995, p. 72-74, grifo nosso).

Para conceituar o gênero, Scott (1995) descreveu de maneira crítica o papel da História ao abordar as relações entre homens e mulheres. A autora demonstrou a invisibilidade da história das mulheres e, ao mesmo tempo, realizou análises das teorias que buscavam conceituar o gênero até aquele período. A partir disso, para poder tornar o conceito uma categoria útil à história, Scott (1995) elaborou o seu próprio conceito:

O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas posições: (1) o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é a forma primária de dar significado às relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações de poder, mas a mudança não é unidirecional. Como um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas, o gênero implica quatro elementos inter-relacionados. (SCOTT, 1995, p. 88).

Esses quatro elementos mencionados pela autora são, primeiramente, os símbolos culturais, depois, os conceitos normativos que são ligados aos significados desses símbolos. Como terceiro elemento, está a construção do gênero através do parentesco, da economia e da organização política, e, por último da identidade subjetiva (SCOTT, 1995, p. 88). Sendo assim, Scott (1995) defendeu uma visão ampla do gênero que, junto a uma visão político-social de classe e de raça, objetivou dar mais visibilidade à mulher na história, bem como auxiliar nas relações entre homens e mulheres para obtenção da equidade. A autora sempre levou em consideração que homens e mulheres são sujeitos históricos que constituem as sociedades.

Na contemporaneidade, as identidades estão em constante transformação, por isso, Louro (2013) chamou a atenção para como se constroem os discursos e as representações adquiridas pelo sujeito, uma vez que os valores, aquilo com o que o sujeito se identifica, são oriundos da cultura

em que estão inseridos. Ao abordar o conceito de gênero, a autora afirmou que os sujeitos constroem as suas identidades sexual e de gênero, posto que elas não são fixas. O argumento utilizado foi de que as identidades sexuais podem ser construídas por intermédio das formas escolhidas por um sujeito, o que, por vezes, tem relação com o convívio com seu parceiro, que pode ser do mesmo sexo, do oposto ou de ambos. Quanto à identidade de gênero, a autora afirma que o conceito também está relacionado com a forma de identificação dos sujeitos, podendo ser influenciado por aspectos históricos e sociais do modo de construção do masculino e feminino dentro do contexto em que o sujeito está inserido (LOURO, 2013, p.30).

Louro (2013) demonstrou que as identidades sexuais e de gênero estão interligadas, não se tratando de uma só coisa, pois os sujeitos “[...] masculinos e femininos podem ser heterossexuais, homossexuais, bissexuais (e, ao mesmo tempo, eles também podem ser negros, brancos, ou índios, ricos ou pobres etc.)” (p. 31). Isso leva em consideração que ambas as identidades (sexual e de gênero) estão sempre em construção e transformação, não podendo ser identidades fixadas em um período determinado da vida do sujeito (criança, adolescente, adulto).

Para Louro (1994), os indivíduos se constituem não pelo simples fato de terem nascido do sexo feminino ou masculino, pois sua constituição está relacionada à junção da qualificação do sexo com os valores e contradições sociais vividas entre eles, ou seja, o sujeito se forma de maneira biológica, histórica e cultural:

“[...] o masculino e o feminino são construídos através de práticas sociais masculinizantes ou feminizantes, em consonância com as concepções de cada sociedade. Integra essa concepção a ideia de que homens e mulheres constroem-se num *processo de relação*” (LOURO, 1994, p. 36, grifo do autor).

Já a teoria de Pierre Bourdieu contribuiu para a compreensão da reprodução das desigualdades de gênero. Conceitos elaborados pelo autor como “*habitus*”, “*campo*”, “*poder simbólico*”, “*capital simbólico*”, entre outros, são ferramentas adequadas para auxiliar nas análises dos objetivos geral e específicos propostos no presente trabalho. Ao tratar da “*dominação masculina*”, as análises de Bourdieu (2015) abordaram as questões de gênero voltadas para as relações de poder. Essa dicotomia mulher/homem é explicada dentro de um contexto histórico e cultural, demonstrando a forma como o poder é mantido e o modo como se estruturam as desigualdades.

Para Bourdieu (2015), a dominação estabelecida entre homens e mulheres se perpetua na história não por causa biológica, mas se legitima nela, naturalizando-se ao longo do tempo. Ao estudar a estrutura da sociedade Cabília do Norte da África, o autor descreve os costumes vividos pelos camponeses e como esses hábitos são transmitidos pelas gerações, traçando, assim, um comparativo com outras sociedades visando explicar a dominação masculina.

As análises realizadas por Bourdieu (2015) são de que a visão socialmente construída de divisão entre os sexos é uma forma arbitrária tida como natural. Essa forma está incorporada nas pessoas como “[...] sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação” (BOURDIEU, 2015, p. 17). O autor afirmou que essa divisão se encontra em todo o mundo social e que, por parecer natural, acaba se legitimando.

Para poder visualizar o pensamento de distinção de gênero, basta perceber, por exemplo, dentro da nossa própria família, o modo como somos educados para fazermos a distinção entre o feminino e masculino, ou seja, a diferenciação nos é transmitida nos ensinamentos da maneira como deve se portar um homem e uma mulher, ou como cada um deve se vestir, andar, usar a entonação da voz, e assim por diante.

Outra forma de demonstrar a influência do pensamento da distinção de gênero acontece até mesmo na escolha da carreira profissional. Existe, de certa forma, uma indução nas escolhas do trabalho que o indivíduo quer seguir, podendo ser identificado quando surgem comentários afirmando que um certo tipo de trabalho é tido como “feminino” ou “masculino”.

Para Bourdieu (2015), a submissão da mulher ocorre por meio da dominação simbólica, podendo ser identificada até nos pequenos gestos, nos olhares, na postura das mulheres. Todo esse comportamento se constituiu “[...] através do princípio de divisão fundamental entre o masculino, ativo, e o feminino, passivo [...], como subordinação erotizada [...], como reconhecimento erotizado da dominação” (p. 31). A divisão entre o feminino e o masculino, de acordo com o autor, provoca entre as relações sociais uma relação social de dominação. A incorporação da dominação ocorre de forma hierarquizada, de forma que o homem domina a mulher por meio de uma força simbólica:

O efeito da dominação simbólica (seja ela de etnia, de gênero, de cultura, de língua etc) se exerce não na lógica pura das consciências cognoscentes, mas através dos esquemas de percepção, de avaliação e de ação que são constituídos dos *habitus* e que

fundamentam aquém das decisões da consciência e dos controles da vontade, uma relação de conhecimento profundamente obscura a ela mesma [...]. (BOURDIEU, 2015, p. 50).

Isso quer dizer que a dominação simbólica é uma forma de poder que não necessita de força física para dominar, agindo de maneira invisível na consciência das pessoas. Bourdieu (2015) também afirmou que a força simbólica é considerada “[...] um sistema de estruturas duradouramente inscritas nas coisas e nos corpos” (p. 53-54), permanecendo, desse modo, a dominação exercida pelos homens. Isso quer dizer que a incorporação da dominação surgiu da arbitrária diferenciação biológica, que acabou organizando, de forma simbólica, a divisão do trabalho.

Essa construção inicial descrita por Bourdieu se tornou a própria divisão sexual do trabalho, pois se transformou em uma construção social naturalizada e legitimada, perpetuando-se culturalmente. A naturalização referida se tornou “[...] *habitus* claramente diferenciados segundo o princípio de divisão dominante [...]”, o que significa dizer que o gênero masculino domina o gênero feminino e foi baseado numa prática associada à virilidade, de maneira que excluiu as mulheres das “tarefas mais nobres” e atribui a elas tarefas tidas como “penosas, baixas e mesquinhas” (BOURDIEU, 2015, p. 33-34).

Para explicar essas relações, o autor criou o conceito de *habitus*, que pode ser definido como um processo social que possui um conjunto de práticas que definem um modo de ser do indivíduo. Essas práticas formam as estruturas de ordem feminina e masculina, mas com valores diferentes que são incorporados no cotidiano dos indivíduos. As práticas descritas pelo autor são os valores, os modos de pensar e de agir dos indivíduos, os quais são transmitidos naturalmente pelas gerações.

Assim, a tentativa da mulher de buscar se colocar nas mais diversas profissões acaba passando pelas estratégias de resistência dos homens, muitas vezes de forma inconsciente, já que são oriundas de uma ordem social sexuada. De acordo com Bourdieu (2015), tais estratégias estão ligadas à identidade dos indivíduos e, além disso, influenciam-no no sentido de determinar o que os homens e as mulheres devem fazer para serem, de fato, homens e mulheres e onde e no que podem ou não trabalhar.

Para tratar a questão de gênero no trabalho, é significativo fazer uma abordagem que envolva as relações sociais entre homens e mulheres. Nesse mesmo sentido, é importante frisar que a divisão sexual do trabalho é apenas um entre outros aspectos da problemática. Existem aspectos como os

das identidades e das subjetividades, os quais influenciam nas diferenças relacionadas ao trabalho, havendo também outros elementos, como o da diferença salarial, do assédio moral, das chances de obtenção e de permanência no emprego e da ascensão profissional. A categoria gênero, ao ser associada à sociologia do trabalho, permite-nos trabalhar todas essas questões.

Tendo isso tudo em vista, pode-se afirmar que existe uma barreira que ainda impede a mulher de estar em pé de igualdade com o homem. Isso foi demonstrado no estudo de Manganelli (2012), que utilizou o termo “teto de vidro” para descrever as barreiras que impossibilitam a ascensão da mulher no mercado de trabalho. O termo “teto de vidro” é definido como “[...] um limite invisível superior na carreira, impedindo as mulheres de ascender profissionalmente. A expressão ‘de vidro’ pretende elucidar a ideia de uma barreira invisível” (MANGANELLI, 2012, p. 25).

Resultados da pesquisa e das análises

As mulheres pesquisadas/entrevistadas se encontram trabalhando nos níveis táticos e estratégicos. É preciso deixar claro que aquelas mulheres que se encontram em nível operacional não foram objetos deste estudo, assim, do total de 16 mulheres entrevistadas, foram observadas algumas características a serem descritas a seguir:

Em relação à faixa etária das entrevistadas, a menor idade identificada é de 26 anos, já a maior é de 56 anos. A maioria dessas mulheres se encontra um pouco acima da faixa dos 40 anos, possuindo, assim, uma trajetória profissional bastante considerável. Com isso, elas possuem bastante experiência/vivência na área, o que contribuiu ainda mais para este estudo. As pesquisadas afirmaram que buscaram trabalhar no setor da indústria metalmeccânica por questão de oportunidade salarial. A média dos salários ficou em torno de sete salários-mínimos, sendo a menor remuneração a de 2,5 salários-mínimos e a maior de 15 salários-mínimos.

Todas as entrevistadas exercem serviços administrativos considerados burocráticos e que exigem um grau de responsabilidade grande, requerendo, assim, muita atenção, conhecimento técnico, organização e disciplina, a fim de poderem atuar de forma segura ao executar atividades tais como planejamento estratégico, administração de pessoal, operações financeiras e fiscais, entre outras. Essas mulheres possuem graduação nas áreas de Administração, Ciências Contábeis, Geografia, Letras, Engenharia Civil, Engenharia Mecânica, Nutrição, entre outras, ou seja, áreas das Ciências

Humanas e Engenharias. Das 16 entrevistadas, apenas uma não possui curso de nível superior completo, mas declarou que pretende retomar os estudos.

Do total das entrevistadas, 15 ocupam/ocuparam cargos de chefia formalmente. Somente uma delas afirmou ser responsável pelo setor, exercendo a função de chefe sem que seja reconhecida formalmente (fato que parece se tratar de uma discriminação explícita). Do grupo pesquisado, três delas foram demitidas enquanto exerciam cargos de chefia. Uma delas já se encontra empregada, uma não havia conseguido voltar ao mercado de trabalho e uma outra acabou decidindo pela aposentadoria.

As mulheres entrevistadas são oriundas, majoritariamente, de famílias de classe média, havendo poucas provenientes de classe baixa. Outra característica que chamou a atenção ao conhecer essas mulheres diz respeito ao físico, pois todas possuem um perfil étnico-racial homogêneo: são brancas.

As mulheres que viveram a infância e/ou adolescência em Erechim e região relataram que conviveram com famílias de ascendência italiana, alemã e polonesa. Narraram, também, alguns costumes herdados e que eram praticados por suas famílias e pela sociedade na qual estavam inseridas. Essas mulheres relataram que tiveram uma educação bastante rígida e acreditam que isso influenciou, por diversas vezes e de maneira negativa, no modo de agir e pensar na fase adulta.

Observadas essas características, partiu-se para a análise mais voltada para o referencial teórico adotado. Entre as descobertas feitas a partir da análise, é possível citar alguns trechos importantes que alcançaram todos os objetivos desta pesquisa. Na dissertação, foram criadas três categorias de análise que se originaram das falas em comum das entrevistadas, nominadas: trajetórias pessoais, profissionais e culturais, aspectos que influenciam na trajetória profissional e a discriminação verificada na indústria metalmeccânica.

As entrevistadas destacaram alguns momentos vivenciados desde a infância até a fase adulta, voltados à relação social (na família, na escola e na sociedade de maneira geral), demonstrando, assim, alguns aspectos culturais assimilados ao longo do tempo e legitimados como práticas sociais:

*“Mas eles me botaram na aula de bordado, e eu não queria fazer bordado. Eu não gostava, mas eles me obrigaram a fazer... [...] Eles já tinham certeza de que eu não iria trabalhar, que eu... né? **Para eles, eu iria ser dona de casa.** Eu chego a essa conclusão hoje, né?” (E11).*

A cultura conservadora, a atribuição de valores “femininos” e “masculinos” (com a ideia de que a mulher é responsável pelo espaço privado, do lar) foi pontuada por algumas entrevistadas ao declararem que suas avós e até suas mães sofreram a influência desse tipo de entendimento:

“Meu pai trabalhava fora, trabalhava no banco, e a minha mãe era dona de casa” (E11).

“Ahn... na... na minha infância, vamos dizer assim, mulher ahn... fazia... cuidava da casa, cuidava da família, então...” (E8).

Neste artigo, a ênfase se dá para a existência de aspectos que podem facilitar ou dificultar a carreira profissional da mulher, pois foram demonstrados aspectos envolvendo questões pessoais e culturais identificados de maneira em comum. Tais aspectos estão voltados para temas como satisfação salarial, qualidade de vida, maternidade, entre outros, os quais foram tratados separadamente dentro de uma mesma categoria de análise. Isso é o que veremos a seguir.

Aspectos que favorecem e dificultam a ascensão da mulher a cargos de chefia

As mulheres entrevistadas afirmaram possuir “características naturais” que colaboram para a ascensão a cargos de chefia. Essas características se sobressaem se comparadas às dos homens, pois, para as entrevistadas, as mulheres são mais detalhistas, atenciosas, possuem maior comprometimento na execução das tarefas, entre outras. Tais características impactam de maneira positiva na hora da escolha para a promoção de um cargo. A partir disso, buscou-se compreender como as mulheres assimilam a ideia de “atributos próprios de mulher”. Em estudos como o de Senkevics (2015), também se encontrou a explicação de como ocorre a construção das feminilidades e masculinidades. O autor analisou o processo de socialização, fazendo a diferenciação entre meninos e meninas.

Senkevics (2015) versou sobre gênero, família e escola. Entre os temas estudados, ele analisou o processo de socialização diferenciado de meninos e meninas, levando em consideração a forma como ocorre a construção de feminilidades e masculinidades. Para isso, o autor lembra que a família e a escola são os primeiros contatos sociais da criança. O autor se baseou principalmente nos ensinamentos da cientista social australiana Raewy Connell.

Na construção do conceito de masculinidades e de feminilidades, Senkevics (2015) argumentou que as masculinidades e as feminilidades

“[...] são construídas e retrabalhadas ao longo da vida por cada um de nós, que ora tomamos certos referenciais para orientar nossas práticas e perspectivas, ora tomamos outros” (p. 42). O que o autor quer dizer é que esses conceitos não são fixos, sendo construídos por meio de práticas sociais do cotidiano conjuntamente com aquilo que é concebido pelo sujeito. Em outras palavras, a forma como homens e mulheres se comportam, vivem e entendem as práticas em um determinado período de suas vidas pode ser modificada em outros. Sendo assim, as perspectivas do que é ser homem ou ser mulher são passíveis de sofrerem alterações.

Ainda assim, o que se quer destacar é que o autor, ao analisar o processo de socialização, fazendo a diferenciação entre meninos e meninas e evidenciando a construção da feminilidade, identificou, no estudo empírico, que essa construção está relacionada, desde cedo, com práticas familiares e de escolarização, as quais valorizam a disciplina, a organização e a responsabilidade. Nesse estudo, ficou comprovada a existência de divisão de tarefas domiciliares, diferenciação entre meninos e meninas de brincadeiras na hora do lazer, bem como a influência da família na socialização das crianças. O destaque que se quer dar, neste momento, está ligado, então, não apenas à divisão de tarefas, mas principalmente a como essas práticas acabam constituindo um universo feminino (SENKEVICS, 2015, p. 170-187).

As práticas atribuídas ao universo feminino foram pautadas em regras e obrigações; enquanto, para os meninos, as regras eram menos rígidas. A rotina doméstica das meninas era carregada de obrigações e controle e, para algumas delas, quase não sobravam nem tempo para brincar; a saída para a rua, por exemplo, era proibida. Já os meninos quase não tinham horário para voltar, viviam livres. Isso tudo foi verificado junto ao rendimento escolar e demonstrou que as meninas se destacavam mais que os meninos, uma vez que elas faziam do espaço escolar um momento de realização pessoal e, assim, traçavam planos, pensando em exercer profissões mais qualificadas. Enquanto isso, os meninos não se preocupavam muito e sonhavam com profissões que não exigiam muita qualificação, como ser jogador de futebol. Dessa forma, a escola possuía significados diferenciados para meninos e meninas. Para as meninas, a escola era o local de lazer e de oportunidades que não tinham em casa, por isso as meninas desempenham melhor os atributos exigidos na escola, se destacando mais do que os meninos (SENKEVICS, 2015, p. 170-187).

Dessa forma, fazendo um paralelo do estudo de Senkevics com as narrativas das entrevistadas, foi verificado, além da diferenciação na maneira de educar as crianças, que as práticas da construção da feminilidade na infância das entrevistadas ocorreu de forma bem parecida com aquilo que foi descrito pelo autor, ou seja, a infância das entrevistadas também foi cheia de regras, de exigências quanto à organização, à disciplina, bem como a rigidez com os horários determinados para o cumprimento das tarefas. Com o comparativo, pode-se afirmar que se percebeu que essas práticas foram assimiladas e aceitas pelas entrevistadas e se tornaram para elas atributos positivos, qualidades que foram destacadas pelas próprias entrevistadas no sentido que as mulheres têm mais organização, transparência, comprometimento, detalhismo, desenvoltura, atenção ao realizar as tarefas, entre outras características desempenhadas no trabalho, conforme relatado nas transcrições abaixo:

“Ah... mas para ascensão, então, tu me perguntaste, tem que ter equilíbrio” (E2).

“Uma coisa que eu acho que é muito bom, tu humaniza mais, [...] às vezes, quando o ambiente é só de homens, não tem humanização. Então, essa gentileza da mulher, essa delicadeza da mulher” (E2).

“Eu acho que assim, o que facilita, daqui a pouco é a seriedade, né? [...], procurei me manter, né? Correta, na linha, assim... eu acho que isso talvez, por isso que eu conquistei esse respeito” (E14).

“Então hoje o que eu posso te dizer assim: a mulher é muito mais detalhista do que o homem” (E10).

Senkevics (2015) ensina que a prática leva à construção de um universo muito complexo para aquilo que é atribuído à feminilidade ou à masculinidade, o que ocorre porque a prática é legitimada socialmente. Entretanto, não significa dizer que ela é fixa, pois existe uma diferença entre expectativas da família e aquilo que a criança percebe e aceita como valor e passa a praticar. Para o autor, existe mais diferença ainda, se observado, quando os valores vão se modificando com o passar da idade e como vão sendo transmitidos.

Um exemplo disso extraído das entrevistas, considerado como sendo um aspecto positivo, referiu-se ao detalhismo da mulher. A fala a seguir chamou a atenção porque no seu primeiro emprego, na indústria metalmeccânica, a entrevistada disse que o serviço pesado, considerado aquele que exigia muita força física, era realizado somente por homens:

*“É, o setor metal mecânico, assim, o que dificulta, eu acho que é justamente aquela coisa assim, que é um serviço mais... digamos... não é, não é... **hoje não é mais, mas já foi mais braçal, mais sujo, vamos supor, [...]** Mas, enfim, então já mudou um pouquinho, mas **mulher não é pra serviço pesado**” (E10).*

Como pode ser notado, a própria entrevistada atribui uma prática associada à feminilidade, destacando a mudança ocorrida com a inclusão de mulheres ao mencionar o trabalho que presenciou em uma visita a uma empresa do mesmo setor. Ela ficou impressionada ao ver tantas mulheres trabalhando com máquinas que realizavam serviços pesados, até então considerado um trabalho realizado apenas por homens. Além do detalhismo, ela também atribuiu outra característica ao dizer que a mulher possui capacidade para fazer várias coisas ao mesmo tempo, afirmando que essa prática é própria da mulher:

*“Elas faziam o acabamentoozinho, e, segundo ele, a qualidade desses acabamentos, a mulher era mais detalhista, mais delicada, [...] dizem que isso aí cientificamente já foi comprovado, **que a mulher consegue fazer mais coisas ao mesmo tempo, né?** E é, porque daí eu vi assim: que eles tiravam a peça e daí as mulheres tiravam, tipo com uma faquinha, uma rebarba” (E10).*

Fazendo um paralelo do estudo de Senkevics (2015) com as narrativas das entrevistadas, foi verificado que a infância delas também foi cheia de regras e de exigências quanto à organização, à disciplina, bem como havia rigidez com os horários determinados para o cumprimento das tarefas. Pode-se dizer, com isso, que tiveram uma educação bastante rígida.

Concluiu-se que essas práticas foram assimiladas e aceitas pelas entrevistadas, tornando-se, para elas, atributos positivos. Para elas, as mulheres têm mais organização, comprometimento, detalhismo, desenvoltura e mais atenção ao realizar as tarefas que precisam ser desempenhadas no trabalho. Entretanto, nas conversas durante a pesquisa, surgiram algumas barreiras enfrentadas pelas entrevistadas, como a necessidade de ter que demonstrar atitudes que deveriam ser iguais às de “um homem em cargo de chefia”. Além disso, sofreram um grau de exigência maior, se comparado aos homens, para demonstrarem a sua capacidade e competência no desempenho das atribuições do cargo.

O fato de ser mulher e trabalhar num setor predominantemente masculino faz com que as mulheres tenham que conviver com uma cultura

machista. Justamente esse aspecto foi bastante destacado pelas entrevistadas, como pode ser observado em um dos relatos:

*“Acho que as **limitações que as empresas colocam, né? O subjulgamento das mulheres, né? Em termos de capacidade.** Eu acho que esse é a maior dificuldade, ahn... pras mulheres, né? O mostrar independência, o dinamismo, ahn... isso eu acho que é a maior, ainda é o maior desafio. De todos verem a mulher **como um profissional e não como a mulher frágil**, ahn, ainda existe muito isso na nossa sociedade” (E8).*

Muitas vezes o sexo feminino é visto como “sexo frágil”, ou seja, com uma aparência que “não combina” com cargos de chefia. Essa ideia ainda está fortemente inserida na sociedade, principalmente no setor metalmeccânico, o qual continua dificultando o acesso das mulheres que objetivam cargos de maior poder. A esse respeito, algumas das entrevistadas disseram que a mulher está sempre sendo comparada com o homem, de modo que ele continua sendo a referência de como um chefe deve desempenhar o seu papel. Com isso, as mulheres que não possuem certas características consideradas “masculinas”, como não ter uma postura firme na hora de tomar decisões, ou demonstrar sentimentos, não são bem-vistas no exercício da função. Essa visão foi descrita nos trechos abaixo:

*“[...] eu acho que as pessoas acham que por isso, **por ser tão sentimental**, que tu vá... tipo, deixar passar alguma coisa, por ser mais sentimental, né? Ser mais... a emoção do que razão” (E7).*

*“[...] quando tem assim, pega vários cargos, tem gerente, diretor, tudo... e senta na reunião e vai definir, desde que ela... que a pessoa... que a mulher seja firme, decidida e clara, transparente, a situação é bem... **Firme, é firme porque o homem ele tem isso, né?... de falar, despachar ligeiro e pronto, né? E a mulher é toda mais cuidadosa, mais isso e aquilo.** Então essa de enrolar, a gente não pode, **a gente tem que falar e deixar bem firme, bem claro**” (E15).*

A dominação masculina, descrita por Bourdieu (2015), demonstrou a relação de poder existente entre as oposições feminino/masculino, afirmando que o homem é o ser dominante e a mulher é o ser dominado. Essa relação pode ser percebida em diversos campos, como o da família, o da escola e até mesmo no mundo do trabalho. Homens e mulheres são caracterizados por *habitus* distintos que estão incorporados, ou seja, ambos possuem características específicas que determinam a posição ocupada dentro de um campo.

As mulheres que conseguem chegar aos cargos de chefia, muitas vezes, têm que se adequar a “padrões masculinos” (estereótipos) para poder provar a sua capacidade de liderança. Dessa forma, elas precisam ter “pulso firme”, ser diretas e objetivas. Esses são exemplos de comportamentos “masculino” descritos como sendo exigidos para o desempenho do cargo, como também pode ser visto no trecho a seguir:

*“[...] o próprio homem exige isso da mulher quando ela está num cargo de gestão. Porque ele, inconscientemente, sente necessidade dessa, dessa postura, né? **E muitas mulheres se... conseguem se firmar através disso, né? [...] então a gente acabou tendo um modelo na gestão. Quando a mulher assume a gestão, acabou se criando estereótipos, o modelo de uma mulher rígida, braba, né?”** (E6).*

Isso justificaria algumas atitudes que as mulheres adquirem para poder chegar aos cargos de chefia. A diferenciação entre homens e mulheres pode ser destacada com a transcrição a seguir, pois o machismo foi considerado pelas entrevistadas como sendo um aspecto dificultador:

*“**Eu acho que o principal ponto é cultural, é... é um machismo velado, que ainda existe assim, né? Que... que ainda a gente tenta, né? Faz de conta que não acontece, a gente tenta... de todas as maneiras, né? Na nossa sociedade a gente tenta cegar, que isso não acontece; mas existe, né?**” (E12).*

Como mais uma barreira para a ascensão profissional, as mulheres entrevistadas também elegeram o fato de ainda existir a visão, na nossa sociedade, de que a mulher é a responsável pelos afazeres domésticos e pelos cuidados com a família.

*“[...] a ascensão, assim, pensando no particular, eu te diria assim: **que quanto menos a gente tem compromissos em casa, mais fácil, porque daí você dedica muito mais tempo. Então, assim, ter casa, marido, filhos, isso exige bastante e, então, isso dá uma dificultada**” (E15).*

A cultura machista continua dificultando não só a ascensão das mulheres aos cargos de chefia como também ao exercício delas nesses cargos. Essa constatação reforçou, ainda mais, aquilo que Bourdieu (2015) afirmou sobre os valores transmitidos pelas gerações: que é algo determinado socialmente e repassado culturalmente.

A existência de uma sobrecarga de trabalho, a chamada “dupla jornada”, vivida pelas mulheres entrevistadas, também foi citada como sendo uma barreira. Por mais que elas tenham afirmado que possuíam condições financeiras que possibilitavam estruturar de forma segura os cuidados necessários com a família, ficou evidente, em algumas respostas, que elas se sentem na obrigação de executar esse tipo de tarefa e de cuidados. Para comprovar isso, foram encontrados os estudos de Dias Júnior e Verona (2016) e de Janaína Teodoro Guiginski (2015).

O estudo de Guiginski (2015) demonstra que as mulheres que possuem filhos são mais penalizadas e sofrem mais consequências negativas na vida pessoal e profissional, se comparadas com as que não possuem filhos. Já o estudo de Dias Jr. e Verona (2016) pesquisou mulheres com ocupação de nível superior e a conciliação do trabalho com a maternidade, ressaltando o alto custo da maternidade, especialmente para as mulheres em cargos de liderança, uma vez que a cobrança social sobre elas é potencializada (precisam continuar sendo líderes e boas mães).

Já para Lapa (2016), as duas esferas (pública e privada) se entrecruzam, de modo que ainda existe a permanência das divisões social e sexual do trabalho. Tais divisões, de fato, não mudaram, apenas se mostram em uma nova configuração. Isso quer dizer que as mulheres conseguiram se inserir em novos postos de trabalho, os quais, anteriormente, eram considerados redutos masculinos; entretanto, no que se refere ao acesso aos cargos de chefia, a ocupação deles pelas mulheres continua sendo muito baixa.

Hirata e Kergoat (2007) colocam que a divisão sexual do trabalho vai além de simplesmente constatar as desigualdades existentes entre homens e mulheres. Para elas, torna-se necessário refletir mais sobre a vida familiar e profissional, para, então, poder compreender o porquê da permanência dessa divisão:

A socialização familiar, a educação escolar, a formação na empresa, esse conjunto de modalidades diferenciadas de socialização se combinam para a reprodução sempre renovada das relações sociais. **As razões dessa permanência da atribuição do trabalho doméstico às mulheres, mesmo no contexto da reconfiguração das relações sociais de sexo a que se assiste hoje, continua sendo um dos problemas mais importantes na análise das relações sociais de sexo/gênero. E o que é mais espantoso é a maneira como as mulheres, mesmo plenamente conscientes da opressão, da desigualdade da divisão do trabalho doméstico, continuam a se incumbir do essencial desse**

trabalho doméstico, inclusive entre as militantes feministas, sindicalistas, políticas, plenamente conscientes dessa desigualdade. Mesmo que exista delegação, um de seus limites está na própria estrutura do trabalho doméstico e familiar: a gestão do conjunto do trabalho delegado é sempre da competência daquelas que delegam [...]. (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 607-608, grifo nosso).

As autoras afirmaram que existem diferentes modalidades de divisão sexual do trabalho, como o chamado de modelo de “conciliação” da vida familiar e profissional; entretanto, indicaram um novo modelo para as atuais configurações, o chamado modelo de “delegação”. Esse modelo se amolda mais à realidade do aumento de empregos, do “[...] crescimento da categoria de profissões de nível superior e de executivas [...] que acabam delegando as tarefas domésticas e cuidados com a família para outras mulheres” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 604-605). Essa seria mais uma forma de analisar as novas configurações da divisão sexual do trabalho a fim de compreender melhor a situação enfrentada pelas mulheres e buscar soluções.

Não há como negar que a vida pessoal está relacionada à profissional. Dessa forma, foi observado que as mulheres entrevistadas, primeiramente, buscam equilibrar as duas esferas, para, depois, buscar destaque no trabalho, objetivando ascender aos cargos hierarquicamente superiores. De certa forma, os homens se sobressaem na vida profissional porque o tempo para a dedicação ao trabalho acaba sendo maior se comparado com o tempo das mulheres, configurando mais uma dificuldade enfrentada por elas.

Os cargos de comando são, culturalmente, ocupados majoritariamente por homens. Isso acaba sendo mais uma barreira que as mulheres têm que vencer, ou seja, elas precisam dedicar muito mais tempo trabalhando do que os homens a fim de provarem sua competência e obter credibilidade. Somente posterior a isso é que elas assumirão posições hierárquicas maiores. Como já observado, esse tipo de situação se torna mais saliente em setores predominantemente masculinos.

Comparado com as entrevistadas de Erechim, foi verificado que não é diferente. Mesmo identificando nas narrativas das mulheres que os maridos participam das tarefas domésticas e de cuidados com os filhos, a percepção que se teve foi que essa distribuição de tarefas ainda não é uniforme.

Outras barreiras, como manter-se atualizada, falta de conhecimento específico na área, falta de profissionalismo, uso de relações de amizade (por parte de homens) para se promover, foram destacados pelas entrevistadas como sendo fatores dificultadores para a ascensão profissional.

Discriminação velada e discriminação explícita

Partindo do pressuposto de que os conceitos de discriminação e de preconceito não se dissociam, pode-se dizer que isso ocorre quando o indivíduo recebe um tratamento diferenciado e injusto por pertencer a determinado gênero. Nesse caso, as mulheres são consideradas menos capazes e inferiores aos homens, ocorrendo a distinção entre homens e mulheres de forma consciente ou não, causando efeitos que neste trabalho foram intitulados “discriminação velada” e “discriminação explícita”.

A partir das apreciações das entrevistas, as análises possibilitaram a realização de uma abordagem sobre a discriminação⁴ existente, pois a maioria das mulheres entrevistadas, em algum momento da entrevista, narrou um episódio de discriminação sofrido ou viu outra mulher sofrê-lo. Algumas entrevistadas relataram que, no ambiente de trabalho, houve brincadeiras maliciosas envolvendo a questão de gênero. Uma demonstração disso ocorreu com uma entrevistada que afirmou ter vivenciado uma situação de discriminação logo após ter realizado uma boa negociação para a empresa. Colegas de trabalho (homens) lhe disseram:

“Sim, mas ela dá uma cruzada de perna, ela consegue qualquer coisa” (E4).

“Aí eles diziam assim: ‘Tá, qual é a fórmula?’” (E4).

O menosprezo e o deboche pela capacidade de ter um bom desempenho demonstraram a não aceitação por parte do seu colega. Talvez ele não admitisse que uma mulher tivesse uma melhor habilidade para negociação do que ele, dessa forma, verificou-se a violência simbólica descrita por Bourdieu (2015), aquela que não utiliza a força física, mas, sim, busca atingir a mulher psicologicamente para desmoralizá-la, inferiorizá-la.

Uma das entrevistadas (E1) narrou que sentia que o seu superior não gostava de mulher em cargo de chefia. Ele não verbalizava isso, entretanto, ela sentia a repulsa por parte dele. Para Chies (2010), que abordou o tema a identidade de gênero e a identidade profissional, problematizando algumas

4 A partir da obra de Renato da Silva Queiroz (1995), subentende-se que a discriminação está associada com o preconceito, que gera uma diferenciação entre indivíduos ou grupos sociais e possui como lógica a supervalorização de um e inferiorização do outro. A discriminação pode estar baseada em diferenças culturais, de raça, de classe, de sexo, entre outras, ocorrendo por meio de estereótipos, de valores inculcados nos indivíduos que acabam privando direitos daqueles que são considerados inferiores (atribuição de valores negativos). Para o autor: “a palavra discriminação é usada para designar esse tipo de tratamento diferencial, sobretudo naquelas sociedades em que proclama a igualdade de todos por meio de leis e princípios que, na prática, não são obedecidos [...]” (QUEIROZ, 1995, p. 34).

limitações de gênero sofrida pelas mulheres no mercado de trabalho, isso serve para desestimular a mulher a buscar promoções no emprego. A autora tratou do tema voltado para a inserção e o desenvolvimento da carreira profissional da mulher, analisando os estereótipos diferenciadores de gênero e de profissão como geradores de desigualdades no mercado de trabalho.

Outro caso de discriminação explícita encontrado nas entrevistas ocorreu quando outra entrevistada contou que foi surpreendida com a atitude do seu subordinado quando estava verificando o andamento do serviço:

*“E aí [...] ele ouviu eu falar mas não me viu, aí ele comentou com o outro “É... essa aí, que que veio fazer aqui? Ela tinha que ir lá pilotar fogão!” e aí foi muito engraçado... Ele falou assim: “**Duvido que ela suba aqui ô, imagina se vai subir aqui**”. E ainda disse que eu era gorda, eu era gordinha, então você junta tudo, né?” (E1).*

Vale dizer que a discriminação de gênero realizada de forma direta, explícita, é aquela em que o homem verbaliza o que pensa sem deixar nada ficar subtendido.

A discriminação relacionada com a maternidade também surgiu quando uma entrevistada narrou a sua demissão em uma das indústrias do setor metalmeccânico. Ela, inclusive, frisou que essa era uma prática constante naquela empresa (os trabalhadores sabiam).

*“Então, assim ô: **eu senti na carne, não ter a opção de poder... depois de sete anos de empresa, direito de ser mãe**, tendo quase 40 anos. Não ter a opção de poder criar a minha filha e continuar trabalhando no momento que eu mais precisava, né? Ahn... vencida por um machismo, né? Machismo idiota, bobo, né? **Depois que você é mãe... eles demitiram um monte de funcionárias**. Um monte de funcionárias, quem engravidou lá eles demitiram” (E4).*

De acordo com a entrevistada, a discriminação ocorreu de forma velada, porque as pessoas sabiam dessa prática, no entanto, ninguém denunciava por medo de represálias. Até o momento em que trabalhou naquela empresa, a entrevistada disse que o entendimento da administração era que a maternidade atrapalhava no desempenho da atuação da mulher no serviço:

*“[...] que daí não podia mais vender, que daí eu acho... **eu acho que eles acharam que eu não iria ser mais uma mulher competente** [...] Aí enfrentei o perigo do desemprego, né? *Erechim está terrível*” (E4).*

Não conseguir promoção pelo fato de ser mulher também foi algo revelado durante as conversas. A entrevistada revelou ter trabalhado, por muito tempo (sem precisar os anos), exercendo as atribuições e as responsabilidades de gerente. Contudo, durante todo esse tempo, ela permaneceu oficialmente em nível hierárquico abaixo do colega de setor e, por isso, ganhando menos. O motivo dessa não ascensão “oficial” ocorreu em virtude de ela ser a única mulher existente entre os funcionários.

*“[...] Então eu era líder, vamos dizer assim, nunca tive... nunca me davam cargo de gerência, né? [...] eu sou responsável por essa área [...] **funcionalmente sim, mas não remunerada [...] e respondia pelos gerentes.** Por exemplo, uma auditoria chegava, eu respondia por ele, uma consultoria que a empresa contratava, consultores, que eram altos consultores, eu munia de... dos assuntos pra eles” (E2).*

Isso, de acordo com a teoria de Bourdieu (2015), foi considerado como uma característica de submissão porque ocorreu por meio da força simbólica. A força da estrutura de dominação se manifesta na relação desigual de poder existente entre o masculino e o feminino (incorporado historicamente) e, nesse caso, como a própria entrevistada afirmou, o fato de que ser mulher definiu a escolha da pessoa que ocuparia o cargo de gerente.

Considerações finais

A confirmação da existência de discriminação de gênero e da maneira pela qual essa discriminação se manifesta foi um dos principais resultados encontrados. A discriminação de gênero existente ocorreu de forma velada e explícita e possui relação com alguns aspectos da cultura local, ficando evidenciado que comportamentos/atitudes dos indivíduos influenciam na perpetuação dessa desigualdade. Outra barreira destacada está na dificuldade em conciliar a vida privada com a profissional, de modo que se observou nas falas das mulheres entrevistadas ao admitirem se sentir responsáveis pelos cuidados com os afazeres domésticos e com os cuidados da família. Foi possível justificar isso utilizando as contribuições de autores como Joan Scott, Guacira Lopes Louro, entre outros, podendo afirmar que os valores praticados pelo indivíduo no modo de pensar e agir são oriundos da cultura em que estão inseridos e de como eles foram educados na família, na escola e em outras instâncias de socialização, além do convívio na sociedade em que vivem. Uma vez assimilados esses valores, eles são reproduzidos até mesmo no ambiente de trabalho. Outros

desafios identificados versaram sobre a dificuldade que a mulher enfrenta para se manter atualizada, tendo que provar, constantemente, que elas são competentes tanto quanto os homens. Isso se deve à forte cultura machista praticada no ambiente de trabalho na indústria metalmeccânica de Erechim.

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luiz Antero Reto, Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016, vol. I.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Tradução: Maria Helena Kühner. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

BRASIL. **Manual de orientação da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS): ano-base 2016**. Brasília, DF: Ministério do Trabalho, 2016.

BRASIL. **Relação Anual de Informações Sociais**. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e do Emprego, 2018.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CHIES P. V. Identidade de gênero e identidade profissional no campo de trabalho. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 507-528, 2010.

DIAS JÚNIOR, C. S.; VERONA, A. P. Maternidade e trabalho. **Revista Brasileira de Sociologia**, Salvador, v. 4, n. 7, p. 111-134, 2016.

GUIGINSKI, J. T. **Mercado de trabalho e relações de gênero: associação entre a presença de filhos e as condições de acesso ao trabalho das mulheres**. 2015. Dissertação [Mestrado em Demografia] – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho. In: HIRATA, H.; LABORIE, F.; LE DOARÉ, H.; SENOTIER, D. (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009. p. 67-75.

LAPA, T. S. Flexibilidade (ou rigidez) produtiva, condições de trabalho e subjetividade das trabalhadoras em indústrias metalúrgicas de eletroeletrônicos. In: TRÓPIA, P. V.; TOSTA, T. L. D.; GONÇALVES, E.; VANNUCHI, M. L.; SOUZA, M. F. de. (org.). **Mulheres trabalhadoras: (in)visíveis?** Belo Horizonte: Fino Traço, 2016. p. 131-149.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 2013.

LOURO, G. L. Uma leitura da história da educação sobre a perspectiva de gênero. **Revista Proj. História**, São Paulo, n. 11, p. 31-46, 1994.

MANGANELLI, A. **A mão invisível no teto de vidro**. 2012. Dissertação [Mestrado em Economia] – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

QUEIROZ, R. S. **Não vi e não gostei: o fenômeno do preconceito**. 3. Ed. São Paulo: Moderna, 1995.

SOUZA-LOBO, E. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação & Liberdade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SENKEVICS, A. S. **Gênero, família e escola: socialização familiar e escolarização de meninas e meninos de camadas populares de São Paulo**. 2015. Dissertação [Mestrado em Educação] – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica. In: SILVA, T. T.; HALL, S.; WOODWARD, K. (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102.

Recebido em janeiro de 2020.

Aprovado em setembro de 2020.

CRUZADAS DO GÊNERO E GRAMÁTICA NEOCONSERVADORA: CENÁRIOS PÓS-ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2018

Lídia dos Santos Ferreira de Freitas¹
Eliane Gonçalves²

Resumo: Este artigo é recorte de uma pesquisa mais ampla que analisou repertórios de gênero nas eleições presidenciais brasileiras de 2018, a partir dos textos-proposta disponibilizados no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Focamos aqui na agenda ultraconservadora de gênero, sua política paranoide e seu discurso excessivo. Concluímos que a disputa em torno dos sentidos de gênero se tornou central no Brasil nos últimos anos, sobretudo no último pleito, e tal centralidade, ainda que movida por um revés antifeminista, acaba por carregar também o potencial de desestabilizar e incluir no debate público noções antes naturalizadas, como as de feminino e masculino.

Palavras-chave: Gênero; Eleições; Repertórios discursivos; Conservadorismo político.

Abstract: Our article is part of a bigger study that analyzed gender repertoires in the 2018 presidential elections in Brazil, using the texts/proposals available at the website of the Superior Electoral Court (TSE). We focus on the ultraconservative agenda, its paranoid politics and excessive discourse. We concluded that the dispute around the meanings of gender has become central in Brazil, especially in the last elections, and this centrality, although based on an anti-feminist bias, ends up showing a potential to destabilize the public debate and include concepts until then naturalized, such as the concept of feminine and masculine.

Keywords: Gender; Elections; Discursive repertoires; Political conservatism.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-
NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Mestra em Sociologia e doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Federal de Goiás, Brasil. E-mail: lidiaspes@gmail.com. Orcid: 0000-0003-0480-6725

2 Doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Campinas, professora de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, Brasil. E-mail: elianego@ufg.br Orcid: 00000002-7915-0591

Introdução e aporte teórico

“O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”

Michel Foucault, *A ordem do discurso*

O acirramento do debate de gênero no Brasil tem se intensificado bastante desde o processo de impedimento da então presidenta Dilma Rousseff, em 2016, cujo afastamento se deu em uma conjuntura discursiva profundamente sexista. Partindo do amplo potencial da categoria analítica gênero e tendo ciência de como a concepção de gênero afetou os processos políticos no Brasil contemporâneo, a pesquisa da qual este artigo é um recorte teve como objetivo analisar os repertórios discursivos de gênero que se apresentaram nas propostas de governo dos 13 candidatos à presidência do Brasil nas eleições de 2018³. Para este artigo, selecionamos o bloco considerado mais conservador entre as treze propostas oficialmente registradas, formado pelos textos das candidaturas Jair Bolsonaro (PSL), Cabo Daciolo (Patriota) e José Eymael (DC). Tendo em conta as peculiaridades textuais das plataformas políticas e de seus candidatos, podemos concluir que, juntas, essas candidaturas representam a face que mais ameaça as conquistas ainda recentes no âmbito da igualdade de gênero, em sua interface com raça, classe e sexualidade.

Enquanto o texto é individual, o discurso é social, integra uma “formação discursiva”, ou seja, “um conjunto de temas e de figuras que materializa uma dada visão de mundo” (FIORIN, 2012, p. 32). Cada campo político de ideias agrega em torno de si uma semântica discursiva própria, que constrói sentidos particulares a partir de um determinado repertório. Para Spink (2010), repertórios se relacionam a sentidos, sendo que “ao trabalhar com

3 A pesquisa mais ampla – pesquisa qualitativa de base documental e bibliográfica – foi realizada a partir dos textos originais dos planos de governo de cada candidato, cadastrados no site do Tribunal Superior Eleitoral do Brasil, na ocasião de registro oficial de cada candidatura. A partir de leituras transversais e comparadas das propostas de governo, os repertórios foram agrupados e sobre eles foi construída a análise. Foram identificados e classificados três grandes grupos de repertórios de gênero. O artigo aqui apresentado traz a discussão sobre um dos três grupos.

repertórios, estamos trabalhando com a linguagem em uso, e esses usos remetem às consequências sociais” (p. 64).

Ramazanoglu e Holland (2002) sustentam que a perspectiva de gênero oferece uma teoria, uma linguagem e uma política para a compreensão da sociedade, que incluiria reflexões sobre:

Sexualidade e reprodução; diferença sexual, personificação, constituição social de homens, mulheres, intersexuais, outros; masculinidade e feminilidade; idéias, discursos, práticas, subjetividades e relações sociais. Embora o gênero possa ser analisado sob diferentes perspectivas e com diferentes suposições, argumentamos que o conhecimento feminista de gênero deve incluir uma investigação social prática de vidas, experiências, relacionamentos e desigualdades de gênero. Vemos a investigação de semelhanças e diferenças na diversidade de vidas gendradas como um projeto potencialmente radical e emancipatório que o termo ‘gênero’ pode servir. (p. 5)⁴.

Inúmeros outros autores e autoras se dedicaram à tarefa de conceituar “gênero” e o fizeram de diversas maneiras. Gênero como uma categoria analítica útil, que atribui significados às relações de poder na sociedade (SCOTT, 2018); gênero como pedagogia e processo cultural que constrói sujeitos “homens” e “mulheres” a partir de instituições como família, escola, igreja, direito e medicina (LOURO, 2008); gênero como tecnologia social, representação e produto de “discursos, epistemologias e práticas institucionalizadas, bem como das práticas da vida cotidiana” (LAURETIS, 1987, p. 208); gênero como performance do masculino ou do feminino, aprendida, policiada e repetida diariamente (BUTLER, 2012); ou ainda, gênero como o sistema que define um sujeito essencial e universal (o homem), em oposição a um objeto inessencial e secundário (a mulher, sendo ela o próprio sexo) (BEAUVOIR, 1980) – ainda que Simone de Beauvoir desconhecisse a terminologia “gênero” à época e tenha trabalhado apenas com a categoria sexo.

Aprender seu lugar em um mundo gendrado (*gendered*) envolve adequar-se a técnicas corporais que estilizam os corpos, a um repertório linguístico e simbólico particular, à fala pública ou ao silenciamento e a um lugar na reprodução.

4 “Sexuality and reproduction; sexual difference, embodiment, the social constitution of male, female, intersexual, other; masculinity and femininity; ideas, discourses, practices, subjectivities and social relationships. While gender can be analyzed from differing perspectives and with differing assumptions, we argue that feminist knowledge of gender should include practical social investigation of gendered lives, experiences, relationships and inequalities. We see the investigation of similarities and differences across the diversity of gendered lives as a potentially radical and emancipatory project that the term ‘gender’ can serve” (p. 5).

Katherine Mackinnon (1995) também nos oferece definições que ajudam a pensar a dinâmica do gênero, sobretudo no campo político-institucional. Para a pesquisadora, a diferença sexual está amparada em um sistema de poder – o sistema sexo/gênero – que hierarquiza o mundo social, no qual o masculino se converte em sujeito ativo que conhece e age, ao passo que o feminino é o objeto passivo a ser conhecido e agido sobre, e ainda assim, “o Estado participa na política sexual de domínio masculino aplicando sua epistemologia através da lei (p. 12)⁵. A autora sustenta que o poder do Estado e o poder do direito (da lei) se confundem com o poder masculino.

A hierarquia representada pelo próprio sistema sexo/gênero e sistematizada em leis, práticas e costumes orientados por tal epistemologia masculinista, produziria e reproduziria, então, o “gendramento” dos sujeitos no processo de socialização. Disso decorre a definição de papéis e possibilidades de existência diferentes para homens e mulheres, criando uma perspectiva epistemológica na qual a objetividade, a razão e o universal estão vinculados ao masculino; e a emoção, o particular/específico, a natureza e o corpo (portanto, também o sexo) estão vinculados ao feminino – discussão encontrada também em Susan Okin (1992).

Pensando a partir de tais autoras, é possível concluir que a divisão sexual da política produz, portanto, duas categorias de sujeitos: 1. cidadãos que deliberam (homens); e 2. objetos de regulamentação, sobre os quais se delibera e sobre os quais se aplica a lei masculina (mulheres).

Alinhada a este argumento de que o gênero modula as relações sociais, Joan Scott (1990) convida os historiadores e historiadoras a compreenderem como “a política constrói o gênero e o gênero constrói a política” (p. 89). Scott define gênero a partir de quatro elementos interconectados: os “símbolos culturalmente disponíveis”, os “conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos”, uma referência às instituições e à organização social a partir de uma aparência de “permanência intemporal na representação binária do gênero” e, por fim, a identidade subjetiva.

A obra de Scott (1990) nos apresenta a tese, muito pertinente para o momento político atual, de que tendências ultraconservadoras com duras consequências para a experiência e autonomia das mulheres aparecem mais fortemente em momentos de crise de modelos políticos societários. A autora afirma:

5 “el Estado participa en la política sexual del dominio masculino, aplicando su epistemología a través de la ley” (p. 12).

A conexão entre os regimes autoritários e o controle das mulheres tem sido observada, mas não tem sido estudada a fundo. No momento crítico para a hegemonia jacobina, durante a Revolução Francesa, no momento em que Stalin se apoderou do controle da autoridade, na implementação da política nazista na Alemanha ou no triunfo do Ayatolá Komehni no Irã, em todas essas circunstâncias, os governantes emergentes legitimaram a dominação, a força, a autoridade central e o poder dominante como masculinos (os inimigos, os forasteiros, os subversivos e a fraqueza como femininos) e literalmente traduziram esse código em leis que puseram as mulheres no seu lugar (interditando-lhes a participação na vida política, declarando o aborto ilegal, impedindo o trabalho assalariado das mães, impondo códigos de trajar para as mulheres). (p. 91).

Rebecca Pearse e Raewyn Connell (2015) definem gênero como “a estrutura de relações sociais que se centra sobre a arena reprodutiva e o conjunto de práticas que trazem as distinções reprodutivas sobre os corpos para o seio dos processos sociais” (p. 48), de forma que as mulheres obtêm menos recursos simbólicos e materiais ao longo da vida. As autoras refletem ainda sobre como fenômenos políticos e econômicos amplos estão associados ao gênero, apontando – assim como Joan Scott (1990) – como muitos momentos históricos de crise e de transição de regimes políticos em diversas sociedades foram acompanhados por retrocessos para as mulheres e para os sujeitos LGBTQI+.

Recorrendo à Irina Novikova, Connell e Pearse (2015) discutem como, por exemplo, após a dissolução da União Soviética, países como a Letônia retornaram a “modelos de gênero surpreendentemente arcaicos” (p. 70) para construir uma nova identidade nacional que permitisse a transição política. Essa nova identidade se definia por uma “masculinidade severa e agressiva” que substituiu a igualdade de gênero no país por um “patriarcado militante” (p. 71). Connell e Pearse apontam como os direitos das mulheres e de outras minorias nunca estão garantidos, sendo os primeiros a serem negociados ou abandonados em contextos de crise. Toda crise representa o tensionamento de uma determinada ordem social aparentemente estável, de forma que discursos de retorno ao tradicional nas relações de gênero e na família podem aparecer, assim, como soluções de retorno a algum tipo de ordem em meio à instabilidade sentida diante de transformações político-sociais rápidas e intensas.

Embora Brasil e Letônia guardem grandes diferenças em relação à formação da nação, à composição étnico-cultural, à consolidação da democracia

e aos níveis de desigualdade social, entre outros fatores, a noção de apelo a um passado idílico no qual haveria uma ordem moral “natural” e uma família patriarcal funcional (que teria sido supostamente corrompida nos últimos anos pelo Partido dos Trabalhadores (PT) – “corrupção” aqui pensada em sentido lato) também emerge no Brasil. O processo ocorreu fortemente a partir das eleições de 2010 e se intensifica com a crise política instaurada com o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, se desenvolvendo como relevante percepção coletiva nas eleições de 2018 – o que parece ter contribuído para a vitória de Jair Messias Bolsonaro.

O sentimento anti-gênero e anti-feminista que parece direcionar o termômetro político no Brasil recente está cercado de discursos sobre o retorno do “macho” ao poder e o retorno da mulher ao seu suposto lugar na casa e na família. Figuras como o presidente eleito e os seus seguidores mais entusiasmados representam na América do Sul a masculinidade agressiva e o patriarcado militante, encontrados no contexto da Letônia de transição ou no contexto atual de países como os Estados Unidos da América, Hungria, Rússia, Polônia e Filipinas, que também possuem governos de extrema-direita, com lideranças masculinas que assumem um discurso abertamente misógino (Donald Trump, Victor Orbán, Vladimir Putin etc.).

Contexto global e local

As tendências nacional-conservadoras assumidas pelas novas direitas em todo o mundo nos últimos anos são anti-republicanas (negam o contrato da democracia representativa liberal), desdemocratizantes e promovem uma hipermoralização da realidade (CHALOUB; LIMA; PERLATTO, 2018). Sentimentos e manifestações anti-globalistas, que nos anos 1990 eram protagonizados através de repertórios progressistas de esquerda – protestos em Seattle (EUA), Fórum Social Mundial etc. – e que decorrem da legítima percepção da violência econômica, simbólica e militar promovida contra os mais vulneráveis nas últimas décadas de globalização de capitais e de desmonte da social-democracia, passam agora a ser canalizados pela extrema-direita. O projeto das direitas teria conseguido, com mais eficácia que o das esquerdas, direcionar essas frustrações parcialmente legítimas a partir de um discurso pretensamente antissistêmico, convencendo a população de que o *stablishment* que as prejudica e o “inimigo público” a ser combatido não são os especuladores financeiros de *Wall Street* ou os estadistas que aplicam políticas de austeridade a partir dos interesses dos

milionários de Davos, mas sim a política de tolerância multicultural e de diversidade sexual.

Em publicação recente, Arjun Appadurai (2017) interpreta os novos populismos de direita como resposta a um sentimento de “fadiga democrática”, que estaria sendo experimentado por populações duramente afetadas pelos efeitos da globalização financeira, dos choques de austeridade impostos por organismos internacionais e elites nacionais e da redução de proteções sociais. Para Streeck (2017), a lógica do Estado de bem-estar social teria sido progressivamente substituída pela filosofia da austeridade permanente, criando multidões de desempregados, sem acesso à assistência social compensatória. Appadurai (2017) sustenta que esses sujeitos, excluídos das benesses da globalização, desiludidos com o modelo de democracia representativa liberal e com o que ela já não pode mais entregar, utilizariam seu próprio voto para “escapar” da democracia (*vote out of democracy*), levando ao poder lideranças autoritárias e com discurso moral conservador. Repertórios antiglobalistas, majoritarianistas (antiminorias), antisseculares e anticosmopolitas redirecionam as frustrações populares para os direitos e políticas favoráveis a minorias sociais como mulheres, negros, populações originárias, LGBTQI+, muçulmanos e imigrantes, que passam a ser associados discursivamente à corrupção das elites e à corrosão do tecido social.

Voltando à cena brasileira atual, observamos uma radicalização de posturas de purificação cultural e a ascensão do que poderia ser chamado de patriarcado militante. Os avanços nos direitos das mulheres e a disseminação da pauta feminista e LGBTQI+ possivelmente têm sido lidos como ameaça para a masculinidade hegemônica, levando homens a adotarem uma posição defensiva ultraconservadora e ultratradicional para impedir a suposta desintegração de masculinidades tradicionais e dos papéis sociais associados ao gênero. O medo da feminização se traduz, em alguns casos, em violência contra os sujeitos considerados “desviantes”. Para a pesquisadora Kristina Hinz (2018), a crise econômica atravessada pelo Brasil deixou muitos homens desempregados e incapazes de cumprir sua suposta função de provedores de suas famílias, além disso, as crescentes transformações culturais nas relações de gênero têm levado alguns homens a um ressentimento contra perspectivas feministas. A autora relaciona esse fenômeno à grande adesão masculina⁶ à figura de

6 BRAMATTI, D. Apoio a Bolsonaro é maior entre homens, mostra pesquisa. **Uol**, São Paulo, 21 ago. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3iGRNyD>. Acesso em: julho 2020.

Jair Bolsonaro: “Após a passagem do furacão da Primavera Feminista, Jair Bolsonaro representa a última tábua de salvação de um modelo de masculinidade que afundou faz algum tempo. E deixou várias gerações de homens boiando em mar aberto” (n.p.).

Em 6 de novembro de 2017, a participação da filósofa feminista estadunidense Judith Butler em um seminário sobre democracia em São Paulo, atividade acadêmica outrora trivial e de pouco apelo midiático, produziu um intenso debate público, mobilizando grandes ansiedades sociais sobre gênero. Poucos meses antes de sua visita ao Brasil, uma exposição de arte intitulada *Queer Museu*, no Centro Cultural Santander, se tornava o centro de uma celeuma nacional. Desde o final de 2016 e ao longo dos anos de 2017 e 2018, Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas em todo o Brasil têm pautado⁷ restrições legais à discussão sobre gênero e sexualidade no currículo escolar. A ação coordenada da bancada religiosa no Congresso Nacional, por sua vez, obteve sucesso em sua tentativa de retirar do novo Plano Nacional de Educação, em 2017, as referências a gênero, diversidade e orientação sexual. Já em 2019, uma HQ disponibilizada na Bienal do Livro do Rio de Janeiro foi censurada pelo prefeito Marcelo Crivella por conter a imagem de um beijo entre dois rapazes. No mesmo mês, o governador de São Paulo, João Dória, ordenou o recolhimento de apostilas do ensino fundamental pela simples presença de um texto científico que explicava os conceitos de identidade de gênero e de orientação sexual.

O que tais eventos recentes no Brasil possuem em comum é uma cosmovisão tradicional, heterossexista e familista sobre as relações de gênero, além de serem todos voltados à conservação de tal ordem hegemônica de gênero a partir da mobilização de afetos políticos que podem ser pensados dentro da matriz conceitual dos “pânicos morais” (WEEKS, 1989). A atual conjuntura de produção de medos contra a teoria de gênero, os feminismos e a pauta de direitos das mulheres e direitos LGBTQI+, sob a pecha de “ideologia de gênero”, se intensificou progressivamente a partir do processo de afastamento da ex-presidenta Dilma, culminando no repertório político de guerras

7 Como exemplo, citamos três casos de legislações locais que foram contestadas e foram a julgamento recentemente no Supremo Tribunal Federal, neste ano de 2020 (ano de revisão deste artigo): lei aprovada no município de Ipatinga-MG, que vetava referência à diversidade de gênero e orientação sexual; lei aprovada no município de Foz do Iguaçu-PR, que vetava qualquer menção a gênero na educação municipal; e lei aprovada no município de Novo Gama-GO, com orientação semelhante às outras duas mencionadas. O STF considerou as três legislações inconstitucionais.

culturais⁸ encontrado nas plataformas eleitorais de Jair Bolsonaro e de outros candidatos alinhados à extrema-direita, o que também se vê na linha de ação implementada pelo ex-deputado após sua posse como presidente.

O pânico moral produzido pela ideia de que haveria, na sociedade, a difusão de uma perigosa “ideologia de gênero”, que levaria ao fim da família e da homossexualidade, oferece combustível ao crescente tom de ultraconservadorismo e de hipervirilidades no discurso de figuras públicas da direita. O funcionamento das redes digitais, movidas pela economia do engajamento e pela radicalização de posições como vetor de comunicação, parece contribuir para esse cenário, sobretudo a partir de notícias falsas (*fake news*). Flávia Biroli (2017) sustenta que a conjuntura conservadora em relação a gênero que se observa no Brasil no período pós-impeachment é parte de uma tendência continental:

Os direitos das mulheres e das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgênero (representadas pela sigla LGBT), os movimentos e as organizações que atuam nessas frentes, assim como os debates e produção de conhecimentos que suscitam, são um dos alvos preferenciais das investidas reacionárias na crise atual das democracias na América Latina. O combate reacionário à igualdade de gênero é um dos eixos significativos dessas investidas. (BIROLI, 2017, p. 90).

Débora Messenberg (2017) sustenta que os discursos das novas direitas se conformam em campos semânticos que operam através de “ideias-força” regularizadas e repetidas. A “ideologia de gênero” se tornou a ideia-força por excelência quando pensamos – no Brasil – a crítica de setores conservadores em relação a novas formas de pensar identidades, sexualidade, parentalidade, conjugalidade e relações de gênero como um todo. Outras ideias-força que emergem no campo semântico que aqui analisamos, e que foram mapeadas pela autora como parte do repertório do “conservadorismo moral”, são as ideias de “família tradicional”, “fé cristã”, “patriotismo” (frequentemente vinculado também ao militarismo) e “anticomunismo”. Messenberg (2017, p. 637) defende ainda que tais ideias-chave conservadoras podem ser compreendidas

8 Conceito elaborado por James D. Hunter na obra *Cultural Wars*, de 1991, e que tem sido recuperado frequentemente na última década, sobretudo em análises sobre contextos de ascensão das novas direitas. Eduardo Wolf (2019) descreve guerra cultural como “um tipo especial de tensão social e política em determinada sociedade. Como o nome diz, esse conflito ocorre na dimensão da cultura – da produção artística, pensamento e reflexão, no universo dos valores e símbolos. Não é como uma guerra civil, que representa um estágio avançado de deterioração do quadro social e institucional. Tampouco se reduz a um conflito de facções partidárias. Justamente por ser um fenômeno do campo da cultura, podemos perceber sua presença de maneira ampla e difusa na sociedade” (n.p.).

como “forma de resistência às transformações promovidas pela sociedade moderna (expansão dos direitos individuais, secularização e cosmopolitismo)”.

Diante do contexto acima exposto, passamos a tratar da análise do repertório discursivo encontrado nas propostas de governo de Jair Bolsonaro (PSL), Cabo Daciolo (Patriota) e Eymael (Democracia Cristã) no pleito de 2018. Os três candidatos partem dos repertórios da família, da moral, da decência, da ordem e do patriotismo para apontar a esquerda, a teoria de gênero e os feminismos como inimigos da nação. Nessa plataforma discursiva, o gênero como construção social é negado, e encontramos uma visão essencialista, nas quais os conceitos de sagrado, verdade e ideologia são intensamente mobilizados.

Cidadania religiosa e cruzadas anti-gênero

Ao lado de Jair Bolsonaro (PSL), outros dois candidatos à presidência da república apresentaram, em 2018, uma plataforma discursiva que sustentava o essencialismo de gênero: José Maria Eymael (Democracia Cristã) e Cabo Daciolo (Patriota). Daciolo começa sua carreira política no PSOL, ganhando notoriedade por seu protagonismo na greve dos bombeiros cariocas, em 2011, caminhando, então, gradativamente para a direita conservadora, sustentado em um discurso vinculado ao neopentecostalismo. A proposta para um possível governo de Cabo Daciolo (Patriota) conta com 16 páginas e o curioso título *Plano de nação para a colônia brasileira* (DACIOLO, 2018), justificado pela retórica histriônica e conspiratória que o candidato adotou em todas as suas manifestações públicas de campanha.

A proposta de governo da candidatura Eymael (DC) – advogado, empresário, ex-constituente e ex-deputado federal do Rio Grande do Sul, que já se lançou cinco vezes como candidato à presidência da república – contém nove páginas, sob o título *Diretrizes gerais de governo para construir um novo e melhor Brasil* (EYMAEL, 2018). Já o plano de governo da candidatura Jair Bolsonaro (PSL) – militar da reserva, ex-deputado e atual presidente do Brasil, nascido em São Paulo – possui 81 páginas e leva o título de *O caminho da prosperidade* (BOLSONARO, 2018).

Durante a campanha eleitoral de 2018, Carlos Bolsonaro, um dos filhos do presidente eleito, declarou em uma publicação na rede social Twitter que toda pessoa contrária à candidatura de seu pai só poderia ser

“puta, viado ou bandido”⁹. A frase não poderia ser mais representativa dos sujeitos eleitos como inimigos da nação na semântica discursiva ultraconservadora, politicamente incorreta e espetacularizada do bolsonarismo: quem está contra Bolsonaro, estaria contra os interesses do próprio país. Se nação e família tradicional estiveram sempre conectados na construção patriarcal da ideia de Brasil chegamos, em 2018, ao limite dessa noção, na medida em que LGBTQI+ e mulheres que não vivem de acordo com a moral conservadora hétero-familista passam a ser vistos como não brasileiros, ou mesmo como antibrasileiros.

“Bandidos, putas e viados” são subtipos do velho e conhecido *outsider social* “vagabundos”, podendo encarnar diversos sentidos, explícitos e implícitos, na rede discursiva do senso comum nacional. No Brasil, como nos lembra Rosana Pinheiro-Machado:

‘Vagabundo’ é um significante vazio que pode abarcar muita gente: ambulantes, desempregados, pessoas em situação de rua, pobres, nordestinos, putas, LGBTs, ativistas, bandidos. O que define o vagabundo não é o trabalho, honestidade ou esforço de um sujeito, mas relações de poder estruturadas no eixo raça, classe e ideologia. (2019).

“Bandidos”, “marginais” e “vagabundos”, são signos que compõem o núcleo duro do repertório discursivo do conservadorismo. Eles podem ser os negros e negras periféricos, a travesti precarizada, o indivíduo que ocupa uma terra improdutiva no campo ou um prédio abandonado na cidade para garantir sua sobrevivência, o jovem que não limita suas experiências sensoriais pelo proibicionismo, a mulher que realiza clandestinamente a interrupção de uma gestação indesejada, ou o professor que participa de uma manifestação de rua. Prazer, culpa, ócio, fruição e sacrifício são as categorias morais presentes na oposição entre “cidadão de bem” e “vagabundo”. A retórica da extrema-direita que assumiu o poder no Brasil parte dessa noção de um país dividido entre os patriotas (“cidadãos de bem” que apoiam a visão conservadora em relação a costumes e ultraliberal na economia) e os antipátria (“putas”, “viados”, “bandidos”, “vagabundos”, “feministas” e “esquerdistas”). Como afirma Edson Teles (2018, p. 70):

9 Utilizamos aqui a grafia da palavra com “i” e não “e”, pois assim ela é utilizada popularmente para se referir de forma pejorativa a homossexuais masculinos.

O pano de fundo da militarização na história recente é a ideologia do inimigo interno elaborada na ditadura e potencializada nas últimas décadas. A democracia manteve a concepção de segurança pública como a guerra contra o inimigo, este variando entre ‘bandidos’, militantes de movimentos sociais, jovens negros e pobres, loucos, traficantes, pessoas LGBTI+, indígenas. (2018, p. 70).

Tendo em vista o contexto político-social que propiciou o surgimento do bolsonarismo, o que entendemos aqui desse conceito? A antropóloga Rosana Pinheiro-Machado (2018) define bolsonarismo como uma categoria que teria ultrapassado a própria figura de Jair Bolsonaro, correspondendo a “uma nova roupagem do discurso conservador” no Brasil (p. 2). Em pesquisa realizada em bairros periféricos de Porto Alegre, entre 2013 e 2017, Rosana Pinheiro-Machado e Lucia Mury Scalco (2018) observaram como jovens rapazes teriam aderido ao bolsonarismo por se sentirem inseguros em relação às expectativas e processos recentes de questionamento das masculinidades hegemônicas, sobretudo com o *boom* feminista dos últimos anos:

Um dos fatores que nos parece decisivo para a formação de uma juventude bolsonarista é justamente essa perda de protagonismo social e a sensação de desestabilização da masculinidade hegemônica. Isso fica bastante evidente em nossas rodas de conversa mais descontraídas, quando os meninos recorrentemente chamam muitas meninas de ‘vagabundas’ e ‘maconheiras’. Tal modo pejorativo não é nenhuma novidade na sociabilidade juvenil – a diferença é que agora muitas dessas meninas reivindicam um papel político e público de forma mais contundente. (PINHEIRO-MACHADO; SCALCO, 2018, p. 9).

Em sua obra *Angry white men: American masculinity at the end of an era*, Michael Kimmel (2013) argumenta que o discurso conservador de extrema-direita, tão apelativo ao que chama de “homem branco enraivecido”, passa pela noção de que é preciso restaurar a masculinidade, a branquitude e o próprio país. O slogan de Trump, *Make America great again* (Tornemos a América grande de novo), teve eco também na campanha de Jair Bolsonaro no Brasil, com os dizeres “Queremos um Brasil grande de novo”. Como sustenta Kimmel, a frase de efeito sobre devolver a nação a um suposto passado idílico esconde, na verdade, o significado sublimado (percebido pelo eleitor mais radicalizado) de um retorno a um passado no qual homens, brancos e possuidores (aqueles com patrimônio) não teriam seus privilégios ameaçados ou contestados por mulheres, negros, indígenas e outras minorias.

Para Daniel Welzer-Lang, a masculinidade em seu padrão heterossexista é um “modelo político de gestão de corpos e desejos” (2001, p. 468). O repertório masculinista do bolsonarismo, que parte da constante ativação de pânicos morais e de um discurso do excesso (BARROS, 2016), se ancora em uma política paranoide (KIMMEL, 2013). Michael Kimmel define política paranoide como aquela promovida a partir de dispositivos psicológicos que utilizam narrativas conspiratórias, como a noção de que um certo plano malévolo (até diabólico, no discurso neopentecostal, por exemplo) teria infiltrado o governo e as instituições, tornando necessária uma ação drástica para nos salvar do perigo apocalíptico. No caso da campanha de Jair Bolsonaro no Brasil, é possível ver como o medo e a paranoia são mobilizados utilizando a propagação alarmista de narrativas falsas e exorbitantes, como a ideia de que o PT desejaria ter o poder para infiltrar o comunismo no país, ou como a insistência nos riscos de um suposto e escandaloso “kit gay” sendo distribuído pelo próprio governo nas escolas, para perverter crianças.

A ideia de perversão de menores é uma ferramenta utilizada pela política paranoide de extrema-direita há décadas. Foi um argumento frequente contra a homossexualidade nos anos 1960 e 1970 e, mais recentemente, foi mobilizada nas campanhas nacionais contra o casamento igualitário e a adoção de crianças por casais homoafetivos na França e na Itália. O segmento bolsonarista acusa frequentemente a esquerda (percebida por eles como dominante entre a categoria dos professores) de perverter alunos do ensino básico com discussões supostamente precoces sobre gênero e sexualidade. Mais recentemente, uma série de *fake news* acusando a esquerda de supostamente apoiar a “legalização da pedofilia” tem circulado nas redes digitais. Nota-se, portanto, como a política paranoide precisa criar narrativas cada vez mais grandiosas, mais aberrantes e mais agressivas para se sustentar.

Redes sociais como Facebook, ferramentas como YouTube e aplicativos como WhatsApp, devido ao seu próprio modelo de negócios baseado no número de cliques/acessos, tendem a ampliar justamente os enunciados excessivos/hiperbólicos, bastante característicos dos discursos de extrema-direita. Conforme ressaltam Pinheiro-Machado e Scalco (2018) sobre o papel da internet na adesão ao bolsonarismo: “O que é interessante perceber é que essa ética do apelo à ordem, que parece tão pouco transgressora para uma vivência juvenil, na verdade vem embrulhada em um pacote estético de memes, piadas e uma gramática de internet que consegue atingir os jovens” (p. 10).

Diversas informações extravagantes e infundadas integram a proposta de governo de Jair Bolsonaro. Teorias conspiratórias são apresentadas pelo bolsonarismo como “fatos”, enquanto fatos históricos comprovados (como as torturas e desaparecimentos na ditadura militar brasileira) e produções de conhecimento elaboradas com rigor científico são colocados sob suspeita, acusadas de serem “ideológicas”. A “verdade”, na retórica bolsonarista, deixa de ser construída sobre as bases da confiança nas instituições seculares e na ciência e passa a depender de quem a enuncia. Verdadeiro ou factual é aquilo que é enunciado pelos agentes de confiança, ou seja, por pessoas vinculadas à direita e ao tradicionalismo cristão-familista. Do outro lado, ideologia/falsidade é tudo que é proferido pelos agentes chamados de “esquerdistas” (feministas, LGBTQI+, integrantes de movimentos sociais, parlamentares de partidos de esquerda, social-democratas e até liberais moderados). Nota-se que essa retórica se apropria dos mesmos elementos da crítica pós-colonial e pós-estruturalista da ciência ocidental, mas para atacar parte dos sujeitos subalternos, já excluídos dessa ciência hegemônica. A anti-ciência parece ser, assim, a epistemologia do bolsonarismo.

Como sustentam Jorge Chaloub, Pedro Lima e Fernando Perlatto (2018), “uma perspectiva profundamente crítica da história nacional” e afeita a “teorias da conspiração” (p. 12) faz parte da linguagem da direita contemporânea. Os autores destacam ainda como esse estilo argumentativo é inspirado nos polemistas norte-americanos de extrema-direita. A influência dos padrões discursivos da *alt-right* estadunidense nas eleições de 2018 no Brasil ficou evidente não só pela presença da Cambridge Analytica e pelas relações de Steve Bannon com a família Bolsonaro, mas pela adoção de repertórios temáticos do *Tea Party* e de slogans típicos de movimentos norte-americanos como o anti-imigração, os supremacistas brancos, os ativistas pelos chamados “*men’s rights*”, ou direitos dos homens, e os apoiadores de Donald Trump.

Entre o sagrado e o profano: três propostas de governo

Regina Facchini e Horacio Sivori (2017, p. 7) destacam que as novas mobilizações políticas de direita acontecem a partir de uma “cidadania religiosa”, que seria a imbricação das figuras do “cidadão” e do “crente” na defesa de uma comunidade moral ameaçada pela “ideologia de gênero”. No caso brasileiro, a cidadania religiosa mobilizada em 2018 mescla a ideia de bom

cristão com a ideia de boa política, de política não corrupta, jurando sob a Bíblia Sagrada – e não mais sob a Constituição – as promessas de campanha.

José Eymael é filiado a um partido cujo nome já indica um projeto de “Democracia Cristã”, ou seja, o próprio vislumbre de uma experiência institucionalizada de cidadania religiosa. Cabo Daciolo ficou conhecido no período eleitoral pela repetição do slogan “Glória a Deus” e o texto de sua proposta de governo defende que o país deve ser reconstruído sobre “bases que honrem a Deus”, encerrando o capítulo de apresentação com os dizeres “Toda honra e toda glória sejam dadas ao nosso senhor Jesus Cristo! Amém” (n.p.). De forma semelhante, Jair Bolsonaro se elegeu com o mote “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, posicionado como cabeçalho em todas as páginas do texto da proposta de governo. A página de abertura da proposta cita um versículo bíblico do livro de João: “E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará” (8:32). Como afirmamos, a ideia de verdade, em oposição à “ideologia”, é um recurso muito relevante no discurso maniqueísta do bolsonarismo. Ao longo de todo o texto da proposta do PSL, imagens de mãos que parecem rezar ilustram as páginas. Em alguns casos, são mãos adultas que seguram a pequena mão de uma criança (referência à ideia de família, defendida intensamente pelo candidato); em outros trechos, são mãos que se abrem mostrando as palmas, remetendo às conhecidas imagens sacras das mãos de Cristo.

A íntima fusão entre cidadania e lealdade religiosa (cristã) está bastante presente nos discursos dos candidatos aqui analisados. A própria soberania da nação, enquanto delicado entrelaçamento de poderes que tem por missão a garantia do Estado Democrático de Direito, é rebaixada diante da figura de “Deus”, que estaria “acima de todos”. O trecho “Bem-aventurada é a nação cujo Deus é o senhor” (Salmos 33:12) fecha a proposta de governo da candidatura Cabo Daciolo. O político chegou a propor, durante seu mandato como deputado federal, que se incluísse “uma nação sob Deus” na abertura da Constituição Federal do Brasil, um dos episódios que levou à sua saída do PSOL.

No repertório discursivo da cidadania religiosa a ideia de justiça social, perspectiva sempre almejada pelos eleitores e frequentemente propagandeada pelos candidatos em eleições anteriores, é substituída pela noção de justiça divina. O vocabulário dos direitos é substituído pela ideia de “valores” e de “sagrado” (dentro de uma moral cristã); e a “decência” é evocada, não só como signo de ética na política e responsabilidade com a coisa

pública, mas também em um sentido moral mais amplo, com uma implícita referência a costumes.

O texto vinculado a Cabo Daciolo (2018, n.p.) afirma: “O Brasil não é uma anarquia. É um país de decência e ordem”. O texto da candidatura Jair Bolsonaro (2018, n.p.) se inicia propondo “um governo decente, diferente de tudo aquilo que nos jogou em uma crise ética, moral e fiscal”. Considerando a importância que o gênero assumiu na campanha, a “anarquia” e a crise “moral” a que se referem os candidatos podem ser lidos aqui como a tolerância à diversidade sexual e o questionamento dos papéis tradicionais de gênero. Imoralidade e indecência aparecem na retórica aqui em questão, associadas tanto a situações de corrupção, quanto à liberdade sexual e modos alternativos de viver as relações de gênero. Podemos afirmar que o signo “corrupção”, que domina o debate público desde 2014, se torna altamente polissêmico, associando-se não só à corrupção estatal (atos ímprobos praticados por agentes públicos), mas também à corrupção moral (entendida como o pecado da fruição do corpo e do desejo de forma não conformada à cis-heterossexualidade monogâmica).

Substituindo a ideia mais ampla de cidadania (do repertório dos direitos humanos individuais e sociais) pela noção de “moral”, em um resgate da retórica militarista¹⁰, conservadora e ufanista do período ditatorial, encontramos nas propostas de governo dos candidatos Eymael e Cabo Daciolo, e em declarações de Jair Bolsonaro, propostas de intervenções no currículo escolar do ensino básico a partir da defesa de tal moral e do civismo. No tópico sobre educação, a proposta Eymael (2018) de governo propõe “introduzir, no ensino fundamental, a disciplina Educação Moral e Cívica” (p. 4), curso imposto nos anos de chumbo e que substituiu, naquele período, disciplinas mais críticas como Sociologia e Filosofia. A noção de uma necessidade de moralização da sociedade, começando pelas crianças no espaço escolar, onde elas estariam sujeitas – desde a gestão petista – a uma suposta perversão sistemática a partir do “gramscismo”, da “ideologia de gênero” e do “marxismo cultural” (proposta de governo de Jair Bolsonaro), é bastante presente. O termo “bolchevismo cultural” emerge discursivamente na Alemanha nazista e, de acordo com Carapanã (2018), ressurgiu mais recentemente a partir do seguinte contexto:

10 O militarismo no contexto do bolsonarismo assume uma identificação particular com as forças de segurança pública locais (polícias militares). A doutrina de segurança nacional e uma política de “lei e ordem”, herança da ditadura civil-militar no Brasil, se perpetuam na filosofia e na ação das polícias militares estaduais, associada também ao punitivismo penal.

Quem trouxe a narrativa do marxismo cultural de volta ao *mainstream* político foram dois ideólogos conservadores norte-americanos: Pat Buchanan e William S. Lind. Ambos fizeram parte de um esforço para criar um “conservadorismo cultural” como estratégia eleitoral. Com o iminente fim da Guerra Fria era necessário criar uma estratégia eleitoral que estivesse afastada do debate econômico, já que o liberalismo se tornara consenso na direita e na esquerda anglo-saxãs. Lind achava que era mais importante que os conservadores abraçassem uma polícia mais centrada em valores culturais (educação, família, moralidade). A ideia de um “marxismo cultural” criava um adversário comunista praticamente onipresente: na educação pública, na mídia, nos ativistas dos direitos civis, na indústria do entretenimento, etc. (p. 39).

O texto da candidatura Jair Bolsonaro propõe: “Mais matemática, ciências e português, sem doutrinação e sexualização precoce” (2018, n.p.). Dentro dessa retórica, o campo das ciências humanas como um todo se torna uma grande “perversão”. Estudar e ensinar humanidades passa a ser, em si, uma indecência, uma corrupção. Frequentemente a categoria gênero tem sido associada diretamente à noção de erotização de crianças e adolescentes, em um claro exemplo de discurso do excesso e política paranoide – como discutido anteriormente. A acusação de que a esquerda promoveria nas escolas e universidades uma “doutrinação ideológica” acompanha cotidianamente o discurso bolsonarista. Sobre o papel importante das escolas e da educação no repertório discursivo da extrema-direita, Chaloub, Lima e Perlatto (2018) afirmam:

A linguagem neoconservadora defende uma radical separação entre o Estado e a formação dos valores, mesmo os fundamentos para uma ordem republicana. Rompem-se os vínculos entre educação e cidadania, que remetem ao Rousseau do Emílio. Em tal discurso, a educação perde qualquer função de formação de cidadãos e construção de grandes debates públicos e passa a ser vista como transmissão de uma série de técnicas, como é a intenção de propostas como o “Escola sem Partido”, fortemente abraçado pela bancada evangélica no congresso, hoje um dos protagonistas da linguagem neoconservadora. Em chave antirepublicana, o neoconservadorismo recusa a noção de esfera pública e reserva suas reflexões ao terreno exclusivo da religião e da família. (p. 11).

Aqui, com o gênero ocupando o lugar do profano e o sagrado é frequentemente lembrado e associado principalmente à ideia de família (tradicional) e de reprodução heterossexual. A proposta de governo de Cabo Daciolo (Patriota), em um parágrafo sobre a família, afirma que sujeitos

“sorrateiros” querem “destruir o que há de mais sagrado na sociedade, simplesmente para dominar e oprimir” e conclui afirmando que isso seria a “desmoralização da pátria” (DACIOLO, 2018, n.p.) – a ideia de dominação e opressão por meio da “ideologia” de esquerda ou de gênero que aparece aqui é bastante semelhante ao discurso de “submissão ideológica” e de Brasil escravizado pela “ideologia” que encontramos em Jair Bolsonaro. Para o ex-bombeiro, o Estado deve “oferecer à sociedade brasileira condições para que a família se mantenha nos padrões para os quais foi por Deus estabelecida” (n.p.). Condenando a descriminalização do aborto, a proposta de Jair Bolsonaro (2018) traz como um de seus subtítulos o slogan “O fruto da vida é sagrado” e afirma também que a família “é sagrada e o Estado não deve interferir em nossas vidas” (n. p.), o que pode ser lido, a partir do que conhecemos e analisamos de seu repertório, como argumento contra o debate de gênero nas escolas e a favor de que apenas as famílias discutam esses temas com seus filhos, por considerá-los assuntos de “educação moral”, algo que nessa retórica estaria separado do resto da educação formal.

Ideologia de gênero: a nova gramática conservadora

O sintagma “ideologia de gênero” foi lido ou escutado pelos brasileiros incessantemente nos últimos anos, sobretudo na campanha eleitoral de 2018. Ao longo da apresentação, a proposta de governo de Cabo Daciolo (2018) afirma enfaticamente:

Não é possível conceber que a família em seus moldes naturais seja destruída, que a ideologia de gênero e a tese da legalização do aborto sejam disseminadas em nossa sociedade como algo normal; que até mesmo a pedofilia seja estimulada. (n.p.).

Jair Bolsonaro também é um entusiasta do termo e o utiliza sempre na associação com a ideia de “doutrinação” e de um suposto aparelhamento ideológico das escolas, chamando gênero, em sua proposta de governo, de “ideologia perversa”. Eleito, fez menções à “ideologia de gênero” tanto na cerimônia de posse quanto em outras declarações posteriores. No discurso de posse¹¹ prometeu “unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores”. Em fala para apoiadores no parlatório do Palácio do

11 Bolsonaro diz que missão é livrar país da corrupção e submissão ideológica. **Uol**, São Paulo, 1 jan. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2Y2SkBp>.

Planalto, no mesmo dia, o presidente declarou que “Não podemos deixar que ideologias nefastas venham a dividir os brasileiros. Ideologias que destroem nossos valores e tradições, destroem nossas famílias, alicerces da nossa sociedade.”, em referência implícita à noção de “ideologia de gênero”. A crítica ao “politicamente correto” enquanto tentativa de fazer a sociedade aceitar a igualdade de gênero e a igualdade racial também aparece na proposta de governo de Jair Bolsonaro e em seu discurso de posse. Mais recentemente, em viagem ao Piauí em agosto de 2019, o presidente afirmou que “a ideologia de gênero é coisa do capeta”.

A expressão “ideologia de gênero” no discurso neoconservador se apropria de uma determinada perspectiva sociológica que opõe ciência e ideologia, invertendo esses lugares construídos tradicionalmente pelas ciências humanas (em que a religião é considerada ideológica e a produção de conhecimento acadêmica é considerada como verdade), acusando a ciência do gênero (teorias de gênero, teoria *queer*, teoria social feminista) de serem a verdadeira ideologia. Os advogados da perspectiva da “ideologia de gênero” usam assim, de forma bastante astuta, as próprias armas teórico-conceituais da academia para atacar a crença no conhecimento científico e em sua “verdade” potencial. Como argumentam Mónica Cornejo-Valle e José Ignacio Pichardo (2017):

Orwellianamente, este juego de distorsión semántica intenta menoscabar las connotaciones positivas del término género (asociadas a la igualdad entre hombres y mujeres como valor) al tiempo que impone nuevas connotaciones negativas: asociándolo al concepto de ‘ideología’ que equiparan a ‘falsedad’ (frente a su discurso ‘verdadero’ e identificando el término ‘género’ hacia lo que la Iglesia Católica llama ‘una cultura de la muerte’. (p. 6).

Remetendo-nos a Michel Foucault (1996), o que observamos, portanto, no debate sobre gênero no Brasil recente – que se reflete nas propostas de governo aqui analisados – são não só disputas pela hegemonia de uma determinada definição de gênero (disputa entre regimes de verdade sobre gênero), mas uma disputa em torno do próprio significado de “verdade”, de “ciência” e, portanto, de currículo, aquilo que se apresenta como consenso societário na educação de novos sujeitos em uma sociedade. Ironicamente, assim como em Althusser (1980), esses agentes anti-marxistas e antigênero também acreditam na escola como um aparelho ideológico de Estado, em que estaria o epicentro da construção social de

quais conhecimentos prevalecerão como verdades em uma sociedade. Para eles, a esquerda enquanto Estado teria imposto aos jovens em idade escolar uma ideologia, e não a verdade de gênero (que para eles é o essencialismo, o sexo como verdade ontológica, a heterossexualidade compulsória, a complementaridade sexual como projeto divino e a família tradicional como modelo social ideal). Paradoxalmente, ao defender essa perspectiva, terminam por se alinhar também a um certo construcionismo, pois admitem que as verdades não se impõem naturalmente aos indivíduos – como revelações divinas – mas precisam ser ensinadas, construídas, reproduzidas através da socialização dos humanos em espaços como a escola, a mídia etc.

Observamos, em 2014, no Brasil esse debate se intensificar sobre as deliberações do Plano Nacional de Educação (PNE) nas discussões sobre o novo currículo do ensino médio em 2017 e, de forma geral, com as acusações de suposta “doutrinação ideológica” nas escolas nos últimos três anos. Desde 2015, as câmaras municipais e assembleias legislativas têm se tornado verdadeiros campos de guerra, com acaloradas audiências públicas e aprovação de projetos de lei que censuram as pautas de gênero e sexualidade nas escolas. O movimento chamado “Escola Sem Partido” obteve algum sucesso aprovando legislação favorável a seus interesses em diversos entes da federação, mesmo que algumas tenham sido já ou venham a ser contestadas no Supremo Tribunal Federal. A negação violenta do gênero é muito importante no contexto de disputas discursivas que aqui encontramos, pois, como afirma Vladimir Safatle, “a negatividade sempre foi uma astúcia daqueles que compreendem que a liberdade passa pela capacidade de destituir o Outro da força da enunciação dos regimes de visibilidade possíveis” (2017, p. 105).

A estratégia e o efeito da narrativa da “ideologia de gênero” é a de produção de um pânico moral. Os pânicos morais, como ferramentas de controle e de mobilização política, são definidos por Carla Machado (2004), sustentada na conceitualização clássica de Stanley Cohen (1972), enquanto contextos em que “uma condição, episódio, pessoa ou grupo de pessoas emerge para ser definido como uma ameaça aos valores e interesses sociais, a sua natureza é apresentada de uma maneira estilizada e estereotípica pelos *mass media*” (p. 61). A autora aponta que o pânico moral é frequentemente uma resposta a uma crise de hegemonia. Os discursos conservadores sobre gênero passam por um acirramento justamente por se perceberem em risco diante da força e do impacto que as teorias de gênero e os feminismos

têm tido na sociedade brasileira nos últimos anos, definindo novas identidades, expectativas e possibilidades de existência.

A retórica familista, conservadora, anti-gênero, privatista, punitivista, militarista e ufanista que observamos nas propostas de governo discutidas neste capítulo, saiu vitoriosa das urnas em outubro de 2018. A eleição de Jair Bolsonaro e de diversos parlamentares e governadores vinculados aos percursos discursivos de extrema-direita que aqui analisamos parece representar, inicialmente, um ataque quase fatal à categoria analítica gênero e à luta pela igualdade de gênero no Brasil. Contudo, como apontam Bracke e Paternotte (2018), ironicamente, *“las movilizaciones le dan más realidad al género como concepto, lo hacen más sólido, dado que esta oposición al género reafirma su existencia y relevancia”* (p. 11). A política de negação do gênero o coloca a todo momento em evidência, afirmando sua importância e nos fazendo refletir coletivamente sobre o que parecia natureza pressuposta e inconteste.

Considerações finais

Um olhar sociológico e situado na crítica feminista sobre as propostas de governo do pleito de 2018 constatou que gênero foi categoria central naquelas eleições. Mesmo para negá-la, foi preciso recorrer a essa importante categoria de análise social. Há, em curso, uma disputa discursiva em torno dos significados de gênero, das possibilidades de existência a partir do gênero e da educação para a igualdade de gênero. A onipresença do debate de gênero nas últimas eleições, ainda que a categoria tenha sofrido inúmeros ataques, tem o potencial de desmanchar no ar certezas coletivas aparentemente sólidas. O fato de essas relações, antes consideradas naturais, estarem sendo colocadas em questão de forma tão vigorosa que precisam ser a todo tempo negadas com tamanha intensidade já nos mostra que foram e continuam a ser produzidas instabilidades que abrem rachaduras difíceis de serem reparadas para sempre pelo neoconservadorismo. A relevância da categoria gênero já não pode ser negada.

Referências

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença; São Paulo: Martins Fontes, 1980.

APPADURAI, A. Democracy Fatigue. In: GEISELBERGER, H. (ed.). **The great regression**. Cambridge: Polity, 2017. p. 2-12.

BARROS, D. L. P de. Estudos discursivos da intolerância: o ator da enunciação excessivo. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 58, n. 1, p. 7-24, 2016.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BIROLI, F. Sobre lutas, avanços e reações: feminismos e a reorganização das esquerdas. In: BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. (org.). **Encruzilhadas da democracia**. Porto Alegre: Zouk, 2017. p. 89-116.

BOLSONARO, J. M. **O caminho da prosperidade**. Brasília, DF: Partido Social Liberal, 2018.

BRACKE, S.; PATERNOTTE, D. Desentrañando el pecado del género. In: BRACKE, S.; PATERNOTTE, D. **¡Habemus género!** La Iglesia Católica y Ideología de Género. Rio de Janeiro: Género & Política en América Latina, 2018. p. 8-25.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2012.

CARAPANÃ. A nova direita e a normalização do nazismo e do fascismo. In: GALLEGOS, E. S. **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 33-40.

CHALOUB, J.; LIMA, P.; PERLATTO, F. Direitas no Brasil contemporâneo. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 9-21, 2018.

CONNELL, R.; PEARSE, R. **Gênero: uma perspectiva global**. São Paulo: Versos, 2015.

CORNEJO-VALLE, M.; PICHARDO, J. I. La “ideología de género” frente a los derechos sexuales y reproductivos: el escenario español. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 50, e175009, 2017.

DACIOLO, C. **Plano de nação para a colônia brasileira**. Brasília, DF: Patriota, 2018.

EYMAEL, J. M. **Diretrizes gerais de governo para construir um novo e melhor Brasil**. São Paulo: Democracia Cristã, 2018.

FACCHINI, R.; SIVORI, H. Conservadorismo, direitos, moralidades e violência: situando um conjunto de reflexões a partir da Antropologia. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 50, e175000, 2017.

FIORIN, J. L. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 2012.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

HINZ, K. Jair Bolsonaro: o messias dos machos sem causa. **Medium**, 18 set. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/39WEfv6>. Acesso em: 1 dez. 2018.

JUDITH Butler escreve sobre sua teoria de gênero e o ataque. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 19 nov. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3pdnKRG>. Acesso em: 15 nov. 2018.

KIMMEL, M. **Angry white men: American masculinity at the end of an era**. New York: Nation Books, 2013.

LAURETIS, T. de. A tecnologia do gênero. In: LAURETIS, T. de. **Technologies of gender: essays on theory, film, and fiction**. Bloomington: Indiana University Press, 1987. p. 1-30.

LOURO, G. L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 17-23, 2008.

MACHADO, C. Pânico Moral: para uma revisão do conceito. **Interacções**, Coimbra, n. 7, p. 60-80, 2004.

MACKINNON, C. A. **Hacia una teoría feminista del Estado**. Madrid: Ediciones Cátedra, 1995.

MESSEMBERG, D. A direita que saiu do armário: a cosmvisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 32, n. 3, p. 621-648, 2017.

OKIN, S. M. **Women in western political thought**. Princeton: Princeton University Press, 1992.

PINHEIRO-MACHADO, R. No Brasil de Bolsonaro, as definições de vagabundo foram atualizadas. **The Intercept Brasil**, 13 fev. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2LNlBHL>. Acesso em: 14 fev. 2019.

PINHEIRO-MACHADO, R.; SCALCO, L. M. Da esperança ao ódio: juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo. **Cadernos IHU Ideias**, São Leopoldo, v. 16, n. 278, 2018.

RAMAZANOGLU, C.; HOLLAND, J. **Feminist methodology**: challenges and choices. New York: Sage Publications, 2002.

SAFATLE, V. **Só mais um esforço**. São Paulo: Três Estrelas, 2017.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 71-99, 1990.

SCOTT, J. W. El género y el Vaticano. *In*: BRACKE, S.; PATERNOTTE, D. **Habemus gênero!** La Iglesia Católica y Ideología de Género. Rio de Janeiro: Género & Política en América Latina, 2018. p. 81-83.

SPINK, M. J. Dúvidas e questões dos participantes do curso. *In*: SPINK, M. J. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. p. 60-67.

STREECK W. The return of the repressed as the beginning of the end of neoliberal capitalism. *In*: GEISELBERGER, H. (ed.). **The great regression**. Cambridge: Polity, 2017, p. 157-172.

TELES, E. A produção do inimigo e a insistência do Brasil violento e de exceção. *In*: SOLANO, E. (org.). **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 65-72.

WEEKS, J. **Sex, politics and society**: the regulation of sexuality since 1800 (themes in British social history). Bainbridge: Trans-Atlantic Publications, 1989.

WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 460-482, 2001.

Recebido em novembro de 2019.

Aprovado em setembro de 2020.

O CASO ALYNE PIMENTEL NA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO E TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO E MATO GROSSO DO SUL

Bruna Lopes Peres¹

Pedro Pulzatto Peruzzo²

Resumo: Este artigo analisa a jurisprudência dos Tribunais de Justiça de São Paulo e Mato Grosso do Sul e Regional Federal da 3ª região, buscando verificar a consonância das decisões com compromissos assumidos pelo país no caso Alyne Pimentel, do Comitê para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher da ONU. A pesquisa foi realizada com base empírica, calcada na análise documental e legislativa, com objetivo de fornecer um panorama jurídico de uma questão multidimensional e multidisciplinar: a violência obstétrica. Observamos que as decisões judiciais encontradas não estavam de acordo com os entendimentos firmados no organismo internacional.

Palavras-chave: Violência contra mulher; Saúde materna; Direitos humanos.

Abstract: The article analyzes the jurisprudence of the Justice Courts of São Paulo and Mato Grosso do Sul and the Federal Court of the 3rd region to verify the alignment of the decisions with the international commitments of the country in the Alyne Pimentel case, which was processed at the UN Committee on the Elimination of All Forms of Discrimination against Woman. The empirical study was conducted based on documentary and legislative analysis and aims at providing a legal overview of a multidimensional and multidisciplinary issue, namely obstetric violence. We observed that the judicial decisions found were not in accordance with the understandings signed in the international organization.

Keywords: Violence against women; Maternal health; Human rights.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-
NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Bacharela em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), Brasil. E-mail: bruna.lperes@gmail.com. Orcid: 0000-0001-6308-9311

2 Membro do corpo docente permanente do Programa de Pós-graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), Brasil. E-mail: pedro.peruzzo@puc-campinas.edu.br. Orcid: 0000-0001-5270-8674

Introdução

O presente artigo teve como objeto o estudo da repercussão do caso Alyne Pimentel, que tramitou no Comitê para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher da ONU, nos julgados dos Tribunais de Justiça de São Paulo (TJSP) e Mato Grosso do Sul (TJMS) e do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3). A hipótese que levantamos foi de que os tribunais estudados não trabalham com profundidade as questões abordadas pelo Comitê em relação ao caso de Alyne, quando se deparam com temas semelhantes, como a ocorrência de violência obstétrica. Para tanto, realizamos uma pesquisa base empírica calcada na análise documental e legislativa disponível nos sites do comitê e dos respectivos tribunais, com o objetivo fornecer um panorama jurídico de uma questão multidimensional e multidisciplinar.

A partir da análise, foi possível demonstrar que os magistrados não fundamentam as decisões de acordo com as orientações do comitê estabelecido na recomendação do caso Alyne Pimentel em relação aos direitos obstétricos e maternos das mulheres. Como justificativa e demonstração de relevância do estudo, consideramos importante preparar os profissionais do Sistema de Justiça e de Saúde para atuar de forma alinhada às agendas globais de governança, respeitando os entendimentos construídos cooperativamente nos foros internacionais, especialmente em temas de direitos humanos.

Dizer que o Estado é a “única fonte do direito” é o mesmo que definir certo tipo de ordem normativa que faz a geração das normas remontar ao Estado e afirmar que todas as normas pertencem ao espaço estatal, com exclusão de qualquer outro espaço normativo (DELMAS-MARTY, 2004). Nos casos de omissões e ações violadoras de direitos humanos pelo Estado, o recurso ao próprio Estado muitas vezes é insuficiente para sanar os problemas, pois normalmente encobrem questões relevantes e estruturais que são expostas com muito mais clareza nos foros internacionais de fiscalização e discussão do alcance dos direitos humanos. Eis a importância do caso de Alyne Pimentel, que abordou temas relacionados à responsabilidade do Estado brasileiro na proteção e promoção dos direitos humanos das mulheres no âmbito da saúde.

A defesa dos direitos humanos no âmbito dos direitos das mulheres advém da difusão de uma luta crescente com projeção internacional. Essa luta promoveu o reconhecimento das mulheres em um sistema universal de promoção e proteção de direitos humanos a partir da Carta das Nações

Unidas de 1946, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, e da Convenção sobre eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (CEDAW), de 1979 (PRÁ, 2014).

Esse movimento de afirmação de direitos femininos deve ser entendido como a identificação da luta de mulheres específicas (mulheres brancas, classe média, educadas sobretudo nas áreas das ciências humanas) que resurgiu em meados do século XX com pautas marcadas pelo contexto histórico-social do ocidente por volta de 1960 (PINTO, 2010); um exemplo é a luta por direitos reprodutivos e sexuais (CORRÊA; ALVES; JANUZZI, 2006).

Os mecanismos de proteção e promoção dos direitos humanos mencionados, então, têm por finalidade garantir os direitos das mulheres. A CEDAW (conhecida por Convenção das Mulheres) é o primeiro tratado internacional que dispõe amplamente sobre tais direitos. Com duas frentes de atuação, esse tratado busca promover os direitos das mulheres no alcance da igualdade de gênero e reprimir quaisquer discriminações pelo Estado parte (PIMENTEL, 2008).

Já no âmbito da saúde materna, os contornos de uma abordagem de direitos humanos só ganharam força em 1999 com a Recomendação Geral n. 24 (COOK, 2013), adotada pelo CEDAW ao dispor sobre a interpretação e extensão do artigo 12 sobre saúde das mulheres. Contudo, foi com o caso de Alyne que a temática dos direitos humanos na saúde materna adquiriu notáveis dimensões.

A abordagem legal utilizada a respeito da aplicação dos direitos humanos no caso de Alyne é um avanço monumental, afinal, foi a primeira vez que o comitê analisou lacunas discriminatórias no sistema de saúde de um país, partindo da perspectiva de uma mulher pobre, grávida e pertencente à minoria (COOK, 2013). Entretanto, apesar da relevância do caso Alyne Pimentel, identificamos pouco compromisso dos tribunais mencionados no sentido de alinharem suas decisões ao caso e às recomendações que advieram do comitê.

Método

O método utilizado foi dogmático e sistemático para identificar o contraste entre a jurisprudência dos tribunais estudados e as regras previstas na convenção e na recomendação emitida pelo comitê respectivo no caso Alyne Pimentel. Adotamos como procedimento a pesquisa com base

empírica, calcada na análise legislativa e documental disponível nos sites do comitê e dos respectivos tribunais.

Inicialmente, fizemos a busca exploratória dos termos “Alyne Pimentel”, “Alyne da Silva Pimentel Teixeira” e “Alyne da Silva Pimentel” no campo de busca de jurisprudência de cada tribunal, a fim de verificar os julgados que fazem referência expressa ao caso. Contudo, a devolutiva do primeiro termo de busca, isto é, “Alyne Pimentel”, teve baixa correspondência de resultados encontrados.

Por isso, estendemos a busca exploratória aos termos correlacionados ao caso estudado, delimitando nos seguintes termos “violência obstétrica”, “morte materna” e “rede cegonha”. Os termos adicionais nos proporcionaram uma análise quantitativa e qualitativa dos julgados que versam sobre direitos reprodutivos das mulheres, sendo possível observar o tratamento dado pelo Poder Judiciário e os entendimentos internacionais que consolidam agendas globais por meio da recomendação emitida pelo comitê no caso Alyne Pimentel.

Resultados e Discussões

As discussões neste tópico foram desenvolvidas considerando as regras relativas ao processo de incorporação de tratados internacionais. O artigo 84, inciso VIII, da Constituição diz que compete privativamente ao presidente da República celebrar tratados, convenções e atos internacionais. O artigo 49, inciso I, por sua vez, diz que é da competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados, mediante o ato de ratificação. Em decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Carta Rogatória 8.279-4, em 1998, foi definido que a incorporação definitiva de tratado ou convenção internacional exige, além do que consta na Constituição, a promulgação e publicação do texto no Diário Oficial da União.

Apesar da clareza da Constituição e da posição do STF, é importante reforçar que, na medida em que o tratado internacional precisa ser incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro para ter executoriedade interna, após a incorporação, o vinculará todos os entes estatais e os particulares. Além disso, os foros internacionais têm sido muito importantes para a promoção e avanços na proteção aos direitos de grupos minoritários (PERUZZO; LOPES, 2019), uma vez que adotam em suas deliberações uma postura dialógica e plural bastante ampla.

Eis o caso da Convenção e do Comitê em questão diante do caso Alyne da Silva Pimentel.

O caso Alyne Pimentel versus Brasil

O caso Alyne Pimentel tramitou no Comitê pela Eliminação da Discriminação contra a Mulher, vinculado à CEDAW, em razão da morte materna evitável de Alyne, brasileira, negra e mãe que veio a óbito por negligência e imperícia médica em virtude da precariedade do sistema de saúde obstétrico do Estado brasileiro.

Em 2002, Alyne, com seis meses de gestação, apresentando sintomas de gravidez de alto risco, foi atendida na Casa de Saúde Nossa Senhora da Glória, uma clínica privada em Belford Roxo-RJ e, após receber medicamento de rotina, foi liberada. Após dois dias seus sintomas se agravaram, voltou ao hospital, onde foi informada sobre a morte do feto, retirado por parto induzido depois de seis horas, sendo que a retirada da placenta ocorreu somente 14 horas mais tarde (CEDAW, 2011).

Devido às complicações médicas, Alyne precisou ser transferida a um serviço de saúde público especializado. Por falta de ambulâncias, teve que esperar mais de oito horas e, além disso, não foi atendida imediatamente ao chegar na Maternidade de Nova Iguaçu-RJ. Após passar mais de 21 horas sem receber assistência médica, veio a morte. Em fevereiro de 2003, a família de Alyne ingressou na Justiça Estadual por meio de ação cível contra o estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de obter reparação moral e material. Contudo, não obtiveram respostas (CEDAW, 2011).

Ante a ausência de respostas jurisdicional, Maria de Lourdes da Silva Pimentel, mãe da vítima, representada pela organização não governamental *Center for Reproductive Rights* e Advocacia Cidadã pelos Direitos Humanos, submeteu o caso ao comitê pela Eliminação da Discriminação contra a Mulher (CEDAW, 2011). Este órgão internacional é responsável pela análise e acompanhamento dos progressos decorrentes da aplicabilidade da CEDAW por parte dos Estados signatários. É o que ocorre com o Brasil, que o ratificou e promulgou pelo Decreto n. 4.377/02, vinculando-se às recomendações e interpretações dadas por este comitê. Essa incorporação, contudo, não é suficiente para vincular o país às decisões e interpretações dadas por comitês específicos previstos para fiscalizar e interpretar as convenções, sendo necessário o reconhecimento expresso da competência desses órgãos prevista normalmente em Protocolos Facultativos.

O Brasil ratificou e promulgou por meio do Decreto n. 4.316/02 o Protocolo Facultativo ligado ao comitê estudado, reconhecendo assim suas competências. A saber: o exame de relatórios periódicos apresentados pelos Estados partes, previsto no artigo 18 da CEDAW; a formulação de sugestões, recomendações e comentários gerais sobre a interpretação e alcance dos artigos da convenção, expressa no artigo 21; o recebimento das comunicações enviadas por indivíduos (ou representantes) de violações dos direitos estabelecidos na convenção, com previsão nos artigos 2º ao 7º do Protocolo Adicional; e a possibilidade de instaurar inquéritos confidenciais, conforme artigos 8º e 9º também do protocolo. (BRASIL, 2002a; 2002b)

De volta ao caso de Alyne, os peticionários fundamentaram a interposição da queixa no artigo 7º do Protocolo, sendo registrado no comitê por meio da Comunicação 17/2008 e registro CEDAW/C/49/D/17/2008. Desta forma, com base nos artigos 2 e 12 da CEDAW, os peticionários sustentaram que o Estado brasileiro havia violado os direitos de Alyne em relação ao acesso à justiça, à saúde sem discriminação e à vida (CEDAW, 2011).

Os autores fundamentaram que o Estado brasileiro falhou em garantir a imediata ação para solucionar a problemática da discriminação contra as mulheres, como definido no artigo 1 da convenção e que ocorreu violação expressa ao item (c) do artigo 2 do mesmo dispositivo. Um Estado parte não apenas deveria garantir medidas de lei que combata a discriminação, mas também garantir sua implementação prática, a fim de cumprir a obrigação de proteção e respeito aos direitos das mulheres quanto ao cuidado da saúde, colocando à disposição um sistema que assegure efetiva ação judicial (CEDAW, 2011).

Aduziram que a falta de implementação prática e a inobservância da proteção e respeito aos direitos das mulheres no âmbito da saúde ocasionou também a violação do artigo 12 da CEDAW pois, o Estado não garantiu tratamento médico de qualidade durante a emergência obstétrica, embora a vítima tenha sido tratada por um ginecologista-obstetra, a má qualidade dos cuidados que recebeu foi um fator crítico que levou à morte. Acrescentaram que a falta do atendimento de qualidade estaria relacionada a problemas sistêmicos do sistema de saúde brasileiro (CEDAW, 2011).

A fim de embasar a denúncia, os peticionários relacionam os fatos com os dados de estudos sobre mortalidade materna no Brasil. Demonstraram o descompasso do país em relação aos índices e o descumprimento da obrigação de prestar assistência à maternidade. Além, sustentaram que a

negligência do Estado quanto à falta aos cuidados de Alyne foi agravada por sua condição de vulnerabilidade, por ser uma mulher negra pertencente à classe baixa. (CEDAW, 2011)

Em agosto de 2011, o Comitê proferiu o relatório final. Declarou a petição-queixa admissível, reconheceu que houve prolongamento injustificado e atrasos demasiados quanto ao respaldo jurídico do Estado brasileiro e considerou as alegações relativas às violações dos artigos 2 e 12 suficientemente fundamentadas para fins de admissibilidade (CEDAW, 2011).

Quanto ao mérito, o comitê, a fim de analisar a fundamentação dos peticionários sobre a violação dos artigos 2 e 12 em conjunto com artigo 1 da convenção, lançou-se a identificar se a morte da vítima configuraria “morte materna” (COMITÊ, 2011). Contudo, muito antes da decisão do comitê, a Organização Mundial da Saúde já havia definido morte materna como aquela que ocorre durante a gravidez ou até 42 dias após o término da gestação, devido a qualquer causa relacionada com ou agravada pela gravidez, ou ainda, por medidas em relação a ela, não incluindo aquelas ligadas às causas acidentais ou incidentais (WHO, 1992).

Muito embora o Estado brasileiro tenha argumentado que a morte de Alyne não tenha sido maternal e que a causa provável era hemorragia digestiva, o comitê observou a sequência lógica dos fatos, que não foram contestados pelo Brasil, e indicou que a morte da vítima estava relacionada com as complicações obstétricas (CEDAW, 2011).

Subsequentemente, o comitê evocou o disposto em sua Recomendação Geral nº 24 que traz especificações acerca das medidas a serem tomadas pelos Estados signatários na interpretação e implementação do artigo 12 da CEDAW. Seu objetivo é abordar o tema da violência contra a mulher no campo da saúde, assegurando este direito sem nenhum tipo de discriminação e estabelecer as obrigações que o Estado parte possui frente à convenção, quanto às principais medidas que devem ser tomadas para a promoção e implementação deste direito (CEDAW, 1999).

Em relação ao artigo 12, parágrafo 2 da CEDAW, o comitê destacou a obrigação do Estado parte em garantir a proteção aos direitos sexuais e reprodutivos, de forma a assegurar os serviços de maternidade e de emergência de obstetrícia seguros. A partir desta concepção, o comitê reconheceu que o dever do Estado de garantir serviços seguros de maternidade não foi assegurado pelo Brasil, pois a má qualidade do serviço se consagrou desde a falta de exames médicos simples até a ineficácia da cirurgia de

curetagem, demonstrando negligência profissional, inadequação estrutural e falta de preparação profissional (CEDAW, 2011).

Quanto ao argumento do Estado em defender sua imputabilidade frente aos serviços prestados por instituição privada de saúde, o comitê, com base no artigo 2 (e) da CEDAW, apontou que o Estado é diretamente responsável, devendo mantê-las e monitorá-las. Ainda mencionou que a Constituição Federal do Estado brasileiro, nos artigos 196 e 200, atribui ao Estado a responsabilidade de garantir o direito à saúde como direito humano geral. Por esta razão, declarou o Estado violador do artigo 12 da CEDAW (CEDAW, 2011).

Frente ao argumento dos autores sobre a falta de acesso a saúde de qualidade ser um problema estrutural e sistêmico no país e ao argumento do Estado de que a assistência específica não foi negada por haver medidas públicas que atendessem às necessidades das mulheres, o comitê, outra vez, evocou uma de suas Recomendações Gerais. Nos termos da RG nº 28, que trata do alcance da interpretação do artigo 2 da CEDAW, o comitê concluiu que o Brasil não atendeu às necessidades específicas e distintas da saúde da mulher. Por isso, ocasionou a violação não só do artigo 12, parágrafo 2, mas também da discriminação contra as mulheres, do parágrafo 1 do artigo 12 e do artigo 2 da CEDAW (CEDAW, 2011).

O comitê também reconheceu a alegação dos petionários no sentido de que Alyne sofreu discriminação múltipla, pois foi discriminada em razão do sexo e de sua condição de mulher afrodescendente e de classe socioeconômica baixa. (CEDAW, 2011) Esta abordagem interseccional é fundamental para entendermos as problemáticas estruturais e sociais presentes no Estado brasileiro e que culminaram na morte de Alyne.

Kimberlé Crenshaw, autora pioneira do feminismo interseccional, explica a interseccionalidade a partir das experiências das mulheres negras a fim de contrastar a multidimensionalidade de suas experiências com a análise de eixo único que as distorcem (CREWSHAW, 1989). A brasileira Luiza Bairros, nesta mesma linha, considerou outras dimensões como parcelas que se somam à de gênero e que dão margem às conhecidas formulações em termos de dupla ou tripla opressão (BAIRROS, 1995).

Quanto à alegação da violação dos artigos 12 e 2 (c), o comitê considerou que o Estado não cumpriu sua obrigação de assegurar uma ação judicial efetiva e de proteção. Por isso, reconheceu os danos morais causados à família da vítima por sua morte e os danos materiais e morais sofridos pela

filha de Alyne (CEDAW, 2011). Por fim, considerando que as falhas no sistema de saúde brasileiro constituem uma questão sistêmica e estrutural, o comitê proferiu recomendações a serem acatadas pelo Estado:

1. Relacionadas à família da Sra. Da Silva Pimentel Teixeira: Oferecer reparações adequadas, incluindo compensação financeira adequada, ao autor e à filha da sra. Silva Pimentel Teixeira, proporcionais à gravidade das violações contra ela; (CEDAW, 2011).

2. Relacionadas ao sistema de saúde: (a) Assegurar os direitos das mulheres à maternidade segura e a cuidados obstétricos de emergência adequados e acessíveis, de acordo com a recomendação geral nº 24 (1999) sobre as mulheres e a saúde (b) Promover treinamento profissional adequado aos profissionais de saúde, especialmente sobre os direitos das mulheres à saúde reprodutiva, incluindo tratamento médico de qualidade durante a gravidez e o parto, bem como cuidados obstétricos de emergência; (c) Assegurar o acesso a remédios eficazes nos casos em que os direitos à saúde reprodutiva das mulheres tenham sido violados e oferecer treinamento para os encarregados da aplicação do Sistema Judiciário; (d) Assegurar que as instituições privadas de saúde cumpram as normas nacionais e internacionais sobre saúde reprodutiva; (e) Assegurar que sanções adequadas sejam impostas aos profissionais de saúde que violem o direito das mulheres à saúde reprodutiva; e (f) Reduzir mortes evitáveis por meio da implementação do Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna nos níveis estadual e municipal, nomeadamente através de comitês de mortalidade materna onde ainda não existem, em consonância com as observações finais das recomendações ao Brasil, adotadas em 15 de agosto de 2007 (CEDAW, 2011).

Diante das recomendações, o Estado brasileiro, em 2014, enviou observações sobre a decisão. Por relatório, demonstrou as políticas públicas e programas implementados para avançar na qualidade de saúde materna. Dentre elas, destaca-se a implementação da Rede Cegonha (RC), instituída pela Portaria nº 1.459/GM/MS e iniciada em 2011, com o viés principal de planejamento reprodutivo ao nascimento seguro, ao crescimento e ao desenvolvimento materno, buscando a melhoria da saúde integral da mulher e a redução da mortalidade materna (BRASIL, 2011).

Segundo o relatório, esta rede de cuidados “sistematiza e institucionaliza o modelo de atenção ao parto e nascimento que visa garantir às mulheres e crianças uma assistência humanizada e de qualidade, que lhes permita

vivenciar a experiência da gravidez, parto e nascimento com segurança e dignidade” (BRASIL, 2014, p. 4). Além disso, possui iniciativa nacional e pontua a necessidade de comprometimento por todos os entes federativos, dos profissionais da saúde e da sociedade para a implementação e efetivação de seus objetivos (BRASIL, 2011).

Nesta linha, considerando a tramitação do caso de Alyne e os avanços intersetorial da saúde materna proporcionado pelas recomendações, optamos por fazer uma análise teórica e empírica sobre seu reflexo na jurisprudência do TJSP, TJMS e TRF-3. O Judiciário exerce notável função para a efetivação dos entendimentos e compromissos internacionais, sobretudo quanto à proteção dos direitos humanos das mulheres.

Segundo Silvia Pimentel (2008), a mera enunciação formal dos direitos das mulheres não confere seu efetivo exercício, depende da ação dos Poderes, sendo o Poder Judiciário essencial para a proteção destes direitos e no uso de convenções internacionais de proteção aos direitos humanos para fundamentar suas decisões. O Poder Judiciário se torna indissociável para a análise do impacto da decisão do caso Alyne Pimentel. A identificação de padrões de igualdade em saúde pelo comitê pode direcionar decisões judiciais para se alcançar a chamada Justiça Reprodutiva (COOK, 2013), que é ampliação do olhar sobre os direitos reprodutivos uma vez que, para o exercício pleno da saúde reprodutiva, traz os direitos humanos em conjunto com a justiça social (TRUST BLACK WOMEN apud JUSTIÇA, 2017).

A relevância do Poder Judiciário também é destacada no artigo 2 (c) da CEDAW que evidencia a importância da proteção jurídica das mulheres por meio dos tribunais nacionais e outras instituições contra qualquer ato de discriminação, colocando-as em igualdade com os homens.

O reflexo do caso Alyne Pimentel na jurisprudência do TJSP, TJMS e TRF-3

Apesar da relevância e a extensão intersetorial das medidas recomendadas pelo comitê, numa pesquisa que fizemos no TJSP, TJMS e TRF-3, a busca exploratória dos termos “Alyne Pimentel”, “Alyne da Silva Pimentel Teixeira” e “Alyne da Silva Pimentel”, resultou a devolutiva apenas do primeiro termo mencionado.

Por isso, a fim de verificar a veracidade da hipótese de a desconsideração das agendas globais construídas em organismos internacionais de

direitos humanos ser uma questão estrutural do sistema de Justiça brasileiro, realizamos uma busca com os seguintes termos relacionados ao caso Alyne Pimentel: “violência obstétrica”, “morte materna” e “rede cegonha”. Tem-se um quadro sinóptico dos principais resultados da pesquisa (Quadro 1):

Quadro 1: Quadro sinóptico dos resultados

Termo de busca	Quantidade de processos analisados	Período de análise das decisões	Resumo das decisões analisadas
Alyne Pimentel	39	28 de fevereiro de 2018 a 14 de maio de 2019	Todos os processos encontrados estão no âmbito criminal, sendo que 24 deles foram classificados com o assunto “Tráfico de drogas e condutas afins”. A análise demonstra que o termo foi citado pois estava contido em citação utilizada pelos julgadores ao justificar a prisão domiciliar advindo do voto do Ministro do STF Lewandowski no HC coletivo nº 143.641/SP. A menção ao termo não demonstra o conhecimento do caso Alyne Pimentel de forma aplicada e sim efeito decorrente de citação de entendimento do Supremo.
Violência Obstétrica	22	23 de junho de 2015 a 28 de maio de 2019	Todos os processos encontrados com o termo estão atrelados à natureza civil e não criminal, mesmo se tratando de violência contra a mulher. 14 processos estão classificados com o assunto “Erro médico” ou “Indenização por dano moral”. De modo geral, os julgados desconstituem a violência obstétrica, tipo de violência contra a mulher, em simples ilícito civil.
Morte Materna	83	16 de junho de 2009 a 17 de agosto de 2019	Na análise do mérito de 78 julgados, 54% abordam as ocorrências ou riscos de morte materna. Por outro lado, os outros citaram o termo, mas não o vinculou sistematicamente ao tema de mortalidade, saúde materna ou outra temática correlacionada com a presente pesquisa. Dos julgados que articularam o termo (54%), 17 tratam sobre a ocorrência de morte, todos ligados à responsabilização do médico. Dentre eles, 3 foram julgados em câmaras de direito criminal e 11 não reconheceram a conduta do profissional como causadora do dano. Em nenhum processo houve a articulação com o caso de Alyne ou a decisão do comitê.
Rede Cegonha	13	15 de julho de 2014 a 19 de julho de 2019	Na análise do mérito de 11 processos, 4 articularam o conteúdo dos artigos expressos na portaria da Rede Cegonha. Quanto aos demais, apesar de tratarem de assuntos ligados diretamente à rede, citam o termo sem transcourir sobre seus avanços ou abordar algum artigo da portaria. De forma geral, os resultados demonstram a escassez de conhecimento das recomendações e das políticas públicas que decorreram do caso Alyne Pimentel.

Quanto à análise do termo “Alyne Pimentel”, no TJSP foram analisados 30 julgados, distribuídos entre os seguintes assuntos: corrupção ativa (1), crimes de tráfico e uso indevido de drogas (6), execução penal (1), pena privativa de liberdade (1), tráfico de drogas e condutas afins (21). Além disso, também estão distribuídos entre as seguintes classes processuais: *habeas corpus* (27), recurso em sentido estrito (1), agravo de execução (1) e apelação criminal (1). No TJMS, foram 8 acórdãos, divididos nos seguintes assuntos: crimes do sistema nacional de armas (1), *habeas corpus* cabimento (1); homicídio simples (1); liberdade provisória (1) e tráfico de drogas e condutas afins (4) e classes processuais: *habeas corpus* (5) e recurso em sentido estrito (3). No âmbito federal houve o retorno de 1 julgado classificado por *habeas corpus*.

A análise dos julgados demonstra que em todos os processos encontrados, o termo “Alyne Pimentel” foi citado pois estava contido em citação utilizada pelos julgadores ao justificar a prisão domiciliar advinda do voto do Ministro do STF Lewandowski no HC coletivo nº143.641/SP proferido em fevereiro de 2018. A mera menção ao termo não demonstra o conhecimento do caso Alyne Pimentel de forma aplicada pelos magistrados, e sim efeito decorrente de citação de entendimento do Supremo, prática comum nos tribunais brasileiros.

A amostragem destes 39 julgados, encontrados no TJSP, TJMS e TRF-3, que mencionam o caso de Alyne Pimentel em seu inteiro teor, constata a problemática enfrentada pelo Poder Judiciário brasileiro – por meio dos tribunais mencionados – que parecem desconsiderar as recomendações feitas pelo comitê no caso estudado e que configuram compromisso assumido pelo Brasil internacionalmente.

Análise da jurisprudência do TJSP e TJMS utilizando os termos de busca: “violência obstétrica”, “morte materna” e “rede cegonha”

O primeiro termo de análise foi “violência obstétrica”, contudo, antes de analisarmos a classificação e natureza dos julgados, discutiremos o conceito de violência obstétrica e sua relevância a esta pesquisa.

A Recomendação Geral de nº 19, que trata da interpretação do artigo 1 da convenção, considera como violência baseada no gênero toda violência que é dirigida contra a mulher por ela ser mulher ou aquela que afeta desproporcionalmente as mulheres. Também inclui os atos que infligem

danos ou sofrimentos físicos, mental ou sexual, as ameaças de cometer esses atos, a coerção e outras formas de liberdade (CEDAW, 1992). Neste sentido, entendemos que violência obstétrica é espécie do gênero violência contra a mulher, que ocorre no âmbito da saúde materna e viola direitos sexuais, reprodutivos e obstétricos das mulheres. No site do DATASUS, por exemplo, não existe um registro específico para violência obstétrica. Esse tipo de violência está compreendido no termo violência contra a mulher (BRASIL, 2020), entretanto, não identificamos na doutrina um conceito unívoco, por isso, destacamos o entendimento das autoras Zanardo et al. (2017), que tecem importante diálogo sobre a problemática de não haver um conceito unitário, mas que concluem de forma objetiva que a violência obstétrica é uma violação dos direitos das mulheres grávidas em processo de parto.

Apesar de haver discussão científica de longa data acerca desta violência, o termo é relativamente novo no cotidiano brasileiro e, por isso, se encontra em recorrente debate pelas instituições públicas³ e pela própria sociedade, o que se observa com as datas dos julgados encontrados com o termo “violência obstétrica” que surgem após o ano de 2015.

No entanto, a ascensão do termo nos acórdãos pode ter origem diversa, como o crescimento da produção científica no país e, principalmente, a atuação dos movimentos sociais em prol da humanização do parto, o que fez com o que a violência institucional no parto passasse a ter maior relevância e visibilidade (GUIMARÃES; JONAS; AMARAL, 2018). A humanização do parto, por sua vez, envolve uma série de práticas pautadas no respeito às escolhas das mulheres (HUMANIZAÇÃO DO PARTO, 2015), constitui um direito obstétrico e está incluso nos direitos reprodutivos femininos (ZORZAM; CAVALCANTI, 2016).

A prática da violência aos direitos obstétricos é um fenômeno que vem acontecendo há algumas décadas na América Latina (ZANARDO et al., 2017) e se associa com o contexto histórico da medicalização do parto, deixando de ser processo feminino (fim da feminização do parto) para ser institucionalizado, predominantemente no âmbito hospitalar (WOLFF; WALDOW, 2008).

Segundo a pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo (2010), 25% das mulheres entrevistadas relataram que sofreram violência no antes,

3 Um exemplo é o despacho emitido pelo Ministério da Saúde em maio de 2019 flexibilizando o uso do termo “violência obstétrica”, pois teria conotação inadequada, a definição seria isolada e se associava a intencionalidade com a realização do ato, independentemente do resultado produzido. Após gerar diversas discussões, o Ministério Público Federal emitiu recomendações ao MS sugerindo que esclarecesse que o termo era utilizado cientificamente, por toda a sociedade e que poderia ser utilizada por qualquer profissional. O que foi acatado pelo MS.

durante ou depois do parto nas instituições públicas e privadas que tiveram seus filhos. Apesar de existir a hipótese da falta de reconhecimento da vivência da violência obstétrica por parte das mulheres e até mesmo das profissionais do sistema de saúde (ZANARDO et al., 2017), o fato de um quarto das mulheres reconhecerem como violência é algo relevante.

Quanto à análise dos julgados, foram 22 acórdãos encontrados, dos quais 21 são do TJSP e 1 do TJMS, divididos sob as seguintes classes processuais: apelação civil (16), direta de inconstitucionalidade (3), agravo regimental (1), agravo de instrumento (1), embargos de declaração (1); e assuntos: indenização por dano moral (4), erro médico (10), saúde (1) e plano de saúde (3), e atos administrativos (4). Este panorama confirmou a premissa de que todos os processos encontrados com o termo “violência obstétrica” estavam atrelados à natureza civil e não criminal. Mesmo se tratando de violência contra a mulher, foram analisados por órgão julgador das câmaras de direito privado (11), público (7) e órgão especial (4).

Devido ao objeto da pesquisa recair na análise de mérito e no conteúdo dos acórdãos, excluimos da análise qualitativa os julgados cuja classificação é de embargos de declaração (1), direta de inconstitucionalidade (3) e agravo regimental (1) e os recursos que não foram conhecidos (apelação (1) e agravo de instrumento (1)), proporcionando a amostragem de 15 julgados. Nesta amostragem, por meio da leitura do inteiro teor das decisões, observamos que 7 julgados reconheceram a conduta da violência obstétrica e 8 não a reconheceram.

Após, analisamos quais seriam as condutas de intervenções no corpo da mulher durante as fases do trabalho de parto e se elas foram alegadas pelas parturientes nos acórdãos analisados. Para isso, utilizamos o critério do dossiê *Violência Obstétrica: “Parirás com dor”*, elaborado pela Rede Parto do Princípio para a CPMI da violência contra as mulheres, o qual define que são todos aqueles atos praticados contra a mulher no exercício de sua saúde sexual e reprodutiva (REDE PARTO DO PRINCÍPIO, 2012, p. 60).

Desta forma, pela análise dos 15 julgados, identificamos as seguintes intervenções que caracterizam a violência obstétrica. Quanto ao caráter físico: manobra de kristeller (2), uso de fórceps em momento inadequado (1) e uso de medicamentos indutores (1); caráter psicológico: situação vexatória/ficar em posição contra a vontade (3), deboches dos profissionais da saúde (1) ofensas verbais/desrespeito (6); caráter sexual: episiotomia (3), útero retirado contra a vontade (1), exame de toque excessivo (1); caráter

institucional: falta de médicos obstétricos e ginecológicos (2), direito ao acompanhante negado (4) contato com o filho negado após o parto (1), além, há alegações que não puderam ser identificadas, como a menção de “procedimentos inadequados” (4) e “falha no atendimento” (1).

Observamos que o Poder Judiciário nos estados analisados desconstituiu a violência – que configura crime – em simples ilícito civil (erro médico). Ademais, falha ao assegurar as recomendações emitidas pelo comitê sobre os direitos das mulheres à maternidade segura e a cuidados obstétricos de emergência adequadas e acessíveis, assim como pontuada na Recomendação Geral nº 24 (1999) sobre as mulheres e a saúde. Por fim, deixa de afirmar a responsabilidade por treinamento profissional adequado aos profissionais de saúde.

Os acórdãos que negaram a ocorrência da violência obstétrica fundamentaram suas decisões nas provas periciais (produzidas por médicos) e depoimento dos profissionais da saúde, concluindo assim, que as parturientes não comprovaram onexo causal. Além disso, as razões desses recursos recaem sobre o dever de indenizar (danos morais e/ou materiais) devido à alegação de erro médico, isto é, no âmbito da responsabilidade civil.

Nos acórdãos, há a menção da falta do nexo causal, isto é, a relação entre a conduta do agente e o dano causado (VENOSA, 2003, p. 39), justificando que as provas não foram suficientes para comprovar a relação da conduta do profissional da saúde e a violência alegada pelas parturientes. A crítica, neste ponto, consiste no fato de tratarmos a violência obstétrica como erro médico, por consequência decorrente de negligência, imperícia ou imprudência, a depender exclusivamente de provas do nexo causal para o reconhecimento do ilícito civil, prova extremamente difícil de ser produzida sobretudo nos casos de violência obstétrica de caráter psicológico.

Não obstante, a diferença entre a responsabilidade civil e penal recai na ilicitude, sendo que a separação entre elas é a de atender apenas a critérios de conveniência e oportunidade, ligados à medida do interesse da sociedade e do Estado, e que, para o direito penal, são atribuídos os ilícitos de maior gravidade objetiva ou que afetam de forma mais contundente o interesse público (CAVALIERI FILHO, 2010).

Por isso, a fim de buscar a efetivação da recomendação do comitê no item (e), entendemos que a melhor forma de assegurar que sanções adequadas sejam impostas aos profissionais da saúde que violam o direito à saúde reprodutiva das mulheres é ampliando a conduta da violência

obstétrica para o âmbito penal, assim como ocorreu na Venezuela com a lei n. 38.668 de 2007 e na Argentina com a lei n. 26.485 de 2009 que tipificaram sua conduta. Além disso, é necessário expor ao Poder Judiciário a necessidade de tratamento mais rigoroso, sob a ótica da justiça reprodutiva, do artigo 2 (c) da CEDAW e consoante às recomendações do comitê.

Observamos também que em 7 dos 15 julgados analisados, as parturientes alegaram que havia a necessidade da realização de cesáreas e que o sofrimento causado pela a violência obstétrica ocorreu na medida em que as equipes médicas impuseram o parto vaginal. Tais alegações trazem a reflexão sobre a cultura da cesárea presente no país, em que as visões do parto vaginal como mais doloroso e lesivo para o corpo e sexualidade da mulher predominam em relação à cesárea (NAKANO; BONAN; TEIXEIRA, 2015).

Como consequência desta cultura, há o alto contingente de realização de cesáreas, principalmente no âmbito da saúde suplementar, 52% dos nascimentos são feitos com cesárea, sendo que, no setor privado, o percentual chega 88% (NASCER NO BRASIL, 2016). Esses dados demonstram uma clara incongruência em relação aos indicadores sugeridos internacionalmente pela OMS, que variam de 10 a 15% de nascimentos realizados por cesárea (OMS, 2015). Os resultados demonstram que a cultura da cesárea ultrapassa o que seria considerado seguro à vida das mães e dos nascituros. Segundo o relatório da OMS, a cesárea constitui intervenção efetiva para salvar a vida da mãe e do bebê, mas este procedimento só deve ser utilizado quando indicado por motivos médicos, sob risco de causar complicações à saúde (OMS, 2015).

A desconstrução da cultura da cesárea no Brasil constitui elemento fundamental não só para evitar falsas percepções e mistificações em torno do parto vaginal, mas também para evitar maiores risco à saúde da parturiente e do nascituro. A própria violência obstétrica causada pela prática de cesáreas e a violência obstétrica de caráter psicológico que poderia ser evitada se houvesse adequado acesso à informação acerca do procedimento do parto humanizado.

O segundo termo analisado é “morte materna”, cuja escolha se deu devido ao fato de o Brasil sustentar altos índices de mortalidade materna, questão enfatizada de forma corrente pelo comitê, que reconheceu a morte de Alyne como morte materna, apontou as falhas do Estado brasileiro em assegurar às mulheres saúde obstétrica de qualidade e recomendou ao Estado a redução das mortes maternas evitáveis (item (f) das recomendações) (CEDAW, 2011).

A busca do termo “morte materna” nos proporcionou o resultado de 79 acórdãos no TJSP e 4 no TJMS, com as seguintes classes processuais: apelação com revisão (4), apelação civil (55), apelação criminal (4), embargos de declaração (4), recurso em sentido estrito (1), agravo de instrumento (7) Apelação / remessa necessária (3) e *habeas corpus* (5). Quanto à natureza dos acórdãos, esses estão divididos entre os seguintes assuntos: responsabilidade civil (3), crimes contra a vida (1); indenização por ato ilícito (1), erro médico (19); seguro (3), aborto provocado pela gestante ou com o seu consentimento (1), acidente de trânsito (1), homicídio qualificado (1), limitada (1), planos de saúde (18), responsabilidade da administração, contratos bancários (1), atos administrativos (7); indenização por dano material (3), indenização por dano moral (10), tratamento médico hospitalar e/ou fornecimento de medicamentos (4), homicídio simples (2), tráfico de drogas e condutas afins (4), promessa de compra e venda (1), antecipação de tutela/ tutela específica (1), obrigação de fazer / não fazer (1).

A análise do termo “morte materna” foi realizada junto com seus sinônimos, “óbito materno” e “mortalidade materna”, uma vez que estes são pertinentes à temática da pesquisa⁴. Devido ao objeto da pesquisa recair na análise dos fundamentos dos acórdãos, excluimos da análise qualitativa os julgados cuja classificação é de embargos de declaração e os recursos que não foram conhecidos, o que nos proporcionou a amostragem de 78 julgados.

Quanto à análise do inteiro teor dos 78 julgados, identificamos que 54% abordaram as ocorrências ou riscos de morte materna. Por outro lado, os demais acórdãos citam o termo “morte materna”, mas não o vinculou sistematicamente ao tema de mortalidade, saúde materna ou outra temática correlacionada com a presente pesquisa.

Dos julgados que articularam o termo morte materna ou sinônimo, identificamos que 17 tratavam sobre a ocorrência de morte, todos eles ligados à responsabilização do médico. Dentre eles, 3 foram julgados em câmaras de direito criminal (dois classificados como homicídio simples e um como homicídio culposo), isto é, trazem uma abordagem de tratamento mais rigorosa sobre a conduta médica analisada pelos magistrados.

Nesta amostragem de 17 julgados, 65% não reconheceram a conduta do profissional como causadora do dano, neste caso, o óbito materno. Este argumento recai novamente no dever ou não de indenizar. Desta forma, os magistrados fundamentaram as decisões alegando que o nexos causal

4 Foram 54 acórdãos com o termo “morte materna” e 25 acórdãos encontrados por sinônimo.

inexistia, uma vez que, a partir da análise das provas cerceadas nos autos do processo, foram comprovadas adequadas as condutas dos profissionais da saúde. Fato que se contrapõe às alegações dos familiares das vítimas.

Contudo, o fato de 65% dos julgados não relacionarem a morte materna com a conduta inadequada do profissional da saúde (nexo causal inexistente – mesma argumentação utilizada nos casos de violência obstétrica), não condiz com os altos índices de mortalidade materna que o Brasil vem demonstrando.

Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com a Secretaria Especial de Articulação Social, a Razão por Morte Materna (RMM) – Número de óbitos maternos por 100 mil nascidos vivos – em nível nacional, o ano de 2015 atingiu o número de 62, muito além das metas estabelecidas pela ODM que estipulava o valor igual ou inferior que 35 para o Brasil. Os índices nos estados de São Paulo e Mato do Grosso do Sul, onde foram analisados os julgados, respectivamente, sustentaram a taxa de mortalidade materna em 58.2 e 88.2 em 2015 (BRASIL, 2019).

A Organização Pan-americana de Saúde (OPAS) corrobora com esses dados apontando como demasiada a taxa de mortalidade materna em escala mundial. Em 2015 foi estimado que 303 mil mulheres vieram a óbito, sendo que a maioria poderia ser evitada. Ainda aponta que parte destas mortes ocorreram em ambientes com baixos recursos e que 99% ocorreram em países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil (OPAS, 2018). Como causa da mortalidade materna, as seguintes complicações representam cerca de 75% de todas as mortes maternas: hipertensão (pré-eclâmpsia e eclâmpsia); hemorragias graves; infecções; complicações no parto e abortos inseguros. Sendo que a maioria destas complicações se desenvolvem durante o período de gestação e podem ser evitadas e tratadas (OPAS, 2018).

Quanto à análise dos acórdãos, observamos que as mortes maternas tiveram causas semelhantes às pontuadas pela OPAS: hemorragias e/ou choques hipovolêmicos (5), deslocamento prematuro da placenta devido à alta dosagem de oxitocina (1), parada cardiorrespiratória e sangramentos (1), infecções puerperais ou cistite aguda e septicemia (3), eclâmpsia (2), perfuração no útero/intestino (1), complicações no parto (3).

O fato de 11 dos 17 julgados encontrados que versam sobre a morte materna não reconhecerem a conduta médica como inadequada pode ter relação com este quadro que o Brasil sustenta de altos índices de mortalidade

materna, que perpetua mesmo considerando as recomendações expressas do comitê no caso de Alyne Pimentel e as campanhas internacionais.

Em seguida, analisamos os 25 julgados restantes que mencionavam o termo “morte materna” sem a ocorrência de óbitos maternos. Identificamos que 24% articulavam de forma detalhada os riscos de mortalidade materna, nos demais, o termo surgia ou porque estava contido em citação de laudos médicos utilizados pelos magistrados ou era abordado de forma muito sucinta. Após esta análise, concluímos que os magistrados se encontram desalinhados às recomendações do caso Alyne Pimentel, posto que em nenhum dos julgados houve a menção ao Comitê das mulheres da ONU ou relacionou ao caso de Alyne Pimentel. Pontuamos que é fundamental o Poder Judiciário buscar garantir a efetivação dos direitos humanos das mulheres no âmbito da saúde obstétrica, reprodutiva e sexual, assegurando um tratamento mais rigoroso para que estas mortes maternas sejam analisadas de forma mais justa. Ainda, assegurar sanções adequadas quando os profissionais e hospitais violarem tais direitos, de modo alinhado às recomendações do comitê e do artigo 2 (c) da CEDAW.

O terceiro e último termo analisado foi “rede cegonha”, escolhido por ser um importante desdobramento das recomendações do comitê, que resultou na criação de um conjunto de políticas públicas com finalidade de estruturar e organizar a atenção à saúde materno-infantil no país (BRASIL, 2011). Utilizando a mesma metodologia empregada nas demais buscas, os resultados obtidos foram de 6 julgados encontrados no site no TJSP e 4 do TJMS com as seguintes classes processuais: apelação civil/remessa necessária (3), apelação civil (4), embargos de declaração cível (1), direta de inconstitucionalidade (1) e agravo de instrumento (1). E assuntos como: atos administrativos (1), tratamento médico-hospitalar (1), regime estatutário (1), responsabilidade da administração (1), fornecimento de medicamento (2), intervenção em estado/município (1), obrigação de fazer/não fazer (3).

Neste caso, a análise qualitativa recaiu apenas nos acórdãos que versavam sobre o mérito, portanto, não incluímos os embargos de declaração e direta de constitucionalidade, constituindo uma amostragem de 8 julgados. Esta análise nos demonstrou pouca correspondência jurisprudencial, posto que um acórdão de cada Tribunal de Justiça conseguiu articular o conteúdo dos artigos expressos na portaria nº 1.459/GM/MS, que a Rede Cegonha foi constituída.

No acórdão encontrado no TJSP, o termo “rede cegonha” se relacionou ao pedido de fornecimento de medicamentos. Na fundamentação, há

menção a dispositivos da portaria como os artigos 2º e 4º inciso VI, que tratam sobre a garantia de acesso às ações do planejamento reprodutivo. Já no acórdão encontrado no TJMS, a fundamentação trouxe o artigo 9º sobre a operacionalização da Rede, a fim de demonstrar que sua implementação cabe a todos os entes federativos, sobretudo, aos estados e municípios. Além disso, destacou o disposto no artigo 10 sobre como se dá o financiamento da implementação desta rede de cuidados. Quanto aos demais acórdãos encontrados, apesar de tratarem de assuntos ligados diretamente à Rede Cegonha, como a implementação de leitos neonatal e planejamento familiar, citaram o termo sem transcorrer sobre seus avanços ou abordar algum artigo da portaria. Também não fizeram qualquer referência à rede como política pública decorrente de uma recomendação do Comitê da ONU em um caso sobre morte materna evitável, violência obstétrica e direitos reprodutivos das mulheres.

Estes resultados demonstram que os magistrados, que possuem o dever de assegurar os direitos das mulheres não se valem do histórico de constituição da Rede Cegonha como razão de decidir, tampouco cumpre com a determinação constitucional prevista no artigo 196, que estabelece a saúde como um direito de todos e um dever do Estado, que deve garantir acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL,1988).

Análise da jurisprudência do TRF-3 utilizando os termos de busca: “violência obstétrica”, “morte materna” e “rede cegonha”

A busca realizada no site do TRF-3 também utilizou os termos “violência obstétrica”, “morte materna” e “rede cegonha”, no entanto, somente o último termo foi encontrado. Foram 3 acórdãos com classes processuais: apelação/remessa necessária (1) e agravo de instrumento (2). O site do TRF-3 não nos proporcionou a classificação dos processos por natureza da ação.

Pela análise qualitativa dos julgados, identificamos que, em todos os processos, o pedido recaiu sobre a implementação de leitos UTI neonatal, contudo, pela leitura do inteiro teor, observamos que 2 acórdãos abordaram de maneira sucinta as diretrizes propostas pela Rede Cegonha, por meio de sua portaria, em um deles há a menção expressa de artigo da portaria, qual seja, o artigo 10 sobre financiamento. No terceiro observamos que abordou conteúdo mais vasto sobre a portaria, porém, todas as informações sobre a Rede Cegonha advieram da citação de ementa jurisprudencial do STF.

De forma geral, os resultados demonstram a escassez de conhecimento das recomendações e as políticas públicas que decorreram do comitê no caso Alyne Pimentel, por parte dos magistrados no âmbito da Justiça Federal.

Ainda no âmbito federal, identificamos uma Ação Civil Pública⁵ em trâmite no TRF-3, proposta pelo Ministério Público Federal em face da Agência Nacional de Saúde Suplementar, sobre os altos índices de cesariana na saúde suplementar. Observamos que a ação articula os termos de busca utilizados nesta pesquisa, mas não aborda o caso de Alyne Pimentel⁶, tampouco fez menção à necessidade de instaurar sanção imposta aos operadores de planos de saúde por descumprimento das recomendações do Comitê.

Esta ação civil pública é instrumento essencial para assegurar os avanços e a efetivação dos direitos das mulheres quanto aos direitos reprodutivos, contudo, apesar de efetuar diversos avanços na saúde suplementar, se estende por mais de 10 anos e não pontua de forma clara a necessidade de alinhamento às agendas globais e o fortalecimento da cooperação internacional.

Conclusão

Considerando os esforços doutrinários quanto a necessidade de estabelecer um alinhamento do direito interno às agendas globais de direitos humanos, a presente pesquisa teve como escopo a análise da jurisprudência do TJSP, TJMS e TRF-3, encontrados a partir de termos diretamente ligados ao caso Alyne Pimentel.

Devido à escassez de referencial encontrado, como objeto de pesquisa, ampliamos a análise jurisprudencial de termos correlacionados ao caso estudado, sendo eles “violência obstétrica”, “morte materna” e “rede cegonha”, com o objetivo de analisar a abordagem dada pelos magistrados em relação a estes temas nos tribunais mencionados. Identificamos que os magistrados não alinham suas decisões às recomendações do comitê, tampouco demonstram conhecimento do caso Alyne Pimentel, que foi um marco histórico para os avanços da saúde das mulheres em âmbito nacional e internacional.

A falta de alinhamento da jurisprudência interna e a decisão de um organismo internacional demonstra um problema estrutural enfrentado pelo Judiciário, o que corrobora a dificuldade da efetivação dos direitos sexuais,

5 Número processual 0017488-30.2010.4.03.6100.

6 Nas peças processuais e nas atas de audiências analisadas, quais sejam, atas de audiências do dia 12 de fevereiro de 2019 e 30 de abril de 2019, a ata da reunião do grupo de trabalho do dia 21 de maio de 2019.

obstétricos e reprodutivos das mulheres. Por isso, frente às diversas falhas do sistema de saúde materno que persistem no país, é fundamental que os magistrados conheçam e fundamentem suas decisões através da abordagem dada ao caso de Alyne, alinhando-se às recomendações do comitê, que são consequência de uma agenda global para os direitos das mulheres.

Referências

BAIROS, L. Nossos feminismos revisitados. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002. Promulga a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, de 1979, e revoga o decreto nº 89.460, de 20 de março de 1984. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 31 jul. 2002a.

BRASIL. Decreto nº 4.316, de 30 de julho de 2002. Promulga o Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 2002b, p. 2.

BRASIL. **Caso Alyne da Silva Pimentel: relatório do governo brasileiro**. Brasília, DF: Comitê para a eliminação da discriminação contra a mulher, 2014.

BRASIL. Portaria nº 1.459, de 24 de julho de 2011. Institui, no âmbito do Sistema único de Saúde –SUS – a rede Cegonha. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 24 jul. 2011.

CAVALIERI FILHO, S. **Programa de responsabilidade civil**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

CEDAW. **Communication No. 17/2008**. New York: CEDAW, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3t8OR2J>. Acesso em: 30 abr. 2019.

CEDAW. **Recomendaciones generales adoptadas por el comité para la eliminación de la discriminación contra la mujer**. New York: CEDAW, 1992.

COOK, R.J. Human Rights and Maternal Health: Exploring the Effectiveness of the Alyne Decision. **The Journal of Law, Medicine & Ethics**, Boston, v. 41, n. 1, p. 103-123, 2013.

CORRÊA, S.; ALVES, J. E. D.; JANUZZI, P. de M. Direitos e saúde sexual e reprodutiva: marco teórico-conceitual e sistema de indicadores. In: CAVENAGUI, S. (org.). **Indicadores municipais de saúde sexual e reprodutiva**. Rio de Janeiro: ABEP, 2006. p. 25-62.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, Chicago, v. 1989, n. 1, p. 538-554, 1989.

DATASUS. **Violência doméstica, sexual e/ou outras violências**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/2MjUKt8>. Acesso em: 27 set. 2020.

DELMAS-MARTY, M. **Por um direito comum**. Tradução: Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FIOCRUZ. **Nascer no Brasil**: sumário executivo temático da pesquisa. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2016.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Mulheres Brasileiras em Espaços Públicos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

GUIMARÃES, L. B. E.; JONAS, E.; AMARAL, L. R. O. G. do. Violência obstétrica em maternidades públicas do estado do Tocantins. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, n. 1, p.1-11, 2018.

JUSTIÇA Reprodutiva ou Direitos Reprodutivos, o que as mulheres negras querem? **Geledés**, 27 jan. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/39SXS3W>. Acesso em: 10 set. 2019.

Ministério Público de Pernambuco. **Humanização do parto. Nasce o respeito**: informações práticas sobre seus direitos. Recife: Procuradoria Geral de Justiça, 2015.

NAKANO, A. R.; BONAN, C.; TEIXEIRA, L. A. A normalização da cesárea como modo de nascer: cultura material do parto em maternidades privadas no Sudeste do Brasil. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 885-904, 2015.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Razão de mortalidade materna**. Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019. Disponível em <https://bit.ly/3tgFJt5>. Acesso em: 3 out. 2019.

OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS. **La mujer y la salud**: 02/02/99. CEDAW recom. general 24 (general comments). New York: CEDAW, 1999. Disponível em: <https://bit.ly/3iZwacZ>. Acesso em: 30 abr. 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Declaração da OMS sobre taxas de cesáreas**. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2015.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. **Folha informativa: mortalidade materna**. Brasília, DF: Organização Mundial da Saúde, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2MCba00>. Acesso em: 20 out. 2019.

PERUZZO, P; LOPES, L. Afirmção e promoção do direito às diferenças das pessoas com deficiência e as contribuições do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. **Revista Eletrônica Do Curso de Direito da UFSM**, Santa Maria, v. 14, n. 3, 2019.

PIMENTEL, S. **Experiências e desafios**: comitê sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher. CEDAW/ONU, relatório bienal da minha participação. Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008.

PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010.

PRÁ, J. R. Mulheres, direitos políticos, gênero e feminismo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 43, p. 169-196, 2014.

Rede Parto do Princípio. **Violência obstétrica: “Parirás com dor”**. Brasília, DF: CPMI da Violência Contra as Mulheres, 2012.

VENOSA, S. de S. **Direito Civil: responsabilidade civil**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2003. v. 4.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems**: Tabular list. Geneva: World Health Organization, 1992. v. 1.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems**: Instruction manual. Geneva: World Health Organization, 1992. v. 2.

WOLFF, L. R.; WALDOW, V. R. Violência consentida: mulheres em trabalho de parto e parto. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 138-151, 2008.

ZANARDO, G. L, de P.; URIBE, M. C.; NADAL, A. H. R. de.; HABIGZANG, L. F. Violência obstétrica no Brasil: uma revisão narrativa. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 29, 2017.

ZORZAM, B.; CAVALCANTI, P. **Direito das mulheres no parto: conversando com profissionais da saúde e do direito**. 1. ed. São Paulo: Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde, 2016.

Recebido em janeiro de 2020.

Aprovado em outubro de 2020.

POR QUE SER PRINCESA QUANDO SE PODE SER VALENTE? REFLEXÕES E DESCONSTRUÇÕES DAS QUESTÕES DE GÊNERO NO UNIVERSO DISNEY

Valdirene Eliane Bailon de Souza¹
Rita Márcia Andrade Vaz de Mello²

Resumo: Neste artigo, objetiva-se refletir sobre representações de gênero construídas no universo da Disney, mais especificamente no filme infantil *Valente*, de 2012. Seu enredo aborda questões relacionadas ao comportamento/modo de ser de uma princesa, destacando novas feminilidades na cena midiática sob uma perspectiva pós-moderna e pós-estruturalista. Dessa forma, evidencia-se que contos de fadas não precisam retratar princesas perfeitas e com condutas estritamente femininas, mas sim com atitudes e comportamentos semelhantes aos da vida real. Ademais, é preciso desconstruir certos conceitos e aceitar os novos, visando encerrar a exclusão de identidade e de gênero, entre outras dimensões que resultem em desigualdade social.

Palavras-chave: Valente; Princesa; Gênero.

Abstract: Our article aims at reflecting on the gender representations built in the Disney universe, more specifically in the children's film called *Valente*, released in 2012. Its plot addresses issues of the behavior / way of being of a princess, which shows new femininities in media, from a post-modern and post-structuralist perspective. Thus, it is evident that fairy tales do not need to portray perfect princesses with strictly feminine behaviors, but with attitudes and behaviors similar to those of real life. Furthermore, it is necessary to deconstruct certain concepts and accept new ones, aiming at ending the exclusion of identity and gender, among other dimensions that result in social inequality.

Keywords: Brave; Princess; Genre.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Doutoranda na área de concentração Família e Sociedade da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Brasil. E-mail: valdirene.goncalves@yahoo.com.br. Orcid: 0000-0002-9855-4823

2 Doutora em Educação pela UFMG, tem pós-doutorado pela Université Paris Descartes (Sorbonne), professora dos cursos de pós-graduação do Departamento de Educação e Departamento de Serviço Social da UFV, Brasil. E-mail: ritamarciamello@gmail.com. Orcid: 0000-0002-7473-9559

Introdução

Existem várias abordagens sobre a questão de gênero em diversos âmbitos da sociedade, como no trabalho, nas mídias, no contexto histórico e nas instituições de ensino. Entretanto, muitos pontos ainda necessitam ser questionados e refletidos, principalmente quando se trata das representações de gênero construídas em filmes infantis, como os produzidos pela Disney. Nesse sentido, vale mencionar que as crianças atribuem significativo valor simbólico a tudo que visualizam, podendo ser oportuna a exibição de novas percepções que se diferem daquelas constituídas ao longo da história (ABRAMOWICZ; CRUZ; MORUZZI, 2016).

Santos (2019) garante que as relações de gênero podem ser reproduzidas a partir do ensinamento de comportamentos, atitudes e valores, por meio do lúdico, da arte, da música e da literatura. Seria como se esse conteúdo apresentasse um modelo de “príncipes e princesas” que deve ser seguido pelas escolas, famílias e sociedade em geral, funcionando como uma espécie de treinamento de crianças, para que, quando adultos, se tornem indivíduos bem-comportados, capazes e bem-sucedidos.

O filme infantil denominado *Valente*, produzido pela Disney em 2012, aborda os sonhos da princesa Merida, os quais subvertem os padrões tradicionais. A personagem principal é uma jovem de caráter forte que abdica das tradições familiares, sobretudo o casamento acertado com um dos herdeiros da corte. Esse enredo se torna o presente elemento de análise exatamente por sustentar a crença de que é possível compreender certos conceitos através de conteúdos cinematográficos. Em outros termos, justifica-se a escolha dessa obra pois não segue à risca os monótonos contos de fadas.

Diante do exposto, refletiremos sobre as representações de gênero construídas ao longo da história sob a perspectiva do filme *Valente*, utilizando, para tanto, alocações de autores que defendem estratégias diferenciadas para lidar com as forças opressoras da sociedade. De modo geral, o filme é um longa-metragem, dirigido por Mark Andrews³ e Brenda Chapman⁴, que apresenta questões de gênero e sexismo no universo infantil. Como anteriormente mencionado, a trama evidencia certas atitudes e atividades da princesa Merida, que rejeita certos padrões da sociedade

3 Mark Andrews é um cineasta, roteirista e animador norte-americano, nascido em 12 de setembro de 1968. Como reconhecimento, venceu, no Oscar 2013, a categoria de Melhor Filme de Animação pelo filme *Valente*.

4 Brenda Chapman é uma escritora, artista de história e diretora americana, nascida em 1 de novembro de 1998. Em sua trajetória profissional, tornou-se a primeira mulher a dirigir um longa-metragem animado de grande estúdio e a ganhar o Oscar de Melhor Longa Animado.

considerada patriarcal⁵. Inicialmente, faz-se necessário ressaltar que a parte metodológica está fundamentada em uma análise bibliográfica, com abordagem qualitativa, sustentando-se na literatura de clássicos como Beauvoir (1980), Moreno (1999), Beleli (2007), Conceição (2009) e Louro (2012) que abordam a temática em consonância à realidade moderna, assim como Abramowicz, Cruz e Murozzi (2016), que suscitam pontos da Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil.

Ainda acerca dos caminhos metodológicos traçados, a pesquisa bibliográfica utilizada “implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório” (LIMA; MIOTO, 2007, p. 38). Para Norman Fairclough (2001), compreender certos discursos é um meio de relacioná-los às mudanças sociais da sociedade como forma de perceber novas realidades a partir de significações.

Adicionalmente, destacamos o debate sobre gênero, que deve ser intenso e contínuo, sendo necessário apresentá-lo como um problema social e cultural presente na contemporaneidade. Sob esse viés, após uma sucinta resenha sobre o filme *Valente*, abordamos reflexões e perspectivas sobre gênero na sociedade e, posteriormente, características discursivas de gênero no universo escolar. Por fim, apresentam-se as articulações finais.

Valente: breve resenha

O filme americano é ambientado na Escócia⁶ medieval, apresentando a história de uma menina chamada Merida, criada e educada pela mãe – rainha Elinor – para se tornar uma princesa. A personagem principal, apesar de seu posto de princesa, não se preocupa com modos e aparência física, aspectos até então considerados essenciais. O longa inicia-se em uma bela paisagem, com a comemoração do aniversário da pequena princesa. Nessa ocasião, o seu pai – rei Fergus – a entrega seu primeiro arco e flecha, atitude que foi repreendida por sua esposa, rainha Elinor, tendo em vista que esse tipo de artefato não era, nesse contexto, apropriado para uma menina. Desse modo,

5 Sistema social em que homens adultos mantêm o poder primário e predominam em funções de liderança política, autoridade moral, privilégio social e controle das propriedades. É importante ressaltar que, na contemporaneidade, com o advento do patriarcado moderno, a utilização desse conceito tem sido substituída em algumas pesquisas feministas por outras nomenclaturas, como “dominação” e “exploração das mulheres”, sendo bem marcado historicamente e geograficamente (LOBO, 1992).

6 A escolha do país pelos diretores se deu pelo fato de ser uma região com castelos, fenômenos diferenciados e aspectos mágicos. Nos pântanos, há um fenômeno que ocorre naturalmente, onde os gases do local acendem uma luz de cor azulada. No folclore escocês, as pessoas costumavam acompanhar as luzes flutuantes, pensando que eram fadas. Isto deu origem ao *will-o-wisps* de *Valente*, que iluminam o caminho de Merida, o que a permite mudar o seu destino.

o enredo mostra como a rainha Elinor tenta fazer com que a filha siga as regras estabelecidas, tendo como expectativa para a menina a conquista de um bom casamento e o seguimento de outros padrões tradicionais.

Para escolha do seu futuro marido, seus pais convocam os clãs da região para uma competição, cujo vencedor deve ser algum príncipe apto a se casar com Merida. No entanto, a princesa propõe, como jogo, uma inusitada disputa de arco e flecha. Dos três príncipes presentes, nenhum tinha habilidades com arco e flecha comparáveis às de Merida, que desafia a mãe e a todos, entrando na competição e sendo a grande vencedora.

Diante do ocorrido, o rei Fergus tenta acalmar os ânimos de todos os presentes até sua esposa criar outra solução. A rainha Elinor chama a atenção de Merida por ela ter envergonhado a todos com sua ação, principalmente a seus aspirantes. Como resposta, a jovem princesa diz à mãe que a odeia, preferindo a morte à obrigação de se casar. No calor da discussão, Merida rasga com sua espada a tapeçaria da família, separando a sua da imagem da mãe. A rainha Elinor, enfurecida, arranca o arco e flecha da filha e o joga na lareira, se arrependendo posteriormente.

Em seguida, Merida foge pela floresta com seu cavalo Angus, enxergando, no trajeto, pontos de luz mágicos que a levariam até a casa de uma bruxa carpinteira. Nesse encontro, a menina solicita à feiticeira uma magia para que sua mãe mude de opinião em relação ao seu casamento. Contudo, o encanto não dá certo, transformando a rainha em um urso após a ingestão de um doce enfeitado. Merida tenta esconder a mãe de todos os moradores do reino, principalmente do pai, que possui asco a ursos. Nesse momento, a princesa passa a lutar para reverter a magia, vivendo momentos felizes e engraçados ao lado da rainha na floresta.

Ao tentar reencontrar a bruxa carpinteira, a menina descobre, por meio de uma mensagem gravada, que ela está viajando. Da mesma forma, fica sabendo que, ao segundo nascer do sol, o feitiço se tornará permanente, havendo uma única forma de retroceder o feito: compreender o real sentido da frase “Se inalterada, olhe sua alma, remende a união por orgulho separada”. Logo, essa frase trazia como significado que era preciso reconstruir o verdadeiro amor de sua família, remendendo a tapeçaria por ela rasgada.

Assim, Merida passa a correr contra o tempo, retornando ao reino com sua mãe para costurar a tapeçaria. Ao chegar ao, e com o incentivo da mãe, a menina informa aos presentes que resolveu quebrar a tradição, permitindo a todos a liberdade de escolher a própria história para encontrar um grande amor

no tempo certo. Todos concordam e ficam emocionados com sua decisão, que demonstra sua independência diante do forte patriarcado ali existente.

Diante do exposto, não se pode negar que o filme *Valente* revolucionou o contexto de roteiros infantis, quebrando certos tabus que, apesar de antigos, tendem a se enraizar na contemporaneidade. Trata-se de uma obra que aborda diversos significados a fim de romper com certos paradigmas da sociedade. É válido ressaltar que o longa-metragem não aborda somente questões de gênero e sexismo, mas também valores inculcados nas famílias atuais.

Merida, além de não ser a princesa padrão da Disney, para se livrar do casamento, oferece o doce enfeitado para mãe sem se importar com as consequências. Esse tipo de atitude é mais realista, condizente com as famílias não perfeitas, que possuem conflitos e desentendimentos até mais intensos. Como reflexão, salienta-se que o destino de qualquer pessoa pode estar além do seu controle, sendo preciso ser valente o suficiente para liderá-lo.

Reflexões e perspectivas sobre gênero na sociedade

Louro (2012), inspirada em Simone de Beauvoir, defende que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (1980, p. 18). Nesse sentido, entende-se que o gênero é algo que precisa ser construído/moldado ao longo da vida, a depender de marcas, gestos, comportamentos, preferências e gostos ensinados e reiterados, cotidianamente, conforme normas e valores de dada cultura.

Para compreender melhor esse ponto de vista, e ainda identificar o porquê dessas desigualdades na contemporaneidade entre homens e mulheres, é necessário apresentar o estudo de uma das pioneiras sobre as questões de gênero: Simone de Beauvoir. A autora expõe que realmente há diferenças fisiológicas entre homens e mulheres, mas que essas contendas por si só não fazem sentido:

[...] no momento em que o dado fisiológico (inferioridade muscular) assume uma significação, esta surge desde logo como dependente de todo um contexto; a ‘fraqueza’ só se revela como tal à luz dos fins que o homem se propõe, dos instrumentos de que dispõe, das leis que se impõe. (BEAUVOIR, 1980, p. 55).

Logo, esses dados fisiológicos não influenciam a supremacia masculina. Para a mesma autora, são necessárias referências econômicas e sociais para que a noção de “fraqueza” e “inferioridade” sejam construídas e associadas à

mulher. Sendo assim, Beauvoir (1980) reforça que os papéis destinados a cada sexo são construídos socialmente e não apresentam justificativa biológica.

Relacionando essa tese ao longa-metragem, é notório que a rainha Elinor reforça certas atitudes consideradas exclusivamente femininas, como, por exemplo, a tentativa de impor à filha certos comportamentos de etiqueta, como bordar, não comer muito, não cometer certas extravagâncias (o que seria permitido apenas a homens). São essas atitudes diárias que, para Simone de Beauvoir, vêm esculpindo o ser feminino e o masculino na sociedade.

Essa conduta supradescrita ainda persiste, estando fortemente arraigada a nosso modo de viver. Desde as civilizações primitivas, a mulher tem como funções se casar, cuidar da família, ser submissa ao marido e exercer a maternidade com louvor. Não só no filme *Valente*, o sonho da grande maioria dos pais é ver suas filhas bem-casadas e constituindo famílias, para que não sejam malvistas perante a sociedade. Contudo, trata-se de uma visão equivocada e que não representa a vontade de toda mulher.

Na Idade Média, o casamento foi instituído pela Igreja e considerado mais um sacramento, devendo homem e mulher serem unidos eternamente pelos olhos de Deus, até que a morte os separasse. Permitia-se o sexo somente com intuito de procriação, pois a sexualidade não devia ser incentivada ou desenvolvida. A constituição de uma unidade familiar abençoada por Deus devia ser preservada (COSTA, 2007).

Simone de Beauvoir (1980) explica que, apesar de o casamento e a maternidade se revelarem importantes para a espécie humana, não são obrigações, uma vez que a espécie humana visa à evolução, e não somente a preservação e a manutenção. Assim, quanto às funções naturais de engravidar e aleitar realizadas pela mulher, não haveria motivo para uma afirmação ativa de sua existência, pois a figura feminina “suporta passivamente seu destino biológico. Os trabalhos domésticos a que está votada, porque só eles são conciliáveis com os encargos da maternidade, encerram – se na repetição e na imanência” (BEAUVOIR, 1980, p. 83).

Ao contrário do que acontece com a mulher, a valorização do homem decorre de seu esforço físico e do risco de vida ao executar as funções que lhe são atribuídas, como proteger a sociedade. No filme, o rei Fergus luta contra o urso Mor’du, para defender seu reino e sua família, perdendo umas das pernas em combate. O personagem foi, então, aclamado por todos os outros clãs pelo gesto de bravura.

Ainda no filme, não se pode olvidar de outra aclamação à figura masculina – a supremacia dada ao homem por seu esforço físico, já que o pretendente que ganhasse a competição teria a mão de Merida para o casamento. Nesse sentido, Beauvoir (1980) garante que o homem nunca reconheceu a mulher como semelhante por não partilhar as mesmas maneiras de pensar e agir. A mulher fora conservada na perspectiva do “outro”, permanecendo submissa à vontade do homem. Um exemplo recente na mídia, veiculada em 2016, pela revista *Veja*, foi a imagem da então primeira-dama, Marcela Temer⁷, estampada com os seguintes dizeres: “Bela, recatada e do lar”. As críticas não foram voltadas para a figura da Marcela, mas sim a uma revista de grande circulação que buscava enaltecer um modelo de submissão feminina que todas as mulheres deveriam seguir, estando sempre à sombra e nunca à frente de seus maridos (ou de qualquer indivíduo do sexo masculino). Em seu livro *Confusões Patriarcais*, Pateman (1993) tenta explicar essas contendas entre os sexos feminino e masculino. Para a autora, nas primeiras histórias do início da humanidade, em uma época primitiva, imperava o direito materno. A prática livre de relações sexuais impedia a visualização da linhagem paterna e a descendência era, então, reconhecida por meio das mães. A gênese da civilização advém da vitória do pai, com o surgimento da família patriarcal, assim, essa superioridade dada ao homem é decorrente do reconhecimento da paternidade, que foi interpretado como um exercício da razão, designando à figura masculina todo o poder e realizações históricas.

Em consonância, Friedan (1971), em seu livro *A Mística Feminina*, destaca contextos históricos em que mulheres foram “adaptadas” ao espaço doméstico, não em um sistema rígido e autoritário como o nazismo, na Alemanha, mas por instrumentos doloosos e velados pela mídia, com a finalidade de estabelecer um falso prestígio e a necessidade da mulher em relação à família, como se o cuidado familiar fosse o único papel capaz de exercer. No filme, a princesa Merida questiona várias vezes o motivo de seu destino precisar ser o apetejado pela mãe. Ela não queria ser como a mãe, perpetuando a mesma história; seu desejo era ser livre para fazer suas próprias escolhas.

Para compreender o papel da mídia nesse contexto, recorre-se ao livro de Beleli (2007), denominado *Corpo e Identidade na Propaganda*,

7 Marcela Tedeschi Araújo Temer é a esposa do 37º presidente do Brasil, Michel Temer, tendo servido como a 36ª Primeira-dama do Brasil, de 31 de agosto de 2016 até 31 de dezembro de 2018.

que explora as construções de gênero e sexualidade na publicidade brasileira. A autora postula que:

A propaganda é um meio divulgador de cultura. A justificativa dos publicitários para a difusão de determinados modelos remete ao ‘espelho da sociedade’ – ‘nós só mostramos aquilo que o consumidor quer ver’ –, não se responsabilizando pela ‘mediação’ entre a realidade e um projeto da realidade. (BELELI, 2007, p. 193).

O intuito da propaganda é criar uma proximidade com a sociedade, fazendo com que a maioria das pessoas se espelhem na imagem apresentada. Do mesmo modo, são desenvolvidos os filmes da Disney, cujo universo fictício ensina os meninos a serem príncipes guerreiros e as meninas a serem princesas comportadas à espera de um príncipe. *Valente* representou uma significativa evolução ao apresentar uma princesa diferenciada, que é aventureira, anda descalça, come com as mãos, não usa vestidos belos e nem maquiagens.

Voltando aos reflexos da cultura midiática, especificamente para o público infantil, pode-se citar a Escola de Princesas, fundada em Minas Gerais, em 2013, por uma psicopedagoga. O projeto traz como discurso que toda menina sonha em ser princesa, e tem como objetivo ensinar crianças e jovens, de 4 a 15 anos, regras de etiqueta, culinária, organização da casa, maquiagem, moda, entre outros. Uma franquia da escola matriz mineira foi inaugurada em 2016, na cidade de São Paulo, pela apresentadora Silvia Abravanel. Esse é um exemplo de como ainda há reforço a certos paradigmas tradicionais e obsoletos, o que prejudica a desmitificação do papel da mulher. Segundo Conceição (2009), não se espera que haja uma superioridade da mulher na sociedade, mas sim o fim das identidades rígidas delegadas a ela.

De qualquer forma, é evidente certa insistência da mídia e dos considerados mais tradicionais em preservar normas do passado no tempo presente. Trata-se de valores ultrapassados, utilizados para manter sistemas e modelos de conduta ao ser feminino, atitude totalmente inadequada ao contexto atual.

Características discursivas de gênero no universo escolar

Na busca pelo aprofundamento sobre o tema proposto, foram pesquisados autores que apresentassem a identidade de gênero de forma clara e objetiva, permitindo a compreensão e a reflexão dessa temática em todos os âmbitos da sociedade. Para tanto, parte-se do contexto escolar,

que constitui um espaço integrante do seio familiar, em que são inculcados valores e normas para a aprendizagem humana.

Louro (2012) informa que os ambientes institucionais têm por objetivo garantir a manutenção das normas sociais, investindo rotineiramente em ações consideradas comuns perante o grupo escolar. Em contrapartida, deve-se desconfiar de tudo que seja considerado “normal” e “natural”:

[...] é natural que meninos e meninas se separem na escola, para trabalhos de grupos e para as filas? É preciso aceitar que naturalmente a escolha dos brinquedos seja diferenciada segundo o sexo? Como explicar, então, que muitas vezes eles e elas se misturem para brincar ou trabalhar? É de esperar que os desempenhos nas diferentes disciplinas revelem as diferenças de interesse e aptidão características de cada gênero? Sendo assim, teríamos que avaliar esses alunos e alunas através de critérios diferentes? Como professores e professoras de séries iniciais precisamos aceitar que meninos são naturalmente mais agitados e curiosos do que as meninas? E quando ocorre uma situação oposta à esperada, ou seja, quando encontramos meninos que se dedicam a atividades mais tranquilas e meninas que preferem jogos mais agressivos, devemos nos preocupar, pois isso é indicador de que esses(as) alunos(as) estão apresentando desvios de comportamento. (LOURO, 2012, p. 63-64).

O relato supracitado pode ser assemelhado à história do filme *Valente*, pois é da natureza do ser humano desconfiar de tudo que venha a sair do habitual. Merida recusou alguns comportamentos e características concernentes às meninas em geral, pois seus gostos ou condutas eram típicas do sexo masculino e, por esse motivo, foi vista com indiferença, pois estava sempre apresentando “desvios” de comportamentos (LOURO, 2008).

Para exemplificar com um caso da vida real, cita-se a tentativa do Ministério da Educação (MEC) de incluir a ideologia de gênero, juntamente à questão da orientação sexual, no Plano Nacional de Educação (PNE), o que causou a repulsa de alguns órgãos e membros da sociedade. De fato, é necessário que a escola esteja atentar para certas mudanças e debata questões de gênero e sexuais, visto que, muitas vezes, crianças sofrem violência sexual dentro dos seus lares, sendo cometida pelos próprios familiares.

Nesse sentido, é preciso implementar pequenas mudanças para que, aos poucos, se diminua a diferença binária entre masculino e feminino, que acaba designando o ser feminino a um plano inferior, servindo para reforçar desigualdades e abusos sexuais, muitas vezes originados no patriarcado ou numa “ordem patriarcal de gênero” (SAFFIOTI, 2004, p. 136).

É válido ressaltar que o ambiente escolar contribui para a formação intelectual e social dos indivíduos, sobretudo para o treinamento de modelos culturais, no qual meninos e meninas, desde a educação infantil, recebem, ao longo de sua aprendizagem, estímulos diferenciados. Sob esse viés, professores(as) utilizam, como metodologia pedagógica, livros didáticos, livros infantis e filmes para contextualização dos conteúdos, a fim de reforçar e inculcar certas verdades e inverdades. O livro de Moreno (1999), intitulado *Como se ensina a ser menina*, ilustra bem essa questão e, apesar de ser um estudo realizado na Espanha, se adequa perfeitamente à realidade brasileira. A autora apregoa que a escola desempenha a função segregadora de ações sexistas.

Diante desse contexto, é importante destacar o reconhecimento de um direito de todas as crianças e dever do Estado: a educação infantil na escola, que passa a ser obrigatória para as crianças de 4 e 5 anos, com o advento da Emenda Constitucional nº 59/2009. A referida norma determina a obrigatoriedade da Educação Básica dos quatro aos 17 anos. Desse modo, com a inclusão da educação infantil na BNCC, mais um importante passo é dado nesse processo histórico de sua integração ao conjunto da Educação Básica (BRASIL, 2017).

Ao analisar os livros didáticos, Moreno (1999) percebe, através das gravuras e enunciados das atividades, que meninos são educados para desenvolverem de uma forma diferenciada, como, por exemplo, evoluir mais o cérebro, sendo que os brinquedos e brincadeiras destinados a eles denotam essa finalidade. Já em relação ao sexo feminino, percebe-se que as meninas recebem brinquedos que estimulam a cuidar da casa, casar e ter filhos (MENEZES; BRITO, 2013). Nota-se essa questão no filme, quando Merida ganha do pai um arco e flecha e sua mãe alerta que o objeto é característico de meninos, pedindo que a filha se dedique a atividades mais delicadas.

Nessa perspectiva, salientam-se as perpetuações de ações ditas como preconceituosas pelos próprios educadores no universo escolar. Há deficiência na formação de professores e faltam políticas públicas educacionais que apoiem e sustentem as dúvidas desses profissionais durante sua prática no processo de ensino e aprendizagem. Muitas vezes, de forma velada, professores(as) tendem a reprimir e a desconsiderar tudo que é associado ao sexo feminino (SANTOS, 2019).

Moreno (1999) corrobora essa tese ao afirmar que existe comprovação de que professores(as) têm atitudes de negação a tudo que remete

ao sexo feminino, valorizando somente o que é considerado masculino. Essas ações e atitudes corriqueiras foram intituladas “código secreto” pela autora, pelo fato de esconder e mascarar tudo que molda comportamentos de meninos e meninas no ambiente escolar.

Além de abordar os pontos negativos das instituições de ensino, Moreno (1999) apresenta algumas contribuições para possíveis mudanças. Um exemplo seria analisar, com alunos e comunidade escolar, em momentos coletivos, os papéis que a sociedade atribui a cada sexo, estudando os modelos que a mídia tenta propagar, histórias em quadrinhos, o vasto universo de filmes que abordam infinitas relações de gênero, entre outros. Outra questão levantada por ela é que a grande maioria de livros ou conteúdos voltados para formação de opinião das crianças são elaborados historicamente por homens. Tal fato exhibe a necessidade de as mulheres começarem a elaborar mais, demonstrando seu reconhecimento em suas próprias obras. Conceição (2009, p. 755) assevera que “a luta é constante contra discursos e práticas que nos fazem pensar que há alguma vantagem de ser pertencente ao sexo feminino ou masculino”.

Nesse sentido, defende-se a importância de filmes como *Valente*, que, apesar de não se aprofundar em questões de gênero, apresenta ao público infantil e adulto as diferenciações marcantes que foram designadas a meninos e meninas, sugerindo a possibilidade de novos percursos. Daí a necessidade de mostrar, nas mídias em geral, fatos concretos da realidade.

Adicionalmente, percebem-se, também, grandes avanços em releituras da literatura infantil. Neuls e Vidal (2006) analisaram contos de fadas clássicos, considerando como são representadas as noções de feminilidade e masculinidade. Clássicos são recontados de forma a mostrar outros tipos de situação, como princesas espertas e príncipes que desistem de se casar. Logo, as autoras reforçam que não há um modelo a ser seguido de como ser menino e menina. Nesse sentido, cada um pode seguir suas reais convicções de representações do que é ser feminino e masculino em seu meio social. Esses livros da atualidade podem ser utilizados pelos educadores(as) como forma de contestar a veracidade dos fatos apresentados em livros antigos e atuais.

Assim, tudo que constitui o masculino e o feminino vem sendo traçado historicamente pela sociedade, sendo que a maioria dos estereótipos impostos são apreendidos ainda na infância. No entanto, é preciso que certos discursos sejam modificados, como proposto no filme *Valente*.

Contos de fadas não precisam relatar princesas perfeitas e com condutas estritamente femininas, mas sim demonstrar a possibilidade de escolha, com a realização de atitudes semelhantes à vida real.

Articulações finais

No filme *Valente*, a jovem princesa não tinha a menor vocação para levar a vida traçada pelos pais e nem a desejava. Depreende-se, assim, que a obra traz grande avanço para o mundo infantil, mostrando que meninas podem agir diferentemente dos estereótipos designados a ela.

Nesse contexto, não se pode negar que o termo “gênero”, na atualidade, envolve muitas dúvidas e questionamentos, sendo confundido pela grande maioria com sexualidade, e não com identidade. Através dessa alocação, foi possível perceber que a escola tem sido vista como elemento essencial para a construção de uma sociedade mais democrática, justa e sem preconceito.

Como reflexão, evidencia-se que a escola é um espaço de preparação para liberdade de pensamento, pluralidade, aceitação e compreensão do outro, uma vez que os tempos atuais requerem novas formas de lidar com a diferença. As pequenas mudanças poderiam ocorrer, primeiramente, através de ações rotineiras, que passam despercebidas por educadores, famílias e sociedade, mas causam grandes efeitos na vida adulta, principalmente, do gênero feminino.

Diante dessa conjuntura, a personagem Merida se torna exemplo ao carregar um espírito livre, já que as moças de sua época e do seu reino não eram autorizadas a pensar e, muito menos, a agir dessa forma. Porque não começar com a desconstrução de que meninas podem gostar de futebol, de capoeira ou outro esporte considerado masculino? Também podem não casar e não querer ter filhos, escolher uma profissão de piloto da aeronáutica, delegada, mecânica, pedreira etc. O mesmo serve para o sexo masculino, que não precisa ser forte o tempo todo, pode sentir medo e emoções (como o rei do filme *Valente*), além de gostar de cozinhar, ajudar em casa, querer ser costureiro ou boleiro.

São pequenas ações que necessitam ser desconstruídas nas famílias, na mídia, no universo escolar e na sociedade em geral. Moreno (1999) e Santos (2019) ilustram bem essas questões quando observam as diferenças entre feminino e masculino nos livros didáticos e nas formas de tratamento adotadas pelos educadores. Daí a necessidade da formação continuada aos profissionais, com o intuito de ensinar a lidar com essas

divergências, instruir para intervir com exatidão e precaução. É importante destacar que essas mudanças devem partir, primeiramente, das famílias.

Desse modo, torna-se essencial observar os resquícios desses comportamentos na vida adulta. As mulheres ocupam o mesmo cargo dos homens com salários mais baixos, com jornadas duplicadas de trabalho, acrescentadas de tarefas domésticas e cuidados com os filhos, além de se submeterem, muitas vezes, à violência doméstica. O próprio corpo da mulher é visto como propriedade e objeto dos seus parceiros, olvidando muitas atitudes e qualidades.

A questão de gênero ainda constitui desafio apesar de adquirir novos significados a partir do reconhecimento de estudos de autores(as) citados(as) ao longo do texto. As lutas diárias não são para superioridade do sexo feminino na atualidade, mas sim para o reconhecimento da mulher como dona do seu próprio destino. Ser homem ou ser mulher não deve fazer diferença na sociedade.

Por fim, convém realçar que a realização deste estudo indicou a necessidade de ampliação de pesquisas sobre as percepções de gênero na sociedade, sobretudo no universo infantil, uma vez que é preciso desconstruir certos conceitos e refletir sobre os novos, extinguindo práticas de exclusão, não só de identidade de gênero, mas também de outras dimensões de desigualdade presentes na contemporaneidade.

Referências

ABRAMOWICZ, A.; CRUZ, A. C. J.; MORUZZI, A. B. Alguns apontamentos: a quem interessa a Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil? **Debates em Educação**, Maceió, v. 8, n. 16, p. 46-65, 2016.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: educação base. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017.

BRASIL. Emenda constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 8, 12 nov. 2009.

BEAUVOIR, S. Infância. In: **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 9-65. v. 2.

BELELI, I. A. Corpo e identidade na propaganda. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 193-215, 2007.

- COSTA, G. P. **O amor e seus labirintos**. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília, DF: Editora UnB, 2001.
- FRIEDAN, B. O problema sem nome. In: FRIEDAN, B. **A mística feminina**. Petrópolis: Vozes, 1971. p. 17 - 31.
- CONCEIÇÃO, A. C. L. da. Teorias Feministas: da “questão da mulher” ao enfoque de gênero. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, São Paulo, v. 8, n, 24, p. 738-757, 2009.
- LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, Florianópolis, n. esp., p. 37-45, 2007.
- LOBO, E. S. O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 7-16.
- LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- MENEZES, A.; BRITO, R. Diferenças de gênero na preferência de pares e brincadeiras de crianças. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 193-201, 2013.
- MORENO, M. **Como se ensina a ser menina**. São Paulo: Moderna, 1999.
- NEULS, J. S.; VIDAL, F. F. Contos de fadas modernos: ensinando modos de ser homem e mulher. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 7., 2006. **Anais [...]**. Florianópolis: EDUFSC, 2006.
- PATEMAN, C. Confusões patriarcais. In: PATEMAN, C. **O contrato sexual**. São Paulo: Paz e Terra, 1993. p. 38-65.
- SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, A. C. S. **Representações sociais de relações de gênero de professoras/es da educação infantil.** 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

Recebido em fevereiro de 2020.

Aprovado em outubro de 2020.

MULHERES E POLÍTICA: A BANCADA FEMININA NO CONGRESSO NACIONAL BRASILEIRO SOB A PERSPECTIVA DO ELEITORADO

Antonio Teixeira de Barros¹

Elisabete Busanello²

Isabele Batista Mitozo³

Resumo: O artigo analisa os dados de um questionário aplicado com o objetivo de avaliar as percepções dos respondentes sobre a atuação da Bancada Feminina no Congresso Nacional. As hipóteses avaliadas são: (1) as mulheres não tendem a apresentar uma visão mais positiva que a dos homens sobre presença e atuação das parlamentares no Congresso Nacional; (2) indivíduos casados, separados e viúvos tendem a ver de forma mais negativa essa presença/atuação; e (3) pessoas que se declaram sem religião tendem a ser mais favoráveis a esses quesitos. Conclui-se que sexo, religião e estado civil são, de fato, as variáveis que possuem mais associações significativas com os aspectos avaliados.

Palavras-chave: Mulheres e política; Bancada feminina; Congresso Nacional brasileiro.

Abstract: Our article analyzes the data of a survey on the perceptions of the voters about Women's Parliamentary Bench at the National Congress. The hypotheses assessed were: 1) women do not tend to have a more positive perspective than men regarding parliamentarians' presence and performance at the National Congress; 2) married, separated and widowed people have a tendency to see this presence/performance in a more negative way; and 3) people that stated they do not have a religion tend to be more supportive of those aspects. We concluded that gender, religion and marital status are the variables that have more significant associations with the evaluated aspects.

Keywords: Women and politics; Women's parliamentary bench; Brazilian National Congress.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição- NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Doutor em Sociologia, docente e pesquisador do Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação da Câmara dos Deputados (CEFOP), Brasil. E-mail: antonibarrosg@gmail.com. Orcid: 0000-0002-3061-8202

2 Doutoranda em Sociologia pela UnB, programa de Pós-Graduação do Centro de Formação da Câmara dos Deputados (CEFOP), Brasil. E-mail: elisabete.busanello@camara.leg.br. Orcid: 0000-0003-0214-1977

3 Doutora em Ciência Política, professora do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão, Brasil. E-mail: ibmitozo@gmail.com. Orcid: 0000-0002-7627-306X

Introdução

A chamada Bancada Feminina no Congresso Nacional brasileiro (BFCN), apesar de não constituir uma bancada propriamente dita e muito menos um bloco homogêneo de parlamentares, é assim denominada por reunir as mulheres eleitas para os postos de deputada federal e senadora. Já existem vários estudos sobre a composição da BFCN, a distribuição regional e partidária, a produção legislativa, os discursos e outras formas de atuação (PINHEIRO, 2006; PINTO; MORITZ; SCHULZ, 2013; SOUZA-LOBO, 1991; TABAK, 1989). Entretanto, poucas são as pesquisas acerca da perspectiva do eleitorado em relação a essas representantes, uma vez que o eleitor também participa, em certa medida, do processo de recrutamento e seleção política (ALVARES, 2008). A participação do eleitorado ocorre após os partidos políticos realizarem as convenções partidárias para escolha de seus candidatos e o deferimento do registro de candidatura pelo órgão eleitoral competente.

Com base nesse diagnóstico, o objetivo deste artigo é apreender as percepções dos respondentes, mais positivas ou mais negativas, em relação à presença de deputadas federais e senadoras no parlamento e à atuação política das mulheres que compõem a BFCN. Para tanto, foi realizado um *survey*, no mês de outubro de 2018, com 812 informantes das cinco regiões do país, utilizando a técnica bola de neve, com divulgação on-line, especialmente, pelas redes sociais digitais, como o Facebook e o WhatsApp.

O questionário teve como foco a opinião dos respondentes sobre: a quantidade de deputadas e senadoras, a qualidade da atuação das parlamentares e o significado da presença das mulheres na política nacional brasileira. Foram formuladas três hipóteses, as quais partem dos resultados de outros estudos – mencionados no próximo tópico deste artigo – a serem testadas com base nos dados. A primeira consiste na premissa de que as eleitoras não tendem a apresentar percepções mais favoráveis à presença e à atuação das mulheres na política do que os eleitores do sexo masculino (H1). A segunda tem como base a variável “estado civil”, considerando que eleitores(as) casados(as) ou que já mantiveram um casamento (separados e viúvos) tendem a votar menos nas mulheres e a avaliar mais negativamente a atuação das parlamentares que eleitores(as) solteiros(as) (H2). Por fim, a terceira hipótese foca na variável religião: os(as) cidadãos(as) de cultura laica (sem religião) tendem a ser mais favoráveis à presença e à atuação de mulheres no Congresso Nacional (H3).

O texto se divide em quatro seções, além desta introdução. Primeiramente, (1) discute-se a presença e o papel das mulheres na democracia. A parte empírica, na sequência, é constituída pela (2) apresentação das estratégias metodológicas adotadas pela pesquisa, (3) pela análise dos dados e, por fim, (4) pela discussão dos resultados alcançados, baseando-se na literatura, e algumas considerações finais sobre a pesquisa, momento em que também é sistematizada a constatação ou não das hipóteses de investigação.

Mulheres e política: uma ausência histórica

Desde o modelo de democracia ateniense, na Grécia Antiga, a política tem sido uma atividade “de homens”, herança da dicotomia entre esfera pública e esfera privada. Estabeleceu-se, assim, um modelo político baseado na divisão sexual do trabalho, cujas consequências ainda repercutem na atualidade, apesar de todos os avanços e conquistas no campo dos direitos das mulheres. O sistema de cultura de matriz patriarcal cristalizou-se como uma base fundamental “sobre a qual se assentam hierarquias de gênero nas sociedades contemporâneas, ativando restrições e desvantagens que produzem uma posição desigual para as mulheres” (BIROLI, 2016, p. 721).

Como parte do processo de divisão sexual do trabalho, as mulheres constituem um grupo “onerado pelo cotidiano de trabalho não remunerado, direcionado a ocupações específicas, relativamente menos remunerado no trabalho e sub-representado na política” (BIROLI, 2016, p. 721). Essa situação incide ainda hoje sobre as mulheres no que se refere ao âmbito da política institucional, porque a dominação masculina insiste em um padrão que exclui e marginaliza as mulheres no sistema político-eleitoral vigente, do recrutamento partidário à representação nas instituições do Estado. Mulheres são oneradas com as atividades domésticas, ficam em desvantagem em relação aos homens, com menos tempo livre, além de renda inferior, gerando maior cerceamento de suas possibilidades de participação política e no próprio modo como praticam essa atividade.

Há vasta literatura dedicada a analisar com profundidade as várias influências dos fatores culturais, estruturais e simbólicos sobre o campo político, uma vez que se trata de um conjunto de fatores de reconhecida relevância para a compreensão e o exame das baixas taxas de inserção de mulheres nos sistemas de poder, como no caso dos parlamentos (ARAÚJO; SCALON, 2006; NORRIS; INGLEHART, 2003). Isso significa que “a igualdade e a

desigualdade de gênero são mediadas por múltiplos fatores, particularmente a cultura, articulando dimensões socioeconômicas e culturais” (ARAÚJO; SCALON, 2006, p. 48). Entre as consequências mais expressivas para perpetuar a exclusão das mulheres da vida pública está a naturalização da política como sendo “negócio de homens” (BIROLI; MELLO, 2010, p. 2).

A literatura feminista aponta um repertório de aspectos específicos que funcionam como obstáculos à entrada de mulheres na vida política, além dos fatores estruturais e culturais decorrentes da histórica divisão sexual do trabalho, conforme acima mencionado. Dentre os fatores específicos, destacam-se a organização e o funcionamento dos sistemas políticos e eleitorais, o elevado investimento financeiro nas campanhas e as dificuldades para o financiamento de candidaturas femininas (ARAÚJO, 2005; ARAÚJO; ALVES, 2007).

Análises empíricas mostram que as mulheres apresentam arrecadação de campanha “significativamente menor que a dos homens, e que dada a alta correlação existente entre financiamento e sucesso eleitoral”, este constitui “um dos elementos centrais para explicar o seu baixo desempenho eleitoral” (SACCHET; SPECK, 2012b, p. 177). Em outro estudo, os autores concluem que existe uma “alta correlação existente entre dinheiro gasto em campanhas e razão de chances”, logo, “onde as receitas das mulheres foram mais próximas às dos homens, o desempenho eleitoral delas foi maior” (SACCHET; SPECK, 2012a, p. 448). Isso inclui o baixo apoio financeiro de doadores da iniciativa privada, quando ainda era permitido, visto que sempre preferiram investir em candidaturas masculinas (BALLINGTON, 2003). Ademais, “os partidos discriminam as mulheres na distribuição de recursos do fundo partidário, contribuindo, portanto, para acentuar as desvantagens de financiamento que elas têm em relação aos homens a partir de outras fontes de doação” (SACCHET; SPECK, 2012b, p. 179).

Esse conjunto de fatores leva ao diagnóstico de que há, de fato, desvantagens marcantes para as campanhas femininas em relação às masculinas quando o assunto é financiamento. Tal diagnóstico explica que “parte da ineficácia do sistema de cotas eleitorais está relacionada com a dificuldade das mulheres em conseguirem financiamento de campanha” (ARAÚJO, 2013, p. 14), tendo em vista que dinheiro é um fator chave para o sucesso eleitoral. Em suma, a literatura registra a existência de uma cadeia de fatores que dificultam tanto a candidatura quanto a eleição de mulheres. Em outras palavras, os resultados eleitorais são fruto da articulação de várias dimensões,

como as socioeconômicas, políticas e culturais, filtros que antecedem mesmo o recrutamento (ARAÚJO; BORGES, 2013, p. 69).

Dessa cadeia de marginalização há cerca de 10 candidatos eleitos para apenas uma mulher que consegue driblar o bloqueio do financiamento eleitoral, “mas as [poucas] que conseguem competem tendo condições financeiras próximas às dos homens” (JUNCKES et al., 2014, p. 43). Cerca de 90% das candidaturas femininas ficam no rol das chamadas candidaturas inaptas, ou seja, aquelas que são formalizadas apenas para que os partidos consigam cumprir as cotas de 30% de candidatas, incluindo as “candidaturas laranja”. Assim, a relação de equilíbrio entre a população feminina e masculina no país não se expressa nas candidaturas e muito menos após as eleições, em que as candidatas alcançam em torno de 10% das vagas. As mulheres enfrentam, portanto, “um processo seletivo de exclusão, isolamento e marginalização nas redes de financiamento eleitoral, gerando-se, assim, reduzidas chances de sucesso nos pleitos” (JUNCKES et al., 2014, p. 25).

É cabível ressaltar a função de conservação estrutural das instituições políticas, principalmente os partidos, que são considerados “agentes de reprodução das estruturas existentes no interior do campo político” (BIROLI; MELLO, 2010, p. 7). Tal avaliação se justifica porque as agremiações partidárias atuam de forma seletiva e arbitrária, reproduzindo as estruturas históricas de dominação, tanto de produção quanto de poder, que direciona às mulheres papéis específicos e limitados.

Nessa ordem de ideias, as formas de recrutamento partidário adquirem função estratégica. É pelo recrutamento que as legendas buscam atrair novo(as) adeptos(as), ou seja, é um mecanismo fundamental para a formação e a renovação das lideranças políticas. Nesse processo, entretanto, as agremiações investem principalmente no recrutamento masculino, mantendo sempre uma elite masculina no comando das legendas.

Ao preterir as mulheres, os partidos cerceiam a possibilidade de elas galgarem postos, tanto no âmbito interno quanto externo nos partidos. Dessa forma, as mulheres são privadas da experiência política completa que o recrutamento poderia lhes proporcionar (FERREIRA; LEMOS; SIRINO, 2015), afinal de contas, esse momento é considerado a base de uma provável carreira política, visto que propicia aprendizado, convivência, além da formação de redes de contatos políticos, importantes para o acúmulo de capital político ao longo da vida partidária. Tal cenário revela uma assimetria entre “o grau de conquistas ou de participação das mulheres em

esferas da vida social, como na educação e no trabalho, e a sua pequena inserção nas instâncias decisórias do poder” (ARAÚJO, 2005, p. 193).

Embora não sejam a única causa, essas dificuldades iniciais se constituem como fatores pouco abordados na literatura, que se concentra mais nas barreiras para o lançamento das candidaturas, a eleição e a reeleição (ALVARES, 2008; ARAÚJO, 2005; MATLAND, 2002; NORRIS, 1993; NORRIS; INGLEHART, 2003; NORRIS; LOVENDUSKI, 1995; SCHMIDT, 2003). Trata-se, no entanto, de uma cadeia de fatores, os quais, combinados, exercem uma grande influência negativa que resulta na baixa representação feminina, especialmente no parlamento. Faltam aos partidos, portanto, estratégias eficazes de “inclusão orientada na arena política” (BIROLI; MELLO, 2010, p. 2), a começar pelo recrutamento e a filiação. A principal estratégia partidária registrada na literatura para maior inclusão tem sido no plano retórico, como a convocação das mulheres a se filiarem, com poucas implicações práticas (ARAÚJO, 2005; NORRIS; LOVENDUSKI, 1995; NORRIS, 2004).

A adoção de estratégias mais robustas é justificada porque, nas democracias representativas, são os partidos que selecionam as candidaturas, com base em seus próprios estatutos e normas internas. Como as elites partidárias são predominantemente masculinas, trata-se de um jogo que desfavorece as mulheres, visto que há processos decisórios anteriores ao lançamento das candidaturas. Esses processos são concentrados nos círculos masculinos que presidem os partidos, na figura de seus líderes. Além de concentradas, tais decisões são pouco transparentes. Dessa forma, as candidaturas femininas são usadas, na maioria das vezes, como “tampões” para as cotas, o que significa candidaturas fracas, que não contam nem mesmo com legitimidade interna e, portanto, não têm condições mínimas de competitividade perante as masculinas (MATOS, 2010, p. 43). Convém ressaltar que a atuação partidária e a adoção de cotas não devem ser vistas de forma isolada, posto que a inclusão das mulheres na política requer um conjunto maior de medidas legais para assegurar a paridade feminina em relação aos homens de forma mais ampla na sociedade. Estudos comparativos mostram que o modelo de sociedade – com sua cultura e seus valores sociais – interfere diretamente em democracias mais ou menos inclusivas (NORRIS; INGLEHART, 2003).

Apesar de tais diagnósticos, os estudos sobre o tema mostram que os partidos não assumem publicamente suas responsabilidades em relação à marginalização das candidaturas femininas. Ao contrário disso, costumam

alegar falta de interesse das mulheres em se candidatarem, desconsiderando toda a cadeia que compõe o ciclo vicioso da exclusão, conforme descrito anteriormente. Ou seja, além de manterem as lógicas de dominação masculina, os partidos, na figura de seus líderes, reproduzem o discurso fácil e falacioso da apatia política das mulheres. Além disso, “a responsabilidade é posta sobre as mulheres, como um problema de livre e particular escolha individual e não um problema da democracia” (ARAÚJO, 2005, p. 212).

Ao aprofundar sua análise sobre a função dos partidos na conservação dos padrões masculinos de competição partidária, a autora ressalta que:

Em geral, os melhores resultados das mulheres não são encontrados nos estados mais desenvolvidos em termos socioeconômicos, com maior IDH (Índice de Desenvolvimento Econômico), com maior grau de escolaridade; maior grau de associativismos e organização política; ou ainda com número maior de partidos estruturados. Em termos relativos, tem sido predominante a eleição em estados menores, considerados menos desenvolvidos ou com grau mediano de desenvolvimento e mais conservadores em termos políticos ou culturais. Segundo, sob o ângulo dos partidos, constata-se que os de Esquerda tendem a eleger mais mulheres do que os partidos de Centro ou de Direita. Não há, porém, um padrão consistente que mostre que são esses mesmos partidos que lançam mais candidaturas. (ARAÚJO, 2005, p. 204).

Diante do exposto até aqui, torna-se mais compreensível o debate acerca dos fatores que explicam sub-representação feminina na política brasileira e, em especial, no caso do Congresso Nacional brasileiro. Esse debate, além de expressivo no contexto recente, tem sido “impulsionado pelos estudos que apontam o pensamento feminista como ingrediente político de renovação das teorias políticas e da própria noção de democracia” (BARROS, 2015, p. 187). É pertinente ressaltar que se trata de uma agenda mais abrangente, indo além do simples direito ao voto (MIGUEL; BIROLI, 2010), o que não significa desmerecê-lo, uma vez que se trata de uma conquista histórica para a democracia brasileira. Entretanto, ele passou a ser encarado como um primeiro degrau para a construção de uma pauta mais ampla de novas conquistas para as mulheres no campo da representação política, incluindo maior presença nas arenas legislativas.

As considerações sobre o voto nos remetem às análises sobre o papel do eleitorado no processo democrático, o que é muito pertinente para o caso em exame, posto que o estudo tem como base a percepção do eleitorado. A respeito disso, Matos (2010) salienta que é como se houvesse um acordo

tácito que favorece a omissão dos partidos, justificada implicitamente pela visão de que as candidatas recebem menor apoio eleitoral do que os homens. Para a autora, as consequências disso “são eleitoras e eleitores em geral com baixíssimo senso de responsabilidade em relação ao próprio voto, que se reflete numa baixa legitimidade dos próprios representantes eleitos e quase nenhuma consciência crítica das diferenças e discriminações de gênero em todo este processo”. Além disso, estudos empíricos mostram que o eleitorado brasileiro ainda é pouco atento às questões de gênero no processo eleitoral, inclusive entre as mulheres. Segundo Araújo e Borges (2013), 70% das mulheres votam sem essa preocupação, enquanto, no caso dos homens, o percentual é de 76%.

Pinto e Moritz (2009, p. 65) consideram que “a ausência ou a baixa presença de mulheres nos espaços de poder já denuncia suas condições subalternas”. Por isso, as autoras defendem o protagonismo da mulher enquanto “sujeito político mulher”. Segundo essas pesquisadoras, aumentar a presença feminina nos espaços de poder é indispensável por duas razões de igual relevância:

A primeira delas é que essa presença revela uma mudança de cultura na sociedade, que vota na mulher. De uma sociedade que não admite mulher na vida pública, para uma sociedade que vota em mulher para cargos públicos, há uma grande distinção que é reveladora de avanços nas lutas das mulheres por direitos. [...] A segunda razão diz respeito ao fato de que a presença, mesmo que esteja muito distante das lutas feministas, é um espaço aberto para essas lutas. (PINTO; MORITZ, 2009, p. 67).

Com base nessas análises, surgiram propostas alternativas à histórica exclusão das mulheres da vida pública, a exemplo da chamada política de presença, um contraponto ao que se convencionou chamar de política de ideias. Esse debate é relevante para a pesquisa aqui apresentada, pois a BFCN é fruto da eleição de mulheres para o parlamento. Ao serem eleitas e exercerem seus mandatos, elas passam a ter presença e voz no Congresso Nacional, passíveis, portanto, de avaliação de sua atuação pelo eleitorado, em razão da política de presença. Isso não significa necessariamente que mulheres eleitas sejam efetivamente representantes de interesses femininos, porém, há mais chances de representação de perspectivas femininas do que no caso de parlamentares do sexo masculino (MIGUEL, 2000).

A democracia liberal não pressupõe necessariamente o critério da política de presença, mas, sim, o da política de ideias afinal, essa vertente

“vê, convencionalmente, a *diferença* como sendo prioritariamente uma questão de ideias; e considera a representação tanto mais adequada quanto melhor reflete as opiniões, preferências ou crenças dos votantes” (PHILLIPS, 2001, p. 268, grifo do autor). Os programas partidários e de governo, convencionalmente, são formulados como sendo expressão da política de ideias, entretanto, a autora explica que há o surgimento de uma política dita alternativa, de presença, pois questiona se apenas mulheres poderiam efetivamente representar outras mulheres, seguindo a lógica da política de presença ou se homens também podem exercer uma representação qualificada, nos termos da política de ideias.

Quanto a isso, Anne Phillips afirma que “é concebível que homens possam substituir mulheres quando o que está em questão é a representação de políticas, programas ou ideais com os quais concordam”, entretanto, “como um homem pode substituir legitimamente uma mulher quando está em questão a representação das mulheres *per se*?” (PHILLIPS, 2001, p. 273). Para a autora, pensar em formas de representação adequada implica buscar uma forma de representação que reflita as diversidades sociais. Por essa razão, “noções de representação ‘típica’, ‘especular’ ou ‘descritiva’ têm retornado com força renovada ao debate” (PHILLIPS, 2001, p. 273)⁴.

Esse debate remete ao conceito de perspectiva social, ou seja, um posicionamento socialmente situado, uma forma de compreender a realidade a partir de um lugar social determinado pela classe ou, no caso das mulheres, pelo gênero. Nesse contexto, uma forma de promover a conciliação entre representação e justiça seria por meio da representação política das perspectivas femininas. Segundo a autora, a noção de perspectiva não se confunde com interesses nem opiniões. O interesse é entendido como algo que “afeta ou é importante para os horizontes de vida dos indivíduos ou para as metas das organizações”; as opiniões são “princípios, valores e prioridades assumidos por uma pessoa à medida que fundamentam e condicionam seu juízo sobre quais políticas devem ser seguidas e quais fins devem ser buscados” (YOUNG, 2006, p. 158-160).

A perspectiva social é mais densa do que interesses e opiniões, pois é diretamente condicionada pela posição que a pessoa ocupa na sociedade, em função de sua classe, renda, gênero, cor ou etnia. Por essa razão,

4 A autora se refere às formas de representação que deveriam levar em conta a proporcionalidade dos grupos sociais sub-representados, como mulheres, negros, jovens, indígenas etc.

pessoas diferentemente posicionadas têm diferentes experiências, histórias e compreensões sociais derivadas daquele posicionamento.

A noção de posição social envolve um conjunto amplo de variáveis como sexo, escolaridade, faixa etária, nível de renda, estado civil, atividade profissional, religião, entre outras. Tais variáveis interferem diretamente na perspectiva dos indivíduos sobre política, pois são vistas como variáveis culturais expressivas nos processos de renovação ou conservação das mentalidades políticas. Análises empíricas mostram que “variáveis como educação, rendimento e participação no mercado de trabalho correlacionam positivamente com igualdade de gênero”. Por outro lado, “a idade (ser mais idoso), a pertença religiosa, a conjugalidade (ser casado) e possuir filhos correlacionam negativamente com posições de gênero mais igualitárias” (ARAÚJO; SCALON, 2006, p. 48).

Não se pode retirar desse debate a questão do voto feminino no Brasil, uma conquista tardia, mas que reparou a noção de sufrágio universal, base da democracia representativa ocidental (AVELAR, 1989; BESTER, 1997). A extensão do direito de voto às mulheres “foi eminentemente fruto da mobilização e tomada de consciência delas próprias, espelhadas nas lutas similares em nível mundial” (BESTER, 1997, p. 19). Um dos principais argumentos para a adoção do voto feminino foi o de que os políticos só passariam a se preocupar com as reivindicações das mulheres se tivessem que prestar contas ao eleitorado feminino (ABREU, 2002). As autoras citadas ressaltam, contudo, que as vitórias das lutas sufragistas não representaram efetiva participação política das mulheres, ainda hoje, tendo em vista a baixa quantidade de mulheres eleitas no Brasil, apesar de representarem 52% do eleitorado. Segundo as estatísticas da Justiça Eleitoral, nas eleições municipais de 2016, apenas 31,89% das candidaturas eram de mulheres, mesmo assim, pode-se destacar um melhor desempenho feminino, fruto da lei de cotas.

É com base na discussão e nos resultados de pesquisas que consideram a perspectiva social como fator importante para as opiniões dos cidadãos acerca do campo político, mas observando o problema por outra perspectiva, que a análise aqui desenvolvida considera uma comparação entre a avaliação dos homens e das mulheres sobre a presença e a atuação da BFCN, tendo em vista a interferência de variáveis como, por exemplo, escolaridade e religião.

Estratégias metodológicas

A presente pesquisa tem como base empírica dados de um *websurvey* aplicado a eleitores e eleitoras brasileiras no mês de outubro de 2018. O objetivo da pesquisa é apreender as percepções, mais positivas ou mais negativas, em relação à presença e à atuação política das mulheres que compõem a BFCN.

Desse modo, a investigação parte de três hipóteses:

- H1: Tendo em vista que eleitores de ambos os sexos possuem praticamente o mesmo nível de falta de atenção às questões de gênero na política (ARAÚJO; BORGES, 2013), as eleitoras não tendem a apresentar percepções mais favoráveis à presença e à atuação das mulheres na política do que os eleitores do sexo masculino;
- H2: Eleitores(as) casados(as), ou que já mantiveram um casamento (separados e viúvos), tendem a votar menos nas mulheres e avaliar mais negativamente a atuação das parlamentares que eleitores(as) solteiros(as);
- H3: Os(as) cidadãos(as) de cultura laica (sem religião) tendem a ser mais favoráveis à presença e à atuação de mulheres no Congresso Nacional.

A fim de coletar as informações necessárias para o teste das hipóteses, aplicou-se como técnica um questionário em ambiente on-line, também se realizaram a divulgação e o compartilhamento do *link* para as questões, especialmente pelo uso das redes sociais digitais. Tendo em vista uma ampla aceitação e, conseqüentemente, o alcance de mais respondentes, o *survey* se constituiu de apenas seis perguntas de múltipla escolha, cuja elaboração teve como base a escala de Likert (ou seja, uma gradação de cinco ou seis opções, conforme apresentado nas notas de rodapé, a seguir): (1) O que você acha da quantidade de mulheres no Congresso Nacional? (As mulheres ocupam 10% das cadeiras no Congresso atualmente)⁵; (2) Na sua opinião o sistema político-partidário favorece a candidatura e eleição de mulheres⁶? (3) Você é favor de cotas para mulheres nas eleições para o Congresso

5 Opções de resposta: A quantidade é muito satisfatória; A quantidade é satisfatória; Para mim a quantidade é indiferente; A quantidade é pouco satisfatória; A quantidade é insatisfatória.

6 Opções de resposta: Concordo totalmente; Concordo em termos; Sou indiferente; Discordo em termos; Discordo totalmente.

Nacional?⁷ (4) Você acha que a presença de mulheres no Congresso Nacional...⁸; (5) Como você avalia a atuação das deputadas e senadoras em relação aos direitos das mulheres⁹? (6) Você já votou em mulheres para o Congresso Nacional¹⁰?

Os *surveys* eletrônicos ou *websurveys* constituem uma emergente modalidade de pesquisa, cuja amostragem é definida a partir da técnica bola de neve (DEWES, 2013; VINUTO, 2014). A referida denominação se deve à difusão dos questionários pelas redes de contato dos respondentes, sendo que cada um repassa para seus amigos virtuais e assim sucessivamente. Embora haja limitações nesse tipo de pesquisa, trata-se de um instrumento importante para o acesso de pessoas distantes, como nesse caso, em que os informantes estão dispersos por todo o país.

O *corpus* empírico é constituído por respostas de 812 indivíduos às questões propostas. A Tabela 1 mostra o perfil dos(as) informantes, com um percentual muito próximo do perfil eleitorado brasileiro quanto ao sexo, pois tem-se em torno de 52% de eleitoras e 48% de eleitores. Todas as faixas etárias estão representadas. Quanto ao grau de instrução, predominam os(as) informantes que concluíram o ensino médio. As faixas de renda também estão bem distribuídas, bem como estado civil, religião e região do país. Nesse último quesito, há proporcionalidade em relação às regiões mais populosas, ou seja, que concentram mais eleitores: Sudeste e Nordeste, que possuem 43,3% e 26,8% do eleitorado nacional, respectivamente.

A seção seguinte apresenta a análise dos dados obtidos a partir do *web-survey* aplicado, primeiramente, pela exposição dos dados descritivos da pesquisa. Em seguida, são testadas associações entre as respostas e o perfil dos respondentes a partir dos testes de hipótese *Gamma* (cálculo de coeficiente que apresenta o grau de associação entre variáveis ordinais, como faixa etária) e *Lambda* (que calcula associação entre variáveis não ordinais, como sexo)¹¹.

7 Opções de resposta: Concordo totalmente; Concordo em termos; Sou indiferente; Discordo em termos; Discordo totalmente.

8 Opções de resposta: É muito positiva para a política nacional; É positiva para a política nacional; Sou indiferente; É negativa para a política nacional; É muito negativa para a política nacional.

9 Opções de resposta: Excelente; Muito boa; Boa; Regular; Ruim; Péssima.

10 Opções de resposta: Sempre votei; Já votei diversas vezes; Já votei algumas vezes; Votei uma vez; Nunca votei.

11 Ambos os testes indicam o sentido (positivo ou negativo) e a intensidade da associação entre as variáveis.

Tabela 1: Perfil dos informantes do survey

	n°	%
Sexo		
Feminino	421	51,8
Masculino	386	47,5
Não informado	5	0,6
Faixa etária		
Até 20 anos	96	11,8
21 a 30 anos	148	18,2
31 a 40 anos	124	15,3
41 a 50 anos	151	18,6
51 a 60 anos	188	23,2
Acima de 60 anos	102	12,6
Não informado	3	0,4
Escolaridade completa		
Ensino Fundamental	49	6,0
Ensino Médio	324	39,9
Curso Superior	256	31,5
Pós-Graduação	179	22,0
Não informado	4	0,5
Renda familiar mensal		
Até 5 salários-mínimos	155	19,1
De 6 a 10 salários-mínimos	192	23,6
De 11 a 15 salários-mínimos	200	24,6
De 16 a 20 salários-mínimos	159	19,6
Acima de 20 salários-mínimos	99	12,2
Não informado	7	0,9
Estado civil		
Casado	340	41,9
Solteiro	311	38,3
Divorciado	91	11,2
Viúvo	65	8,0
Não informado	5	0,6
Religião		
Católica	283	34,9
Evangélicas	186	22,9
Espiritismo	86	10,6
Umbanda / Candomblé	21	2,6

Continua...

Tabela 1: Continuação.

	n°	%
Religiões orientais	41	5,0
Sem religião	138	17,0
Outras	54	6,7
Não informado	3	0,4
Região geográfica		
Norte	82	10,1
Centro-Oeste	127	15,6
Nordeste	197	24,3
Sudeste	287	35,3
Sul	115	14,2
Não informado	4	0,5
Total	812	100,0

Fonte: Elaboração própria (2020).

Análise dos dados

Antes de iniciar a análise da percepção de eleitores e eleitoras, consideramos necessária uma breve apresentação sobre o perfil da BFCN. Na tabela a seguir (TABELA 2), está a distribuição conforme a região em que se localiza o estado representado pelas parlamentares. Constata-se que as deputadas federais ocupam em torno de 10% das vagas na Câmara (55), enquanto as representantes no Senado Federal ocupam 16% das cadeiras¹² (13 senadoras, de um total de 81 parlamentares nessa Casa).

A partir da Tabela 2, pode-se perceber que as regiões que mais votaram em mulheres para os assentos na Câmara dos Deputados foram, respectivamente, Sudeste e Norte, cujas representantes eram mais de 60% do total de deputadas na Casa na 55ª Legislatura (2015-2019). Os números do Senado Federal apontam que as parlamentares na Câmara alta brasileira eram majoritariamente provenientes das regiões Nordeste e Norte, ocupando mais de 53% dos assentos totais das mulheres nessa casa.

Apesar da denominação de Bancada Feminina simplesmente por agrupar as mulheres parlamentares, convém ressaltar que se trata de um grupo muito heterogêneo do ponto de vista partidário e ideológico, como é possível observar na Tabela 3, a seguir. Dos 28 partidos com representação no Congresso Nacional (entre os 35 existentes em 2019), 19 contavam com

12 De acordo com dados de janeiro de 2018.

mulheres em seus quadros. O maior número de mulheres, considerando as duas casas legislativas, estava nas duas maiores bancadas do Congresso Nacional, MDB e PT, com 10 parlamentares cada. Em seguida, estavam: PSB, PCdoB, PSDB, PR e DEM.

Tabela 2: Deputadas federais e Senadoras, por Região

Região	n° Deputadas	%	n° Senadoras	%
Sudeste	20	36,36	2	15,38
Norte	15	27,27	3	23,08
Nordeste	10	18,18	4	30,77
Sul	6	10,91	2	15,38
Centro-Oeste	4	7,27	2	15,38
Total	55	100,00	13	100,00

Fonte: Elaboração própria (2020).

Tabela 3: Deputadas e senadoras por partido

	Partidos	n° Deputadas	%	n° Senadoras	%	Total	%
1	MDB	7	12,50	3	23,08	10	14,49
2	PT	7	12,50	3	23,08	10	14,49
3	PSDB	6	10,71	0	0,00	6	8,70
4	PCdoB	5	8,93	1	7,69	6	8,70
5	PR	5	8,93	0	0,00	5	7,25
6	PSB	5	8,93	2	15,38	7	10,14
7	DEM	4	7,14	1	7,69	5	7,25
8	PPS	3	5,36	0	0,00	3	4,35
9	PODE	2	3,57	0	0,00	2	2,90
10	PP	2	3,57	1	7,69	3	4,35
11	AVANTE	1	1,79	0	0	1	1,45
12	PDT	1	1,79	1	7,69	2	2,90
13	PRB	1	1,79	0	0,00	1	1,45
14	PSC	1	1,79	0	0,00	1	1,45
15	PSD	1	1,79	0	0,00	1	1,45
16	PSL	1	1,79	0	0,00	1	1,45
17	PSOL	1	1,79	0	0,00	1	1,45
18	PTB	1	1,79	0	0,00	1	1,45
19	PV	1	1,79	0	0,00	1	1,45
20	Sem Partido	1	1,79	1	7,69	2	2,90
	Total	56	100,00	13	100	69	100,00

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados de Senado (2019) e Lideranças (2021).

É necessário considerar ainda os variados posicionamentos em relação aos chamados “direitos das mulheres”, um tema controverso entre as deputadas e senadoras. Aquelas que defendem valores religiosos, por exemplo, entendem como direito da mulher viver em uma família tradicional, ser casada e contra o aborto. Aquelas que se identificam com as pautas feministas, ao contrário, consideram como direitos das mulheres a liberdade sobre o uso do corpo e os direitos reprodutivos. Apesar das diferenças, existem bandeiras e causas comuns, paralelamente a uma agenda controversa, de orientação feminista, conforme exposto no Quadro 1, abaixo.

Quadro 1: Paralelo entre as causas/bandeiras da BFCN quanto aos direitos das mulheres

Causas consensuais	Agenda controversa
Combate à violência contra as mulheres	Descriminalização do aborto
Defesa da paridade salarial	Criminalização do feminicídio
Maior participação das mulheres na política	Reconhecimento legal das novas configurações familiares
Combate ao racismo e à discriminação de mulheres negras	Contenção do assédio sexual
Combate à desigualdade de tratamento entre homens e mulheres	Políticas educacionais para a equidade de gênero
Defesa dos direitos das trabalhadoras rurais	Defesa dos direitos de todos os gêneros, incluindo mulheres, gays, lésbicas, travestis e transexuais.
Regulamentação do trabalho doméstico	Criminalização da homofobia, lesbofobia e transfobia.

Fonte: Barros et al., 2020, p. 278.

A maioria das 69 parlamentares defende as causas que denominamos “consensuais”, expostas na primeira coluna do Quadro 1, totalizando 39 (56,50%), sendo 30 deputadas e 9 senadoras. As demais representantes, em maior ou menor medida, defendem as políticas de gênero de forma mais abrangente e se enquadram na coluna dois (15 deputadas e 4 senadoras). No primeiro caso, estão as parlamentares dos partidos de extrema direita, direita e centro-direita, como PSC, PRB, PR, PP, MDB e PSDB. No segundo caso, estão representantes eleitas pelo PCdoB, PSOL, PT, PSB e PV, considerados de esquerda e centro-esquerda, embora a discussão sobre espectro ideológico seja complexa¹³.

¹³ Por falta de espaço e devido ao escopo da pesquisa, não é possível desenvolver uma análise sobre a vasta literatura acerca da discussão sobre o espectro ideológico e as dificuldades de se lidar com essa classificação devido à polissemia e à dificuldade de fixar fronteiras ideológicas. Apesar de se tratar de uma classificação questionável, sobretudo quanto à polarização entre direita e esquerda, além de suas possíveis variações e subdivisões, ainda é um recurso muito usado nos estudos contemporâneos (BOBBIO, 1995; GIDDENS, 1996; TAROUÇO; MADEIRA, 2013; entre outros autores).

Avaliação dos respondentes do survey quanto ao número de mulheres no Congresso Nacional

A fim de perceber como eleitores e eleitoras observam a presença e o trabalho dessas representantes, informamos, primeiramente, a proporção de parlamentares do sexo feminino, requerendo uma avaliação pessoal sobre essa quantidade. A avaliação predominante é que o número de deputadas e senadoras não é satisfatório, como mostra a Tabela 4. Chama atenção, entretanto, o expressivo número de respostas “Para mim, a quantidade é indiferente”. A indiferença é uma atitude política que significa tanto desinformação quanto desinteresse pelo tema. O fato é que pouco mais de 28% dos(as) respondentes não se incomodam com a baixa representação feminina no Congresso Nacional e mais 3,2% acham que a baixa quantidade é satisfatória/muito satisfatória.

Tabela 4: O que você acha da quantidade de mulheres no Congresso Nacional? (As mulheres ocupam 10% das cadeiras no Congresso atualmente)

Respostas	n°	%
A quantidade é muito satisfatória	7	0,9
A quantidade é satisfatória	19	2,3
Para mim, a quantidade é indiferente	229	28,2
A quantidade é pouco satisfatória	169	20,8
A quantidade é muito insatisfatória	386	47,5
Sem resposta	2	0,2
Total	812	100,0

Fonte: Elaboração própria (2020).

Sistema político-partidário versus candidatura e eleição de mulheres

Considerando que o sistema político-partidário é apontado pela literatura como um dos principais obstáculos à candidatura e à eleição de mulheres, conforme foi abordado na primeira parte do artigo, o questionário indagou se esse sistema favorece a candidatura e a eleição de mulheres. Na percepção dos respondentes, esse também é um problema, como mostra a Tabela 5. Somando as duas alternativas de discordâncias com o enunciado da pergunta, temos 62,57%.

Os dados demonstram que o eleitorado percebe as dificuldades das mulheres no âmbito partidário, o que certamente advém dos debates recorrentes e das estratégias retóricas dos movimentos feministas e de alguns partidos,

especialmente aqueles de esquerda, uma pauta que ganhou bastante visibilidade no país na última década. Essa percepção se mostra, portanto, coerente com as análises sobre as barreiras impostas às mulheres pelo sistema político-partidário (ARAÚJO, 2005; NORRIS; INGLEHART, 2003; NORRIS; LOVENDUSKI, 1995), embora essa falta de concordância com o sistema vigente não se converta em votos para as candidatas e ainda não alcance 36,5% dos(as) respondentes, que concordam ou são indiferentes às atuais regras do jogo.

Tabela 5: Na sua opinião, o sistema político-partidário favorece a candidatura e a eleição de mulheres?

Respostas	n°	%
Concordo totalmente	39	4,8
Concordo em termos	69	8,5
Sou indiferente	188	23,2
Discordo em termos	157	19,3
Discordo totalmente	353	43,5
Sem resposta	6	0,7
Total	812	100,0

Fonte: Elaboração própria (2020).

As cotas eleitorais e a presença e a atuação de mulheres no Congresso Nacional

A percepção do eleitorado acerca das dificuldades prévias à chegada das parlamentares às casas se reflete também no resultado da pergunta seguinte, sobre a adoção de um sistema de cotas, o que é exposto na Tabela 6. Entretanto, a concordância com as cotas, deve-se reforçar, não resulta, necessariamente, no voto em mulheres (MATOS, 2010).

Tabela 6: Você é favor de cotas para mulheres nas eleições para o Congresso Nacional?

Respostas	n°	%
Concordo totalmente	318	39,2
Concordo em termos	169	20,8
Sou indiferente	147	18,1
Discordo em termos	34	4,2
Discordo totalmente	140	17,2
Sem resposta	4	0,5
Total	812	100,0

Fonte: Elaboração própria (2020).

Percebe-se que 60% dos(as) informantes concordam total ou parcialmente com a proposta de cotas eleitorais para as mulheres¹⁴. As cotas têm sido objeto de vários estudos, com alguns impactos positivos, mas ainda com muitas restrições e resistências dos partidos (ARAÚJO, 2006; ARAÚJO; ALVES, 2007). Essa resistência também se expressa no eleitorado, pois mais de 20% dos(as) pesquisados(as) ainda discorda do sistema.

Tabela 7: Você acha que a presença de mulheres no Congresso Nacional...

Respostas	n°	%
É muito positiva para a política nacional	286	35,2
É positiva para a política nacional	291	35,8
Sou indiferente	223	27,5
É negativa para a política nacional	5	0,6
É muito negativa para a política nacional	5	0,6
Sem resposta	2	0,2
Total	812	100,0

Fonte: Elaboração própria (2020).

A tendência de avaliação positiva ou muito positiva é ainda mais perceptível quando os(as) respondentes opinam acerca da presença de mulheres no Congresso Nacional, como mostra a Tabela 7. Somados, os resultados dessas duas alternativas chegam a 71%. Isso sugere que segmentos expressivos dos respondentes do *survey* estão alinhados com o eleitorado brasileiro em relação à retórica da “política de presença” (PHILLIPS, 2001). O que permanece, por outro lado, é a indiferença em relação à presença de parlamentares do sexo feminino no Congresso, que caracteriza mais de 27,5% dos(as) respondentes, a terceira categoria mais escolhida entre as opções.

Tabela 8: Como você avalia a atuação das deputadas e senadoras em relação aos direitos das mulheres¹⁵?

Respostas	n°	%
Excelente	68	8,4
Muito boa	138	17,0

Continua...

14 A instituição das cotas eleitorais (Lei nº 9.504/97) teve origem em projeto de lei de autoria da então deputada Marta Suplicy (PT-SP), em 1995. Conforme a lei, os partidos são obrigados a destinar 30% das candidaturas a mulheres.

15 É cabível mencionar aqui que existe um horizonte normativo sobre a atuação de deputadas e senadoras em relação ao compromisso com os direitos e a agenda de demandas das mulheres. Logicamente, isso não se reflete em atuação de todas as parlamentares, em função das próprias clivagens da Bancada Feminina (VIEIRA et al., 2013).

Tabela 8: Continuação

Respostas	n°	%
Boa	186	22,9
Regular	137	16,9
Ruim	40	4,9
Péssima	41	5,0
Sem resposta	202	24,9
Total	812	100,0

Fonte: Elaboração própria (2020).

A Tabela 8 apresenta os resultados em relação à avaliação da atuação da BFCN em prol de causas específicas do público feminino. Embora o percentual de “excelente” seja baixo, quando somado a “muito boa” e “boa”, a avaliação positiva chega a 48,3%. Tal avaliação parece resultar da política de presença e dos posicionamentos discursivos das parlamentares, seja em prol de causas feministas ou de causas mais controversas, que são os aspectos de maior visibilidade delas no Congresso Nacional (BARROS, 2015). Deve-se ressaltar, todavia, o alto percentual daqueles que não souberam avaliar ou não responderam por outro motivo, certamente por desinformação ou desinteresse no acompanhamento do trabalho das parlamentares, grupo que soma $\frac{1}{4}$ dos participantes.

Voto em mulheres

Tabela 9: Você já votou em mulheres para o Congresso Nacional?

Respostas	n°	%
Já votei muitas vezes	103	12,7
Já votei algumas vezes	254	31,3
Votei uma vez	136	16,7
Nunca votei	273	33,6
Não lembro	43	5,3
Sem resposta	3	0,4
Total	812	100,0

Fonte: Elaboração própria (2020).

Quanto ao comportamento eleitoral, que se apresenta na Tabela 9, é expressivo o somatório das opções afirmativas acerca do voto em mulheres para o Congresso Nacional, com um total de 60,7%. Entretanto,

cabe uma ressalva sobre esse dado, supostamente supervalorizado pelos informantes, sem efeitos na realidade. Se houvesse efetivamente tal percentual de voto do eleitorado brasileiro em mulheres, como responderam os informantes do *survey*, a quantidade de deputadas e senadoras não seria tão reduzida. De forma mais precisa, temos um total de 147 milhões de eleitores, mas todas as atuais 56 deputadas federais obtiveram, juntas, nas eleições de 2014, um total de 4,3 milhões de votos, o que corresponde a 2,92% de eleitores que votaram efetivamente em mulheres. Embora haja um elevado percentual de votos brancos, nulos e abstenções, que superam 20% dos votos válidos, trata-se de uma nítida discrepância entre o total de informantes que afirma já ter votado em mulheres, mesmo considerando que a pergunta não se restringia aos últimos pleitos, nem apenas a uma única eleição. Trata-se aqui de um nítido caso de gerenciamento de impressão pessoal dos informantes, um conhecido efeito em pesquisas realizadas por meio de entrevistas e questionários, em que os informantes preferem usar estratégias de respostas que eles próprios avaliam como socialmente mais aceitáveis, um fenômeno típico das formas de representação do eu nas interações cotidianas (GOFFMAN, 1995; LEARY, 1996).

A ressalva diz respeito àqueles que votaram nelas apenas uma vez ou algumas vezes, que concentram 48% dos(as) informantes, expressando descontinuidade e fragmentação no comportamento eleitoral, ou seja, com votos esporádicos e eventuais em candidatas às cadeiras das casas legislativas federais.

Cruzamento de dados e associação entre as variáveis sociodemográficas

Passando ao cruzamento de dados do material empírico, a partir do teste de hipótese *Gamma* devido a sua característica de ordenação, constatou-se que as variáveis “idade”, “escolaridade”, e “renda” não se apresentaram como condicionantes de diferentes comportamentos do eleitorado, pois não apresentaram muitas associações significativas e, aquelas que o foram, tiveram coeficientes muito baixos. Por outro lado, o comportamento relacionado ao estado civil expressado nas respostas à primeira questão aproximou-se de uma relação moderada (TABELA 10).

A partir da tabela acima, percebe-se que o fator idade apresentou associação baixa, mas significativa, com as respostas às perguntas 1, 3 e 6. Especialmente na primeira e na última, pode-se afirmar que a maior idade dos(as) respondentes seguiu uma leve tendência de respostas mais positivas

quanto à presença e à atuação das mulheres na BFCN. Quanto à escolaridade, pode-se apenas dizer que as correlações significativas encontradas são muito baixas e, portanto, não convém considerá-las na análise como condicionantes de tendência de comportamento do eleitorado.

Tabela 10: Associação entre respostas e variáveis socioeconômicas (*Gamma*)

Questão	Idade	Escolaridade	Renda	Estado civil
1	0,124***	-0,014	-0,048	-0,229***
2	0,050	0,049	-0,040	0,064
3	0,081**	0,087**	0,047	-0,073*
4	0,053	-0,074*	-0,138***	-0,090*
5	0,023	-0,050	0,068**	-0,144***
6	0,136***	0,023	0,025	0,133

***Sig < 0,001/ **Sig < 0,01 / * Sig < 0,05

Fonte: Elaboração própria (2020).

Em relação, especificamente, à presença de mulheres representantes no Congresso, aqueles(as) que possuíam menor renda tenderam a apresentar uma visão mais positiva da BFCN, enquanto os(as) respondentes de maior renda tenderam à indiferença ou mesmo a uma visão negativa quanto a este ponto. A maior satisfação com a quantidade já existente de parlamentares a comporem a BFCN tende a se concentrar entre aqueles(as) que são ou já foram casados(as), enquanto os(as) solteiros(as) expuseram uma visão menos conformista quanto ao número. A parcela solteira desse eleitorado também tendeu a avaliar mais positivamente a atuação das deputadas e senadoras (TABELA 11). Esses resultados ratificam aqueles obtidos por Araújo e Scalon (2006), em que a conjugalidade também foi um fator a prejudicar o apoio à igualdade de gênero, nesse caso, na política.

Tabela 11: Associação entre respostas e variáveis socioeconômicas (*Lambda*)

Questão	Sexo	Região	Religião
1	0,276***	0,019	0,014
2	0,204***	0,002	0,026
3	0,208***	0,007	0,015
4	0,223***	0,053*	0,082**
5	0,174***	0,035***	0,102***
6	0,245***	0,028**	0,083***

***Sig < 0,001/ **Sig < 0,01 / * Sig < 0,05

Fonte: Elaboração própria (2020).

O cruzamento das respostas do *survey* realizado por meio do teste *Lambda* com as variáveis “sexo”, “região” e “religião”, por não tratar de dados ordinais, demonstra que apenas a primeira delas mantém uma associação com as tendências de opinião dos(as) respondentes. Isso ocorre porque, embora cada uma das duas últimas variáveis apresente três coeficientes significativos, esses resultados são muito baixos, o que não permite afirmar que essas variáveis condicionem os posicionamentos do eleitorado quanto às questões em tela. As mulheres, portanto, compõem a parcela do eleitorado mais propícia a apoiar a presença e a atuação das mulheres, com exceção da maior tendência à imparcialidade quanto ao favorecimento ou não das mulheres pelo sistema político-eleitoral adotado no Brasil (0,204)¹⁶.

Percebe-se que, quando se transforma a variável religião em binária, ou seja, entre respondentes que declaram religião e aqueles que declararam não seguir nenhuma crença, constatam-se associações entre baixa e moderada, todas significativas, com destaque para quatro delas, o que cobre o teste da terceira hipótese de pesquisa.

Tabela 12: Associação entre respostas e religião *dummy* (*Gamma*)

Questão	Religião
1	-0,400***
2	-0,103*
3	-0,316***
4	-0,348***
5	-0,234***
6	-0,135*

***Sig < 0,001/ **Sig < 0,01 / * Sig < 0,05

Fonte: Elaboração própria (2020).

Os coeficientes acima apresentados apontam que os(as) respondentes que declararam não ter religião possuem uma visão mais favorável em relação à atuação das mulheres, especialmente quando se questiona a quantidade de parlamentares do sexo feminino no Congresso Nacional (-0,400).

¹⁶ Embora o coeficiente também se apresente positivo, deve-se perceber que, nessa questão, o vetor das respostas foi invertido, caminhando das respostas menos favoráveis às mulheres representantes (concordar que o sistema eleitoral beneficia as candidaturas dessas agentes) às mais positivas (discordar de que o sistema lhes é favorável). Essa inversão ocorreu a fim de que os(as) respondentes não respondessem automaticamente às questões, apenas marcando o que acreditassem conferir -lhes o perfil planejado, estratégia comum à técnica de *survey*.

Discussão e conclusão

A pesquisa teve por objetivo compreender a percepção que eleitores e eleitoras do Brasil possuem acerca da presença e da atuação das parlamentares no Congresso Nacional a partir da análise dos dados de um *websurvey*. Os resultados apontam que o eleitorado se apresenta confortável para responder perguntas ligadas à opinião sobre a presença das parlamentares na BFCN, assim, foi realizada avaliação da atuação ou sobre o quanto o sistema político-eleitoral influencia o processo desde a candidatura até a eleição dessas representantes. É notável, sobretudo, que eleitores(as) não saibam avaliar as deputadas e senadoras (questão 5), o que se expressa por uma omissão de 202 respondentes, um quarto do total. O sistema político-eleitoral, por sua vez, parece ser quase tão enigmático quanto à atuação das parlamentares, pois mais de 23% dos(as) informantes apresentaram indiferença quanto ao funcionamento relacionado aos processos eleitorais e de representação política no caso das mulheres. Esses dados reforçam os estudos empíricos que mostram que o voto do eleitorado brasileiro é pouco associado a uma noção expressa de responsabilidade política (MATOS, 2010).

É sabido que as candidaturas femininas, geralmente, são menos competitivas (MATOS, 2010), existindo, muitas vezes, simplesmente devido à cota eleitoral obrigatória de 30% para as candidatas. A ausência de consciência sobre o fato de que o sistema exclui as mulheres indica falta de vontade política efetiva dos partidos, que encaram as cotas sob uma perspectiva burocrática e uma estratégia retórica (ARAÚJO, 2005; NORRIS; INGLEHART, 2003; NORRIS; LOVENDUSKI, 1995) e não de ação afirmativa com efeitos, de fato, inclusivos. O empenho dos partidos é considerado relevante porque a inclusão feminina “tende a ficar condicionada à lógica do sistema eleitoral, bem como aos arranjos políticos oriundos dessa lógica” (ARAÚJO, 2005, p. 212).

Os resultados também mostram que sexo, religião e estado civil são as variáveis que possuem mais associações significativas com os aspectos avaliados. Desse modo, contrariando os resultados da pesquisa de Araújo e Scalon (2006), a idade não se apresentou como variável significativa a condicionar o posicionamento apresentado pelos(as) informantes quanto à questão da representação feminina no Congresso. No estudo supracitado, a faixa etária é considerada devido às interferências geracionais na formação de mentalidades políticas (NORRIS, 2004), sendo os mais velhos considerados mais conservadores e menos receptivos às políticas de cota e de inclusão das

mulheres na política. Essa visão, de acordo com a presente pesquisa, parece estar se modificando, pelo menos em relação aos pontos aqui discutidos.

Os achados acerca da influência do estado civil sobre as respostas também vão ao encontro dos resultados da pesquisa de Araújo e Scalón (2006). O estudo mencionado ressalta a experiência da conjugalidade pelos homens como algo que se correlaciona negativamente com o apoio a posições de gênero mais igualitárias e, conseqüentemente, está associada a uma maior resistência às mulheres nas arenas políticas. Assim, de acordo com os resultados da pesquisa aqui desenvolvida, indivíduos que vivem ou já viveram uma relação conjugal tendem a possuir uma visão menos favorável à presença de mulheres no Congresso Nacional, o que fica marcado pela conformação desse grupo com a quantidade de deputadas e senadoras em atuação: cerca de 10% do total de cadeiras de cada casa legislativa. Respondentes solteiros(as), ao contrário, tendem a ver de modo mais desconfortável essa baixa percentagem, o que comprova a segunda hipótese da presente pesquisa.

Outro achado desta pesquisa que corrobora com a literatura acionada foi a constatação de que informantes que possuíam menor renda apresentaram uma visão mais favorável à presença de mulheres como representantes no Congresso. Essa informação pode estar conectada ao fato de não haver associação entre nível de escolaridade e uma visão mais positiva da atuação das parlamentares, uma vez que essa variável e a renda tendem a ser diretamente proporcionais.

Ademais, a religião também é uma variável influente sobre o modo como se vê as mulheres ocupando cargos eletivos em nível nacional. A pesquisa constatou que, mais que a consideração de grupos religiosos, o fato de não seguir nenhuma crença está relacionado a uma visão mais favorável acerca das parlamentares, tendo sido essa a variável com associações mais fortes em relação às respostas. Tal achado deve ser interpretado à luz dos estudos que valorizam as influências culturais no comportamento eleitoral e na cultura política de forma mais ampla (NORRIS; INGLEHART, 2003).

Votar em mulheres significa uma mudança cultural (PINTO; MORITZ, 2009). O ato de votar em candidatas expressa uma mudança de mentalidade, forjada na transição “de uma sociedade que não admite mulher na vida pública, para uma sociedade que vota em mulher para cargos públicos” (PINTO; MORITZ, 2009, p. 67). Essa mudança revela uma evolução significativa em relação à luta pelos direitos das mulheres, entretanto, não se pode imaginar uma mudança nessa direção sem que haja um movimento

feminista que o impulsiona, mesmo que algumas mulheres votem em outras muito mais pela política de presença que pela defesa de direitos progressistas, como discutido anteriormente neste artigo.

Nesse sentido, outro fator importante é o maior apoio que as mulheres expressaram em relação às representantes federais, pois os coeficientes, embora apontassem para uma associação entre baixa e moderada, foram significativos para as respostas a todas as perguntas do *survey*, o que invalida a primeira hipótese de pesquisa. Isso pode demonstrar um maior reconhecimento da representação feminina pelas eleitoras. Vale a pena retomar aqui a questão da perspectiva social, como um operador de grande eficácia simbólica na construção de sentidos políticos a partir da condição de classe, do gênero, do lugar social das mulheres (YOUNG, 2006).

Por fim, é necessário observar que há ainda uma resistência do eleitorado brasileiro em relação a quase todas as questões, uma vez que, embora haja quase sempre vantagem da avaliação positiva, a indiferença ainda é um fator notável. Uma agenda de pesquisa futura poderia abrir caminhos para a compreensão dessa indiferença, contraditória em relação ao momento de atividade política popular que o país viveu após a redemocratização. Esse ponto mostra que ainda há pouco conhecimento e, conseqüentemente, pouco interesse acerca da questão da inserção das mulheres nos espaços de tomada de decisão política por parte do eleitorado.

Referências

ABREU, M. Z. G. Luta das mulheres pelo direito de voto: movimentos sufragistas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. **Arquipélago**, Ponta Delgada, v. 6, n. 2, p. 443-469, 2002.

ALVARES, M. L. M. Mulheres brasileiras em tempo de competição eleitoral: seleção de candidaturas e degraus de acesso aos cargos parlamentares. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, p. 895-939, 2008.

ARAÚJO, C. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na política. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 24, p. 193-216, 2005.

ARAÚJO, C. Condicionantes institucionais das políticas de cotas. In: SOARES, G.; RENNÓ, L. (org.). **Reforma política: lições da história recente**. São Paulo: Editora FGV, 2006. p. 111-132.

ARAÚJO, C. M. O. Cotas femininas e financiamento de campanha. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 11-30, 2013.

ARAÚJO, C.; ALVES, J. E. D. Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as cotas. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 535-577, 2007.

ARAÚJO, C. M. O.; BORGES, D. Trajetórias políticas e chances eleitorais: analisando o “gênero” das candidaturas em 2010. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21, n. 46, p. 69-91, 2013.

ARAÚJO, C.; SCALON, C. Gênero e a distância entre a intenção e o gesto. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 21, n. 62, p. 45-68, 2006.

AVELAR, L. **O segundo eleitorado: tendências do voto feminino no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

BALLINGTON, J. Gender equality in political party funding. In: AUSTIN, R.; TJERNSTRÖM, M. (ed.). **Funding of political parties and election campaigns**. Stockholm: IDEA, 2003. p. 121-139.

BARROS, A. T. Internet e política para mulheres: análise dos websites das parlamentares da Bancada Feminina do Congresso Nacional. **Revista Democracia Digital e Governo Eletrônico**, Florianópolis, v. 1, n. 12, p. 183-211, 2015.

BARROS, A. T. et al. Representação política feminina sob a ótica das eleitoras brasileiras. **Século XXI: Revista de Ciências Sociais**, Santa Maria, v. 10, n. 1, p. 263-300, 2020.

BESTER, G. M. Aspectos históricos da luta sufrágica feminina no Brasil. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 15, n. 21, p. 11-22, 1997.

BIROLI, F. Divisão sexual do trabalho e democracia. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 3, p. 719-754, 2016.

BIROLI, F.; MELLO, J. Gênero e representação política: hipóteses sobre as diferenças entre a atuação de deputadas e deputados federais na 52ª legislatura (2003-2006). **Revista Ártemis**, João Pessoa, v. 11, p. 1-20, 2010.

BOBBIO, N. **Direita e esquerda**. São Paulo: EdUnesp, 1995.

DEWES, J. O. **Amostragem em bola de neve e Respondent-Driven Sampling**. 2013. Monografia (Bacharelado em Estatística) – Instituto de Matemática, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

FERREIRA, A. P. L.; LEMOS, M. W.; SIRINO, N. P. O perfil das deputadas federais com origem profissional no funcionalismo público eleitas entre 1982 e 2010. **Observatório Social e Político das Elites**, Curitiba, v. 2, n. 8, p. 1-16, 2015.

GIDDENS, A. **Para além da esquerda e da direita**. São Paulo: EdUnesp, 1996.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1995.

JUNCKES, I. J.; HOROCHOVSKI, R. R.; CAMARGO, N. F.; SILVA, J. M.; SILVA, E. A.; ALMEIDA, L. B. Posicionamento das mulheres na rede de financiamento eleitoral e seu desempenho nas eleições de 2010 no Brasil. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 6, n. 1, p. 25-47, 2015.

LEARY, M. R. **Self-presentation**. Madison: Brown & Benchmark Publishers, 1996.

LIDERANÇAS de blocos e partidos. **Câmara dos Deputados**, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3roGoWT>. Acesso em: 26 mar. 2021.

MATLAND, R. Estrategias para ampliar la participación femenina en el parlamento: el proceso de selección de candidatos legislativos y los sistemas electorales. In: MENDEZ-MONTALVO, M.; BALLINGTON, J. (org.). **Mujeres en el Parlamento**. Stockholm: Institute for Democracy and Electoral Assistance, 2002. p. 79-91.

MATOS, M. Paradoxos da incompletude da cidadania política das mulheres: novos horizontes para 2010. **Em Debate**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 31-59, 2010.

MIGUEL, L. F. Teoria política feminista e liberalismo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 44, p. 91-102, 2000.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. Práticas de gênero e carreiras políticas. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 3, p. 653-679, 2010.

NORRIS, P. Comparing Legislative Recruitment. In: NORRIS, P.; LOVENDUSKI, P. (ed.). **Gender and Party Politics**. London: Sage, 1993. p. 54-68.

NORRIS, P.; LOVENDUSKI, J. **Political recruitment**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1995.

NORRIS, P.; INGLEHART, R. **Gender equality and cultural change around the world**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2003.

NORRIS, P. **Young people & political activism**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2004.

PHILLIPS, A. De uma política de ideias a uma política de presença? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 268-290, 2001.

PINHEIRO, L. S. **Vozes femininas na política**: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte. 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.

PINTO, C.; MORITZ, M. L. A tímida presença da mulher na política brasileira. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, v. 2, p. 61-83, 2009.

PINTO, C. R. J.; MORITZ, M. L.; SCHULZ, R. M. O desempenho das mulheres nas eleições legislativas de 2010 no Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, v. 10, p. 195, 2013.

SACCHET, T.; SPECK, B. W. Dinheiro e sexo na política brasileira. In: ALVES, J. E. D.; PINTO, C.; JORDÃO, F. (org.). **Mulheres nas eleições 2010**. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012a. p. 417-451.

SACCHET, T.; SPECK, B. W. Financiamento eleitoral, representação política e gênero. **Opinião Pública**, Campinas, v. 18, n. 1, p. 177-197, 2012b.

SENADORES em exercício. **Senado Federal**, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3svhRRm>. Acesso em: 26 mar. 2021.

SCHMIDT, G. **Cuotas efectivas, magnitud relativa del partido, y el éxito de las candidatas mujeres**. Lima: Movimiento Manuela Ramos, 2003.

SOUZA-LOBO, E. O gênero da representação: movimento de mulheres e a representação política no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Florianópolis, v. 6, n. 17, p. 7-14, 1991.

TABAK, F. **A mulher brasileira no Congresso Nacional**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1989.

TAROUCO, G. S.; MADEIRA, R. M. Esquerda e direita no sistema partidário brasileiro. **Debates**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 93-114, 2013.

VIEIRA, O. V.; RAMOS, L. O.; GLEZER, R. E.; BRITO, A. S.; KLAFKE, G.; GIOVANELLI, R. G.; LESSA, M. **Implementação das recomendações e decisões do sistema interamericano de direitos humanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.

YOUNG, I. M. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, São Paulo, n. 67, p. 139-190, 2006.

Recebido em janeiro de 2020.

Aprovado em abril de 2020.

TRAVESTIS E QUIMERAS: NOTAS SOBRE CORPORALIDADES ABJETASI

Lucas Lazzarotto Vasconcelos Costa¹
Cláudia Samuel Kessler²

Resumo: Neste artigo, refletimos sobre corpo e gênero a partir de uma analogia entre a travestilidade e a potência ético-política da quimera. A bibliografia investigada privilegia etnografias sobre a população trans brasileira, mais especificamente as travestis. Organizamos nossos argumentos em três eixos: primeiro, discutimos as técnicas de construção corporal, problematizando a noção de corpos “naturais” e “montados”; depois, propomos uma discussão sobre binarismo de gênero e suas dissidências, passabilidade e visibilidade social; no último eixo, analisamos os efeitos ético-estéticos da travestilidade a partir dos conceitos de excesso, fragmento e monstrosidade. Em conclusão, afirmamos ser possível pensar um “quimerismo travesti”

Palavras-chave: Gênero; Corpo; Travestis.

Abstract: In this paper, we reflect on body and gender based on an analogy between the travestis and a chimera's ethical-political potency. The bibliography focuses on ethnographic researches on the Brazilian trans population, specifically travestis. We organize our arguments in three axes: first, we discuss the body building techniques, problematizing the concepts of “natural” and “assembled” bodies; then, we discuss gender binarism and its divergences, passability and social visibility; finally, we analyze the ethical-aesthetical effects of travestis based on the concepts of excess, fragment and monstrosity. We conclude that it is possible to think about a “travesti chimerism”.

Keywords: Gender; Body; Travestis.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Graduando em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Maria, Brasil. E-mail: lvlucas@gmail.com. Orcid: 0000-0001-8501-2059

2 Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria, Brasil. E-mail: jornalista24h@hotmail.com. Orcid: 0000-0002-1292-6914

Introdução

A utilização da quimera como forma de representação é muito sugestiva sobre o estatuto que a transgeneridade assume na cultura ocidental³. Como escolha política e metodológica, optamos por utilizar neste estudo uma abordagem que privilegie mais especificamente as travestis devido às suas históricas vulnerabilidades sociais e pelo estatuto de “não pessoa” a que são costumeiramente reduzidas. Além das travestis, há outras tantas identidades sexuais dissidentes que ressignificam e positivam existências que desviam da cisheteronormatividade, tais como “bicha”, “viado”, “sapatao”, entre outras. Estas identidades apresentam posicionamentos políticos que causam estranhamento, subvertem e desestabilizam⁴.

Preliminarmente, podemos traçar uma distinção entre um uso genérico e outro específico da palavra quimera. O sentido abrangente nomeia qualquer “união ou combinação, real ou fantástica, de elementos diversos num todo heterogêneo ou incongruente” (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 1594). Compor criaturas a partir da combinação de outros seres é bastante usual em toda produção cultural humana. São quimeras, por exemplo, Ganesha (divindade do hinduísmo), Anubis (divindade no Egito Antigo), a esfinge, o minotauro, sereias, o Bafomé (veremos adiante) e toda sorte de monstros.

Em um sentido mais específico, Quimera é o nome de uma personagem da mitologia grega, referida como um monstro terrível, cruel e grotesco e que possui partes de leão, serpente e cabra (HESÍODO, 2012; BULFINCH, 2002; FRANCHINI; SEGANFREDO, 2007). Esse ser mitológico foi morto pelo herói Belerofonte porque causava desordem, praticava pilhagem e atormentava o reino da Lícia (BULFINCH, 2002). Na *Teogonia* de Hesíodo se faz notar um detalhe importante: a Quimera é composta de uma parte feminina (a cabra) e uma parte masculina (o leão).

3 Em relação às questões relativas à identidade de gênero, o drama chileno *Una Mujer Fantástica*, produção cinematográfica de 2017, se refere à simbologia sexual contida na figura da quimera. Marina, mulher trans e protagonista do filme, é retratada por outra personagem como uma quimera na tentativa de (des)qualificá-la, enquanto uma mistura incompreensível de elementos. A partir desse produto cultural, passamos a refletir sobre as relações entre transgeneridade e quimerismo.

4 Os posicionamentos aqui apresentados se baseiam não apenas em leituras, mas em situações cotidianas em que tivemos a oportunidade de conversar informalmente com pessoas que se autoidentificam como travestis.

A simbologia da quimera é aqui proposta como chave de leitura para a questão da travestilidade⁵, pois, assim como as travestis, não raro é descrita como monstruosa e grotesca, além de ser acusada de pôr em risco a ordem social. Outro ponto em comum entre ambas, é que existe um acordo tácito para a exterminação sistemática de travestis, o que fica em evidência se observarmos a drástica diferença entre a expectativa de vida de 35 anos para esse grupo e a de 76 anos para população brasileira em geral (ANTRA, 2018).

Concordamos com os alertas de várias autoras sobre a abrangência do termo “pessoas trans” enquanto categoria sob a qual se pretende reunir um conjunto muito heterogêneo de subjetividades⁶. A partir dos escritos/ativismos de Berenice Bento (2016; 2017), pensamos que as travestis⁷ empreendem uma produção de subjetividade e de corporalidade ao mesmo tempo singular e múltipla, mas certamente distinta de outras formas de subjetivação. Com o intuito de valorizar esta singularidade, propomos que o termo travesti seja entendido como um conjunto de condições sociais que se referem às especificidades econômicas, educacionais e culturais de um grupo de pessoas⁸. Ao se posicionar de forma ambígua em relação à clássica oposição homem/mulher, a travesti encontra-se numa zona de indefinição, de forma a não se adequar plenamente aos protocolos biomédicos, culturais e políticos. Assim, a análise de suas práticas será útil para apreender um sistema maior de enunciados, instituições e leis regulados pela matriz heterossexual (BUTLER, 2003).

O presente artigo pretende investigar se é possível falar de um “quimerismo travesti”, enquanto estratégia de construção de si. Discutiremos a produção bibliográfica relacionada ao tema, priorizando autores(as) brasileiros(as) e etnografias realizadas junto à população trans brasileira. Organizamos nossos argumentos em três eixos. No primeiro, discutiremos as técnicas de construção corporal, problematizando a categorização dos

5 A aproximação entre o significante “quimera” e os estudos de gênero já foi feita em outras ocasiões. Paula Machado (2005), por exemplo, utiliza o termo conforme a perspectiva biomédica, no contexto das cirurgias de “correção da genitália” em crianças intersexuadas. Carvalho (2011, p. 94), por sua vez, entende que a ideia da travesti se mantém “como figura mítica, da fantasia, uma quimera, a ‘mulher de peito e pau’ que esconde um mistério e se aproxima de imagens mitológicas”.

6 Bento (2016) pondera que as grandes prejudicadas pela generalização contida no termo ‘pessoas trans’ são justamente as principais vítimas do transfeminicídio: as travestis.

7 Gostaríamos de tomar emprestada a justificativa de Larissa Pelúcio (2005, p. 109) sobre o gênero da palavra “travesti”: “Uso o artigo feminino para me referir às travestis não só por uma posição política, mas também para estar mais de acordo com a forma como elas se tratam entre si”.

8 Dentre os clássicos nos estudos das travestis, podemos citar o trabalho etnográfico desenvolvido pelo sueco Don Kulick (2008) e pelo antropólogo brasileiro Hélio Silva (1993).

corpos em “naturais” e “montados”. No segundo, propomos uma discussão sobre o binarismo de gênero e suas dissidências; os conceitos de travesti e mulher trans serão abordados enquanto conceitos mutantes, envolvidos em um delicado equilíbrio entre passabilidade e visibilidade social. No último eixo, analisamos as implicações ético-estéticas da travestilidade, a partir dos conceitos de excesso, fragmento e monstruosidade. Em conclusão, propomos pensar a imagem da quimera como chave interpretativa das produções relacionadas ao fenômeno da travestilidade.

Construções corporais

Judith Butler (2003, p. 194) defende que “[...] os atos e gestos, os desejos, articulados e postos em ato criam a ilusão de um núcleo interno e organizador do gênero”. É certo que as travestis lançam mão de diversos recursos para a construção corporal, alguns efêmeros e outros permanentes. Elas promovem intervenções que têm lugar na carne e que consistem na mudança mais ou menos permanente da forma física. As marcas corporais produzidas pelas travestis podem ser permanentes, utilizando a pele como suporte, tal como uma tatuagem, que “implica um compromisso definitivo com um dado modelo de corporeidade” (FERREIRA, 2010, p. 235).

Definir o que é uma travesti é sempre um risco. Entendemos que, apesar de se tratar de um exercício constante, nunca está isento de tensões. As tensões surgem a cada categorização, em negociação com as experiências concretas dos sujeitos, que produzem novos sentidos e definições. Esta inevitável disputa se processa em diferentes arenas, como os movimentos sociais, as categorizações médico-psiquiátricas, o território de prostituição e as redes sociais. A decifração dos sentidos atribuídos à experiência da travestilidade é necessariamente interdisciplinar e abarca saberes como a Psicologia Social, a Saúde Coletiva e as Ciências Sociais; entretanto, é um processo que nem sempre privilegia os saberes que as próprias travestis constroem sobre suas vivências.

As revisões dos termos se percebem inclusive nos escritos acadêmicos. Larissa Pelúcio (2011, p. 78) explica que: “Como ocorre com outros segmentos sociais, as travestis têm se referenciado em imagens múltiplas do ser mulher/homem, em discussões cada vez mais presentes sobre os temas gênero e sexualidade veiculadas em diversos meios de comunicação”, de forma que algumas travestis entendem-se como “bichas”. Contribuindo com

a ampliação de entendimentos, Benedetti (1998, p. 9) considera que, embora elas possam se identificar em determinados contextos como homens homossexuais, “a identidade travesti está antes associada à fabricação de um novo corpo do que às suas práticas e orientações sexuais”. Para os nossos objetivos neste trabalho, as travestis serão entendidas, em um sentido abrangente, como adeptas de uma certa modalidade de modificação corporal que é ao mesmo tempo funcional e estética. Não devemos, portanto, nos prender por padrões biomédicos que tentam definir esses corpos e essas existências apenas por categorias pré-definidas e, de certa forma, “regulamentadas”.

Segundo Benedetti (1998), a modificação corporal travesti passa por quatro processos: (1) trato dos pelos; (2) produção de formas corporais femininas; (3) uso eficiente das roupas, acessórios e maquiagens, ou seja, o domínio do aparato extracorpóreo; (4) treinamento gestual e comportamental. Essas modificações podem ser distribuídas em um gradiente, que vai das mais invasivas às menos invasivas. Existe um dispositivo que poderíamos identificar como o ponto extremo desse gradiente⁹: o uso de hormônios femininos. Esta é uma das práticas mais invasivas, pois penetra no corpo em nível molecular. Os hormônios femininos conferem uma unidade às intervenções mais pontuais, dando ao aspecto geral do corpo um feitio “feminino”. Pensamos tratar-se de uma “hormônio-harmonização” do corpo travesti.

Os hormônios a que nos referimos, especialmente nos casos das travestis que não têm acesso à assistência médica, provém de altas doses medicamentosas, utilizadas por motivos que não estão ligados à busca por contracepção ou por reposição hormonal. O papel dessas substâncias na vida das travestis pode ser entendido, a partir de Marina Nucci (2012), como o de uma “droga de estilo de vida”, que não visa tratar uma doença, mas sim aperfeiçoar determinadas “*performances* ou aparências corporais” (NUCCI, 2012, p. 128, grifo nosso).

Seria errôneo supor que foram as travestis que inauguraram o uso dos hormônios como drogas de estilo de vida. As mulheres cis¹⁰, assim como as travestis, têm usado os anticoncepcionais como uma forma de aprimoramento

9 A siliconização e a hormonização, embora tragam a satisfação da aparência desejada, podem ser a origem para diversas complicações na saúde das travestis (LOURENÇO, 2009).

10 Mulheres “cis” ou cisgênero são aquelas cuja “[...] conduta psicossocial, expressa nos atos mais comuns do dia-a-dia, está inteiramente de acordo com o que a sociedade espera de pessoas do seu sexo biológico” (LANZ, 2014, p. 16).

do corpo e da performance desde os anos 1960. Nucci (2012) observou que a propaganda de uma famosa marca de contraceptivos comentava sua eficácia na diminuição da intensidade do fluxo menstrual, no tratamento de acne moderada e no controle de distúrbios de humor relacionados ao ciclo menstrual. A discussão dos usos de contraceptivos hormonais por mulheres cis foge aos objetivos deste artigo. Importa entender que as travestis, bem como as mulheres trans e cis, podem fazer usos radicalmente diferentes de uma mesma tecnologia de construção corporal.

Quando afirmamos que o corpo da travesti é “construído”, não pretendemos fazer uma oposição entre o corpo “artificial” e um suposto corpo “natural”. Para falar da travesti “montada”, precisaríamos fazer uma observação: todos nós, de uma forma ou de outra, montamos nossos corpos. Existem, com efeito, três modalidades de construção corporal, ou melhor, três locais nos quais essa modificação pode acontecer. A primeira modalidade de construção é a estética corporal. Pensemos na cultura/cultuação da forma física: os regimes de emagrecimento e de engorda, a musculação (sugestivamente denominada *bodybuilding*), as cirurgias estéticas, o uso de joias que adornam o corpo, o tratamento dos pelos e cabelos etc. As técnicas e tecnologias voltadas para a estética corporal evidentemente não são exclusividades das travestis. A segunda forma de modificação corporal diz respeito mais aos usos do corpo do que à sua constituição; o corpo serve enquanto a primeira e mais importante ferramenta de interação com o mundo (MAUSS, 1979). De acordo com Mauss (1979), é bem possível que não existam técnicas corporais naturais no adulto; até mesmo a posição das mãos em repouso ou a forma de caminhar variam entre as culturas. A terceira forma de intervenção é a que mais se adequa à noção de “montagem corporal”: trata-se dos transplantes de órgãos, tecidos e fluídos originários de outros corpos e dos implantes fabricados em materiais sintéticos, empregados no que Helman (1988) chamou de “cirurgias de peças sobressalentes”¹¹.

Reiteramos que todas as pessoas montam seus corpos e que a cultura interfere largamente sobre sua estrutura biológica, criando seus “contornos externos, instituindo seus limites e sua fisionomia própria” (RODRIGUES, 2006, p. 47). A única diferença entre essas formas de montagem se deve à opção por determinado itinerário formativo em detrimento de outros possíveis. Dizendo de outra forma, masculinidades, feminilidades e

11 No original: *spare part surgery*.

travestilidades são efeitos da série de vivências de um sujeito ao longo de sua trajetória de vida. Dessa forma, não se pode utilizar de modo genérico a ideia de “transição” para compreender as vivências travestis. Embora elas possam adicionar novos elementos em seus corpos, algumas delas não pretendem “transicionar”, porque as mudanças corporais apenas expressam aquilo que sempre foram, mas que não podiam ou não sabiam como apresentar socialmente. Essa transição poderia ser entendida, portanto, como resultante não apenas de mudanças estéticas, mas como fruto de marcações discursivas colonizadoras¹² construídas acerca das ontologias travestis.

Os comportamentos considerados adequados para cada gênero são incentivados desde muito cedo, ainda na primeira infância. Estudos observacionais indicam que, mesmo que afirmem tratar crianças de ambos os sexos de forma semelhante, os cuidadores interagem de forma significativamente diferente com meninos e com meninas (NEWCOMBE, 1999). Precisamos levar em conta que no corpo da travesti constam as marcas dessa socialização, que via de regra passa por uma rejeição por parte da família, e uma expulsão institucional indireta do sistema escolar (ACOSTA, 2019). Sobre o percurso de vida das travestis no ambiente escolar, a produção brasileira ainda é pequena, mas é crescente desde o início dos anos 2000 (SALES, 2012, 2018).

Performance e passabilidade

A travestilidade e as subjetividades trans em geral demonstram que a identidade de gênero não responde a regras estáveis e coerentes, mas tem como base a “repetição estilizada de atos” (BUTLER, 2003, p. 200-201), de forma que a estrutura do gênero se assemelharia mais às regras sociais do que ao determinismo bio-hormonal. Esse ponto de vista se encontra em franca discordância com a racionalidade médica, que supõe uma correspondência entre corpo, gênero e sexualidade (BENTO; PELÚCIO, 2012). O afastamento dessas três instâncias, embora nem sempre considerado como patológico (como no caso da homossexualidade), é passível de repreensões sociais. Fica evidente que a própria ciência, que se pressupõe

12 O pensamento descolonial nos auxilia a entender que toda descolonização política promove uma desobediência política e epistêmica (MIGNOLO, 2008). Em relação às travestis, pode-se entender que elas apresentam certa autonomia em relação ao uso de seus corpos, contrapondo-se a conceituações universais que as tentam definir e conformar às regras sociais e estéticas. Podemos ainda pensar com María Lugones (2014) que um dos resquícios coloniais é a hierarquização dicotômica entre humanos e não humanos, que confere a seres “selvagens”, “aberrações” e “inferiores” os piores tratamentos. As travestis colocam em xeque as estabilidades, dicotomias e preceitos que tentam defini-las e constitui-las.

impessoal na sua metodologia, possui um posicionamento político muito nítido quando trata da identidade de gênero, lançando mão da patologização para desautorizar qualquer comportamento julgado como inadequado. Nas palavras de Fry e MacRae (1985, p. 77-78), “é mais do que claro que, no campo da sexualidade, saúde e doença [...] são apenas metáforas para ‘bom’ e ‘ruim’, mascarando e legitimando juízos fundamentalmente morais”.

O binarismo de gênero não dá conta das hibridações que o corpo travesti representa. Isso explica, em parte, o intenso esforço no sentido de deslegitimar e de estigmatizar as subjetividades não binárias. Ao dividir a humanidade nos gêneros masculino e feminino, coloca-se as subjetividades transgêneras em situação de abjeção, o que Bento (2017, p. 50) define como um conjunto de práticas que “retira do sujeito qualquer nível de inteligibilidade humana”. De acordo com Butler (2003, p. 199), “os gêneros distintos são parte do que ‘humaniza’ os indivíduos na cultura contemporânea; de fato, habitualmente punimos os que não desempenham coerentemente seu gênero”. Isso significa que, na lógica dos sexos, ou se é homem, ou se é mulher, ou não se é. Assim, toda a gama de dissidências em relação à norma estrita é deslegitimada, como é o caso das pessoas de gênero não binário, travestis, homens e mulheres trans¹³ e pessoas intersexo.

Para ilustrar a importância do par sexo/gênero no processo de humanização dos sujeitos, pensemos no exemplo da designação do sexo de bebês. Geralmente, é apenas após a “descoberta do sexo” que a família atribui ao feto um nome e passa a se relacionar afetivamente com ele. É a descoberta do sexo que marca a entrada de um bebê na sociedade e a afirmação “é um menino/ é uma menina” é o que garante o estatuto de ser humano, ou ainda de ser humano “normal”. A desconformidade em relação a esta norma serve de argumento para que sujeitos desajustados à matriz cisheteronormativa sejam tratados como “não humanos” e, enquanto tal, sejam mantidos fora da jurisdição do estado, desprotegidos. Isso permite que as travestis e mulheres trans sejam sistematicamente hostilizadas e, até mesmo, assassinadas, o que se convencionou chamar transfeminicídio (BENTO, 2017)¹⁴.

As travestis precisam resistir diariamente à hostilidade da sociedade civil e à brutalidade que as instituições dirigem aos sujeitos que não se adéquam

13 Existem outras expressões pensadas por pessoas trans, as quais começam a ser empregadas com o intuito de rever a linguagem e seu uso, tais como “transvestigênera” (JAYANETTI; VICTORIO FILHO; ALMEIDA, [20--]). Em relação aos homens/masculinidades, são empregadas, com sentido e reivindicação política próprios, as expressões “transhomens” e “transmasculinos” (GASPODINI; NERY, 2014).

14 “O transfeminicídio caracteriza-se como uma política disseminada, intencional e sistemática de eliminação da população trans no Brasil, motivada pela negação de humanidade às suas existências” (BENTO, 2017, p. 233).

às expectativas hegemônicas. A violência e a hostilização são constantes ao longo de todo o processo formativo das travestis, deixando marcas físicas e subjetivas que modulam sua forma de estar no mundo. Pensando também de forma interseccional, é preciso considerar que outros fatores podem acentuar essa opressão, tais como raça/etnia, idade, deficiências, entre outros marcadores sociais da diferença. Sobre a influência da violência no processo de subjetivação da travesti:

Resistir a todas essas investidas, vindas de todas as direções, faz parte de seu processo de subjetivação. É assim que o mundo a trata, é assim que ela aprende a tratar o mundo e a todos os que a cercam. Dessa forma, as violências passam a ser estruturantes de sua personalidade (SANTOS, 2009, p. 66).

As subjetividades dissidentes, quando visibilizadas, desestabilizam as formas de governar. Veja-se, por exemplo, o relato de Luckmann e Nardi (2017) sobre a prisão de Indianara Siqueira, mulher trans que expôs seus seios em público na Marcha das Vadias, no Rio de Janeiro, em 2013. Ao receber voz de prisão, Indianara identificou-se como homem, colocando em xeque os mecanismos de controle do gênero, afinal, ao ser entendida enquanto homem, poderia expor seus mamilos em público sem nenhum cerceamento de ordem legal. Em outro caso, Bento (2017) relata a violência de gênero sofrida por Joana, uma transexual agredida por seu parceiro. A ocorrência foi tipificada pela funcionária de justiça como violência doméstica – que possui penas mais brandas do que a violência de gênero –, pois entendia se tratar de uma briga entre dois homens. Nas palavras de Bento (2017, p. 36): “Joana, por um déficit de pertencimento legal, tinha seu campo de direito reduzido a nada”.

Temos dito, até aqui, que os termos travesti e mulher trans não são sinônimos, embora não tenhamos explicitado as razões de tal distinção. De maneira mais expositiva, gostaríamos de propor algumas conceituações sobre essas identidades, balizados pela dialética entre os conceitos de passabilidade e visibilidade social. Apesar de sustentarmos que existem diferenças significativas entre travestis e mulheres trans, essas duas categorias são infinitamente flexibilizadas e transmutadas nas experiências reais de vida das pessoas trans. Por exemplo, nas palavras de uma travesti: “Acho que sou um Pokémon. Quando era novinha me chamavam de viado, depois virei uma bichinha pintosa, depois travesti. Agora, para chegar ao topo da evolução tenho que virar transexual” (CARVALHO, 2018, n.p.).

Esse depoimento, apesar do tom satírico, sugere a ideia de uma evolução linear, qualitativa, entre a travestilidade e a transexualidade. Uma interpretação possível seria dizer que, desse ponto de vista, a diferença entre travesti e transexual se dá pela magnitude ou radicalidade das modificações corporais. Duque (2016) apresenta um outro ponto de vista: um homem trans relatou que foi melhor aceito pela família enquanto homem heterossexual do que enquanto mulher lésbica, deixando transparecer que o que está em jogo não é a magnitude das modificações corporais, mas o grau de adesão à heteronormatividade. Nesse ponto surge uma outra questão: qual é o estatuto da passabilidade na experiência transgênera? “Passar por” significa ser reconhecido enquanto um sujeito perfeitamente adequado à heteronorma, povoada de “homens masculinos” e “mulheres femininas”. Esse arranjo dicotômico deixa transparecer a heterossexualidade compulsória, amplamente defendida e ocultada sob um “discurso de verdade” (FOUCAULT, 2008) que dificulta a sua contestação¹⁵. De outra forma, a passabilidade pode ser entendida como produto da norma fabricada no interior de um determinado campo de relações e que permite que um sujeito seja identificado como pertencente a um dado grupo, com o risco de desafiar e de provocar desestabilizações ao não se adequar.

O que a partícula semântica “trans” nos diz? Uma mulher trans que tenha muita passabilidade seria chamada apenas de “mulher”, sem outros qualificadores, mas não podemos ignorar o fato de que este adjetivo registra a ousadia de “transgredir um dos códigos mais severos da sociedade” (LANZ, 2016, p. 216). As mulheres trans, para serem completamente “passáveis”, precisam abrir mão da visibilidade social enquanto sujeitos transgêneros, o que significa fazer desaparecer todos os possíveis sinais de ambiguidade que venham socialmente “desmascará-las” enquanto mulheres “ilegítimas” ou “farsantes”¹⁶. Dessa forma, pode-se entender que a invisibilidade social, ou seja, a possibilidade de não ser reconhecida como uma pessoa trans, não deve ser percebida meramente como um gesto de submissão aos estereótipos de gênero, mas sim como uma questão de sobrevivência. Alinhado a esse movimento de invisibilização social das experiências trans, existe um

15 “Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro” (FOUCAULT, 2008, p. 12).

16 Segundo Amara Rodvalho (2016), uma mulher trans que “passa” simplesmente como mulher deixa de sofrer transfobia para ser vítima de misoginia, o que reforça a noção de que o campo das feminilidades, das mais tradicionais às mais abjetas, é cortado de ponta a ponta pela violência de gênero.

debate acerca da inexistência de uma identidade transexual e a afirmação de que mulheres trans fazem parte de uma identidade feminina, sem outros qualificantes (CARVALHO, 2018).

Dimensões ético-estéticas da travestilidade

Nesta seção, analisaremos a experiência travesti a partir de um ponto de vista mais detidamente estético, a partir da leitura da obra *A idade neobarroca*, de Omar Calabrese (1988). O autor sugere que o espírito geral da nossa época é marcado pela “[...] perda da integridade, da globalidade, da sistematicidade ordenada em troca da instabilidade, da polidimensionalidade e da mutabilidade” (CALABRESE, 1988, p. 10). Podemos definir as estéticas clássica e neobarroca a partir do conceito de categorias de inteligibilidade: “enquanto o barroco efetivamente às vezes degenera, o clássico produz gêneros” (CALABRESE, 1988, p. 200). De acordo com o autor, o clássico, enquanto tendência estética, é caracterizado pela exaltação dos cânones, pelo culto à simetria e à estabilidade das formas, por um respeito geral à definição dos gêneros. O neobarroco, por sua vez, é um movimento genuinamente degenerado, na medida em que provoca instabilidades, hibridações, fugas, dilatações e deformações nas normas vigentes, de forma que o cânone perde importância. A partir desse pressuposto, pretendemos elencar algumas características da estética neobarroca que podem ser identificadas nas manifestações da travestilidade.

(1) Excesso: as sociedades acusam de excessiva qualquer manifestação que ameace sua ordem ou que por algum motivo não possa ser por ela absorvida. “O excesso manifesta a ultrapassagem de um limite visto como caminho de saída de um sistema fechado” (CALABRESE, 1988, p. 63). O excesso pode ser fruto de dois processos. O primeiro supõe o exagero, a degeneração do sistema de valores dominante. O exagero configura-se como o aumento quantitativo da exibição de certos atributos preexistentes e previstos pela norma (CALABRESE, 1988). O excesso de feminilidade (GROSSI, 1998) performado pelas travestis corresponde ao exagero na representação de um modelo preexistente e previsto, no caso, o modelo de feminilidade. Isso significa que inclusive uma pessoa que se identifica como homem pode ser *locus* de manifestação de um excesso de feminilidade. Quando o excesso é assimilado enquanto degeneração, anomalia cultural, empreende-se um esforço higienista no sentido de exterminar essas manifestações. É nessa matriz semiológica em que se instala o transfeminicídio

como prática de assepsia cultural, que autoriza a impunidade aos crimes de ódio contra pessoas LGBTI+¹⁷.

O segundo tipo de excesso é uma forma de oposição ao sistema de valores através da provocação. O excesso enquanto provocação implica a criação de modelos qualitativamente diferentes dos modelos ideais, “a ultrapassar os limites dos princípios sociais correntes” (CALABRESE, 1988, p. 74). De acordo com esse prisma, a travesti é excessiva na medida em que propõe uma outra forma de ser em relação às duas formas tradicionais. Ela é entendida literalmente como um “terceiro”, que não é mulher nem homem, e que desestabiliza o sistema de representações vigente. Chamamos de “terceiro” todas as dissidências em relação ao binarismo de gênero, podendo incluir desde as pessoas andróginas e não binárias (que não pretendem exibir qualquer marca de gênero) até as travestis, conhecidas pelo excesso de marcas de gênero¹⁸. Essa ideia de um “terceiro sexo” ou “terceiro gênero” deve ser entendida como uma produção cultural e histórica, uma estratégia teórica e conceitual que objetiva transcender a dualidade (MACHADO, 2005).

(2) Fragmento: propomos que o corpo da travesti é uma obra que parte da fragmentação de obras preexistentes (no caso, os corpos “de homem” e “de mulher”) e que usa esses fragmentos como a matéria-prima disposta na paleta do artista (CALABRESE, 1988). Em outras palavras, embora a travesti esteja em uma zona de indefinição em relação à dicotomia de gêneros, ela constrói o seu corpo tomando como ponto de referência essa dicotomia. A maioria das travestis opta por não realizar a cirurgia de transgenitalização (BENEDETTI, 2006), por isso, trata-se de um corpo que carrega marcas masculinas e femininas.

A fragmentação na experiência travesti não é apenas física, é físico-moral: o consumo de hormônios produz uma modificação geral no modo de agir, pensar e sentir (PELÚCIO, 2005; TEIXEIRA; ROCHA; RASERA, 2012; BENEDETTI, 2006); contudo, nem todos esses efeitos são desejados. Embora a construção corporal delas esteja orientada no sentido de fazer surgir características do registro da feminilidade, existem alguns

17 São várias as possibilidades de apresentação da diversidade sexual e de gênero em termos de siglas. Optamos em apresentá-la como LGBTI+ por entender que seja uma expressão de fácil compreensão (abrangendo lésbicas, gays, bissexuais, pessoas trans e intersexo) e que, com o símbolo “+” abranja os demais grupos, tais como assexuais, pansexuais, apoiadores etc.

18 Embora alguns países reconheçam a categoria terceiro gênero para pessoas intersexuais – tais como Alemanha, Austrália, Canadá e Índia – entendemos, conforme Machado (2005, p. 76), que “nesse processo de definição de homens e mulheres, os critérios utilizados para avaliação claramente seguem normas sociais, sendo informados por representações de masculinidade e feminilidade partilhadas pelos atores sociais”.

atributos masculinos dos quais não se pretende abrir mão. Teixeira, Rocha e Raser (2012, p. 164) entendem esta questão como um conflito entre duas tensões: “uma que constitui e marca o trânsito da travesti mediada pelo feminino; e outra que, revestida pelas palavras força e potência, aciona os marcadores masculinos”. Trata-se de um corpo que, face à impossibilidade do reconhecimento social como mulher, aceita o lugar possível de híbrido. Essa não é a única possibilidade de existência, e também nem sempre é um desejo, entretanto, para muitas travestis, acaba se colocando quase como um “destino social”.

A construção do corpo travesti consiste na reelaboração e na desconstrução de um patrimônio semiológico preexistente, no caso, a semiologia das diferenças de gênero e sexuais. Nesse sentido, pode-se dizer que a existência travesti reescreve a norma, se submetendo a ela em alguns aspectos, mas também a subvertendo, e esta subversão é arquitetada tomando como base os próprios fundamentos daquilo que é objeto da crítica. Bento (2017) afirma que o grande objetivo não é erradicar do nosso repertório as marcas de gênero, mas poder empregá-las com mais liberdade; poder compor nossa vida não de acordo com um conjunto fechado de possibilidades, mas com toda a multiplicidade possível. Ao performar feminilidade, ou seja, ao encarnar fragmentos femininos, não se pretende “copiar a feminilidade”, mas recriá-la, inventar algo novo. Quando se lança mão da estética do fragmento, não há nenhuma possibilidade ou desejo de reconstrução dos inteiros (CALABRESE, 1988).

(3) Monstruosidade: a estética do fragmento é um conceito pensado para a análise de uma ampla variedade de manifestações criativas. No caso específico da fragmentação aplicada ao corpo humano, surge o conceito de monstruosidade. O monstro é entendido como “[...] um somatório de propriedades por norma inconciliáveis entre si, mas apesar de tudo reconhecíveis” (CALABRESE, 1988, p. 109). Assim como os monstros, as travestis estão envolvidas por uma rede muito heterogênea de significados. Elas despertam repulsa e curiosidade, ódio e desejo (LEITE JÚNIOR, 2012); são, como a esfinge, ao mesmo tempo “maravilhas e princípios enigmáticos” (CALABRESE, 1988, p. 106).

Para pensar o caráter monstruoso, pode-se retomar a ideia de categorias de inteligibilidade. “Monstro” é o nome que se dá a algo de outro modo inominável, incompreensível, uma espécie de exceção às categorias existentes (LEITE JÚNIOR, 2012; BARSAGLINI; BIATO, 2015). O monstro é aquele

que visibiliza formas de ser que são possíveis, embora não sejam permitidas ou desejáveis. Nesta esteira, o monstro sexual é alguém que ousou exibir padrões de comportamento plenamente factíveis, mas que não são reconhecidos e legitimados pela sociedade. Desse modo, poder-se-ia entender que qualquer pessoa não adequada ao estilo de vida cisheteronormativo e monogâmico está em posição potencialmente monstruosa (LEITE JÚNIOR, 2012).

A relação entre ambiguidade sexual e monstruosidade possui uma longa tradição, sobretudo no imaginário católico. Em 1885, Éliphas Lévi, um estudioso da religião e do ocultismo, publicou *Dogma e Ritual da Alta Magia*. Neste livro, Lévi apresentou pela primeira vez a imagem moderna do Bafomé, ou Bode de Sabá:

Chegamos a este terrível número quinze que na clavícula do tarô é apresentado simbolicamente por um monstro em pé num altar, mitra e cornos na cabeça, *seios de mulher e órgãos sexuais masculinos*; uma *quimera*, uma esfinge disforme; uma síntese de monstruosidade e abaixo da figura lemos a inscrição inteiramente franca e ingênua: o Diabo (LÉVI, 2004, p. 302, grifos nossos)¹⁹.

Essa citação sintetiza uma série de conceitos que temos operado ao fazer uma associação entre: (1) o corpo que possui seios e pênis; (2) a quimera, enquanto signo da disformidade; (3) o pecado, representado simbolicamente pelo Diabo. Esta associação reflete bem a angústia provocada pela coexistência do masculino e do feminino, porque marca precisamente a fratura da linha que pretende dividir nitidamente estas duas categorias. O pavor evocado pela figura do Bafomé alimenta-se da mesma fonte de desconforto que produz a ojeriza em relação ao corpo das travestis. A imagem da travesti representa a multiplicidade de caminhos possíveis de construção corporal e de gênero, ao mesmo tempo em que atesta que podemos ser múltiplos e transitórios em meio a relações de poder que exigem nosso enquadramento na norma.

Conclusão

Nosso objetivo neste estudo foi investigar as relações entre as travestis e as quimeras, tendo em vista que uma série de evidências apontaram para a relação entre essas duas figuras. Sustentamos que, assim como a quimera,

¹⁹ A intenção de Lévi ao escrever um capítulo inteiro sobre o Bode de Sabá era a de desmistificar o significado da simbologia negativa subjacente a essa entidade. O autor conclui: “O terrível Bafomé não é mais, como todos os ídolos monstruosos, enigma da ciência antiga e de seus sonhos, mas sim um hieróglifo inocente e mesmo piedoso” (LÉVI, 2004, p. 304).

a travesti constrói seu corpo tomando como base um conjunto incongruente de referências, extraídas tanto do domínio masculino quanto do feminino. Podemos demonstrar, também, que a construção corporal em si não é um tributo exclusivo da travesti. A travesti apenas põe em evidência, através da radicalização da estratégia, algo que, de tão corriqueiro, costuma passar despercebido. No caso das travestis, o chocante não é o fato de aplicar certas quantidades de hormônios e silicone (prática que é relativamente comum também nas jornadas de modificação corporal empreendidas por homens e mulheres cis), mas a situação de coexistirem, em um mesmo corpo, os seios e o pênis, por exemplo. Não se trata exatamente de uma ambiguidade – posto que são signos muito nítidos – mas da exibição, por uma mesma pessoa, de caracteres socialmente classificados como masculinos e femininos. A corporalidade da travesti cria uma fissura através da qual se vislumbra a possibilidade de existência de outros percursos não hegemônicos. O fenômeno da travestilidade floresce justamente no vazio entre as categorias de inteligibilidade: elas criam sentidos onde antes nada havia.

A analogia continua: assim como a quimera, a travesti provoca um desconforto no tecido social: acusada de desordeira, precisa ser eliminada. Daí a prática de assassinatos com requintes de crueldade, que parecem desempenhar uma função ritual, transmitindo a mensagem de que aquele “corpo estranho” foi, e precisava ser, destruído. Quando falamos em monstros, nosso imaginário geralmente remonta a personagens ameaçadores, os quais devem ser combatidos para prevenir algum mal. Os monstros são aquelas criaturas que não se adequam às categorias existentes, e muitas vezes o que é posto em risco por eles é pura e simplesmente a ordem socialmente instituída. As travestis são, no sentido mais radical da palavra, desordeiras: suas existências põem em risco a frágil organização da nossa sociedade, baseada no dimorfismo sexual e na divisão sexual das tarefas, por isso provocam reações viscerais nos setores mais tradicionais da sociedade, que veem nelas a ameaça de aniquilação.

Para além de se constituir como uma composição de partes a princípio incongruentes, as travestis se posicionam como uma quimera por seu caráter transbordante: as categorias de gênero existentes não descrevem bem as suas formas de ser. Argumentamos em favor da complexidade da experiência travesti, que se desenrola para além dos binarismos e das zonas de estabilidade. A estética de sua existência lança mão de referências colhidas nos campos da masculinidade e da feminilidade, mas deve-se ressaltar que a travestilidade é essencialmente híbrida, múltipla, quimérica.

Confirmando nossa hipótese, concluímos afirmando que existe um fenômeno que pode ser chamado de quimerismo travesti. As travestis são quiméricas porque não são meramente oposição, são a própria realização do impossível, do absurdo e da superação da separação ontológica binária. Elas não são capturáveis pelas categorias existentes e endereçam uma crítica ao mesmo tempo concreta e alegórica a essas categorias de análise, justamente porque se recusam a se deixar categorizar.

Referências

ACOSTA, T. Evasão ou expulsão escolar de gays afeminados e travestis das instituições de ensino e as vidas que não podem ser vividas. **Bagoas**, Natal, v. 13, n. 20, p. 66-94, 2019.

ANTRA. 10 piores estados para ser trans no Brasil. **Associação Nacional de Travestis de Transexuais**, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2Yyt5qX>. Acesso em: 15 jun. 2020.

BARSAGLINI, R. A.; BIATO, E. C. L. Compaixão, piedade e deficiência física: o valor da diferença nas relações heterogêneas. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 781-796, 2015.

BENEDETTI, M. (Trans)formação do corpo e feitura do gênero entre travestis de Porto Alegre, Brasil. In: CÁCERES, C. F.; CAREAGA, G.; FRASCA, T.; PECHENY, M. (org.). **Sexualidade, estigma y derechos humanos: desafios para el acceso a la salud en América Latina**. Lima, Peru: Fasp/UPCH, 2006.

BENEDETTI, M. Hormonizada! Reflexões sobre o uso de hormônios e tecnologia do gênero entre travestis de Porto Alegre. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 22., 1998, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 1998.

BENTO, B. Transfeminicídio: violência de gênero e o gênero da violência. In: COLLING, L. (org.). **Dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2016.

BENTO, B. **Transviad@ds: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: EDUFBA, 2017.

BENTO, B.; PELÚCIO, L. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 569-581, 2012.

BULFINCH, T. **O livro de ouro da mitologia: histórias de deuses e heróis**. 26. ed. Tradução: David Jardim Júnior. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALABRESE, O. **A idade neobarroca**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

CARVALHO, M. **Que mulher é essa?** Identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais. 2011. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

CARVALHO, M. “Travesti”, “mulher transexual”, “homem trans” e “não binário”: interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 52, 2018.

DUQUE, T. “Com esse eu caso”: Homens trans, beleza e reconhecimento. *In*: COLLING, L. (org.). **Dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2016.

FERREIRA, V. S. Tatuagem, body piercing e a experiência da dor: emoção, ritualização e medicalização. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 231-248, 2010.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 26. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008.

FRANCHINI, A. S.; SEGANFREDO, C. **As 100 melhores histórias da mitologia: deuses, heróis, monstros e guerras da tradição greco-romana**. 9. ed. Porto Alegre: L&PM, 2007.

FRY, P.; MACRAE, E. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Abril Cultural; Brasiliense, 1985.

GASPODINI, I. B.; NERY, J. W. Transmasculinidades: provocações introdutórias. *In*: DIFANTE, É. M.; PICHLER, N. A.; GUIMARÃES, W. (org.). **Filosofia, homoafetividade e mulheres: questões emergentes**. Passo Fundo: Méritos, 2014. p. 75-90.

GROSSI, M. P. Identidade de Gênero e Sexualidade. **Antropologia em Primeira Mão**, Florianópolis, n. 24, p. 1-13, 1998.

JAYANETTI, M. S.; VICTORIO FILHO, A.; ALMEIDA, E. C. **Considerações sobre transcartografia Nem**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, [20--].

HELMAN, C. Dr. Frankenstein and the industrial body: reflections on “spare part” surgery. **Anthropology Today**, Hoboken, v. 4, n. 3, p. 14-16, 1988.

HESÍODO. **Teogonia**: a origem dos deuses. 2. ed. Tradução: José Antônio Alves Torrano. São Paulo: Iluminuras, 2012.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

KULICK, D. **Travesti**: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FioCruz, 2008.

LANZ, L. **O corpo da roupa**: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

LANZ, L. Ser uma pessoa transgênera é ser um não-ser. **Periódicus**, Salvador, v. 5, n. 1, p. 205-220, 2016.

LEITE JÚNIOR, J. Transitar para onde? Monstruosidade, (des)patologização, (in)segurança social e identidades transgêneras. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 559-568, 2012.

LÉVI, É. **Dogma e ritual de alta magia**. Tradução: Edson Bini. 6. ed. São Paulo: Madras, 2004.

LOURENÇO, A. N. **Travesti**: A construção do corpo feminino perfeito e suas implicações para a saúde. 2009. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2009.

LUCKMANN, F.; NARDI, H. C. Um corpo (des)governado: hierarquias de gênero, governamentalidade e biopolítica. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 1239-1255, 2017.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

MACHADO, P. S. “Quimeras” da ciência: a perspectiva de profissionais da saúde em casos de intersexo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 67-80, 2005.

MAUSS, M. Tecnicas y movimientos corporales. In: MAUSS, M. **Sociología y antropología**. Madrid: TECNOS, 1979.

MIGNOLO, W. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, Niterói, n. 34, p. 287-324, 2008.

NEWCOMBE, N. **Desenvolvimento infantil**: abordagem de Mussen. 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 1999.

NUCCI, M. Seria a pílula anticoncepcional uma droga de “estilo de vida”? Ensaio sobre o atual processo de medicalização da sexualidade. **Sexualidad, salud y sexualidad**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 124-139, 2012.

PELÚCIO, L. “Toda quebrada na plástica”: corporalidade e construção de gênero entre travestis paulistas. **Campos**, Curitiba, v. 6, p. 97-112, 2005.

PELÚCIO, L. Marcadores sociais da diferença nas experiências travestis de enfrentamento à aids. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 76-85, 2011.

RODOVALHO, A. Não fossem meus pêlos vários [de linhas imaginárias, metáforas e provocações trans]. **Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 5, p. 23-31, 2016.

RODRIGUES, J. C. Corpo ou corpos? In: RODRIGUES, J. C. **Tabu do corpo**. 7. ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

SALES, A. **Travestilidades e escola nas narrativas de alunas travestis**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2012.

SALES, A. **Travestis brasileiras e escolas (da vida)**: cartografias do movimento social organizado aos gêneros nômades. 2018. Tese (Doutorado em Psicologia). – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2018.

SANTOS, P. R. dos. Ambiguidades no corpo e na alma: problematizando os limites dos gêneros. **Revista de Psicologia da UNESP**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 54-75, 2009.

SILVA, H. R. **Travesti, a invenção do feminino**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

TEIXEIRA, F. B.; ROCHA, R. M. G.; RASERA, E. F. Construindo saberes e partilhando desafios na clínica da travestilidade. *In*: MISKOLCI, R.; PELÚCIO, L. (org.). **Discursos fora da ordem: sexualidades, saberes e direitos**. São Paulo: Annablume, 2012.

Recebido em dezembro de 2019.

Aprovado em setembro de 2020.

HÁ UM HOMEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL! MASCULINIDADES E AÇÕES PEDAGÓGICAS DE CUIDADOS E EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS

João Paulo Baliscei¹

Heloisa Toshie Irie Saito²

Resumo: Este artigo objetiva tecer considerações em relação à presença de professores homens na educação infantil, de modo a ampliar o debate acerca das interfaces entre masculinidades, educação e cuidado de crianças. Para isso, utilizando uma revisão bibliográfica, realizamos uma síntese histórica sobre a feminização da docência na educação infantil, após, apresentamos estudos já realizados sobre as representações da presença masculina nesta etapa da educação básica e, por fim, discutimos acerca dos Estudos das Masculinidades e da caracterização da masculinidade hegemônica. Verificamos que a presença de professores homens oportuniza às crianças aprenderem que os homens podem assumir masculinidades mais saudáveis.

Palavras-chave: Gênero; estudos das masculinidades; infâncias.

Abstract: Our article aims at making considerations regarding the presence of male teachers in early childhood education to broaden the debate about the interfaces among masculinities, education and care. We used a bibliographic review to make a historical synthesis about the feminization of teaching in early childhood education. Then, we show studies on the representations of the male presence in this teaching area and, finally, we discuss about the Studies of Masculinities and the characterization of hegemonic masculinity. We found that the presence of male teachers gives children the opportunity to learn that men can assume healthier forms of masculinity.

Keywords: Gender; study of masculinities; childhood.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Maringá com estudos na Facultad de Bellas Artes/Universitat de Barcelona, professor no curso de Artes Visuais na Universidade Estadual de Maringá, Brasil. E-mail: vjbaliste@gmail.com. Orcid: 0000-0001-8752-244X

2 Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo, tem pós-doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo, professora do Departamento de Teoria e Prática da Educação (DTP) e do Programa de Pós-graduação em Educação (PPE) da Universidade Estadual de Maringá, Brasil. E-mail: htisaito@uem.br. Orcid: 0000-0003-1061-5933

Introdução

Muitas das atividades e profissões desempenhadas na contemporaneidade ainda carregam traços de uma construção histórica e social machista, alicerçada em estruturas patriarcais. Desta forma, quando nos deparamos com exercícios profissionais em que homens desempenham cuidado, delicadeza e afetividade – habilidades socialmente lidas como femininas – ou em que mulheres desempenham força, liderança ou coragem – habilidades socialmente lidas como masculinas – somos convidados(as) a estranhar os modos hierárquicos e dicotômicos partir dos quais as identidades de gênero são classificadas.

Dentre essas atividades, nesta reflexão, em especial, voltamos nosso olhar para a ação pedagógica desempenhada por professores homens em suas atuações profissionais na educação infantil. Debruçar-se sobre essa temática significa apontar algumas das fragilidades e incompreensões do que é a ação docente na nessa área da educação e os desafios impostos na ação diária de profissionais que atuam nela. Partimos do pressuposto de que, independentemente da identidade de gênero daqueles e daquelas que atuam com as crianças, é preciso que sejam conduzidas práticas pedagógicas que primem pela articulação do cuidar e do educar e para que bebês e crianças aprendam por meio de ações sistematizadas e intencionalmente pensadas. Apesar disso, há de se considerar, primeiro, que a docência desempenhada na educação infantil é majoritariamente feminina, como aponta Joaquin Ramos³ (2017)⁴. Além disso, é preciso considerar que, em um mundo generificado, as atuações profissionais de homens e de mulheres são lidas e avaliadas de modos assimétricos – o que supõe que o exercício da docência na educação infantil, quando desempenhada por professores homens, pode acarretar, inclusive, implicações nas maneiras como suas identidades de gênero e suas orientações sexuais são percebidas socialmente⁵.

Diante disso, este texto tem como objetivo tecer considerações em relação à presença de professores homens na docência, de modo a ampliar o debate acerca das interfaces entre masculinidades, educação e cuidado na educação infantil. A temática em questão guarda relação com outras

3 Neste artigo, optamos por mencionar o nome e sobrenome dos(as) autores(as) na primeira vez que os(as) citamos para dar visibilidade ao seu gênero. Nas demais menções, foram indicados(as) apenas pelo sobrenome.

4 Pesquisas mencionadas por Ramos (2017), por exemplo, indicam que em 2007, dentre um total de 336.186 docentes brasileiros que, à época, atuavam na educação infantil, apenas 3,4% deles eram homens.

5 Concordamos com Jaqueline Gomes de Jesus (2012, p. 24) para quem “Identidade de gênero e orientação sexual são dimensões diferentes e que não se confundem”. A primeira diz respeito às formas como as pessoas se identificam e se apresentam (por exemplo, mulher, homem e não binário); e a segunda se relaciona com os interesses afetivos, sexuais e emocionais que manifesta (por exemplo, bissexual, pansexual e heterossexual).

pesquisas que desenvolvemos, individualmente, ao longo de nossa trajetória profissional. Por exemplo, em outra pesquisa, João Paulo Baliscei (2020), investigou de que formas as masculinidades são visualmente representadas e ensinadas às crianças, tendo como referência 20 personagens de duas animações da Disney. O autor considerou que as Pedagogias Disney vêm ensinando meninos e meninas a caracterizarem as masculinidades a partir de um viés restrito e pouco complexo, alicerçado na heteronormatividade e na masculinidade hegemônica.

Os diálogos estabelecidos a partir a pesquisa de Baliscei (2020) nos incitaram a pensar de quais modos a discussão sobre as masculinidades estão presentes (ou não) no âmbito da educação infantil. Levou-nos também a nos questionarmos sobre as maneiras como as masculinidades são justificadas nesse universo que, culturalmente, tem sido ocupado por profissionais de gênero feminino. Somado a isso, a pesquisa de Heloisa Toshie Irie Saito (2018) se volta para o fazer docente na educação infantil, defendendo uma organização adequada do ensino de modo a contemplar o binômio cuidado/educação, considerando as especificidades da criança contemplada por essa etapa da educação básica.

Considerando tais investigações, elaboramos alguns questionamentos: os homens podem e são capazes de atuar pedagogicamente com as crianças da educação infantil? Os homens podem realizar ações de cuidado com o corpo infantil? A sociedade está preparada para ver homens atuando na educação infantil? Para responder essas e outras questões voltadas para a temática das masculinidades na educação infantil, realizamos uma pesquisa bibliográfica e estruturamos a redação de nosso texto em três momentos. No primeiro deles, realizamos uma síntese histórica sobre a feminização da docência na educação infantil, após, no segundo momento, recorreremos a alguns estudos já elaborados, que investigaram a presença masculina na educação infantil, evidenciando a compreensão, medos e expectativas de diferentes personagens vinculados a essa etapa da educação básica.

Acadêmicos estagiários, familiares de crianças, profissionais da área e os próprios professores homens foram os sujeitos contemplados pelas pesquisas que localizamos e que, de certa forma, nos ofereceram impressões que nos auxiliaram a responder as perguntas anteriormente lançadas. No terceiro momento do texto, discutimos acerca dos Estudos das Masculinidades e da caracterização da masculinidade hegemônica, a fim de relacioná-los às compreensões relatadas na parte anterior. Por fim,

em nossas considerações finais, interrompemos nossa reflexão no sentido de apontar algumas possibilidades na relação entre masculinidades, cuidado e educação, mostrando como essa relação pode oportunizar o desenvolvimento de novas subjetividades que extrapolem a ideia de que homens não podem atuar na educação infantil.

Feminização da docência na educação infantil: breve histórico

A chamada “feminização do magistério” tem sido objeto de estudo principalmente de historiadores(as) da educação e pedagogos(as), a fim de compreenderem os motivos que levaram as mulheres a ocuparem essa profissão com tanta intensidade quando comparadas aos homens. Verificamos que alguns motivos históricos e sociais, tanto internacionais quanto nacionais, justificam esse movimento, tais como o desprestígio crescente da profissão docente somado a baixos salários e a sobrecarga de atividades para além do âmbito de trabalho, não sendo, portanto, uma profissão atraente aos homens. Na análise histórica feita por Admilson Marinho de Lima (2015), por exemplo, sublinha-se que o processo de industrialização que o Brasil viveu sobretudo a partir de 1930, oportunizou às mulheres que atuassem como profissionais da educação. Esse ingresso no mercado de trabalho, contudo, foi amplamente controlado e demarcado por questões classicistas, étnico-raciais e sexistas; primeiro, porque essa oportunidade fora dada a um recorte específico de mulheres – brancas, cisgênero e de classe média –, e, segundo, pois, mesmo trabalhando fora de casa, a elas era cobrado o (bom) desempenho nas atividades domésticas. Além disso, ainda conforme o autor, a divisão das atividades nas próprias escolas continuava refletindo questões sexistas, já que eram os homens e não as mulheres os responsáveis, por exemplo, pelo controle administrativo dessas instituições.

Argumentando sobre a predominância das mulheres no magistério, Luciene Celina Cristina Mochi (2019, p. 16) explica que, socialmente, a docência foi e ainda é “[...] indicada às mulheres como signo de função feminilizada, ligada à divisão do trabalho perpetuada na escola como função do cuidado, a extensão da casa e um ofício da mulher”.

Nesse sentido, podemos afirmar que, de um modo geral e por longos anos, houve um predomínio patriarcal a partir do qual os trabalhos considerados “mais importantes”⁶ aos olhos do ideário social ficaram – e infelizmente ainda ficam – restritos aos homens. Nesse contexto, também em

6 Aqui e em outras palavras fazemos o uso de aspas para marcar nossa discordância com tais compreensões.

âmbitos profissionais, as mulheres são vítimas de ideias patriarcais que subestimam suas capacidades, por exemplo, quando lhes atribuem menor remuneração em relação aos homens que desempenham as mesmas funções, como expõem Raewyn Connell e Rebecca Pearse (2015)⁷.

Tratando especificamente da educação infantil, desde o início de sua institucionalização, na primeira metade do século XIX, na Alemanha, com Friedrich Wilhelm Froebel (1782-1852), as profissionais que atuavam com as crianças eram necessariamente do gênero feminino, pois, segundo essa perspectiva, tinham-se a ideia de que a mulher era a figura mais “adequada” para cuidar das crianças. Supunham que a mulher trazia, “naturalmente”, características específicas da maternagem e que, portanto, teria habilidades para cuidar das crianças, numa relação que se assemelhava, na obra froebeliana, a uma jardineira cuidando das plantas, como evidenciamos em outro estudo (SAITO, 2019). Semelhantemente, José Gimeno Sacristán (2005, p. 129) assim comenta sobre o posicionamento froebeliano:

[...] considerava que a melhor professora para as crianças pequenas era a mãe conscienciosa devendo adquirir e utilizar as condições naturais das boas mães. Deste modo estabelecia-se não só um modelo educacional para meninos e meninas, mas além disso se prolongava o papel da mulher na figura das professoras.

Isso evidencia que, desde a criação dos *kindergartens* por Froebel, quem direcionava o encaminhamento metodológico com as crianças, em sala de aula, era a mulher. Diferente de outras abordagens mais assistencialistas e médico-higienistas, cuja ênfase era dada, por exemplo, na diminuição da mortalidade infantil e em oportunizar espaço onde as crianças poderiam ser “deixadas” enquanto seus e suas familiares trabalhavam, aquelas pensadas por Froebel detinham caráter e preocupações pedagógicas⁸. Para além do cuidar, havia, nesse caso, interesses e intenções também de educar. Esses espaços baseados nas perspectivas educativas de Froebel foram conhecidos como “jardins da infância” e apareceram no Brasil no final do século XIX. O termo “jardim” associa as crianças às sementes, em uma metáfora que sublinha a necessidade do cultivo e dos cuidados para o desenvolvimento.

7 Em geral, segundo as autoras, mulheres ganham 18% a menos que os homens que ocupam os mesmos cargos elas (CONNELL; PEARSE, 2015).

8 Interessante observar também que havia uma distinção de classe, a partir da qual as creches eram direcionadas para as crianças pobres ou filhas de trabalhadores(as), e os jardins da infância para as crianças filhas da elite (GONÇALVES; ANTUNES, 2015).

Ocorre que, para além de uma concepção específica de educação, a abordagem pedagógica instaurada por Froebel reincidia também em uma concepção específica de gênero. Pensavam-se, à época, que as mulheres seriam as profissionais mais “adequadas” para trabalhar nos jardins da infância. A partir dessa perspectiva, defendiam-se que as mulheres, a quem se referiam como “jardineiras”, eram “naturalmente” mais cuidadosas, passivas, pacientes, afetivas e dotadas de habilidades necessárias à educação de crianças com menos de seis anos. Isso implica, nas palavras de Josiane Peres Gonçalves e Jéssica Barbosa Antunes (2015, p. 138), que “[...] não havia a preocupação com a formação profissional [e que] a associação da maternidade como condição importante, por simbolizar afeto e cuidado, era o que predominava como ideal de educadoras ou jardineiras”.

Essa característica do primórdio da educação infantil também nos ajuda a compreender não só o porquê de termos, ainda hoje, a prevalência de mulheres atuando nessa primeira etapa da educação básica, como também, por que a presença masculina pode provocar estranhamentos, como abordamos mais adiante. Historicamente e culturalmente, foi se criando a ideia de que a mulher era a pessoa mais “adequada” para atuar com crianças, por, supostamente, ter mais habilidades com o cuidado físico e o afeto – elementos imprescindíveis no trato com tais sujeitos.

Nessa direção, tivemos e ainda temos a presença do cuidar muito evidente na ação dos(as) profissionais da educação infantil principalmente quando voltados para bebês e crianças muito pequenas, o que nos leva a um grande desafio: articular o cuidar com o educar, buscando sempre uma profissionalidade docente. Rosa Batista e Eloisa Acires Candal Rocha (2018) destacam que a profissão de educador ou educadora da primeira infância está em construção e sobre nesse ponto comentam:

Uma profissão que desenvolve atividades relativas ao educar e ao cuidar de forma indissociável e complementar à família ainda ocasiona tensões no que diz respeito à influência das experiências maternas e domésticas no contexto educacional-pedagógico, dificultando a consolidação de uma cultura própria e específica da profissão. (BATISTA; ROCHA, 2018, p. 96).

Nesse universo predominantemente feminino, pensamos que a presença de professores homens pode, de certa forma, ajudar na desestabilização de ideias patriarcais que atribuem exclusivamente às mulheres os cuidados e a educação das crianças, bem como pode contribuir para que

o trabalho na educação infantil seja visto como pedagógico e profissional, e não necessariamente como “maternal”. Evidenciamos, então, que, assim como em outros espaços, os papéis sociais exercidos pelos diferentes gêneros podem ser revistos na educação infantil.

Semelhantemente, bell hooks (2019, p. 207) assinala que a “[...] necessidade de creches públicas com profissionais de ambos os sexos em quantidades iguais e sem viés sexista continua sendo uma reivindicação feminista importante”. Diante dos estudos da autora, verificamos que a estreita associação entre mulheres-professoras e homens-não-professores guarda relações com uma outra associação: mulheres-mães-presentes e homens-pais-ausentes. Segundo explica, diferentemente dos homens, as mulheres são ensinadas desde a infância a se prepararem e a desenvolverem a parentalidade, isto é, ser mãe. Contudo, esquecem-se, socialmente, que a paternidade é tão importante quanto à maternidade, e que homens podem desempenhar parentalidades tão elogiosas e eficientes quanto as mulheres. O modo assimétrico como homens e mulheres são cobrados(as) a exercerem suas parentalidades é exemplificado pela autora quando comenta uma prática bastante comum: considerar que até mesmo as mulheres sem filhos(as) (uma babá, uma vizinha, uma tia e mesmo uma desconhecida) são mais aptas para cuidar de crianças e terão mais responsabilidades nessa função do que o próprio pai.

Em relação à educação e às pesquisas nacionais, Déborah Thomé Sayão (2005) retoma os processos violentos de colonização e de exploração aos quais o Brasil e os(as) brasileiros(as) foram submetidos ao longo dos séculos e destaca que os trabalhos desempenhados por homens e por mulheres foram caracterizados de formas assimétricas, de modo que as habilidades que remetem ao “feminino” – são menosprezadas e até mesmo vistas como “espontâneas” e “naturais” às mulheres – o que implica não validá-las como conhecimento adquirido e proveniente de estudos e de formação específica. Guardam relações, portanto, com concepções biologicistas acerca do gênero e com aspectos românticos e idealizados da maternidade. A isso, a autora responde que os cuidados com crianças e a parentalidade são atividades socialmente construídas e que, portanto, podem ser desenvolvidas por homens e mulheres, semelhantemente, à medida que suas necessidades e referências lhes impulsionam para isso.

Logo, a partir da perspectiva da autora, para atuar na educação infantil, é necessária formação teórico-prática, não havendo conexão entre essa

atuação e o desempenho de uma identidade de gênero específica – a feminina – que, socialmente, acreditam-se, ainda hoje, ser capaz de “garantir” a ação zelosa e maternal, marcada pelo cuidado físico. A concepção defendida por Batista e Rocha (2018, p. 108) contribui para essa discussão quando destacam o seguinte posicionamento:

Dar visibilidade para o lugar social das mulheres e dos homens, desnaturalizar as concepções históricas que justificam as desigualdades sociais e de gênero, nos faz continuar problematizando aspectos que norteiam a profissão e a especificidade da docência na Educação Infantil, considerando que ainda depende de melhores definições acerca do trabalho desenvolvido com crianças de 0 a 6 anos de idade.

Concordamos com essa colocação, pois entendemos que discutir o papel das mulheres e dos homens de modo a não naturalizar o que cabe a cada um(a) deles(as) exclusivamente é uma forma, dentre tantas, de provocar mudanças na profissionalização (e valorização) da docência, principalmente, quando voltada para a educação infantil. Para avançarmos no sentido dessa não naturalização, logo, é urgente discutir sobre a (não) presença das masculinidades nesse campo de atuação e investigar de quais formas os(as) diferentes atores e atrizes sociais tecem compreensões acerca desse assunto.

O que pensam sobre os professores homens e educação infantil?

Como demonstramos no tópico anterior, a docência como um todo e especificamente a docência na educação infantil tem sido uma profissão feminilizada histórica e culturalmente. Por isso, neste tópico, verificamos e analisamos a partir de alguns estudos recentes quais são as representações, os pensamentos e as concepções que diferentes grupos lançam sobre a atuação de professores homens na educação infantil. Para tanto, recorreremos à pesquisa bibliográfica, buscando e investigando artigos, dissertações e teses já produzidos sobre essa temática e reorganizando os resultados a partir de quatro eixos analíticos que dizem respeito às representações: (1) de acadêmicos de Pedagogia; (1) dos(as) familiares das crianças; (3) dos(as) profissionais dos centros de educação infantil; (4) dos próprios professores.

No que diz respeito à percepção de acadêmicos de Pedagogia, localizamos o artigo de Josiane Peres Gonçalves e Natália Ribeiro da Penha (2015).

As autoras investigam as representações que alunos e egressos⁹ de uma universidade federal têm acerca da docência na educação infantil quando desempenhada por professores homens. Em comum, os participantes explicaram que pedagogia não era a primeira opção de graduação e justificaram seu ingresso no curso por não terem conseguido aprovação nos cursos que lhes eram prioritários¹⁰. Interessante perceber que, como observam as autoras, as primeiras opções de cursos dos entrevistados também eram todas licenciaturas (matemática, letras e educação física), contudo, nesses casos, pelas especificidades curriculares da educação básica, eles seriam habilitados para desempenhar atividades profissionais junto ao ensino fundamental e médio – o que implica trabalhar com adolescentes e crianças maiores e não com aquelas da educação infantil.

As diferenças entre as opiniões dos acadêmicos entrevistados por Gonçalves e Penha (2015) começaram a aparecer à medida que as temáticas se aproximavam do assunto central: professores homens e educação infantil. Quando questionados sobre a possibilidade de os professores homens atuarem na educação e cuidado com crianças de até três anos, por exemplo, os participantes se mostraram divergentes: os graduandos, conforme destacaram as autoras, não pontuaram diferenças entre o trabalho masculino e feminino, enquanto os egressos sublinharam não só o julgamento aos quais seriam submetidos nessa atuação, como também hierarquizaram as ações masculinas e femininas.

No que diz respeito às vivências no estágio curricular com a educação infantil, todos os participantes da pesquisa de Gonçalves e Penha (2015) enfatizaram a boa recepção por parte dos centros de educação infantil, mas também um certo estranhamento por parte dos(as) familiares das crianças diante da presença de estagiários homens. Em suas falas, para exemplificar suas experiências com o estágio, todos eles evidenciaram o banho dado nas crianças. Um deles mencionou que, para dar banho nas crianças, contou com a ajuda da sua parceira de estágio; outro relatou que deu banho nas crianças já no primeiro dia; um terceiro explicou que deu banho apenas nos meninos, justificando essa restrição pela presença de professoras e de estagiárias mulheres. Para ele, pareceu lógico que às mulheres fosse mais apropriada à

9 Dos quatro participantes, dois deles eram egressos do curso e os outros dois, à época, cursavam o terceiro ano – o que indica que, academicamente, todos tiveram contato com temas afetos à educação infantil.

10 Aqui é interessante mencionar que, conforme explicam as autoras, essa não é uma característica exclusiva dos acadêmicos e egressos homens, e que também é comum às acadêmicas e egressas mulheres a afirmação de que pedagogia não era sua primeira opção de curso universitário.

responsabilidade de dar banho nas meninas. O quarto participante destacou o banho como a atividade em que ficava mais apreensivo e relacionou essa apreensão às possíveis reações dos(as) familiares. Sobre isso, Gonçalves e Penha (2015, p. 187) avaliaram que o que mais lhes chamou a atenção foi “[...] o fato de que nos relatos dos 4 entrevistados, a figura dos pais com o olhar de estranheza foi unânime. Embora os estágios tenham sido realizados em épocas diferentes e em lugares diferentes a atitude foi a mesma”.

A maneira como os(as) familiares encaram a atuação de estagiários e profissionais homens na educação de crianças foi o tema de outro artigo realizado por Josiane Peres Gonçalves, dessa vez junto de Érica Fernanda Moreira Dias e Valdenice Cruz da Silva Souza (2017). Para essa investigação, as pesquisadoras realizaram entrevistas com oito familiares¹¹ de crianças matriculadas nos anos iniciais do ensino fundamental. Inicialmente, todos(as) os(as) participantes concordaram que não houve, por parte deles(as), estranhamentos quanto às atuações dos professores, argumentando que homens e mulheres são igualmente capazes de educar crianças. Apesar dessa manifestação inicial, no desenrolar das entrevistas, os(as) familiares compartilharam que, em alguns casos, têm representações distintas conforme o gênero do professor ou professora. Houve, dentre os(as) participantes, uma avó que reincidia na neutralidade entre preferir professores ou professoras, e suas respostas caracterizavam bons(as) e maus(as) docentes por questões afetas à formação e ao planejamento e não pela identidade de gênero. Outros(as) participantes, contudo, demonstraram expectativas e preocupações diferentes conforme o gênero do professor ou professora.

A isso, Gonçalves, Dias e Souza (2017) consideraram que as representações dos(as) participantes da pesquisa foram diversas. Um dos pais, por exemplo, salientou que os homens são menos calmos em relação às mulheres e argumentou: “[...] eles são instáveis, entendeu? Eles são mais agressivos também. E criança é espoleta, se tá entendendo? Pode vim acontecer alguma coisa, ele pode perder o controle... Já mulher não, mulher já manda tirar da sala, é mais tranquila” (GONÇALVES; DIAS; SOUZA, 2017, p. 55). Diferentemente, uma das mães entrevistadas positivou a atuação masculina em relação à feminina, mencionando que as crianças respeitam mais o professor homem. Contudo, quando essa mesma mãe fora questionada sobre o trabalho de professores homens na educação infantil, ela oscilou em sua opinião, mencionando que os banhos e as trocas de

11 Uma avó, quatro mães e três pais.

roupas/fraldas poderiam ser inadequados se desempenhados por alguém do gênero masculino. Voltando-se para a sua experiência particular, essa mãe perguntou “[...] e como que um professor homem vai levar minha filha ao banheiro?” (GONÇALVES; DIAS; SOUZA, 2017, p. 60). As questões relacionadas aos banhos e aos cuidados com os corpos das crianças também apareceram nas preocupações manifestadas por uma outra mãe, quando questionada sobre os pontos negativos da docência desempenhada por um professor homem. Referindo-se às crianças da educação infantil, ela destacou que dar banho em uma menina, por exemplo, seria constrangedor para um professor homem.

Em busca de pesquisas que contemplassem as representações, expectativas e medos dos próprios professores em relação às suas atuações na educação infantil, encontramos respaldo em um terceiro artigo de Josiane Peres Gonçalves, escrito com Jéssica Barbosa Antunes (2015) e em um livro de Joaquim Ramos (2017).

No artigo, Gonçalves e Antunes (2015) entrevistaram dois professores homens que já trabalharam na educação infantil, mas que, à época, atuavam em outras etapas da educação básica¹². Quando questionados acerca da aceitação ou não dos(as) familiares das crianças, um dos professores respondeu que não teve problemas em suas experiências, afinal, trabalhava com as crianças maiores, que já sabiam ir ao banheiro sozinhas – o que, de certa forma, indica que possivelmente haveria problemas se trabalhasse com as crianças mais novas e menos independentes. Outro professor manifestou ter se surpreendido com a reação positiva das mães das crianças, contudo, afirmou ter tido complicações com dois pais, sendo que, em um caso específico, a diretora do centro de educação infantil preferiu apresentar uma das atendentes como se fosse a professora da turma. A isso, Gonçalves e Antunes (2015) analisaram que se sobressai nas falas dos dois professores o medo de estabelecerem contatos físicos com as crianças, sobretudo, no momento do banho.

O medo relacionado ao banho, às trocas de roupas/fraldas e às idas ao banheiro, assim como às possíveis reações que essas atividades poderiam acarretar quando desempenhadas por um professor homem, pode ser identificado, por exemplo, na fala de um dos entrevistados por Gonçalves e Antunes (2015), quando afirmou que buscava por estratégias e por ajuda de

12 A proposta inicial era entrevistar professores atuantes na educação infantil, contudo, conforme explicam as autoras, no município em questão, à época, não havia homens atuando como docentes nessa etapa da educação básica.

uma colega professora para não ter que dar banho nas meninas. Conforme registraram as pesquisadoras, o professor disse: “Então a professora da outra sala deixava os meninos dela comigo e eu ficava com os meus e eu passava as minhas meninas ‘pra’ ela. Então ela dava banho em todas as meninas e eu em todos os meninos” (GONÇALVES; ANTUNES, 2015, p. 147).

Em seu livro, Ramos (2017), por sua vez, verificou que, em 2009, dos(as) 1837 docentes que atuavam na educação infantil do município¹³ onde realizou sua pesquisa, apenas 14 eram homens. Diante disso, o autor estabeleceu contato com 12 desses professores homens e realizou entrevistas mais aprofundadas com três deles, para além de coletar as representações das demais professoras e familiares das crianças. O autor assevera que a preocupação quanto aos cuidados com o banho e com as trocas de roupas/fraldas permeou os relatos dos 12 professores, até mesmo daqueles que trabalhavam com crianças maiores e com aquelas matriculadas em turno parcial e que, portanto, não necessariamente precisavam de banhos ou trocas.

Vários dos professores envolvidos na pesquisa de Ramos (2017) mencionaram, semelhantemente aos professores que participaram da pesquisa de Gonçalves e Antunes (2015), que davam banhos apenas nos meninos e que os banhos das meninas e até mesmo o acompanhamento ao banheiro eram desempenhados por profissionais mulheres, mesmo por aquelas que não possuíam formação pedagógica. Um dos entrevistados afirmou que nas “[...] horas que os pequeninos fazem cocô, posso até chamar uma auxiliar de limpeza, mas nunca toco na criança” (RAMOS, 2017, p. 85). Diante desse relato, parece-nos que, socialmente, no que diz respeito aos cuidados com os corpos das crianças, mais do que a formação pedagógica, valoriza-se o gênero do sujeito que realiza essa atividade.

A preocupação com o banho fica evidente em outros relatos colhidos por Ramos (2017), por exemplo: quando um professor que só dava banho em meninos explicou que quase chorou de tensão quando teve que dar banho em uma menina; quando ele recebera um comunicado da gerência de educação do município, proibindo-o, expressamente, de dar banho nas crianças do berçário; e, inclusive, quando o próprio autor escreve sobre os conflitos que vivenciou quando trabalhara na educação infantil. Certa vez, conforme relata, uma mãe solicitou a ele que não desse banho em sua filha pois, segundo ela, nem mesmo o próprio marido, pai da criança, executava essa tarefa.

13 No livro em questão, Ramos (2017) omite o nome do município onde realizou sua pesquisa, informando, apenas, que se trata de um dos maiores municípios brasileiros.

Concordamos com a análise que Ramos (2017) confere a esses dados, quando os relaciona com a dupla especulação que há quanto à orientação sexual do professor da educação infantil. Se por um lado, por uma questão cultural, os homens que atuam na educação infantil são vistos como inferiores, “menos homens” e/ou homossexuais por ocuparem profissões e desempenharem atividades consideradas femininas, por outro, paradoxalmente, por serem homens, são vistos como violentadores em potencial. Nas palavras de Ramos (2017, p. 102):

[...] de um lado, se esses sujeitos escolheram uma profissão que culturalmente está associada ao feminino é porque eles não são homens de verdade, [...]; por outro lado, [...] há uma tendência das famílias das crianças atribuírem a esses sujeitos as características de homens sexualmente descontrolados e, por serem e precisarem lidar com os cuidados corporais das crianças, estão bem mais propensos a cometerem abusos contra os pequenos.

As preocupações e os medos manifestados nessas respostas no que diz respeito a professores homens desempenharem atividades que, tais como o banho, a troca de roupas/fraldas e o acompanhamento ao banheiro, exigem contatos físicos com os corpos nus das crianças, vão ao encontro dos estudos realizados por Sayão (2005; 2010). A autora destaca que, mesmo na educação infantil, muitas vezes, os cuidados são vistos como um tabu. Conforme explica em um artigo, isso ocorre não por causa do caráter sagrado que o cuidado agrega, “[...] aquele do valor ético universal de que devemos cuidar de todos os seres humanos objetivando a valorização e a sobrevivência da ‘humanidade’ –, mas talvez por seu caráter profano – ligado ao corpo e à afetividade” (SAYÃO, 2010, p. 78).

Em sua tese de doutorado, na qual procura compreender como os homens se constituem enquanto docentes na educação de crianças de até seis anos de idade, Sayão (2005) explica que a representação dos homens como ‘perigosos’ e como ‘ameaças’ às crianças não ocorre por acaso. Conforme destaca, essa representação guarda relações com as aparições dos homens nos índices de violência doméstica, maus-tratos e de abuso sexual contra crianças e mulheres. Contudo, concordamos com a autora quando argumenta que, nesses casos, comumente, as violências são cometidas fora dos espaços educativos e que, contrariando os medos que cerciam os momentos dos banhos e das trocas de roupas/fraldas, os(as) profissionais da educação infantil – mulheres e/ou homens – tendem a ajudar,

pois podem observar se alguma criança está sendo vitimizada e encaminhar o caso para os órgãos competentes.

Apesar disso, como demonstra a autora, mesmo os relatos dos(as) profissionais da educação infantil reiteram o medo e a suspeita que rondam a atuação dos professores homens em suas atividades com as crianças. Uma das auxiliares de um centro de educação infantil que participou da pesquisa de Sayão (2005, p. 187), por exemplo, relatou: “Teve avô que chegou na porta viu ele limpando uma menina e imaginou que o [professor] João não podia. Por que não podia? Porque o João era homem [...]”. Esse e outros relatos feitos por agentes escolares, como analisa a autora, indicam uma forte representação do homem como “abusador” e a necessidade de repensar se e como os professores homens desempenharão o contato físico com as crianças. Diferentemente, uma das educadoras que participou da pesquisa de Ramos (2017, p. 96) se mostrou contrária à proibição de homens em dar banho nas crianças e argumentou: “quem garante que uma mulher também não vai agredir uma criança de forma até pior que um homem?”.

Na pesquisa de Sayão (2005), contudo, a percepção de que o contato físico entre professores homens e crianças é inapropriado e por isso deve ser evitado, pareceu-nos vigorar, ainda que sutilmente, na própria organização e nas divisões estabelecidas entre os(as) profissionais da educação infantil. Manifestou-se, por exemplo, nas apostas de que os professores homens “não sabem como cuidar” e de que “não vão dar conta do recado” e, conforme sublinha a autora, tem relação com o pensamento que associa os cuidados infantis às mulheres de modo exclusivo e natural. Referindo-se aos primeiros dias de atividade de um professor homem, uma diretora entrevistada por Sayão (2005), por exemplo, manifestou os anseios e os julgamentos das demais colegas de trabalho, dizendo que elas imaginavam que o professor teria dificuldades com a troca de roupas/fraldas, contudo, essas expectativas foram refutadas diante do bom desempenho dele. Sobre isso, Sayão (2005, p. 178) analisa que, para os(as) profissionais da educação infantil e para a comunidade como um todo, geralmente, “[...] os homens ‘não sabem como cuidar’ e quando eles desempenham bem tais tarefas a partir do conceito e dos critérios femininos evidencia-se uma certa surpresa”.

Além disso, a manobra relatada por um dos entrevistados por Gonçalves e Antunes (2015), a partir da qual o professor homem “trocava” as crianças com uma colega professora para que ela desse banho nas meninas e ele nos meninos, reaparece na pesquisa de Sayão (2005) e de Ramos (2017) – o

que indica que essa é uma prática habitual. Nesse caso, algumas profissionais entrevistadas alegaram que assumiram a liderança nas atividades que envolviam o contato com o corpo das crianças, isentando os professores homens dessas atribuições para que, assim, pudessem evitar maiores “problemas” com reclamações e acusações que elas atribuíam aos familiares.

Concordamos com a análise que Sayão (2005) tece sobre essa organização, quando afirma que ao mesmo tempo que essa divisão acarreta a generificação da atividade docente – professoras ficam com os cuidados, e professores com o pedagógico – fortalece concepções sexuais estereotipadas – as mulheres são “todas puras” e assexuais, e os homens, “todos imorais” e hipersexualizados. Nas palavras da autora, esse acordo estabelecido entre os(as) profissionais da educação infantil demonstra que “[...] está presente uma concepção do tabu que cerca o contato corporal entre pequeninhos/as e homens adultos, o que ratificaria a naturalização de que os cuidados iniciais são tarefas eminentemente ‘femininas’” (SAYÃO, 2005, p. 186).

Diante das pesquisas até então mencionadas, verificamos que o contato físico exigido em atividades com crianças parece ser uma das preocupações que permeia as representações que acadêmicos, familiares, professoras, professores e demais profissionais da educação infantil têm acerca do trabalho de docentes homens. Em comum, os sujeitos entrevistados por Gonçalves e Penha (2015), Gonçalves e Antunes (2015), Gonçalves, Dias e Souza (2017) Ramos (2017) e Sayão (2005), a partir de diferentes narrativas, indicam haver uma espécie de estranhamento social quando homens, ainda que profissionais da educação infantil, assumem o protagonismo em ações que exigem o contato com as crianças, tais como o banho, a troca de roupas/fraldas e o acompanhamento ao banheiro.

A respeito disso, concordamos com Sayão (2010) em duas de suas afirmações: primeiro quando constata que o cuidado é uma espécie de “fantasma”, já que alguns(as) profissionais da educação infantil negam a dimensão corporal nas atividades com as crianças e desconsideram o “cuidar” como uma de suas atribuições; segundo, quando, para além da funcionalidade, a autora chama atenção para os aspectos pedagógicos que constituem o cuidado com as crianças da educação infantil. Nessa perspectiva, como argumenta, cuidar/educar¹⁴ são ações indissociáveis nas atividades de

14 Conforme Sayão (2010), a expressão cuidar/educar tem origem no termo *educare*, que vigorou no final do século XX nos Estados Unidos. Quando fora transposto para o contexto brasileiro, o cuidar/educar intensificou o debate de que todas as crianças precisavam de cuidados pedagógicos, e não somente aquelas vindas de famílias pobres.

profissionais da educação infantil. Em nível legal, as aproximações e convergências entre o educar e o cuidar na educação infantil ficam evidentes na redação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2018, p. 36), quando explica que “[...] as últimas décadas, vem se consolidando, na Educação Infantil, a concepção que vincula educar e cuidar, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo”.

Sivia Pillotto e Carla Clauber (2017) contribuem para essa discussão quando evidenciam que, no cuidado/educação com bebês, o afeto se faz necessário. Conforme afirmam, o afeto precisa ser manifestado por modos que, sem exceção, envolvem o corpo via olhar, escuta, palavra, gesto, movimento e, inevitavelmente, o tato. Em relação especificamente ao banho, as autoras destacam a importância das abordagens lúdicas e afetivas (e que também são pedagógicas) que o(a) professor(a) pode imprimir a essa atividade, ultrapassando suas funcionalidades mais óbvias, como a higiene.

O banho, no contexto da creche, é um dos momentos considerados relevantes para nós em termos de cuidados e de higiene do bebê. A relação com a água é mágica para o bebê, e os primeiros contatos, ainda no ventre da mãe, remetem-no para o prazer e o aconchego que a água proporciona. Por que, então, não aproveitar o banho ou qualquer outro contato com a água como experiência sensível? O que significa o toque das mãos na pele do bebê? Qual sua relação com a textura e a temperatura da água? Um momento de prazer e descoberta? Um momento de diálogo entre o professor e o bebê? Um momento de escuta interna ou de música que embala esse encontro com o banho? (PILLOTTO; CLAUBER, 2017, p. 117).

Diante disso, entendemos que há, nesse e em outros momentos, a possibilidade de o(a) profissional da educação desenvolver uma espécie de curadoria à medida que escolhe formas, temperaturas, texturas, cheiros, gostos, quantidades, cores e sons específicos e desconsidera outros. A intencionalidade educativa não só pode como também precisa estar evidente em cada escolha feita pelos(as) professores(as). Defendemos que é no próprio fazer docente que a ação de curadoria desses(as) profissionais se intensifica, pois aquilo que foi positivo se mantém para um possível reaparecer até mesmo com outras ênfases, e aquilo que não deu certo pode ser deixado para um outro momento mais propício com outras proposições didáticas, ou seja, a revisão/avaliação da prática conduzida pelos(as) profissionais que conduzem os encaminhamentos na educação infantil deve ser constante.

Em outras palavras, estamos defendendo a necessidade de se ter um olhar atento e cuidadoso com as crianças da educação infantil para atender às suas necessidades peculiares. Esse é um momento do desenvolvimento humano em que o cuidar se evidencia pelo fato de que as crianças dependem dos(as) adultos(as) em várias questões, mas que deve estar a todo momento articulado com um educar intencional e pensado. Essa nossa defesa justifica-se pelo fato de que a Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica e, portanto, um momento de intensas e grandes aprendizagens referentes ao mundo social. Nesse sentido, o momento do banho – assim como qualquer outra ação mais voltada ao cuidado como o momento da recepção, da alimentação, ou do sono – é importantíssimo para a entrada da criança no mundo social e precisa estar pensado e organizado para atender às necessidades físicas das crianças e, ao mesmo tempo, para propiciar aprendizagens significativas.

Ocorre que, como demonstramos até aqui, existe, nas representações de acadêmicos, familiares, professoras, professores e demais profissionais da educação infantil, a compreensão de que as habilidades necessárias ao cuidado/educação de crianças, sobretudo aquelas que envolvem o contato corporal são exclusivas e naturais às mulheres. Diante disso, no tópico seguinte, nos aproximamos dos Estudos das Masculinidades para argumentar que, semelhantemente às feminilidades, as masculinidades são construções histórico-culturais e que, portanto, “dar banho” ou “não dar banho” em crianças tem mais relação com as responsabilidades projetadas culturalmente sobre as mulheres, do que com as habilidades das quais os homens supostamente carecem.

E os homens, não dão banho? Olhares a partir dos Estudos das Masculinidades

Os Estudos das Masculinidades constituem um campo de investigação com destaque no final do século XX, em decorrência das conquistas dos movimentos feministas e de pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais e Travestis, *Queer*, Intersexuais e Assexuais (LGBTQIA+). Desde o final do século XIX, a partir de diferentes iniciativas, esses movimentos buscaram denunciar a opressão que o patriarcado¹⁵ acarreta às mulheres e aos homens não heterossexuais em esferas domésticas, trabalhistas, políticas, afetivas e sexuais. Contestavam, portanto, a concessão de privilégios ao “homem tradicional”, caracterizado por

15 O patriarcado – termo originalmente utilizado pela antropologia – refere-se a sistemas de poder em que há a perpetuação da dominação do homem e a submissão da mulher em setores e contextos distintos, tais como os culturais, científicos, domésticos, políticos e econômicos (CONNELL, 1990).

um conjunto de predicativos específicos – branco, cisgênero, católico, heterossexual, europeu, jovem e de classe média e alta.

No que diz respeito às origens dos Estudos das Masculinidades, Marko Monteiro (2000) sublinha que foi apenas por meio das intervenções acadêmico-sociais de feministas e LGBTQIA+ que o gênero do “homem tradicional” deixou de ser naturalizado e passou a ser tomado como objeto de investigação, junto ao próprio patriarcado e à dominação que esses mesmos “homens tradicionais” detinham não só em relação às mulheres, mas também a outros homens. Conforme a figura do “homem tradicional” fora confrontada por outras identidades, como as de mulheres e as dos homens gays e bissexuais, por exemplo, seu status de “norma” foi posto em xeque e a “universalidade” que detinha enquanto sujeito privilegiado pelo patriarcado foi convertida em “diferença”. Daí por diante, sobretudo na segunda metade da década de 1980, os “homens tradicionais” – acostumados a assumir papéis de mestres da religião, da Ciência, da Filosofia e da Arte – passaram a ser (também) tomados como objeto de discussão e pesquisa pelos Estudos das Masculinidades. Nas palavras de Monteiro (2000, p. 66, grifos do autor) a crítica à “[...] masculinidade tradicional só faz tornar a masculinidade *objeto* dos estudos, ou seja, torna objeto aquilo que sempre foi *sujeito*”.

Sobre isso, Raewyn Connell¹⁶ (1990; 1995), pioneira nesse campo, ressalta a existência não de uma, mas de múltiplas masculinidades, evidenciando que a construção dessas identidades não é fixa e que ocorre entre disputas pelo poder. Nas palavras da autora,

“[...] as relações de gênero incluem as relações entre homens, relações de dominação, marginalização e cumplicidade. Uma determinada forma hegemônica de masculinidade tem outras masculinidades agrupadas em torno dela” (CONNELL, 1995, p. 189).

O sujeito masculino ao qual, até aqui, temos nos referido como “homem tradicional” corresponde àquilo que a autora nomeia de “masculinidade hegemônica”. Esse conceito se remete ao sujeito que se aproxima dos ideais de masculinidade propostos por dada sociedade, cultura e época.

A masculinidade hegemônica responde não só ao fundamento principal do patriarcado – que posiciona as mulheres como subordinadas aos homens –

16 Ainda que na autoria de alguns artigos e livros a identificação de Connell seja indicada por seu nome civil masculino, em respeito à sua identidade de gênero, utilizamos pronomes e substantivos femininos para nos referirmos a ela, uma mulher transexual, conhecida por Raewyn Connell.

como também supõe a subordinação de homens detentores de masculinidades “não hegemônicas”. A partir dessa organização, que a autora nomeia como Políticas da Masculinidade (CONNELL, 1995), homens gays, bissexuais, negros, transexuais, afeminados, homens sensíveis, idosos, fracos ou debilitados e homens desfavorecidos economicamente¹⁷, entre outros, são socialmente desvalorizados em relação àqueles que desempenham uma masculinidade hegemônica. Tal desvalorização guarda relações imediatas com o mostrar-se feminino.

A “fuga” da feminilidade por parte dos homens pode ser identificada, por exemplo, na prática de esportes, musculação e jogos competitivos; na predileção que muitos detêm por filmes de ação, super-heróis e de guerras; na presença significativamente masculina em exércitos, bares e florestas; e, por fim, nos índices de violências, acidentes de trânsito e homicídios que mostram que os homens não são apenas os maiores infratores, como também as maiores vítimas quantitativamente falando¹⁸.

Nesse ponto, constatamos que os Estudos das Masculinidades, o conceito de masculinidade hegemônica e as pressões que tal conceito acarreta aos sujeitos masculinos conforme precisam negar os aspectos femininos que seus corpos e personalidades detêm nos auxiliam a compreender as representações lançadas sobre os professores homens que atuam na educação infantil. À medida que se aproximam de espaços e profissões socialmente avaliadas como femininos, esses professores têm suas masculinidades questionadas. Para um homem, ainda que em âmbito profissional, mostrar-se sensível, educado, gentil, habilidoso, afetivo, didático e paciente com crianças é, sob as lógicas de uma sociedade patriarcal, mostrar-se feminino e, portanto, não detentor de uma masculinidade hegemônica.

Na Figura 1, reunimos imagens que indicam que essas qualidades mencionadas acima, ainda que elogiáveis, são, culturalmente, associadas às mulheres. Elas também vão ao encontro das representações que localizamos anteriormente, as quais atribuem exclusivamente às mulheres as tarefas de dar banho nas crianças. De maneiras semelhantes, essas imagens caracterizam as figuras femininas como habilidosas, responsáveis e interessadas no banho de sujeitos infantis.

17 Essas masculinidades, conforme suas características, podem ser conceituadas como masculinidades cúmplices, marginalizadas e subordinadas (CONNELL, 1995).

18 Conforme Julio Jacobo Waiselfisz (2014), desde 1998 até 2012 emergiu um fator constante nos casos de suicídios e óbitos em acidentes de transporte registrados no Brasil: a elevada proporção de vítimas masculinas. Em 2012, por exemplo, dos homicídios ocorridos no país, quase 92% foram de homens.

Figura 1: Cenas de banhos



Fonte: Imagens extraídas na internet; montagem nossa. Acima: *Jule sendo secada por sua mãe* (1900); *O Banho da criança* (1900-1); e *O Banho* (1891-2), de Mary Cassatt. Abaixo: Boneca Barbie; Propaganda Natura; e cena da animação *O Rei Leão* (1994).

As três primeiras imagens são representativas de pinturas da artista estadunidense Mary Cassatt (1844-1926): em *Jule sendo secada por sua mãe* (1900), *O banho da criança* (1900-1), e *O Banho* (1891-2), a artista pintou figuras maternas dando banho e secando crianças. As imagens de baixo, por sua vez, mais contemporâneas, indicam que não são apenas os artefatos que recebem tratamentos e reconhecimentos artísticos que produzem enunciados acerca de gênero. Nesse caso, respectivamente, brinquedos, publicidades e animações também conferem às figuras femininas a atribuição de dar banho às crianças. Como indicado na Figura 1, não se trata de um banho qualquer, simplesmente para atender às necessidades de higiene; mas de um banho com trocas de afetos, toques, abraços, cheiros e olhares. Ao mesmo tempo que essas imagens produzidas em contextos e épocas diferentes são consequências das relações de gênero que diferenciam as habilidades, os espaços

físicos, os sentimentos e as profissões a partir dos gêneros, também contribuem para reforçá-las.

Se, desde a infância, os indivíduos são confrontados apenas com representações de figuras femininas interagindo com crianças, é provável e compreensível que a presença de um professor homem na educação infantil e que a efetivação de seu trabalho – que também envolve o banho em uma criança – lhes provoquem estranhamentos e incômodos. Por esse motivo, seria oportuno que, desde a educação infantil, os(as) alunos(as) tivessem referências mais brandas acerca das masculinidades e das ações que os homens podem desempenhar socialmente – o que nos remete às séries fotográficas *Pais Suecos* (2015) e *Pais Brasileiros* (2017), como destacamos na Figura 2.

Figura 2: Cenas de banhos



Fonte: Bävman (2021); ONU MULHERES BRASIL (2018).

Na Figura 2, as três primeiras imagens se referem à série fotográfica *Pais Suecos* (2015), do sueco Johan Bävman; e as três últimas, da série *Pais*

Brasileiros (2017), são de uma iniciativa da Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres – ONU Mulheres, em parceria com a campanha ElesPorElas (*HeForShe*)¹⁹ e com Embaixada da Suécia no Brasil. Ambas as séries foram detalhadamente analisadas em outro estudo de nossa autoria (BALISCEI; CUNHA, no prelo) no qual conceituamos aquilo pelo qual nos referimos como Projeto de Masculinização dos Meninos. Nesse estudo, apresentamos e analisamos *Pais Suecos* (2015) e *Pais Brasileiros* (2017) por oferecerem referências mais saudáveis de masculinidades.

Ambas as séries nos remetem às inferências de Connell (1995, p. 205) de que quando “[...] fotografias com homens carregando armas se tornarem raras e fotografias com homens empurrando carrinhos de bebê se tornarem comuns, aí sim saberemos que estamos realmente chegando em algum lugar”. A expressão “chegando em algum lugar”, nesse caso, refere-se às possíveis mudanças que a sociedade pode operar nas identidades masculinas, ao passo que, desde a infância, meninos e meninas sejam apresentados a referências mais complexas e menos violentas de masculinidade. Por isso, em nossas considerações finais, intencionamos “chegar em algum lugar” apontando possibilidades na relação entre masculinidade, cuidado, educação e educação infantil.

Considerações finais: chegando em algum lugar (?)

Diante do objetivo de tecer considerações em relação à presença de professores homens na docência de modo a ampliar o debate acerca das interfaces entre masculinidades, educação e cuidado na educação infantil, neste artigo, primeiramente demonstramos que, historicamente, a docência fora associada à feminilidade, acarretando preconceitos para homens e mulheres quando querem ou não se identificar com essa profissão. Além disso, ressaltamos que independente do gênero do(a) professor(a) atuante na educação infantil, há, de sua parte, a necessidade de ter conhecimentos sobre o desenvolvimento infantil, sobre as especificidades do trabalho com crianças e sobre a didática.

Estar com as crianças, escutá-las, brincar com elas, pensar práticas pedagógicas e impulsionar aprendizagens significativas são atividades que exigem conhecimento; logo, dar banho nas crianças também

19 Trata-se de um movimento lançado em 2014 pela ONU Mulheres, que intenta envolver meninos e homens na igualdade de gênero. Mais informações em: <https://bit.ly/39iNmXo>. Acesso em: 25 maio 2020.

requer habilidades, técnicas e conhecimentos. Insistimos que não é adequado desempenhar uma atuação profissional na educação infantil sem conhecimentos acerca de atividades que, socialmente, podem parecer ordinárias, como o banho, já que necessariamente requerem fundamentos pedagógicos específicos. É somente a partir do respaldo teórico-metodológico que os(as) professores(as) podem planejar e efetivar uma prática calcada na articulação entre o cuidar e o educar, assim como considerar as peculiaridades de cada criança em suas diferentes faixas etárias.

Consideramos, também, que em uma sociedade cujas práticas culturais são atravessadas pelo patriarcado, a presença de professores homens na educação infantil contribui não só para desestabilizar os aspectos negativos da masculinidade hegemônica, como também para provocar fissuras nas compreensões mais rígidas acerca das profissões, que tendem a generificá-las conforme as habilidades que requerem e o status que detêm. Assim, a existência de professores homens na educação infantil é uma oportunidade para que as crianças aprendam, desde muito cedo, que os homens também podem ser gentis, pacientes, delicados, didáticos, afetivos e cuidadosos com crianças sem que suas masculinidades sejam diminuídas. É uma possibilidade de as crianças vivenciarem as inúmeras características das relações sociais e, portanto, de se humanizarem por intermédio das ações da educação infantil.

Vale ressaltar, contudo, que essas compreensões não dependem exclusivamente da presença masculina nos espaços da educação infantil e que docentes, de modo geral, podem ampliar o repertório das crianças acerca do que significa “ser homem” e “ser mulher”. Isso ocorre à medida que escolhem imagens, brinquedos, cores e referências mais complexas do que aquelas que costumam caracterizar as identidades de gênero de formas estereotipadas. Nesse sentido, abordar imagens e discussões que mostram mulheres dirigindo, jogando bola e assumindo lideranças e homens cuidando de bebês, chorando e desempenhando atividades domésticas, por exemplo, é uma maneira de ir de encontro com a lógica patriarcal e acarretar referências mais positivas sobre feminilidades e masculinidades. Logo, seria oportuno que bebês e crianças da educação infantil e demais alunos(as) da educação básica tivessem acesso a referências e imagens de “homens professores” e homens executando diferentes profissões e atividades diárias, ainda que no centro de educação infantil ou escola em questão só existam professoras mulheres.

Referências

BALISCEI, J. P. **Provoque**: cultura visual, masculinidades e ensino de Artes Visuais. Rio de Janeiro: Metanoia, 2020.

BALISCEI, J. P.; CUNHA, S. R. V. da. Faça como homem: cultura visual e o projeto de masculinização dos meninos. **Revista Textura**, Canoas. no prelo.

BATISTA, R.; ROCHA, E. A. C. Docência na educação infantil: origens de uma constituição profissional feminina. **Revista Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 20, n. 37, p. 95-111, 2018.

BÄVMAN, J. Swedish dads. **Johan Bävman**, Malmö, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3w5qlvh>. Acesso em: 25 maio 2020.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018.

CONNELL, R. Como teorizar o Patriarcado? **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 85-93, 1990.

CONNELL, R. Políticas da masculinidade. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 185-206, 1995.

CONNELL, R.; PEARSE, R. **Gênero**: uma perspectiva global. São Paulo: nVersos, 2015.

GONÇALVES, J. P.; ANTUNES, J. B. Memórias de professores homens que trabalharam como docentes de Educação Infantil e suas representações sociais. **Revista Interfaces da Educação**, Campo Grande, v. 6, n. 15, p. 134-153, 2015.

GONÇALVES, J. P.; DIAS, É. F. M.; SOUZA, V. C. da S. Eles são instáveis, agressivos e desnaturados ou têm autoridade, bom senso e firmeza? Presença de homens no Magistério e Representações Sociais. **Revista Polêmica**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 44-65, 2017.

GONÇALVES, J. P.; PENHA, N. R. da. Professor homem na educação infantil: o olhar de acadêmicos e alunos egressos do curso de pedagogia. **Revista Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 17, n. 32, p. 170-192, 2015.

HOOKS, b. **Teoria Feminista**: da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019.

JESUS, J. G. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. Brasília: Jaqueline Gomes de Jesus, 2012.

LIMA, A. M. de. Feminização do trabalho docente. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 2015, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

MOCHI, L. C. C. **Afinal, do que é feita uma família?** Maternidades lésbicas na escola. Rio de Janeiro: Metanoia, 2019.

MONTEIRO, M. **“Tenham piedade dos homens!”**: masculinidades em mudança. Juiz de Fora: FEME, 2000.

ONU MULHERES BRASIL. Exposição pais brasileiros. **Flickr**, [s. l.], 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3d8o0wt>. Acesso em: 25 maio 2020.

PILLOTTO, S.; CLAUBER, C. A experiência dos bebês com a Arte. In: CUNHA, S. R. V. da; CARVALHO, R. S. de (org.). **Arte Contemporânea e Educação Infantil**. Porto Alegre: Mediação, 2017. p. 111-117.

RAMOS, J. **Gênero na Educação Infantil**: relações (im)possíveis para professores homens. Jundiaí: Paco, 2017.

SACRISTÁN, J. G. **O aluno como invenção**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SAITO, H. T. I. **História, filosofia e educação**: Friedrich Froebel. Curitiba: CRV, 2019.

SAITO, H. T. I.; OLIVEIRA, M. R. F. Trabalho docente na educação infantil: olhares reflexivos para a ação intencional e planejada do ensino. **Imagens da Educação**, Maringá, v. 8, n. 1, e39310, 2018.

SAYÃO, D. T. **Relações de gênero e trabalho docente na educação infantil**: um estudo de professores em creche. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

SAYÃO, D. T. Não basta ser mulher... não basta gostar de crianças... “Cuidado/ educação” como princípio indissociável na Educação Infantil. **Revista Educação da UFSM**, Santa Maria, v. 35, n. 1, p. 69-84, 2010.

Recebido em junho de 2020.

Aprovado em outubro de 2020.

O DIREITO SOCIAL AO TRABALHO DAS PESSOAS TRANS À LUZ DA TEORIA DA JUSTIÇA COMO EQUIDADE DE JOHN RAWLS

Camille da Silva Azevedo Ataíde¹

Resumo: O objetivo geral do artigo é verificar se a Teoria da Justiça como equidade, de John Rawls, fundamenta o direito social ao trabalho das pessoas trans de modo a justificar a criação de políticas públicas que favoreçam a inclusão deste grupo no mercado de trabalho e condições para o seu exercício de forma digna. A pesquisa analisará os principais elementos desta concepção de justiça, como a posição original, o princípio da diferença, a ideia de sociedade como sistema equitativo de cooperação, bens primários e o dever natural de respeito mútuo. A metodologia utilizada foi a exploratória bibliográfica e dedutiva.

Palavras-chave: Teoria da Justiça como equidade; Direito ao trabalho; Pessoa trans.

Abstract: The article aims to verify if the Theory of Justice as fairness, by John Rawls, gives fundamentals to the social right to work of trans people to justify the creation of public policies that favor the inclusion of that group in the labor market and conditions for its exercise in a dignified manner. This study analyzes the main elements of this concept of justice, such as the original position, the principle of difference, the idea of society as an equitable system of cooperation, primary goods and the natural duty of mutual respect. The methodology used was bibliographic and deductive.

Keywords: Theory of Justice as fairness; Right to work; Trans person.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

¹ Mestre em Direitos Humanos pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil. E-mail: camille_ataide@yahoo.com.br. Orcid: 0000-0002-8381-5621

Introdução

A busca por critérios de justiça que possibilitem a adequada distribuição de bens e a retificação das desigualdades econômicas, em uma sociedade, sempre ocupou lugar de destaque nas preocupações dos juristas, sociólogos, filósofos políticos e formuladores de políticas públicas. Todavia, a quantidade significativa de demandas judiciais em que se pretende a realização de direitos fundamentais apenas evidencia as dificuldades que permeiam o alcance da justiça social, ou desperta inquietações que podem ser reconduzidas a ela.

Nesse cenário, a Teoria da Justiça proposta por John Rawls representa um relevante paradigma a ser apreciado por todos aqueles que se lançam à busca de parâmetros justos para orientar a atuação das instituições e o deslinde das principais reivindicações sociais. Um dos traços diferenciais da teoria é a proposição de princípios de justiça a incidirem sobre a estrutura básica de uma sociedade marcada por conflitos de interesse e escassez de recursos.

Na obra *Uma Teoria da Justiça* (2008), John Rawls considera que indivíduos racionais e mutualmente desinteressados em uma situação hipotética na qual estariam cobertos pelo “véu da ignorância” escolheriam princípios que viabilizassem a ampla atribuição de liberdades fundamentais e controlassem as desigualdades econômicas e sociais, de modo que essas apenas seriam justas se resultassem em vantagens para todos, sobretudo aos menos favorecidos. Todos os esforços intelectivos da referida teoria estão vocacionados ao alcance da justiça mediante a harmonização de valores sociais basilares, tais como a liberdade, a igualdade e o respeito mútuo.

A ideia central da teoria, em torno da qual gravitam os princípios de justiça, é a de cooperação social. John Rawls parte da concepção de que a sociedade é uma estrutura designada à cooperação equitativa entre os seus membros, posto que cada um depende do outro para realizar seus projetos de vida. O esforço mútuo, a tolerância e a não frustração das legítimas expectativas alheias aparecem na teoria da justiça como componentes fundamentais ao fortalecimento da cooperação e ao alcance de uma sociedade minimamente justa.

A teoria da justiça não tem como propósito explícito tratar de questões voltadas à redução das desigualdades sociais a partir de um modelo que leve em conta as vulnerabilidades específicas de categorias sociais, mas pretende propor um arquétipo que busca viabilizar o máximo exercício das liberdades fundamentais por todos os indivíduos, com base em um esquema distributivo de renda e riqueza que considere as exigências dos princípios de justiça.

Nesse sentido, o presente artigo tem por objetivo analisar o direito social ao trabalho decente das pessoas trans no Brasil à luz da concepção da justiça como equidade proposta por Rawls. Importante ressaltar que a categoria do trabalho decente, nesse artigo, deve ser compreendida no seu sentido jurídico, enquanto instituto garantidor de direitos, excluindo-se, por conseguinte, concepções moralizadoras e retrógradas em relação à expressão “trabalho decente”.

A trajetória das pessoas trans sempre foi marcada por preconceitos, intolerância e discriminação pela sociedade brasileira de modo geral, causando impactos negativos àquela categoria, que vão desde o embaraço ao acesso à educação até a exclusão do mercado de trabalho formal, privando-as dos direitos e oportunidades para a execução de seus projetos de vida.

Esse texto partirá da hipótese de que a teoria da justiça fundamenta o direito social ao trabalho de grupos vulneráveis, especificamente dos sujeitos trans. O objetivo geral é justificar, também com base na teoria da justiça, uma atuação mais enérgica das instituições na criação de políticas públicas de inclusão e permanência deste grupo no trabalho formal, decente e digno, a partir de *insights* obtidos pela compreensão das razões subjacentes à noção de sociedade enquanto sistema equitativo de cooperação, ao princípio da diferença, aos bens primários e ao dever natural de respeito mútuo, figurando estes como objetivos específicos.

A justificativa para o desenvolvimento desse artigo se encontra no fato de que a exclusão social de grupos vulneráveis ainda é um traço acentuado na cultura brasileira, embora tenha-se observado nos últimos anos algumas medidas tendentes a minimizá-la, como no caso dos portadores de deficiência física. A opção por discutir a categoria das pessoas trans levou em consideração as injustificadas violações sistemáticas de toda a sorte que essas tendem a sofrer, especialmente em um Estado Constitucional que preza pelo amplo exercício das liberdades individuais, dos direitos da personalidade e pelo respeito à dignidade humana.

Para tanto, o referencial teórico de base foi a obra *Uma Teoria da Justiça* (2008), do filósofo político John Rawls, e a metodologia utilizada foi a exploratória bibliográfica de livros e periódicos, bem como o método dedutivo de pesquisa.

Pessoas trans: das oportunidades ao mercado de trabalho

Aceitar com naturalidade a pessoa trans é um grande desafio a ser alcançado por parcela considerável da sociedade brasileira, ainda tão apegada

a padrões hegemônicos e ideais conservadores. Embora não seja legítimo exigir das pessoas a concordância em relação às escolhas alheias, deve-se exigir, no mínimo, respeito, inserção social e garantias de direitos constitucionais para com aqueles que desenvolvem suas personalidades de modo distinto do convencional.

Sem a pretensão de esgotar as divergências que pairam sobre a questão, torna-se oportuno neste momento distinguir sexo, orientação sexual e gênero com precisão suficiente para o entendimento da temática. O termo “sexo” está atrelado ao fator biológico, caracterizando-se como o conjunto de características físicas que uma pessoa apresenta em sua estrutura orgânica, incluindo fatores cromossômicos, genitais e hormonais; enquanto “orientação sexual” refere-se ao gênero que atrai a pessoa de forma erótica-afetiva, definindo-as em homossexuais, heterossexuais ou bissexuais (SANCHES, 2015, p. 272).

Em que pese a existência de diversas teorias que buscam explicar como os gêneros são construídos, por ora é suficiente ter em mente que gênero diz respeito à forma como a pessoa se sente em termos psicológicos, se tem afinidade com aquilo que se convencionou denominar gênero feminino ou masculino, podendo coincidir ou não com o sexo biológico. Então, quando o gênero não está em sintonia com o sexo biológico, estamos diante de uma pessoa trans.

Sobre o binômio sexo e gênero, Judith Butler (2015) advoga que se o gênero é um significado cultural assumido pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra de um sexo desta ou daquela maneira. Levada a seu limite lógico, a distinção entre sexo e gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos. “Supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de ‘homens’ aplique-se exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo ‘mulheres’ interprete somente corpos femininos” (BUTLER, 2015, p. 25).

Em outras palavras, é fato inconteste que a conexão necessária entre um genital e um gênero é exclusivamente social e não biológica. Tal conexão também é política e histórica. O dado biológico restringe-se em afirmar que existem as anatomias masculinas e femininas, ou seja, é claro que há um dado biológico que diz que a maioria das pessoas nasce com um pênis ou com uma vagina, todavia, isso não significa que tais anatomias interpretarão os gêneros masculino e feminino, respectivamente. Aliás, como dizia Simone de Beauvoir (1967), “não se nasce mulher; torna-se mulher”. Nessa esteira, coaduna-se com Berenice Bento (2006, p. 12) quando, de maneira bastante pertinente e ácida, assegura:

Apenas alguém muito desavisado poderá fazer coincidir masculinidades = homens e feminilidades = mulheres. De pouco a pouco, pelas experiências de sujeitos concretos, por estudos e ativismos, o gênero está, finalmente, sendo abolido do corpo-cromossômico-neural-hormonal.

As pessoas trans, em geral, sofrem com a insegurança quando percebem sua identificação com o gênero associado ao sexo oposto, ainda em tenra idade. Quando vencem o sofrimento que permeia o processo de aceitação e decidem expressar-se de modo a satisfazer os desígnios da personalidade, comumente tornam-se alvo de violência psicológica, sistematizada nos diversos segmentos sociais, a começar pela família.

Os olhares de estranhamento seguem lançados ao segmento trans no ambiente escolar, causando embaraços ao próprio acesso à educação. Tanto a direção quanto o corpo docente das instituições de ensino carecem de preparo para lidar com o pluralismo de percepções e modos de vida, e mesmo quando o possuem, dificuldades surgem no combate às agressões perpetradas pelos demais alunos, especialmente em razão das sutilezas com que tais agressões ocorrem, desde indiretas, insinuações e piadas, perceptíveis e dolorosas para aquelas pessoas que sofrem estigma.

A permanência no ambiente escolar, portanto, tende a aumentar a aflição sofrida por pessoas trans, transcendendo até fulminar a motivação e o interesse pelos estudos, sobretudo quando a família demonstra repulsa ou indiferença, omitindo-se no fortalecimento da autoestima dos membros que dela necessitam. Neto Lucon, associado ao movimento LGBTQI+, enfatiza que a falta de apoio familiar e de preparo das escolas refletem negativamente na capacitação para o mercado de trabalho, concluindo que “sem apoio familiar, com baixa escolaridade e sem experiência, elas ficam à margem da sociedade e acabam sendo catapultadas pela cultura e pelo estigma da prostituição” (OTONI, 2014).

Sobre as experiências em entrevistas de emprego, Thiago Gonçalves relata que no momento do contato visual logo os empregadores afirmavam que a vaga não estava mais disponível e que, só pela reação das pessoas ao notarem sua aparência, já sabia que não teria chances. Thiago reconhece que a baixa qualificação, por ter desistido do ensino superior em razão dos constrangimentos, torna ainda mais difícil o acesso ao emprego formal (OTONI, 2014). Cris Stefanny, presidente da Associação Nacional de Travestis e Transexual do Brasil (ANTRA) ressalta que as oportunidades de emprego se limitam a serviços subalternos, como limpar o chão e trabalhar em cozinhas.

Ao observar a realidade circundante, não é necessário ir muito longe para notar que a exclusão do mercado de trabalho formal afeta aqueles que não foram premiados com a “loteria natural” de sentir-se bem adotando os padrões comportamentais socialmente convencionados ou com condições materiais suficientes para dispensar a colaboração de terceiros. No caso específico das pessoas trans, a privação das oportunidades de trabalho, na maioria das vezes, está diretamente atrelada ao preconceito e à baixa qualificação.

O mercado de trabalho relega mulheres e homens trans a profissões subalternas e estigmatizadas, quadro que, frequentemente, agrava-se em razão da diuturna violência, da rejeição familiar, dos constrangimentos e da baixa escolaridade, o que acaba tornando a prostituição², por vezes, uma das únicas opções de sobrevivência (TENENBLAT, 2019).

As discriminações e os preconceitos contra a população trans disseminam-se por inúmeros espaços sociais, entre os quais, evidentemente, o mundo do trabalho, pois a empregabilidade guarda correlação direta com os inúmeros (e já mencionados) obstáculos enfrentados pelas pessoas trans na escola e em outros centros de qualificação profissional (TENENBLAT, 2019).

Efetivamente, não existe espaço no mercado de trabalho para mão de obra sem formação qualificada. Mesmo para trabalhos como vendedor(a) em lojas ou caixa de supermercado, exige-se, pelo menos, o ensino médio completo. No entanto, as escolas e as universidades, bem como as instituições de ensino técnico e profissionalizante, com exceções, constituem lugares extremamente hostis a todas as pessoas que escapam do padrão heteronormativo imposto pela sociedade (TENENBLAT, 2019).

Se o ambiente escolar e acadêmico não fosse tão agressivo e perverso, haveria muito mais pessoas trans qualificadas e aptas a disputar as vagas do mercado de trabalho. Não à toa, há aqueles(as) que, com receio de sofrer perseguições e retaliações, preferem concluir os estudos universitários antes de começar o processo de transição. Trata-se de uma estratégia de sobrevivência que objetiva à obtenção do diploma antes de se arriscar com as modificações corporais e com tudo que isso implica. (TENENBLAT, 2019, p. 265).

Mulheres e homens trans, portanto, têm maior dificuldade para obter qualificação que atenda aos requisitos do mercado. A baixa escolaridade,

2 Uma estimativa feita pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), com base em dados colhidos nas diversas regionais da entidade, aponta que 90% das pessoas trans recorrem à prostituição em algum momento de suas vidas.

somada ao alijamento familiar e social, torna o mercado do sexo a única opção de sobrevivência para um número significativo de pessoas trans. Dito de outro modo, a transfobia – como aponta o Relatório da Violência Homofóbica no Brasil³, publicado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH) – é diretamente responsável pelo alto índice de prostituição entre a população trans (TENENBLAT, 2019).

A formação é um dado objetivo, porém, mesmo as pessoas trans altamente qualificadas, por vezes não conseguem inserção no mercado de trabalho, tendo em vista os inúmeros preconceitos e estigmas, dos quais nem os profissionais autônomos escapam (TENENBLAT, 2019). O alijamento do direito social ao trabalho representa exclusão de um feixe de oportunidades de inserção social. Segundo Cecato (2001, p. 28), fora dos limites do trabalho são menos nítidas as chances de acesso à sociedade e às interações sociais, assim como às ocasiões de participação política e cultural. A imposição de óbices, preconceito, intolerância e privações que marcam a trajetória das pessoas trans, até desaguar na redução das chances reais de acesso ao trabalho formal, frustram qualquer expectativa política relacionada ao alcance de uma sociedade que se pretenda minimamente livre, igualitária e solidária.

Tal conjuntura, além de causar embaraços ao ideal cooperativo buscado pelas sociedades democráticas, iniciando-se com a descrença nas instituições comprometidas com a proteção das liberdades fundamentais, cerceia o desenvolvimento da personalidade do grupo estigmatizado e torna vazio de sentido qualquer projeto de vida. Ao que parece, a igualdade de oportunidades buscada pelos dispositivos que proíbem discriminações injustificadas, bem como as amplas liberdades para agir conforme as próprias convicções previstas na Constituição de 1988, são asseguradas a todos apenas no plano teórico.

Sem a existência de condições que viabilizem o exercício das liberdades por todos os membros da sociedade, conforme as necessidades específicas de cada grupo representativo, a própria sociedade pensada enquanto estrutura cooperativa para o benefício de todos deixa de alcançar o máximo que poderia obter em termos de vantagens, não apenas em termos econômicos, como em diversidade de valores, talentos e o fortalecimento das bases sociais do respeito mútuo, questões de acentuada importância na teoria da justiça do filósofo americano John Rawls.

3 Disponível em: <https://bit.ly/3cy6eDE>. Acesso em: 25 mar. 2021.

Aspectos fundamentais da obra *Uma Teoria da Justiça*, de John Rawls

Na elaboração de sua teoria, John Rawls (2008) buscou construir pilares que servissem de base moral e filosófica para as instituições sociais, abrangentes e que não recaíssem nos ideais utilitaristas⁴ ou em meras intuições anti-utilitaristas. Tais pilares forjam um paradigma geral de atuação e observação, capaz de indicar em que medida determinada instituição atua de modo justo, ou seja, até que ponto esta distribui bens, riquezas, oportunidades e renda de acordo com os princípios de justiça.

Logo no início da obra, Rawls (2008, p. 4) é assertivo ao enunciar que, embora as instituições de uma sociedade bem-ordenada devam ser eficientes e possuir outras virtudes, a maior delas deve ser a justiça, de tal modo que a injustiça só pode ser tolerada para evitar uma injustiça ainda maior. Partindo desse pressuposto, o referido filósofo político elaborou uma concepção política de justiça destinada à aplicação sobre as instituições políticas, sociais e econômicas que compõem a estrutura básica de uma democracia constitucional.

O caráter político da teoria evidencia a preocupação do autor em dirimir as principais controvérsias sociais a partir de uma base consensual (*overlapping consensus*) em que estariam incluídas, em alguma medida, as doutrinas filosóficas e religiosas tradicionalmente opostas, razão pela qual evitou elementos metafísicos que poderiam suscitar divergências e dificultar o alcance de uma concepção de justiça amplamente compartilhada destinada a orientar as instituições na realização dos valores da liberdade e da igualdade (RAWLS, 1992, p. 28).

Aos propósitos desta pesquisa, é importante compreender que a noção fundamental que sustenta todos os elementos da concepção de justiça como equidade é a de sociedade como um sistema equitativo de cooperação entre pessoas livres e iguais para o benefício de todos (RAWLS, 1992, p. 35). Esse sistema equitativo de cooperação indica que os termos da cooperação são (ou devem ser) razoavelmente aceitos por todos, transmitindo a ideia de que todos os envolvidos devem fazer sua parte e beneficiar-se das vantagens do esforço mútuo de acordo com critérios amplamente aceitos.

Alinhada ao sistema equitativo de cooperação, a concepção de pessoa na teoria da justiça assume viés político. Segundo esta concepção, as pessoas

4 Segundo Kymlicka (2006, p. 15), o utilitarismo traduz a ideia de que se deve promover a maximização do bem-estar dos indivíduos e das utilidades tendo cada fonte de utilidade o mesmo peso.

aptas a participar das decisões políticas, das instituições e do sistema de cooperação social devem possuir capacidades morais e de exercício da razão em grau suficiente para que sejam livres e assumam responsabilidades, o que as tornam iguais entre si (RAWLS, 1992, p. 37). Afastando-se de uma concepção puramente abstrata, filosófica ou religiosa de pessoa, a teoria inclui todos os seres humanos, desde que possuam condições de pensar e agir orientados pela razão e capacidade para desenvolver um senso de justiça.

À luz da teoria da justiça, nada justifica a exclusão de pessoas do amplo sistema de cooperação social, seja em relação à tomada das decisões políticas, à aquisição das condições indispensáveis à participação no sistema social e aos benefícios advindos do esforço mútuo. O aumento das expectativas das pessoas em concretizar seus projetos de vida e realizar suas próprias concepções de bem está atrelado à participação do maior número de indivíduos.

Atento aos propósitos daquele sistema de cooperação e ao fato de que a sociedade é marcada pelo pluralismo de valores e opiniões, dificultando a harmonia das decisões tomadas pelas instituições que compõem a estrutura básica, Rawls (2008) elabora sua concepção de justiça recorrendo a uma “posição original”, na qual os princípios destinados a orientar a atuação das instituições sociais seriam escolhidos em condições razoáveis para assegurar a aceitação racional daqueles princípios⁵.

Assim, os princípios de justiça norteadores da sociedade advêm de uma situação hipotética caracterizada por situar os indivíduos como pessoas livres, iguais e racionais, pressupondo a inexistência de ameaças e imposições arbitrárias. Os princípios obtidos nestas condições compõem um acordo válido e de moldes contratualistas.

Para Gargarella (2008, p. 14), a construção de uma teoria da justiça pautada no contratualismo permite responder a duas perguntas basilares a qualquer teoria moral⁶, quais sejam: o que a moral exige de nós e porque devemos obedecer a certas regras? Neste sentido, a perspectiva de um contrato hipotético remete à conclusão de que a moral exige que cumpramos as obrigações que nos comprometemos a cumprir por terem sido pautadas por critérios escolhidos em condições de liberdade e igualdade.

5 Rawls (2008, p. 153) enfatiza que a cooperação social torna possível uma vida melhor a todos do que qualquer um teria se dependesse exclusivamente do seu próprio esforço. Posteriormente, desenvolve uma espécie de método para chegar a uma concepção de justiça que possa atenuar as desigualdades injustificadas comprometedora da higidez daquele esquema de cooperação.

6 Kymlicka (2006, p. 75) destaca que o contrato hipotético proposto por Rawls (2008) pode ser tido como fraco, pois vale-se de suposições inaceitáveis, tendo em vista que nunca houve tal estado de natureza anterior a qualquer autoridade política.

A perspectiva contratual sugere o reconhecimento entre os indivíduos quanto ao que deve ser exigido do outro e das instituições, sugerindo também que as consequências da inobservância são conhecidas por todos.

Adotando essa trajetória teórica, um elemento fundamental para a compreensão da posição original onde se celebra o contrato hipotético é a noção de “véu da ignorância”, que é a forma pela qual John Rawls (2008) responde às inúmeras dificuldades que obstruem o alcance de princípios gerais, tais como as contingências sociais, os talentos inatos e o pluralismo de concepções sobre o bem. Diante das circunstâncias em que se encontram as pessoas, dados os pressupostos éticos e políticos subjacentes à teoria da justiça como equidade, o acordo não poderia se fundamentar nessas contingências. Portanto, supõe-se que as partes desconhecem particularidades, de tal sorte que ninguém sabe:

[...] seu lugar na sociedade, classe ou *status social*; além disso, ninguém conhece a própria sorte na distribuição dos dotes e das capacidades naturais, sua inteligência e força, e assim por diante. Ninguém conhece também a própria concepção do bem, as particularidades de seu projeto racional de vida, nem mesmo as características especiais de sua psicologia, como sua aversão ao risco ou sua tendência ao otimismo ou ao pessimismo. Além do mais, presumo que as partes não conhecem as circunstâncias de sua própria sociedade. Isto é, não conhecem a posição econômica ou política, nem o nível de civilização e cultura que essa sociedade conseguiu alcançar. (RAWLS, 2008, p. 166, grifo do autor).

Ao excluir o conhecimento de contingências, assegura-se que ninguém será favorecido ou não pelo acaso ou circunstâncias sociais na escolha dos princípios. A ignorância dessas questões leva os indivíduos a pensar no direito à liberdade da forma mais ampla possível, porque preferem garantir que as instituições sociais não os prejudicarão, seja qual for a concepção de bem adotada por eles ou a posição assumida na sociedade (GARGARELLA, 2008, p. 25). Neste primeiro momento, pessoas racionais escolheriam um princípio que assegurasse uma distribuição igual de direitos e liberdades fundamentais para todos.

Michael Sandel (2015, p. 188) destaca que o véu da ignorância garante a equidade do poder e do conhecimento que a posição original requer e, ao fazê-lo, garante que ninguém possa obter vantagens valendo-se de uma posição favorável de barganha.

É nesta ambiência que serão escolhidos os princípios de justiça, articulados no tópico seguinte.

Os princípios éticos de justiça

Ao imaginar uma situação original hipotética em que os indivíduos estão iguados por possuírem amplas liberdades fundamentais para desenvolver seus projetos de vida, questiona-se se tal condição seria suficiente para assegurar a justiça dos acordos sociais subsequentes e da atuação das instituições. As diferenças de riqueza, renda e oportunidade entre os indivíduos em uma sociedade real seriam capazes de comprometer o exercício daquelas liberdades e, por conseguinte, os desígnios do sistema equitativo de cooperação? Seria justo que aos indivíduos privilegiados por circunstâncias externas, como o fato de terem nascido em famílias com boas condições financeiras, ou mesmo por habilidades inatas, fossem destinadas as vantagens decorrentes de sua participação no esquema cooperativo sem nenhuma contrapartida aos menos favorecidos carecedores de oportunidades e condições para atingir os mesmos resultados?

Interessante registrar que em nenhum momento John Rawls (2008) sustenta que a distribuição das vantagens da cooperação social deva seguir um padrão igualitário. Pelo contrário, Rawls reconhece que as desigualdades de renda e riqueza, as diferenças de autoridade e nos graus de responsabilidade podem ser articuladas de modo a beneficiar a situação de todos (RAWLS, 2008, p. 183). Aliás, controlar as desigualdades sociais e econômicas é objetivo do segundo princípio escolhido pelos indivíduos na posição original.

A primeira formulação dos princípios que compõem a concepção de justiça como equidade aparece em ordem lexical⁷ da seguinte forma:

Primeiro princípio: cada pessoa deve ter um direito igual ao sistema mais extenso de iguais liberdades fundamentais, compatível com um sistema similar de liberdade para outras pessoas. Segundo Princípio: as desigualdades sociais e econômicas devem estar dispostas para que (a) se possa razoavelmente esperar que operem em benefício de todos e (b) estejam vinculadas a cargos e posições acessíveis a todos. (RAWLS, 2008, p. 73).

O primeiro princípio exige que as leis determinantes das liberdades fundamentais sejam abrangentes e aplicadas a todos. As liberdades dizem

7 Segundo Rawls (2008, p. 52), é comum na filosofia moral a utilização de ordem lexical, como uma ordenação que indica ser possível passar para o próximo princípio apenas quando o princípio anterior estiver completamente satisfeito, a exemplo da prioridade dada por Kant ao justo. Ainda, Rawls utiliza a regra do *maximin* para comprovar a preeminência dos seus princípios, a qual determina que se deve classificar as alternativas em vista de seu pior resultado possível: devemos adotar as alternativas cujo pior resultado seja superior aos piores resultados das outras.

respeito aos direitos civis e políticos, a exemplo da liberdade de expressão, de consciência e proteção contra a opressão psicológica e agressão. Fazem parte do núcleo de intangibilidade, nada é capaz de limitá-las ou restringi-las, senão quando entram em conflito entre si.

Nota-se que os princípios não fazem distinções entre pessoas e nem sobre circunstâncias que poderiam privilegiar algumas em detrimento de outras, o que contrariaria o viés político da noção de pessoa defendida pelo autor. Rawls (2008, p. 182) exemplifica que a discriminação racial e sexual legitimada por princípios pressuporia que algumas pessoas ocupariam posição privilegiada no sistema social e explorariam tal situação em benefício próprio, concluindo que princípios de doutrinas racistas são injustas e irracionais, além de imoral e excludente. Neste sentido, parece razoável deduzir que a negativa de oportunidades ou embaraços ao exercício de direitos suportados pelas pessoas trans na sociedade com fundamento de natureza sexual ou de gênero não encontra amparo em uma concepção de justiça estruturada para viabilizar a cooperação social, da mesma forma como não encontra amparo a omissão das instituições em dirimir ou mitigar as causas que conduzem a esta realidade.

Retomando ao princípio da diferença, sua principal orientação dentro da teoria da justiça é atenuar a influência das contingências sociais e naturais na distribuição de recursos: embora possam resultar em desigualdades sociais e econômicas, devem ser controladas de modo a beneficiarem os menos favorecidos. Logo, as maiores vantagens dos mais beneficiados pela loteria natural só são justificáveis se elas fazem parte de um esquema que melhora as expectativas dos menos favorecidos na sociedade (GARGARELLA, 2008, p. 25).

Uma das formas de melhorar a situação dos menos favorecidos seria destinar a margem dos benefícios relativa ao valor agregado pelas contingências à ampliação do acesso à educação, a melhoria de sua qualidade, bem como do acesso à cultura e qualificação, o que seria possível por intermédio das instituições. Esta destinação beneficiária a todos na medida em que asseguraria chances reais de acesso às oportunidades. A ideia é garantir que as expectativas de bem-estar dos menos favorecidos sejam aumentadas.

Segundo Rawls (2008, p. 121), os naturalmente favorecidos não devem se beneficiar apenas por serem mais talentosos, mas especialmente para cobrir os custos de educação e treinamento dos menos favorecidos. Logo, devem usar seus talentos de maneira que também ajudem esses últimos.

A circunstância de ninguém ser merecedor de sua posição mais privilegiada na sociedade legitima as instituições em compensá-la no atendimento às necessidades dos menos favorecidos, para que esses possam executar seus projetos de vida e aumentar as perspectivas de bem-estar.

Tendo por pressuposto o fato de que este esquema de distribuição foi pensado por Rawls (2008) com o intuito de fortalecer a participação de todos no sistema de cooperação equitativa, os investimentos em educação e qualificação devem ser voltados à redução das desigualdades sociais. No caso das pessoas trans, os investimentos também poderiam assumir a forma de políticas de conscientização e de combate ao preconceito, orientadas ao favorecimento da inclusão daquele grupo estigmatizado nos segmentos sociais e no mercado de trabalho formal.

Equilíbrio reflexivo e o dever natural do respeito mútuo

No desenvolvimento de sua teoria, Rawls (2008) se vale de uma interessante hipótese: os princípios escolhidos na posição original descrevem nosso senso de justiça porque são compatíveis com nosso juízo ponderado, ou seja, aqueles juízos emitidos em condições favoráveis para a deliberação e julgamento em geral, sem ânimos egoísticos ou distorcidos. Deve-se, portanto, do ponto de vista da teoria moral, buscar o alinhamento entre nossos juízos cotidianos com as razões subjacentes aos princípios éticos de justiça em equilíbrio reflexivo, exigindo uma atividade mental de ponderação entre as diversas concepções de justiça e a disposição dos indivíduos em reconsiderarem seus juízos cotidianos para que se adaptem a uma delas, ou mantenham suas convicções iniciais.

Os princípios da concepção de justiça como equidade, em razão das circunstâncias da posição original em que foram escolhidos, revelam-se compatíveis com o senso de justiça dos indivíduos quando racionalmente dispostos a conceber a sociedade como um sistema equitativo de cooperação para o benefício de todos.

O equilíbrio reflexivo busca a coerência entre os juízos morais particulares dos agentes e os princípios éticos estabelecidos em determinada concepção de justiça, operando como um esquema procedimental para estabelecer regras de ação moral, de observância tanto pelas instituições componentes da estrutura básica quanto pelos cidadãos no seu dia a dia.

John Rawls (2008), ao indicar que os princípios éticos de sua teoria efetivam-se em uma sociedade real ao longo de quatro estágios, iniciando-se com as atividades da convenção designada para elaborar a Constituição, passando pela atividade legislativa destinada ao estabelecimento de arranjos procedimentais e políticas públicas, até o estágio em que as normas produzidas nas fases anteriores serão aplicadas por juízes e administradores e observadas por cidadãos em geral, certamente indica a necessidade de que o equilíbrio reflexivo seja exercido ao longo desses estágios.

Portanto, o juízo moral de um indivíduo real ou das instituições da estrutura básica da sociedade que afirme a escravidão de pessoas negras porque isso trará maior proveito para a maioria não é coerente com os princípios éticos de justiça e com a concepção moral de pessoa, sendo imperativa a sua reconsideração (RAWLS, 2008, p. 59). O mesmo raciocínio pode ser aplicado às práticas sociais marcadas pela intolerância e preconceito que excluem grupos vulneráveis do acesso a direitos e oportunidades. Além disso, as instituições políticas e sociais não atendem às exigências da justiça quando se mantêm inertes frente a tais situações. Aliás, nesse último caso, a responsabilidade é ainda maior por deterem as melhores condições de viabilizar mudanças substanciais das práticas sociais a longo prazo⁸.

O exercício do equilíbrio reflexivo valoriza as reflexões acerca das decisões e fortalece a noção de cidadania, já que os indivíduos tendem a reorganizar alguns de seus juízos para convergir com os princípios de justiça, contribuindo para o fortalecimento da cooperação social e do respeito mútuo, tendo em vista que conscienciosamente as pessoas passarão a agir de acordo com os princípios éticos de justiça e esperarão o mesmo dos outros.

Ademais, o reconhecimento público dos dois princípios éticos de justiça, em equilíbrio reflexivo, além de aumentar a cooperação social, assegura a noção do próprio valor das pessoas, posto que se a sociedade segue a concepção de justiça como equidade, o bem de todos está contido num sistema de benefícios mútuos, fortalecendo a autoestima dos indivíduos e motivando-os a levarem adiante a própria concepção de bem com satisfação e sentir prazer em sua realização (RAWLS, 2008, p. 219).

A motivação para executar um plano racional de vida está ligada ao sentimento de auto-respeito que os indivíduos devem ter, ou seja, a convicção de

8 Afirma-se que as instituições detêm as melhores condições para programar mudanças substanciais na estrutura básica da sociedade por caracterizarem-se, segundo John Rawls (2008, p. 67) como um sistema público de normas, indicando que todos sabem o que deve ser feito e o que podem esperar do outro, podendo ser reforçada por um sistema de penalidades nos casos de inobservância.

que vale a pena promover os objetivos, cuja manutenção exige normalmente o respeito dos outros (RAWLS, 2008, p. 219). Ora, quais motivações teriam os indivíduos para acreditarem em seus projetos de vida e terem forças para executá-los se os seus esforços e reivindicações são desconsiderados pelos outros? A importância do respeito mútuo conduziu-lhe à categoria de “dever natural”, a ser observado pelos indivíduos como elemento componente da concepção completa de justiça proposta por John Rawls. O dever natural de respeito mútuo significa respeitar o outro como um ser moral, o que exige, entre outras coisas, a compreensão de seus objetivos e interesses, apresentando-lhe razões fortes e de boa-fé quando suas reivindicações não puderem ser consideradas. Ainda, o conhecimento público de que se vive em uma sociedade em que há o respeito mútuo e a assistência entre os indivíduos traz a sensação de segurança e confiança às instituições (RAWLS, 2008, p. 219, 421).

As observações acima refletem bem a concepção de pessoa concebida por John Rawls (2008) enquanto ser dotado de racionalidade, com capacidade moral para desenvolver um senso de justiça e formular uma concepção própria de bem. John Rawls recorre à posição original para identificar o motivo que levaria à escolha do dever de respeito mútuo e conclui:

[...] embora as partes presentes na situação original não tenham um interesse pelos interesses umas das outras, elas sabem que em sociedade precisam contar com a estima de seus concidadãos. Seu auto-respeito e sua confiança no valor de seu próprio sistema de fins não tolera indiferença, muito menos o desprezo de outrem. Todos, portanto, se beneficiam de viver numa sociedade na qual se honra o dever do respeito mútuo. O custo para o interesse próprio é pequeno em comparação com o reforço que se recebe no sentido do próprio valor. (RAWLS, 2008, p. 421).

Quando o dever de respeito mútuo conduz à observância de normas públicas pautadas pelos princípios da justiça, contribui-se para assegurar a estabilidade das instituições de justiça. Em sentido contrário, instituições públicas que não atendem aos princípios de justiça e não criam condições e incentivos para que os indivíduos desenvolvam o respeito mútuo, tendem à instabilidade e ao insucesso em realizar os desígnios do sistema equitativo de cooperação social.

Os bens primários sociais

É possível aferir que a finalidade subjacente à concepção de sociedade enquanto sistema equitativo de cooperação para o benefício de todos é,

em alguma medida, precisamente possibilitar que todos os membros possam planejar e executar um projeto de vida com objetivos e fins capazes de conferir sentido à existência e a experimentação da felicidade. John Rawls (2008, p. 505) identifica que o plano de vida da pessoa representa a sua própria concepção de bem quando articulado conforme parâmetros de escolha racional sobre as circunstâncias vigentes.

Aliás, a teoria da justiça como equidade ampara a diversidade de planos de vida e concepções de bem por pressupor que os indivíduos se beneficiam desta forma, tendo em vista que os inúmeros talentos e capacidades são inalcançáveis por qualquer pessoa, motivo suficiente para incentivar e sentir prazer nas atividades uns dos outros (RAWLS, 2008, p. 554). De qualquer modo, a visão de cada indivíduo sobre o bem próprio deve estar adaptada aos princípios de justiça, pois na justiça como equidade, o bem é pensado a partir do conceito de justo (concepção deontológica).

A teoria da justiça como equidade é sensível ao reconhecer que a execução dos projetos de vida depende de um mínimo de condições que os viabilizem: os bens primários. Os bens primários “são coisas que se presume que um indivíduo racional deseja, não importando o que mais ele deseje. Seja quais forem as minúcias dos planos racionais de um indivíduo, presume-se que há várias coisas que ele preferiria ter mais a ter menos” (RAWLS, 2008, p. 110), possibilitando a promoção de seus objetivos. Em termos amplos, tais bens são direitos, liberdades, oportunidades, riqueza e o sentido do próprio valor, esse último de importância destacada pelo autor.

Os bens primários possuem natureza social posto que dependem da estrutura básica para serem realizados. A essencialidade daqueles bens levou a que estivessem presentes na posição original aquando da escolha dos princípios de justiça de modo a assegurar a própria justiça na escolha, circunstância explicada pela teoria fraca do bem. Na posição original, cidadãos decidem racionalmente que, independentemente do plano de vida, os princípios devem garantir o auto-respeito, oportunidades e os demais bens acima citados. Na sociedade real continuamente em progresso, a lista de bens primários tende a aumentar em virtude das novas demandas sociais e passa a ser explicada pela teoria plena de bem.

Partindo de um padrão igualitário na distribuição dos bens primários, as desigualdades na repartição apenas são justificadas se melhorarem a situação dos que têm menores expectativas de acesso aos bens. É necessário intuir qual combinação de bens primários sociais seria racional preferir do

ponto de vista do indivíduo representativo do grupo menos favorecido como forma de direcionar a atuação das instituições sociais na criação de medidas destinadas a assegurar, dentre outras questões, o acesso real aos direitos e às oportunidades, conforme as exigências do princípio da diferença.

Após a análise sucinta das premissas básicas da teoria da justiça como equidade (como a ideia de sociedade como sistema equitativo de cooperação, o princípio da diferença, o equilíbrio reflexivo, o dever natural de respeito mútuo e os bens primários), no tópico seguinte tentaremos sustentar o direito social da população trans ao trabalho decente.

O direito social ao trabalho das pessoas trans à luz da Teoria da Justiça como equidade

Ao conceber sua Teoria da Justiça como equidade, John Rawls (2008) estava inserido no contexto e valores da sociedade norte-americana da década de 1960 e 1970. Ainda assim, tal circunstância não restringiu o âmbito de aplicação da sua concepção de justiça às sociedades sustentadas pelo livre-mercado. Pelo contrário, um dos grandes méritos da concepção de justiça como equidade é a utilização de procedimentos passíveis de serem pensados à luz de outros sistemas econômicos.

John Rawls (2008) estava preocupado em criar uma concepção que priorizasse o exercício das liberdades fundamentais, todavia, para que essas pudessem ser efetivamente exercidas, e não conduzissem a alarmantes desigualdades sociais, incluiu o princípio da igualdade para controlá-las, fixando critérios de justiça distributiva.

Ressalte-se, mais uma vez, que questões referentes à inclusão social de grupos vulneráveis por meio de uma atuação por parte das instituições que levasse em conta as necessidades específicas desses grupos não foi diretamente explicitada na teoria da justiça. Entretanto, os princípios de justiça e alguns elementos da teoria explicados ao longo desta pesquisa permitem concluir que o atendimento das necessidades específicas daqueles grupos encontra sustentação na concepção de justiça e que, no caso das pessoas trans, é possível identificar o direito social ao trabalho decente como uma dentre aquelas necessidades.

Conforme mencionado em linhas gerais no início do presente artigo, os indivíduos trans são alvos de discriminações fundadas em preconceitos em diversos segmentos da sociedade. Em tese, eles têm amplos direitos de

serem livres e expressarem-se de acordo com suas convicções e preferências, como todos os cidadãos de uma sociedade democrática. A diferença se encontra no fato de que, em uma sociedade ainda apegada a padrões hegemônicos e conservadores no que se refere à orientação sexual e questões de gênero, o exercício das liberdades individuais, para alguns, simboliza não só a perda de outras liberdades como também a perda de oportunidades. Seriam, então, realmente livres?

As pessoas trans que se vestem e se comportam de modo não convencional são desrespeitadas no ambiente escolar. No mercado de trabalho, quase não é possível notar a sua presença ocupando posição de razoável destaque, seja pelo preconceito ou pela baixa qualificação. Assim como determinadas contingências sociais e naturais favorecem a participação social de algumas pessoas e o alcance de um elevado desempenho que tende a atrair maiores recompensas em termos de benefícios, outras contingências existem que afastam sobremaneira as pessoas das oportunidades que favoreceriam o sistema equitativo de cooperação social, em prejuízo não somente a elas como a todos os membros da sociedade.

A realização do valor da liberdade e igualdade pelas instituições que compõem a estrutura básica, de acordo com a concepção política de justiça, é justa na medida em que obedece a princípios que seriam aceitos por indivíduos livre, iguais, racionais e mutualmente desinteressados em uma posição original onde estariam cobertos pelo véu da ignorância. Observou-se que nenhum princípio levaria a privilégios pautados pela posição social, pelos talentos naturais, pela raça ou orientação sexual. São princípios que incluem todas as pessoas (dotadas de capacidade moral e de razão) pela razão óbvia de que não excluem ninguém.

Logo, se a realidade revela práticas que excluem a população trans do que determinam os princípios de justiça, comprometendo os desígnios da concepção de justiça, notoriamente o amplo exercício das liberdades fundamentais, tal fato não seria suficiente para exigir-se compensações específicas de modo a viabilizar aquelas liberdades? Essa perspectiva não resultaria do equilíbrio reflexivo de nossos juízos ponderados com as razões que justificaram a escolha dos princípios de justiça? Ainda, na posição original, as pessoas não concordariam que as instâncias legislativas fossem capazes de conferir proteção adequada às necessidades de determinados indivíduos?

Assim, não apenas as vantagens imerecidas daqueles que estão em melhores situações justificariam compensações aos menos favorecidos,

mas também a exclusão desses vulneráveis das oportunidades de educação, qualificação e de acesso ao trabalho. As compensações, neste caso, devem primeiramente assegurar condições para que a educação nas instituições (de ensino, por exemplo) não seja embaraçada por condutas preconceituosas e com vieses moralistas, o que perpassa por políticas públicas de conscientização e respeito à diversidade, indispensáveis ao fortalecimento da própria cultura política democrática.

A educação, para muitos, é o bem indispensável para prover o alcance dos objetivos e fins estabelecidos nos planos de vida racionais dos indivíduos, sendo tanto um fim em si mesma quanto meio que conduz a várias oportunidades. O princípio da diferença legitimaria maiores oportunidades de educação e qualificação ao segmento trans, também é razoável supor que o mesmo princípio legitimaria políticas de conscientização para assegurar a não discriminação e igualdade de oportunidade de acesso ao trabalho formal. Ademais, o próprio valor do auto-respeito, enquanto bem primário de importância destacada na teoria da justiça, exige medidas enérgicas das instituições no aumento daquelas oportunidades, com a finalidade de proporcionar autoestima e motivação para o cumprimento dos planos de vida, bem como fortalecer as bases sociais do respeito mútuo.

Todas essas garantias e compensações sustentadas pela teoria da justiça como equidade de John Rawls (2008) podem ser compreendidas como fundamentos ao reconhecimento do próprio direito social das pessoas trans ao trabalho digno e decente.

A existência de condições dignas de trabalho é uma garantia disposta no artigo 23 da Declaração Universal dos Direitos Humanos⁹, a partir da qual foram fortalecidas as bases para a construção teórica, no plano internacional, do trabalho decente, que passou a ser finalidade comum aos países-membros da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

No transcorrer histórico, a OIT publicou a Declaração sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, mostrando sensibilidade às questões que envolvem equidade, justiça social, erradicação da pobreza, políticas públicas destinadas à criação de empregos e ao fomento

9 Artigo 23 da Declaração Universal dos Direitos Humanos: (1) Toda a pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego. (2) Todos têm direito, sem discriminação alguma, a salário igual por trabalho igual. (3) Quem trabalha tem direito a uma remuneração equitativa e satisfatória, que lhe permita e à sua família uma existência conforme com a dignidade humana, e completada, se possível, por todos os outros meios de proteção social. (4) Toda a pessoa tem o direito de fundar com outras pessoas sindicatos e de se filiar em sindicatos para defesa dos seus interesses.

da igualdade de oportunidades para a participação justa nas riquezas, tudo visando contribuir com o desenvolvimento pleno do potencial humano.

Dentro desse contexto, foi adotada pela Conferência Geral da OIT, em sua 34ª sessão, em Genebra, a Convenção nº 100, concernente à igualdade de remuneração para a mão de obra masculina e a feminina por um trabalho de igual valor. Posteriormente, a tutela igualitária aos empregados foi corroborada na Convenção nº 111 ao dispor que o termo “discriminação” compreende “toda distinção, exclusão ou preferência fundada na raça, cor, sexo, religião, opinião política, ascendência nacional ou origem social, que tenha por efeito destruir ou alterar a igualdade de oportunidades ou de tratamento em matéria de emprego ou profissão”.

Imperioso notar a influência desse panorama normativo no direito interno brasileiro¹⁰. Em 2006, foi lançada no Brasil a Agenda Nacional de Trabalho Decente, que reflete a tendência protetiva acima mencionada, pois tem como principais desafios assegurar que o crescimento econômico promova o trabalho decente e a aplicação efetiva dos princípios e direitos fundamentais no trabalho, bem como gerar maior confiança na democracia, fortalecendo os esquemas de prevenção e de proteção social dos trabalhadores e ampliando a inclusão no mercado de trabalho para reduzir as desigualdades. Aliás, uma das políticas dispostas na referida agenda é a política para a eliminação progressiva da discriminação no mercado de trabalho¹¹.

O trabalho decente dentro desta agenda é entendido como um instrumento para redução de desigualdades sociais, desenvolvimento sustentável, governabilidade democrática, superação da pobreza, devendo constituir um primado político do governo brasileiro. Para José Cláudio Monteiro de Brito Filho (2010, p. 52) o trabalho decente compreende:

10 Basta mencionar os dispositivos normativos contidos na Lei n.º 9.029/95, alterada pela Lei n.º 12.288, em 20 de julho de 2010, que dispõe acerca da despedida imotivada que oculte situações discriminatórias.

11 A justificativa para esta política é que a eliminação da discriminação no trabalho é essencial para a consecução de um crescimento mais eficiente e equitativo, e um requisito para o aprofundamento da democracia. A discriminação no trabalho implica um tratamento diferente, baseado em características pessoais como sexo, cor, etnia ou classe social, irrelevantes para a função a ser desempenhada e que produzem desvantagens nas condições de trabalho, promoção, formação profissional, remuneração, podendo resultar em demissão. A discriminação pode ser exercida de diferentes formas. Seja por meio de condutas que excluem abertamente os membros pertencentes a determinados grupos sociais seja mediante mecanismos mais sutis e indiretos, aparentemente imparciais, que redundam em desvantagens para um grande número de integrantes de um determinado grupo. Os preconceitos e estereótipos sobre papéis, aspirações e capacidades de homens e mulheres e a desigual valorização das tarefas desempenhadas pelas mulheres estão na base da discriminação de gênero e impedem a sociedade de contar com o potencial máximo de seus recursos. Por isso, junto com as Convenções 100 e 111 da OIT, outras duas convenções: a Convenção sobre trabalhadores com responsabilidades familiares (n.º 156) e a Convenção sobre proteção à maternidade (n.º 183), são fundamentais para o alcance da igualdade de gênero.

[...] um conjunto mínimo de direitos do trabalhador que corresponde: ao direito ao trabalho; à liberdade de trabalho; à igualdade no trabalho; ao trabalho com condições justas, incluindo a remuneração, e que preservem sua saúde e segurança; à proibição do trabalho infantil; à liberdade sindical; e à proteção contra os riscos sociais.

Então, combater a discriminação e favorecer a liberdade de acesso ao mercado de trabalho às pessoas trans pressupõe a ampliação das condições que favoreçam a igualdade equitativa de oportunidades bem como exige condições de trabalho que permitam aos indivíduos o desenvolvimento das capacidades humanas e da autodeterminação, já que o exercício do direito ao trabalho em condições dignas permite a aquisição de renda, participação social e a elevação da autoestima e do valor próprio da pessoa. Tal conjuntura demonstra a indispensabilidade do direito social dos indivíduos trans ao trabalho, agora para garantir a dignidade e a decência durante o exercício do trabalho, contribuindo para que o indivíduo persiga seus objetivos de vida e se sinta valorizado.

No entanto, para que o exercício do trabalho seja digno e decente, incumbe às instituições o máximo respeito aos direitos fundamentais, o que inclui tratamento igualitário de direitos trabalhistas entre os gêneros, sempre dentro de uma perspectiva inclusiva quanto aos menos favorecidos. Afinal, não basta o reconhecimento do trabalho decente sem que haja o igual tratamento entre as diversas identidades de gênero. Nesse sentido, a depender da identidade de gênero assumida pela pessoa trans, é possível ampliar e adaptar as normas de proteção do trabalho da mulher para o contexto do trabalho da mulher trans (BONFIM, 2014, p. 430).

O trabalho decente das pessoas trans deve ser buscado pela cultura jurídica brasileira, permitindo com que aqueles indivíduos realizem seus planos de vida em condições de igualdade, o que contribui para o fortalecimento da autoestima e da cidadania, viabilizando a integração do sujeito nas decisões da sociedade política. Ainda que não fosse possível elevar o trabalho decente à noção de bem primário, tal como consta na teoria da justiça de John Rawls (2008), a sua concretização possibilita a efetividade da justiça de maneira direta ou indireta.

Desta forma, é possível realizar uma releitura da concepção de John Rawls (2008) no intuito de admitir que situações desiguais de trabalho entre

mulheres cisgêneras¹² e mulheres trans levam a condições reais desfavoráveis para atuar e participar na sociedade. A sociedade enquanto sistema equitativo de cooperação social defendida por Rawls (2008) sugere que não apenas as vantagens imerecidas de alguns devem trazer vantagens e garantias a todos, mas também as “desvantagens imerecidas”, pelas mesmas razões:

[...] a distribuição das parcelas imerecidas deve ser vista como o melhor para a vantagem social, os indivíduos ali participantes não fariam acordos acerca das regras de funcionamento desse sistema nas quais não houvesse um padrão mínimo de segurança, pois admitir essa supressão implica reconhecer inexoravelmente que em uma sociedade de graves desigualdades sociais e econômicas as liberdades garantidas no 1º princípio poderão ser parcialmente inócuas [...]. O liberalismo que envolve a justiça como equidade não tolera restrições às liberdades, ainda que maiores vantagens sociais e econômicas possam advir dessa operação. Já se frisou que as liberdades estabelecidas no 1º princípio só podem sofrer mitigação entre si. Esse postulado léxico é inarredável. Contudo, na deliberação do 2º princípio, em que o equilíbrio reflexivo atua para obter todos os resultados e consequências possíveis, a escolha *maximin*, ou seja, a escolha do melhor entre o pior dos arranjos possíveis, não permitiria a escolha de um arranjo que permitisse ao indivíduo viver sem proteção ou retaguarda. (BRITO FILHO; LAMARÃO NETO, 2016, p. 77).

Portanto, analisando a teoria da justiça à luz da complexa dinâmica social brasileira, é possível sustentar a extensão das normas de proteção do trabalho da mulher, pautada inclusive no princípio da diferença, para proteger os menos favorecidos, pois propicia um trabalho decente às pessoas trans em igualdade de condições, conforme os imperativos de não discriminação, assegurados nos planos nacional e internacional. O fato é que uma sociedade bem-ordenada, que trate os indivíduos com igual respeito e consideração não deve permitir que determinados grupos sejam mais merecedores de direitos do que outros, sobretudo quando se leva em consideração o dever natural de respeito mútuo, tão essencial para garantir a estabilidade nas instituições.

12 Um indivíduo é dito cisgênero (do latim *cis* = do mesmo lado) quando sua identidade de gênero está em consonância com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer, ou seja, quando sua conduta psicossocial, expressa nos atos mais comuns do dia a dia, está inteiramente de acordo com o que a sociedade espera de pessoas do seu sexo biológico. Dessa forma, o indivíduo cisgênero é alguém que está adequado ao sistema bipolar de gêneros, em contraste com o transgênero, que apresenta algum tipo de inadequação em relação a esse mesmo sistema (LANZ, 2014). Para Jesus (2012), trata-se de um conceito utilizado para definir as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído ao nascer. Assim, um homem cisgênero ou *cis*, por exemplo, foi designado homem no nascimento e, durante toda sua vida, identifica-se como tal. Cisgênero, portanto, configura uma concordância entre a identidade de gênero e o gênero associado ao sexo biológico do indivíduo.

Considerações Finais

Ao longo do artigo foi possível obter *insights* por meio da compreensão dos principais elementos da teoria da justiça de John Rawls (2008) que permitem concluir pelo reconhecimento do direito social das pessoas trans ao trabalho formal e decente no arquétipo da concepção de justiça como equidade. Notou-se que nas condições amplamente aceitas da posição original, indivíduos livres e iguais não escolheriam princípios que levassem a privilégios ou discriminações em razão de contingências sociais e naturais. Mesmo após a escolha dos princípios, nossos juízos ponderados em equilíbrio reflexivo tendem a rejeitar as formulações que desconsideram as pessoas como seres dotados de capacidade moral.

A concepção política de justiça proposta por John Rawls, estruturada para orientar a atuação das instituições sociais na realização dos direitos de liberdade e da igualdade, adota um conceito de pessoa eminentemente político e moral, tornando injustificada qualquer pretensão de excluir pessoas das oportunidades e dos esquemas de cooperação social que conduziriam à realização daqueles mesmos direitos, em benefício de todos.

Os embaraços ao exercício do direito à educação e ao gozo de oportunidades de qualificação por condutas preconceituosas ainda marcantes na sociedade brasileira, cerceando direitos e liberdades previstos constitucionalmente e que refletem negativamente nas chances de acesso ao trabalho formal ou na sua permanência em condições decentes e igualitárias, justificam uma atuação mais enérgica e eficaz por parte das instituições na criação de políticas públicas voltadas à conscientização da sociedade e à criação de condições favoráveis à educação e à qualificação das pessoas trans.

O princípio da diferença, o papel da estrutura básica em fornecer as condições mínimas (ou bens primários) para o exercício dos direitos de liberdade, o senso de justiça e a circunstância de que o aumento das expectativas das pessoas trans em executarem seus planos racionais de vida resultará em maiores benefícios a sociedade, tanto em termos econômicos, como em pluralidade de visões, talentos e estilos de vida, legitimam o reconhecimento do direito social ao trabalho do segmento trans, nos moldes propostos nesta pesquisa. Uma vez tendo acesso ao trabalho formal, o direito social ao trabalho decente justificaria tratamento igualitário, como por exemplo, estendendo as garantias de proteção das mulheres cisgêneras para abranger as mulheres trans, conforme as circunstâncias do caso.

A importância conferida por John Rawls (2008) à autoestima dos indivíduos e à necessidade de respeito mútuo foi precisamente para assegurar um mínimo de estabilidade nas bases de sua concepção de justiça. À vista disto, é pouco provável conceber que a teoria da justiça formulada pelo autor teria negado compensações para atender necessidades específicas de grupos desfavorecidos e que não tem correlação com as vantagens imerecidas de outros.

Referências

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**: a experiência vivida. Tradução: Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967. v. 2.

BENTO, B. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BONFIM, B. K. S. do. A questão de gênero, o trabalho dos transexuais femininos e a repercussão nas garantias trabalhistas voltadas à proteção do trabalho da mulher. In: CONGRESSO NACIONAL CONPEDI, 23., 2014, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2014.

BRITO FILHO, J. C. M. de; LAMARÃO NETO, H. O princípio da diferença para além da mera compensação. **Revista de Formas Consensuais de Solução de Conflito**, Curitiba, v. 2, p. 61-79, 2016.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CECATO, M. A. B. Interfaces do trabalho com o desenvolvimento: inclusão do trabalhador segundo os preceitos da declaração de 1986 da ONU. **Prima Facie**, João Pessoa, v. 11, n. 20, p. 23-42, 2012.

GARGARELLA, R. **As teorias da justiça depois de Rawls**. 1. ed. Tradução: Alonso Reis Freire. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

KYMLICKA, W. **Filosofia política contemporânea: uma introdução**. Tradução: Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

JESUS, J. G. de. **Orientações sobre a população transgênero**: conceitos e termos. Brasília, DF: Jaqueline Gomes de Jesus, 2012.

LANZ, L. **O corpo da roupa:** a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

OTONI, I. Sem emprego para trans. **Revista Fórum Semanal**, 31 jan. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3cuCd7U>. Acesso em: 26 mar. 2021.

RAWLS, J. **Uma teoria da justiça**. Tradução: Jussara Simões. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

RAWLS, J. Justiça como equidade: uma concepção política, não metafísica. Tradução: Regis de Castro Andrade. **Lua Nova**, São Paulo, n. 25, p. 25-59, 1992.

SANDEL, M. J. **Justiça:** o que é fazer a coisa certa? Tradução: Heloísa Matias, Maria Alice Máximo. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

SANCHES, P. A pessoa transgênera e a promoção do direito à identidade de gênero no nome e no sexo civil. In: FERRAZ, C. V.; LEITE, G. S. (org.). **Direito à diversidade**. São Paulo: Atlas, 2015. p. 271-279.

TENENBLAT, M. J. T. **Em Busca de Reconhecimento:** limites e desafios dos processos de requalificação civil de pessoas trans no Rio de Janeiro. 2019. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

Recebido em novembro de 2019.

Aprovado em outubro de 2020.